

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

Luís Fernando Alcoba de Freitas

**DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO SEU RITMO E EVOLUÇÃO APÓS A DÉCADA DE 1980.**

Porto Alegre

2012

Luís Fernando Alcoba de Freitas

**DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO SEU RITMO E EVOLUÇÃO APÓS A DÉCADA DE 1980.**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra da Fonseca

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

F866d Freitas, Luís Fernando Alcoba de
Desenvolvimento e acumulação na economia brasileira : uma análise do seu ritmo e evolução após a década de 1980. / Luís Fernando Alcoba de Freitas. – Porto Alegre, 2012.
296 f. : il.

Orientador: Pedro Cezar Dutra da Fonseca.

Ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2012.

1. Desenvolvimento econômico: Brasil. 2. Subdesenvolvimento econômico. 3. Acumulação de capital. 4. Dependência econômica: Brasil. 5. Formação econômica: Brasil. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 338.92 (81)

Luís Fernando Alcoba de Freitas

**DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO SEU RITMO E EVOLUÇÃO APÓS A DÉCADA DE 1980**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de maio de 2012.

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra da Fonseca – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dr. Leda Maria Paulani
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Sílvio Antônio Ferraz Cário
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Pedro Cezar Dutra da Fonseca por sua orientação segura, sua atenção, e inúmeras sugestões úteis recebidas. Sua atuação e estímulo foram fundamentais para a elaboração e término da presente tese. Capacidade técnica e interpretativa, sensibilidade e respeito são as qualidades que marcam a orientação do professor Pedro.

Aos professores que mantêm o programa de Pós-graduação em economia da UFRGS na sua heterodoxia crítica e que no exercício de suas atividades criam um ambiente rico e diversificado.

Aos colegas do Doutorado pela estimulante convivência.

Aos professores, Ricardo Dathein, Luiz Augusto Estrella Faria pelas sugestões recebidas na qualificação do projeto de tese.

Aos Professores que aceitaram participar da arguição desta tese de doutoramento: Leda Maria Paulani, Luiz Augusto Estrella Faria e Sílvio Antônio Ferraz Cário.

Às Secretárias do Programa de Pós-Graduação Iara, Maria de Lourdes e Raquel pela permanente atenção recebida.

Aos Servidores da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas pelo atendimento e auxílio prestado.

Agradeço o apoio e estímulo recebido da família. O esforço considerável para a elaboração da presente tese não seria possível sem ele. Agradeço de modo especial a Rosângela, companheira de toda a jornada.

Os méritos do presente trabalho devo dividir com todos. Naturalmente, as falhas existentes são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

O objetivo da presente tese é examinar as causas pelas quais a economia brasileira apresentou tão baixo crescimento, em comparação com os demais países e com o seu próprio, depois de ter apresentado tão expressivo crescimento nas primeiras oito décadas do século XX. Ou melhor, por que a economia brasileira não mantém a trajetória que se desenrolava até os anos 1980 de forma a superar a condição de país subdesenvolvido, posteriormente denominado de várias formas, como “em desenvolvimento”, “emergente”, “NIC”. Como objetivo também se arrola a análise sobre se os novos fatores de dinamismo da economia brasileira pós-2004 representam uma mudança qualitativa em relação à trajetória pós-1980. Parte-se do pressuposto de que a economia nacional é parte integrante do sistema produtivo mundial que influi de forma importante sobre ela. Portanto, as causas da mudança de trajetória devem ser buscadas nas características históricas e estruturais da economia brasileira sem deixar de se ter em vista que estas estão entrelaçadas com as mudanças em nível internacional. Por que a integração ao capitalismo gerou dinamismo em algumas regiões e em outras não, quais são as forças propuloras que determinam o desenvolvimento desigual? Procurar-se-á examinar de forma sucinta as experiências históricas das áreas que ascenderam em detrimento das que permaneceram periféricas ou subdesenvolvidas. As trajetórias dos países hoje centrais e dos periféricos demonstram que não existe um modelo ideal. Ou seja, a ascensão de determinado país decorre do grau de controle sobre a tecnologia, sobre os fluxos financeiros em nível global, sobre o acesso aos recursos naturais e sobre a capacidade militar, entre outros recursos. Na análise da ascensão dessas regiões e nações, verificou-se que as características do capitalismo como um todo se transformam em cada momento, alterando o contexto em que as diversas economias modificam sua posição na economia internacional. Em decorrência, as condições para o desenvolvimento em cada momento adquirem características próprias. E, portanto, as condições sociais e políticas precisam viabilizar políticas, as quais podem mudar ao longo do tempo, mas que favoreçam a acumulação do capital e o desenvolvimento econômico. A fase do capitalismo monopolista que, a partir dos anos 1990, se assenta na proeminência das finanças, e o fim da guerra fria trouxeram novos requerimentos para a ascensão, modificando as formas de polarização. A acumulação resultante implica que a economia brasileira perde a condição de ascender na hierarquia das nações, sendo a intensidade do seu desenvolvimento fortemente condicionada pelos estímulos da economia global. O transcorrer normal da acumulação tende a manter a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, com possibilidade de regressão, a atenuar o seu dinamismo e a inviabilizar sua ascensão, mas não impossibilita a ocorrência de surtos importantes de crescimento como os do atual momento. No entanto, essa trajetória não é predeterminada. Entende-se que um maior dinamismo da economia, que propicie a ascensão, exigirá a reconstituição da capacidade de intervenção do estado nacional. Essa reconstituição passa por uma maior proeminência dos interesses de um conjunto bem mais expressivo da população, restringindo interesses privados. A dificuldade é que o atendimento a esses interesses pressupõe a prevalência de critérios políticos, não podendo, portanto, se basear na pura lógica do capital. Ou seja, defende-se que as restrições à lógica do sistema exigem uma estratégia de desenvolvimento e, portanto, de posicionamento político, que dependerá, para seu sucesso, da capacidade de produzir ao longo do tempo as condições materiais para tal. Esse posicionamento exige, pelas características da atual etapa do capitalismo e da economia brasileira, uma composição política extremamente complexa.

Palavras-chaves: Capitalismo. Desenvolvimento econômico. Acumulação de capital. Economia brasileira.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to examine the reasons why the Brazilian economy reported such a low growth comparing with other countries and with its own, after having made such significant growth in the first eight decades of the twentieth century. Or rather, why the Brazilian economy does not keep the path that unfolded until the 1980's in order to overcome the status of an undeveloped country, after called variously as "developing", "emerging" and "NIC". As an objective, it also analyses whether the new factors of dynamism of the Brazilian economy after 2004 represent a qualitative change in relation to post-1980 history. It assumes that the national economy is an integral part of global production system that influences significantly on it. Therefore, the causes of the change of course must be sought in historical and structural characteristics of the Brazilian economy while having in mind that these are intertwined with changes at the international level. Why the integration of capitalism has generated dynamism in some regions and not others, what are the driving forces that determine the uneven development? Search will examine briefly the historical experiences of the areas that amounted to the detriment of those who remained peripheral or undeveloped. The trajectories of current central and peripheral countries demonstrate that there is no ideal model. That is, the rise of a country derives from the degree of control over technology on financial flows at a global level, on the access to natural resources and military capabilities among other resources. In analyzing the rise of these regions and nations, it was found that the characteristics of capitalism as a whole are transformed at every moment, changing the context in which the different economies change its position in the international economy. As a result, the conditions for the development at any time acquire their own characteristics. Therefore, the social conditions and policies need to enable policies, which may change over time, but that promote capital accumulation and economic development. The stage of monopoly capitalism that from the 1990's sits on the prominence of finance, and the end of the Cold War brought new requirements for the ascension, changing the forms of polarization. The resulting accumulation implies that the Brazilian economy loses its condition to ascend at the hierarch of nations, and the intensity of its development strongly influenced by stimuli in the global economy. The normal course of accumulation tends to maintain the position of Brazil in the international division of labor, but not major outbreaks of growth as those at the present moment. However this trajectory is not predetermined. It is understood that a more dynamic economy, which triggers the rise, will require the reconstitution of the intervention capacity of the national state. The reconstruction involves a greater prominence of the interests of a more expressive group of the population, restricting private interests. The difficulty is that assistance to those interests presupposes the prevalence of political criteria, and cannot therefore, be based on pure logic of capital. That is, it is argued that the restrictions on the logic of the system require a development strategy and therefore, of political positioning, which relies for its success, on the ability to produce the material conditions for it over time. This position requires, by the characteristics of the current stage of capitalism and the Brazilian economy, an extremely complex political composition.

Keywords: Capitalism. Economic development. Capital accumulation. Brazilian economy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB brasileiro em relação ao PIB americano.....	12
Gráfico 2 - Evolução do PIB brasileiro em relação ao PIB mundial	13
Gráfico 3 - Evolução da participação do PIB <i>per capita</i> brasileiro em relação ao mundo, países em desenvolvimento, EUA	14
Gráfico 4 - Evolução do PIB per Capita – Países latino-americanos selecionados	110
Gráfico 5 - Exportação da América Latina e da Ásia em desenvolvimento – Participação mundial - % (1950-2006)	112
Gráfico 6 - Participação no PIB Mundial (em %) - Grupo de países selecionados	115
Gráfico 7 - Crescimento Acumulado do PIB por década	192
Gráfico 8 - Participação dos setores improdutivos	216
Gráfico 9 - Evolução do investimento externo direto - US\$ milhões	217
Gráfico 10 - Evolução do saldo da balança comercial.....	221
Gráfico 11 - Exportação e Importação - evolução da participação no PIB.....	221
Gráfico 12 - Evolução da participação das manufaturas no total exportado - %.....	228
Gráfico 13 - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo no PIB - %.....	228
Gráfico 14 - Participação da Formação Bruta do Capital Fixo do setor público no PIB	231
Gráfico 15 - Evolução do valor agregado <i>per capita</i> da indústria	235
Gráfico 16 - Relação entre o Valor da Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção Industrial.....	238
Gráfico 17 - Variação do estoque de capital fixo líquido (máquinas e equipamentos -%)	245
Gráfico 18 - Evolução do PIB da indústria de transformação - % PIB	245
Gráfico 19 - Crescimento do PIB industrial e total em percentual - comparação entre os períodos 1971/1977 e 2004/2010	246
Gráfico 20 - Participação dos salários no produto interno bruto	249
Gráfico 21 - Indicadores de endividamento.....	255
Gráfico 22 - Evolução da conta corrente - US\$ milhões	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da participação do PIB brasileiro na economia mundial e do tamanho relativo Brasil/EUA	13
Tabela 2 - Evolução da Sindicalização nos EUA- 1929/53.....	35
Tabela 3 - Participação dos países selecionados no valor agregado pela indústria dos países em Desenvolvimento	96
Tabela 4 - Produto Industrial per capita – Dólar 1970	100
Tabela 5 - Participação das regiões no PIB mundial	100
Tabela 6 - Crescimento acumulado do PIB por decênio- Países selecionados por região G6 – 1950-2000.....	101
Tabela 7 - Produto interno bruto das atividades industriais – Países selecionados – 1960-1973.	105
Tabela 8 - América Latina e países selecionados- estrutura da produção industrial	106
Tabela 9 - Participação da indústria no PIB e das exportações dos Produtos manufaturados no total exportado - Países selecionados: 1960 -80.....	106
Tabela 10 - América Latina: Balança Comercial, anos selecionados (Em milhares de dólares Correntes)	113
Tabela 11 - Participação no valor agregado pela indústria no Mundo – Países em desenvolvimento e regiões selecionadas, 1980/2000	115
Tabela 12 - Evolução do valor agregado pela indústria (per capita) – Coreia do Sul	125
Tabela 13 - Evolução da Indústria Chinesa	132
Tabela 14 - Variação do Produto interno bruto da indústria de transformação – Brasil	199
Tabela 15 - Evolução do crédito - % PIB	206
Tabela 16 - Dívida interna líquida.....	207
Tabela 17 - Dívida líquida e resultado primário - em % PIB	208
Tabela 18 - Meios de pagamento - % PIB	208
Tabela 19 - Bolsa de valores de São Paulo - Mercado secundário (em % PIB).....	209
Tabela 20 - Participação das empresas estrangeiras e nacionais por tipo de tecnologia - em percentagem do VTI total e de cada tipo de indústria	211
Tabela 21 - Evolução da taxa de lucro.....	212
Tabela 22 - Taxa de crescimento do PIB das indústrias de transformação e extrativas. Pessoal ocupado, produtividade e participação da formação bruta de capital fixo no PIB (%)	214
Tabela 23 - Evolução da formação bruta de capital fixo e do investimento externo direto - % PIB	217

Tabela 24 - Evolução do custo do passivo externo líquido	220
Tabela 25 - Coeficiente de penetração e de exportação 1991-2001	223
Tabela 26 - Saldo da Balança Comercial segundo a categoria de uso- valores em US\$ Milhões	224
Tabela 27 - Comparativo entre a Balança Comercial da indústria e do saldo da conta Rendas, em milhões de U\$	226
Tabela 28 - Investimento público - % PIB	232
Tabela 29 - Evolução do PIB Industrial <i>per capita</i> e da participação da indústria - países selecionados -1970-2008, US\$ constante de 2000	236
Tabela 30 - Participação dos setores no Valor da Transformação Industrial - setores selecionados.....	239
Tabela 31 - Setores de alta e média alta tecnologia – participação no VTI (em%) – Brasil, 1996-2007.....	240
Tabela 32 - Formação Bruta de Capital Fixo - evolução do componente nacional e importado 1989-2002.....	241
Tabela 33 - Investimento em ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) - % participação no total.....	241
Tabela 34 - Saldo da Balança Comercial por conteúdo tecnológico	244
Tabela 35 - Dados sobre a população	247
Tabela 36 - Total de nascidos vivos	247
Tabela 37 - Taxa de desemprego - regiões metropolitanas e Distrito Federal.....	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior
GATT	General Agreements of Trade and Tariffs
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento industrial
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
MVA	Manufacturing value added
NIC	Newly industrialized countries (Novos Países industrializados)
OMC	Organização Mundial do Comércio
PED	Pesquisa Emprego e Desemprego
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
TRIPS	Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
TRU	Tabela de Recursos e Usos (Contabilidade nacional- IBGE)
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization

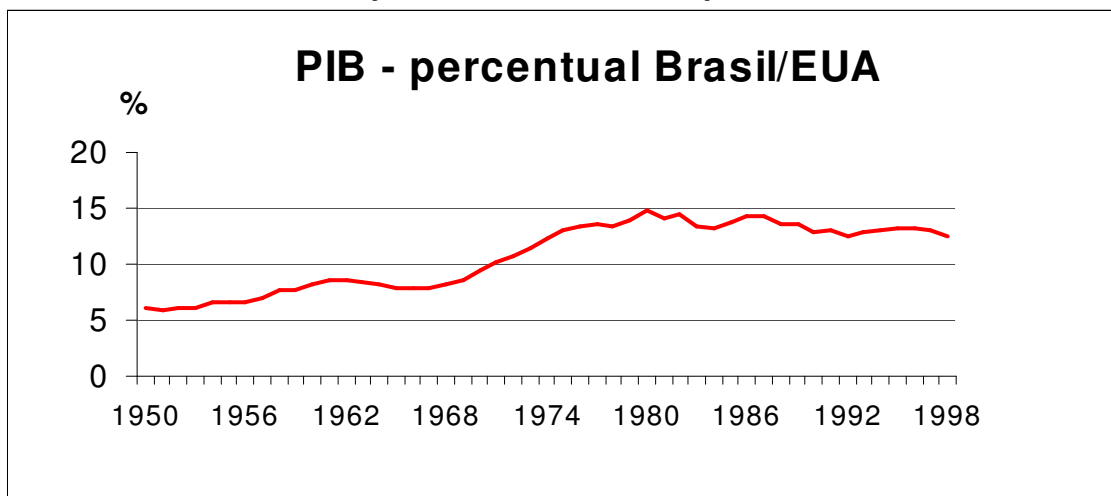
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TEORIA E HISTÓRIA - O CAPITALISMO E SUA REPRODUÇÃO (O TODO/A LÓGICA).....	19
2.1 A LÓGICA DO CAPITALISMO E O SEU DESENVOLVIMENTO.....	19
2.2 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	24
2.3 ACUMULAÇÃO, ESTADO E PODER POLÍTICO	25
3 ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO (A MUDANÇA DO TODO).....	34
3.1 DO CAPITALISMO DO SÉCULO XIX AO CAPITALISMO DO PÓS-GUERRA	34
3.2 ACUMULAÇÃO E A ATUAL FASE DO CAPITALISMO (O TODO ATUALIZADO)	49
4 POLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL (AS PARTES).....	62
4.1 AS ORIGENS DA DESIGUALDADE NO CAPITALISMO.....	62
4.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS: INGLATERRA, EUA, ALEMANHA E JAPÃO	66
4.3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DE <i>CATCH-UP</i> DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS DO SÉCULO XX	95
4.4 POLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	134
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL (O OBJETO E SUA EVOLUÇÃO).....	161
6 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA ECONOMIA BRASILEIRA APÓS OS ANOS 1990	202
7 CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS.....	282

1 INTRODUÇÃO

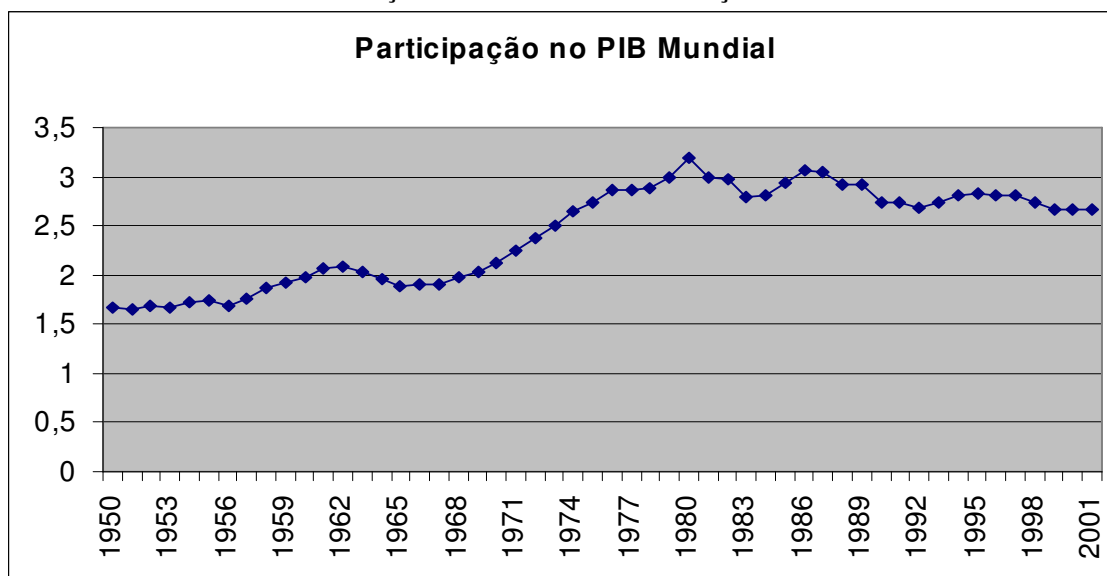
O desenvolvimento brasileiro no período 1930-80 foi intenso. Teve-se uma trajetória de crescimento que levou a uma diminuição do diferencial que separava a economia brasileira dos países centrais. A economia brasileira apresentou um intenso crescimento no período levando a que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro se aproximasse do PIB americano como se pode visualizar no gráfico 1, bem como aumentou sua participação no PIB mundial (gráfico 2). Nos anos 1980, ao final do conhecido processo de substituição de importações, a montagem do parque industrial brasileiro estaria completa. Em tese, haveria autonomia ou liberdade para crescer e, portanto, uma trajetória de aproximação aos níveis de renda *per capita* dos países desenvolvidos poderia ser esperada.

Gráfico 1 - Evolução do PIB brasileiro em relação ao PIB americano



Fonte: Maddison, 2006. Elaboração própria.

Gráfico 2 - Evolução do PIB brasileiro em relação ao PIB mundial



Fonte: Maddison, 2006. Elaboração própria.

No ano de 1980, o PIB da economia brasileira representava, segundo dados da UNCTAD (2012), 2,31% do PIB mundial (em dólares constantes de 2005), enquanto em relação ao PIB da economia dos Estados Unidos da América representava 8,78%. A partir de então perdeu participação, sendo que no ano de 2003 representava 1,90% e 6,81%, do PIB mundial e dos EUA, respectivamente¹. A partir desse último ano, a economia brasileira passou a crescer de forma mais intensa, tendo a seguinte evolução:

Tabela 1 - Evolução da participação do PIB brasileiro na economia mundial e do tamanho relativo Brasil/EUA

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
%PIB EUA	6,96	6,96	7,05	7,33	7,67	7,87	8,22
% PIB Mundial	1,94	1,93	1,93	1,96	2,03	2,07	2,14

Fonte: elaboração própria a partir dos dados UNCTAD, UNCTADstat.

Esse aumento da participação e de sua dimensão relativa constitui-se em um movimento positivo, mas que decorre em parte do menor dinamismo da economia mundial e dos países centrais, em particular.

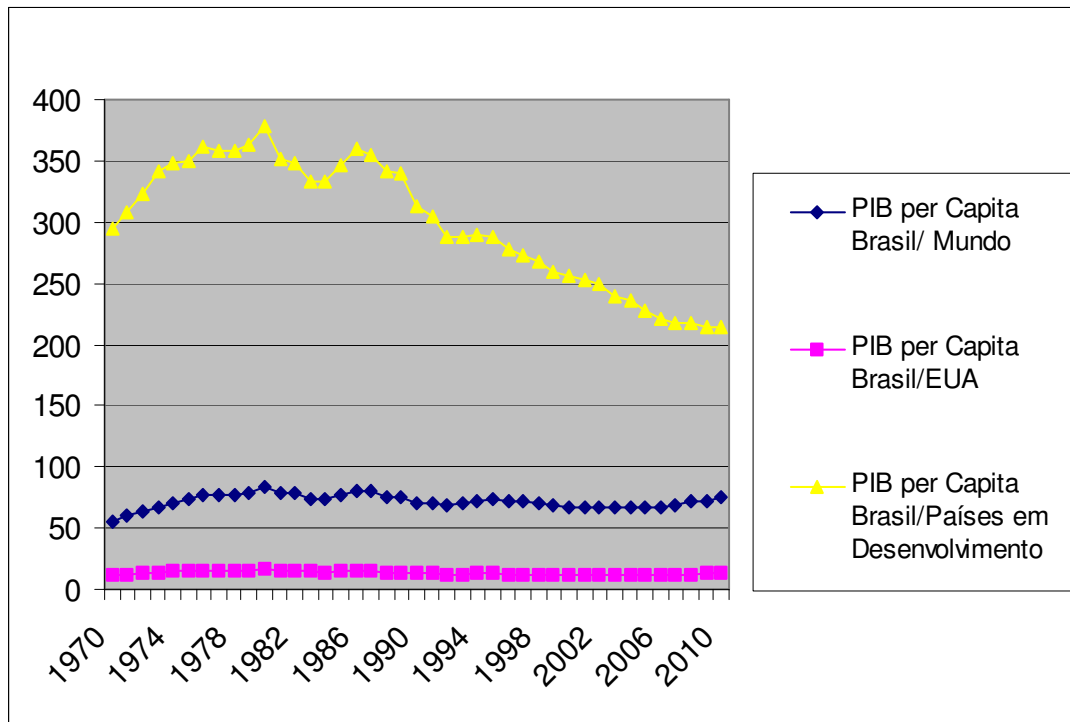
Por sua vez, os países em desenvolvimento aumentaram a sua participação de 16,55% no ano de 1980 para 28,36% do PIB mundial no ano de 2010, enquanto o Brasil no mesmo período perdeu participação no produto interno bruto dos países em desenvolvimento, passando de uma participação de 13,98 % para 7,54 % entre esses anos, sugerindo que a

¹ Mostrando, embora diferenças numéricas, a mesma trajetória que se visualiza a partir das informações de Maddison (gráfico 2).

economia brasileira perde a oportunidade de ascender em níveis de renda *per capita* dos países desenvolvidos.

Esse movimento pode ser visualizado pela comparação da evolução do PIB *per capita* brasileiro com o PIB *per capita* mundial e dos EUA, conforme exposto no gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução da participação do PIB *per capita* brasileiro em relação ao mundo, países em desenvolvimento, EUA



Fonte: elaboração própria a partir dos dados UNCTAD, UNCTADstat.

No ano de 1980, o PIB *per capita* da economia brasileira representava 84% do PIB *per capita* mundial (linha azul no gráfico 3), e 16,82% do PIB *per capita* dos EUA (linha rosa no gráfico 3). Aproximadamente duas décadas após, no ano de 2003, o PIB *per capita* brasileiro representava 66,46 % e 11,07% do PIB mundial e dos EUA. No ano de 2004 ocorreu um tênue aumento dessas participações, 67,48% e 11,27%, respectivamente, permanecendo estagnadas até o ano de 2006.

A partir de 2007, a participação do PIB *per capita* brasileiro passou a crescer, revertendo a tendência, representando no ano de 2010 75,39% e 13,25% do PIB *per capita* mundial e dos EUA, respectivamente.

Esse aumento da participação do PIB *per capita* brasileiro decorre, de uma parte, do maior dinamismo da economia brasileira (a partir do efeito China como se irá expor) e, de outra, pelo tênue crescimento das economias desenvolvidas (o qual foi interrompido em

2008). Na verdade, o Brasil parece perder a oportunidade de ampliar a sua participação e ascender em níveis de renda *per capita* mais importantes após os anos 1980, como demonstra a evolução do PIB *per capita* brasileiro em relação à dos países em desenvolvimento. O PIB *per capita* brasileiro, que nos anos 1980 representava 377,92% do PIB *per capita* dos países em desenvolvimento, passa a representar em 2010 214,5% do PIB *per capita* desses países. Pode-se observar no gráfico 3 que mesmo após 2004, anos de maior crescimento da economia brasileira, o PIB *per capita* brasileiro declina em relação ao dos países em desenvolvimento (linha amarela).

O objetivo da presente tese é examinar as causas pelas quais a economia brasileira apresentou tão baixo crescimento, em comparação com os demais países, depois de ter apresentado tão expressivo crescimento nas primeiras oito décadas do século XX. Ou melhor, por que a economia brasileira não mantém a trajetória que se desenrolava até os anos 1980. Como objetivo também se arrola a análise sobre os novos fatores de dinamismo da economia brasileira após 2004, os quais podem representar uma mudança qualitativa em relação a trajetória pós 1980. Assim, o que se propõe na presente tese, é examinar o desenvolvimento e a acumulação de um determinado capitalismo nacional em um determinado período, no caso a economia brasileira. Para tal, considera-se necessário, como opção metodológica, considerar a evolução do capitalismo em nível global. Visando tal objetivo, procurou-se apoio em concepções teóricas que permitissem a análise da polarização, ou seja, por que o desenvolvimento e o capital tendem a se intensificar e a se localizar em determinadas áreas em detrimento de outras. A resposta a esta questão centra-se na acumulação de capital, como se procura expor no capítulo 2.

Para verificar por que a economia brasileira diminuiu seu ritmo de crescimento, procura-se verificar por que se tem desenvolvimento desigual entre as nações. Por que a integração ao capitalismo gerou dinamismo em algumas regiões e outras não, quais as forças propulsoras que determinam o desenvolvimento desigual.

Entende-se que é insatisfatório supor que a lógica da acumulação de capital fale por si para explicar a polarização na economia mundial² e as causas pelas quais uma economia não

² Furtado assinala: “O esforço no sentido de alcançar níveis mais altos de abstração deve ser acompanhado de outro objetivando definir, em função das realidades históricas, os limites de validade das relações inferidas. A complexidade da ciência econômica - seu caráter abstrato e histórico - aparece, assim, com toda a plenitude na teoria do desenvolvimento econômico.” (FURTADO, 1983, p.16).

mantém uma trajetória que diminua o diferencial em relação às economias centrais, como se procura expor no capítulo 2.

Parte-se do pressuposto segundo o qual o lucro, o ganho, constitui o motivo central da acumulação e, portanto, do impulso ao crescimento. No entanto, com as transformações do capitalismo ocorrem mudanças na dinâmica da acumulação. No capitalismo das grandes corporações, o aspecto essencial deixa de ser somente o lucro³.

Na análise da ascensão das regiões e nações, verifica-se que as características do capitalismo como um todo se modificam em cada momento, alterando o contexto em que as diversas economias modificam sua posição na hierarquia das nações. Então, haja vista a importância das modificações ocorridas no capitalismo para a análise e evolução da acumulação desses países, procura-se examinar as transformações do capitalismo entre o século XIX e o pós-Guerra no capítulo 3. Além disso, no referido capítulo, se procura, em decorrência da importância das modificações ocorridas no capitalismo após a década de 1980 para o exame da evolução da acumulação e do capitalismo brasileiro, analisar mais detidamente essas transformações do período. Essas tiveram como ponto inicial a ruptura dos anos 1970, em que a riqueza capitalista desvinculou-se, de forma mais nítida, de um valor-mercadoria e se sustentou no poder político e econômico do estado hegemônico. Gradativamente, a acumulação de ativos ou financeira se incrementa e o rentismo se implanta de forma generalizada.

A dinâmica do modelo de acumulação que tomou forma após a década de 1980 e que pressupõe a liberalização financeira em escala mundial implicará uma reestruturação na esfera da produção. Não ocorreu exatamente um movimento de expansão, embora este continue presente, mas de reestruturação produtiva mundial que implica uma centralização do capital materializada em fusões e aquisições. Resulta também no deslocamento de plantas produtivas que pode desindustrializar parte da periferia e parte do centro.

3 A possibilidade de realização dos investimentos depende do lucro atual, que assinala seu limite máximo (os investimentos são financiados direta ou indiretamente pelos lucros atuais). Mas em uma economia na qual as formas oligopolistas são dominantes são as variações da demanda que condicionam o desenvolvimento dos investimentos e a renda. Os investimentos criam nova capacidade produtiva, mas essa capacidade adicional se torna produção adicional somente se a demanda efetiva aumenta na amplitude necessária. Assim, se em certo momento a capacidade produtiva ociosa é ampla, pode-se observar ao mesmo tempo, lucros atuais elevados, aumento da demanda e pouco investimento. A esse assunto se retornará na seção 3.1.

Então, a fase do capitalismo monopolista que a partir dos anos 1990 se assenta na proeminência das finanças e o fim da guerra fria trouxeram novos requerimentos para a ascensão, modificando as formas de polarização.

Existem características comuns e diferenciadas próprias de cada país que definirão as peculiaridades e características da ascensão de cada um, conforme se expõe no capítulo 4.

O capitalismo é um sistema único e articulado, mas hierarquizado. Como é possível alterar uma correlação de poder desfavorável quando os estados já aparecem hierarquizados historicamente? No referido capítulo se procura, através da análise histórica, verificar como a correlação de poder entre os países foi modificada. Nesse capítulo, procurar-se-á examinar de forma sucinta as experiências históricas das áreas que ascenderam em detrimento das que permaneceram periféricas ou subdesenvolvidas. Ao final do capítulo, seção 4.4, procura-se teorizar sobre o exposto nas seções anteriores em que se buscou, em grande parte, compilar e catalogar fatos históricos. Busca-se refletir sobre os grandes temas que surgem a partir da análise dessas experiências históricas: a tecnologia, o papel do estado, a distribuição de renda, as finanças, entre outros. Assim, poder-se-á partir para o exame do objeto específico: a economia brasileira. Esses aspectos fundamentais serão considerados na análise que após se realiza.

As causas da mudança de trajetória da economia brasileira, que parecia se aproximar dos níveis de renda *per capita* dos países desenvolvidos, devem ser buscadas também nas características históricas e estruturais dessa economia, as quais se procura evidenciar no capítulo 5, sem se deixar de se ter em vista que estas estão entrelaçadas com as mudanças em nível internacional. Na verdade, ao se separar essas causas, se está usando um recurso de análise, pois as mesmas estão atreladas umas as outras e se autorreforçam.

No referido capítulo, a partir do pressuposto de que o processo histórico da formação social brasileira emergiu integrado ao sistema capitalista mundial e que, portanto, a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, procura-se examinar, de forma breve, a formação econômica do Brasil, suas características mais marcantes e o desenrolar da acumulação de capital que se processa até os anos 1980. O capítulo se ocupa primordialmente do período em que a economia brasileira apresentou intenso crescimento e se industrializou. As características, as condições, as restrições e dificuldade do crescimento de uma economia são objeto de análise. Sempre que possível, o pensamento econômico de diversos analistas da economia brasileira é posto em perspectiva.

A forma assumida pela industrialização (com grande participação do capital estrangeiro e os interesses internos associados), junto com a crise e transformações no capitalismo, implicou a realização de mudanças e reformas visando inserir a economia brasileira nos novos impulsos oriundos da economia mundial. A associação dos interesses internos e externos serviu de sustentáculo às modificações, em especial a modificação da ação do estado.

No capítulo 6 procurar-se-á verificar, através do exame da informação estatística selecionada, por que a acumulação que seguiu a partir da década de 1990 perdeu consistência, não implicando, embora o notável crescimento até os anos 1980, na superação da condição de país subdesenvolvido, posteriormente denominado de várias formas, como “em desenvolvimento”, “emergente”, “NIC”. Ao final do capítulo se procura aprofundar a análise desenvolvida, de como se deu a inserção internacional do Brasil nessa nova fase do capitalismo, e quais são os limites que ela criou ao desenvolvimento e à autonomia.

Por fim, busca-se sintetizar os resultados encontrados nos diversos capítulos e, em parte, avançados no capítulo 6. A mudança do centro dinâmico da economia brasileira deslocou-se, a partir dos anos 1930, para o mercado interno, tornando o investimento a variável-chave do crescimento. Entretanto, a desnacionalização e a redução do papel da indústria diminuíram o potencial do núcleo dinâmico da economia brasileira. Procura-se levantar hipóteses sobre por que a industrialização e a diversificação das indústrias de bens de produção não ampliou a autonomia e a preponderância dos interesses nacionais, ou seja, por que, embora o investimento tenha se tornado a variável-chave e o mercado interno o seu centro dinâmico a partir dos anos 30, esse potencial do núcleo dinâmico ficou arrefecido, inviabilizando a ascensão da economia brasileira para níveis mais elevados de renda.

Como resultado tem-se que acumulação dependente tende a gerar a revitalização da posição estratégica do setor exportador na economia brasileira. A acumulação resultante, embora possíveis surtos de crescimento expressivos, implica que a economia brasileira perde condição de ascender na hierarquia das nações, com a intensidade do seu desenvolvimento fortemente condicionado pelos estímulos da economia global. O transcorrer normal da acumulação tende a manter a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, com possibilidade de regressão, a atenuar o seu dinamismo e inviabilizar sua ascensão (mas não surtos de crescimento).

2 TEORIA E HISTÓRIA - O CAPITALISMO E SUA REPRODUÇÃO (O TODO/A LÓGICA)

A expansão contínua do capitalismo produziu o desenvolvimento de determinadas regiões ou países em detrimento de outras. Esse desenvolvimento foi resultado da lógica do sistema, mas também dos acontecimentos históricos, onde o papel do estado foi decisivo. A essas questões se dedica o presente capítulo.

2.1 A LÓGICA DO CAPITALISMO E O SEU DESENVOLVIMENTO

A abstração nas ciências sociais, e na economia em particular, se produz sobre uma realidade histórica, no caso que se quer tratar, do capitalismo. Meek, por exemplo, assinala que a interpretação do lucro sobre o capital, no sentido clássico, como nova categoria de renda, constituiu, segundo ele, não somente fenômeno conceptual mas também histórico. Afirmar:

O lucro sobre o capital e as classes econômicas para as quais se encaminhava esse tipo de renda constituíam, evidentemente, produtos finais de diversos séculos de desenvolvimento econômico. Mas, aparentemente, somente no terceiro quartel do século XVIII, o lucro sobre o capital, encarado como novo tipo genérico de classe de renda, diferenciou-se tão claramente de outros tipos que os economistas puderam enfim aperceber-se da importância que revestiam e descrever-lhes as características básicas. Certo número de obstáculos, todavia, precisava ser superado antes de se poder chegar a esse ponto. Em primeiro lugar, havia certas dificuldades no tocante à diferenciação entre lucro, aluguel da terra e juros sobre dinheiro. Aparentemente, o lucro guardava semelhança com tais tipos de renda na medida em que todos pareciam estar em proporção mais ou menos regular com a soma dos capitais - o aluguel em relação com a soma de dinheiro investida na compra da terra, o juro com a soma emprestada, e o lucro com a soma investida direta ou indiretamente na contratação de empregados. (MEEK, 1971, p. 33).

Assim, o conhecimento modifica-se em parte pelo esforço da própria reflexão e em parte pressionado pela realidade, pois o objeto histórico sob exame está em constante modificação. Diversos economistas procuraram refletir sobre o que se constituiria o essencial de uma economia capitalista, que se firma a partir da época acima retratada. Stuart Mill, por exemplo, apresenta a Economia Política como sendo uma ciência que lida apenas com uma fração das motivações humanas, sendo a riqueza o móbil indutor. Esta ciência preocupa-se com o homem:

[...] It is concerned with him solely as a being who desires to possess wealth, and who is capable of judging of the comparative efficacy of means for obtaining that end. It predicts only such of the phenomena of the social state as take place in consequence of the pursuit of wealth. It makes entire abstraction of every other human passion or motive; except those which may be regarded as perpetually antagonizing principles to the desire of wealth, namely, aversion to labour, and desire of the present enjoyment of costly indulgences. (MILL, 1844, p. 86).

Marx, por sua vez, argumenta que a meta imediata do capitalismo é definida:

[...] a valorização do valor- é sua meta subjetiva, e só enquanto apropriação crescente da **riqueza abstrata** é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante ganho [...] (MARX, 1983, p. 129, grifo nosso).

Assim, a valorização, “o ganho”, constitui o motivo central da acumulação e do crescimento em uma sociedade capitalista.

No capitalismo, a riqueza não é apenas um fim em si mesma, mas é um meio de juntar mais riqueza. Essa teorização evidencia a sociedade que se apresenta ou que se mostra ao intérprete nos primórdios do capitalismo, diferenciando-se das sociedades pré-capitalistas em que a riqueza se corporificava em valores de uso. No capitalismo todas as formas de riqueza, quer sejam procuradas pelo prestígio ou pelo poder se reduzem a termos monetários. Assim, enquanto nas sociedades pré-capitalistas não existem meios objetivos de medir o quanto de valorização pessoal ou social está representado por cada um dos elementos que compõem o patrimônio, no regime do capital desenvolveu-se um cálculo rigoroso, ou seja, o montante do capital monetário. Como enfatizou Max Weber, tal fato introduz no capitalismo uma racionalidade de conduta, uma consideração de meios e fins. (WEBER, 1981).

Para os economistas clássicos, para Marx e para vasta gama de economistas, a acumulação é a força motriz da sociedade capitalista. No entanto, as causas para a acumulação são diferenciadas. Assim, para Marx, o capital tende a ser acumulado independente das preferências. A pressão sobre os capitalistas particulares se processa através da concorrência. Para Max Weber, a acumulação é o resultado de uma ética da parcimônia e da austeridade. Por sua vez, para a teoria neoclássica, a acumulação resulta da abstinência por parte de quem busca satisfazer sua preferência subjetiva pelo consumo futuro às expensas do consumo presente.

Em suma, os diversos intérpretes retratam aspectos essenciais do capitalismo, de sua natureza, e, enquanto se estiver tratando de uma economia capitalista, a lógica do sistema será em grande parte condicionada por esses elementos. O aspecto essencial, que se pode derivar de Marx utilizando os seus conceitos, é de que se a economia capitalista não é uma economia natural, mas uma economia que expressa a natureza e as leis do capital, então é a partir do capital que podem ser entendidos os fatos históricos e as categorias que os pretendem explicar. Se a produção da mais-valia é a lei econômica fundamental do capitalismo, então é a partir dela que os eventos históricos ganham significação. Diversos autores contemporâneos que não se apoiam na teoria do valor trabalho consideram o excedente ou o lucro (forma da mais-valia para Marx) como a variável-chave do sistema. Na presente tese, esses pressupostos, derivados dos clássicos ou de Marx, são entendidos apropriados para a análise sobre a economia brasileira que virá a seguir.

A história do capitalismo, como se conhece hoje, começa com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII. Os principais atores foram as empresas de pequeno e médio portes que operavam em mercados competitivos. Os avanços tecnológicos, no início, e a disseminação das indústrias têxteis desencadearam a autorreprodução e autoexpansão do processo de acumulação e crescimento econômico. Este processo foi a base empírica da economia política clássica.

No entanto, o capitalismo, no transcurso de sua história, sofreu consideráveis modificações. Entre estas se pode assinalar: a grande empresa, o sindicato, o papel do estado, a intensa financeirização da atual fase, etc. Essas modificações, evidentemente, não foram consideradas, de forma sistemática, pelos economistas dos séculos XVIII e XIX, embora diversas antecipações possam ser deslumbradas em seus escritos. Ricardo assinalou, observando a sua época, que quanto mais a riqueza se concentrasse em comerciantes e industriais inclinados a investir em atividades produtivas, e quanto menos ela fluísse para os proprietários de terra, que a desperdiçariam empregando criados, melhor seria para o processo de acumulação. Por isso, a renda representava um ônus imposto à acumulação, lembrando o que é apontado por muitos analistas contemporâneos; já que na atual fase das finanças do capitalismo parcela importante dos lucros flui para os rentistas, agora financeiros. Marx considerou o produtor capitalista como proprietário da mais-valia inteira ou, como expõe, “[...] como representante de todos os participantes do butim” (MARX, 1988, p.143). Encara,

portanto, de início a acumulação em abstrato, isto é, como mero momento do processo direto de produção. O fracionamento da mais-valia e o movimento mediador da circulação é analisado mais detidamente em seu livro terceiro, limitado, embora o grande alcance de sua análise, ao capitalismo de sua época.

A expansão contínua do capitalismo conduziu a uma internacionalização, hoje, do capital. Ela é produto de uma evolução e de um desenvolvimento lógico do capitalismo. Essa internacionalização se tornou mais efetiva com a presença das multinacionais, embora tenha se originado anteriormente. Por esse ângulo, a internacionalização do capital é o resultado inevitável da reprodução ampliada do capital. Mas, para que o capitalismo histórico alcançasse a dimensão atual, foi preciso modificações institucionais que viabilizassem a continuidade da acumulação.

A natureza e o ritmo dos movimentos das relações internacionais são fortemente condicionados pelo processo de acumulação nas nações dominantes, que são aquelas mais desenvolvidas do ponto de vista capitalista. Como a natureza das relações internacionais depende dos movimentos da acumulação das nações dominantes, a periodização é realizada levando em conta o grau de avanço do capitalismo nestas nações. A história do capitalismo foi periodizada, pelos mais diversos autores, em eras ou etapas. Esses cortes que delimitam suas diferentes etapas são estabelecidos levando-se em conta as transformações qualitativas. Assim, se se considerar as mudanças da concentração ou formas de concorrência, tem-se o capitalismo concorrencial ou monopolista. Se se considerar como foco ou aspecto essencial a política econômica, tem-se o período keynesiano seguido pelo período neoliberal. Pode-se considerar as relações institucionais e classificar-se que, ao período de acumulação fordista, seguiu um período de acumulação flexível. Pode-se considerar, ainda, que na era do capitalismo monopolista ingressou-se na fase da hegemonia das finanças nos anos 1990. E estas transformações são consideradas porque condicionam mudanças na dinâmica da acumulação e no próprio processo de reprodução do sistema.

Para se analisar o desenvolvimento e a acumulação de um determinado capitalismo nacional em um determinado período, como se propõe na presente tese, é necessário considerar como ponto de partida a evolução do capitalismo em nível global. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo não é um processo linear, que tenha por referência simplesmente a cronologia dos acontecimentos e das transformações. Ao longo da história, se observa que as nações se desenvolvem segundo ritmos e períodos diferentes. Primeiro, a

Inglaterra, onde ocorreu a industrialização originária, depois a industrialização da França, EUA, Alemanha e Japão. Esses países constituiriam o centro, o denominado núcleo orgânico do capitalismo. Posteriormente, no período desenvolvimentista, fordista, se constitui fora do centro uma parte importante da indústria do capitalismo contemporâneo.

As economias industrializadas da periferia poderiam ser classificadas também de variadas maneiras: economias periféricas industrializadas, economias do fordismo periférico, semi-industrializadas, economias periféricas industrializadas de origem colonial, novas economias industriais (NIC) ou mesmo emergentes, conforme algumas das atuais agências de classificação de risco. Tem-se ainda, no denominado período neoliberal, a ascensão de um novo grupo de países fora da área central: os países asiáticos com destaque, no final do século XX, para a China. Na primeira década do Século XXI, após a queda do mundo bipolar, tem-se o ressurgimento da Rússia como nova nação capitalista com pretensões sobre sua antiga área de influência e apresentando significativas taxas de crescimento do PIB. Poderia-se especular se, com a afirmação da hegemonia capitalista - inexistência de um mundo bipolar e modificações na China -, estar-se-ia vivenciando, após o auge da globalização, um período de renascimento dos nacionalismos pela ascensão de países em que a tutela americana se exerce de forma mais tênue.

Estruturado e hierarquizado, o sistema produtivo mundial consiste essencialmente no produto da acumulação mundial de capital, do qual as economias nacionais são as componentes. Desde a antiguidade, a história caracterizou-se pelo desigual desenvolvimento das regiões, no entanto deve-se esperar a era moderna para que a polarização se converta em um subproduto imanente da integração da totalidade do planeta no sistema capitalista.

Na evolução do capitalismo, com a ascensão inicial da Inglaterra e depois dos demais países do centro, e ainda na industrialização periférica (ou tardia), ocorrida no século XX, o dinamismo da economia global encontrou condições locais favoráveis à industrialização, provocando a ascensão dessas economias. Por que a integração ao capitalismo gerou dinamismo em algumas áreas e em outras não? Por que se tem desenvolvimento desigual entre as nações? O próprio questionamento já sugere que, aos condicionantes externos a essas economias, deve-se procurar também as causas internas para a ascensão ou não desses países.

2.2 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O sentido mais geral da expressão “desenvolvimento desigual” significa que sociedades, países, nações desenvolvem-se segundo ritmos diferentes, de tal modo que, em certos casos, os que começam com uma vantagem sobre os outros podem aumentar essa vantagem, ao passo que, em outros casos, por força dessas mesmas diferenças de ritmo de desenvolvimento, os que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial. Para ter sentido, portanto, a ideia de desenvolvimento desigual deve incluir, em cada caso específico, a principal força propulsora (ou forças propulsoras) que determina (m) essas diferenças de ritmo de desenvolvimento. São as circunstâncias históricas (locais e internacionais) que condicionam a especificidade dos processos de formação e desenvolvimento do capitalismo em diferentes nações.

Ao se observar o processo de acumulação em escala mundial, evidenciam-se dois polos. As diversas análises que procuram compreender essa realidade apoiam-se em diversos conceitos, que, de uma forma ou outra, procuram expor aspectos centrais dessa realidade. A noção de subdesenvolvimento, por exemplo, caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo sem necessariamente acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente ou externamente. A noção de dependência (e autonomia) alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. As noções de centro e periferia, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem necessariamente levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência (CARDOSO; FALETTO, 1984). As noções de acumulação autocentrada (endógena) ou extrovertida caracterizam aspectos essenciais desse processo. Na acumulação autocentrada tem-se uma relação de complementaridade entre a produção de meios de produção e os meios de consumo. No entanto, a acumulação autocentrada não significa autarquia. Ao longo da história, observa-se o papel decisivo que o comércio exterior desempenhou nessas áreas. O comércio exterior está aqui submetido às exigências de acumulação autocentradas e constitui um meio desta. Dito de outra forma, as economias autocentradas impõem um tipo de especialização internacional desigual em seu benefício. Na

economia aut centrada existe uma relaçaõ orgânica entre os dois termos da contradicãõ social: burguesia e proletariado, ambos integrados numa mesma realidade que é a naçaõ (AMIN, 1976). Em uma economia extrovertida, não se pode compreender esta unidade dos opostos no quadro nacional, mas somente em nível mundial.

Ao conceituar-se centro e periferia, uma classificaçaõ usual para se expor a polarizaçaõ, a questãõ do desenvolvimento passa a ser vista sob o ângulo das relaçaões externas, e o problema transforma-se, assim, em uma oposiçaõ entre naçaões, passando despercebido o fato de que, antes de oposiçaõ entre naçaões, o desenvolvimento ou o crescimento é uma questãõ vinculada ao conflito entre classes e grupos internos. Os modelos aut centrados das economias centrais parecem dispor de uma relaçaõ mais virtuosa entre os grupos e classes. A questãõ que surge entãõ em termos teóricos é como a acumulaçaõ afeta a distribuicãõ/concentraçaõ de renda e vice-versa, e seus efeitos sobre o desenvolvimento capitalista.

A polarizaçaõ entre riqueza e pobreza, para Marx, seria o resultado da lei geral da acumulaçaõ. Mas, o que se observou é que parte do proletariado (em determinadas áreas) alcançou poder sócio-político e, e estado e capital tiveram capacidade de acomodar ou absorver esse poder. As diferenças entre naçaões se explicam também por esse fato, o qual ressalta a importânciã das variáveis políticas.

2.3 ACUMULAÇÃO, ESTADO E PODER POLÍTICO

As teorias do estado constituem um campo específico de estudo, com teóricos das mais variadas tendências. Embora a relevância do objeto, não se examinam essas teorias. A finalidade da seçaõ é mais modesta. O foco é a análise do papel do poder político na acumulaçaõ e no desenvolvimento.

Para tal, parte-se de Marx, pois mesmo que ele não tenha empreendido uma análise sistemática do Estado, as várias interpretaçaões possibilitadas por sua obra favorecem o exame da questãõ; embora não tenham dado veia a uma única e coerente teoria da política ou do estado. Suas concepções são geralmente deduzidas de suas críticas a Hegel e das análises de conjunturas históricas específicas, tais como a revoluçaõ de 1848, na França, a ditadura de Napoleãõ, ou a Comuna de Paris.

Hegel buscou apresentar o estado como a materialização do interesse geral da sociedade, estando supostamente situado acima dos interesses particulares. O estado seria capaz de superar a divisão entre ele próprio, e a sociedade civil, bem como o abismo entre o indivíduo, como pessoa privada, e o cidadão. Marx rejeita tal proposição em sua Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, sob a alegação de que o estado na vida real não representa o interesse geral, mas, antes, defende os interesses das classes proprietárias.

Os teóricos marxistas, de um modo ou de outro, baseiam suas teorias de estado em alguns fundamentos: (a) as condições materiais de uma sociedade são a base de sua estrutura social e da consciência humana, e (b) o estado emergindo das relações de produção não representa o bem comum, mas é a expressão política da estrutura de classes inerente à produção. Ademais, como a burguesia tem um controle especial sobre o trabalho no processo produção capitalista, essa classe torna-se dominante e estende seu poder ao estado e a outras instituições.

A formulação clássica exposta no Manifesto de 1848 é bem conhecida: “O executivo do estado moderno nada mais é do que um comitê para administração dos assuntos comuns a toda a burguesia.” (MARX; ENGELS, 2001). Mas além desta visão criticada por muitos como “reducionista”, Marx e Engels também em suas análises atribuíram um considerável grau de autonomia ao estado (como se depreende da análise do regime bonapartista que se instala na França – Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte). Grande parte dos trabalhos nessa tradição procura explicar a autonomia relativa do estado e as complexidades que envolvem suas relações com a sociedade. Uma importante contribuição foi a de Gramsci com a proposição da ideia de que a dominação da classe dominante não se realiza apenas pela coerção, mas é obtida também pelo consentimento. O conceito de hegemonia é fundamental.

Então, de um lado, o estado visa a atender os interesses da burguesia e, de outro, possui considerável autonomia. Veja-se essa questão com algum detalhe.

Por que o estado enquanto instituição distinta da classe ou das classes economicamente dominantes desempenha o papel de atender aos interesses gerais da classe capitalista? Sem se ater nos fatores ideológicos e políticos e nas pressões, que as classes economicamente dominantes podem exercer sobre o estado, a coerção é fundamental: independente daqueles que dirigem o estado, faz-se mister assegurar a acumulação e a reprodução do capital. Mas, a realidade mostra que não existe uma tradução automática do poder de classes em poder de estado. Em outra concepção o estado não é uma mera extensão da classe governante, seu

instrumento, fantoche ou reflexo, em sentido simplista ou passivo. Em vez disso, o estado surge e expressa uma real necessidade global de organização da sociedade - uma necessidade que se impõe, não importando qual seja a estrutura de classe específica.

Ao se aceitar a relativa autonomia do estado, deve-se admitir que condições internas do próprio estado podem dirigir sua atuação. Se assim for, a própria acumulação pode ser direcionada, incrementada, e até mesmo obstaculizada por motivos inerentes, internos ao próprio estado. No entanto, essa autonomia será relativa enquanto se tratar de uma economia capitalista. O Estado de bem-estar (pós-guerra) e os países asiáticos, como se examinará na seção 4.3, parecem mostrar uma situação intermediária em que a acumulação não fica dirigida de forma mais estrita pelos interesses do capital.

Na interpretação de Marx e Engel, o estado, em um desfecho histórico, seria suprimido com a socialização da produção. Em *Anti-Duhring* Engel expôs:

O primeiro ato por virtude do qual o Estado realmente se constitui como representante de toda a sociedade - o ato de assumir a propriedade dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, seu último ato independente como Estado. A interferência do Estado nas relações sociais torna-se, em uma esfera após outra, supérflua, e, em seguida, desaparece por si mesma. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela condução dos processos de produção. O estado não é abolido, ele desaparece. (ENGELS, 1878 apud BOTTOMORE, 1988, p.135).

No entanto, no Estado Soviético, longe de desaparecer, o estado foi fortalecido. Verificou-se que o estado, no regime soviético, pôde viabilizar o acesso privilegiado ao excedente econômico, mesmo sem propriedade privada, evidenciando que a diferenciação de rendas é possível sem a propriedade privada.

Na medida em que se procura refletir sobre o papel do poder político na acumulação em uma economia capitalista, verifica-se o forte relacionamento entre a acumulação capitalista (riqueza) e o estado (poder), embora em esferas próprias (economia e política). O incremento da riqueza (do capital) e do poder (estado) e sua manutenção passam a estar intimamente relacionados e vinculados. Como resultado tem-se que o papel do estado como promotor da acumulação de capital é fundamental para o desenvolvimento e as transformações do capitalismo.

Diversos autores, como Dobb (1983), Amin (1976) e até mesmo Smith (1983), entre outros, mostram como o comércio gradativamente irá transformar a sociedade feudal. Além disso, como assinala Wallestein (2001), o capitalismo pode se firmar pela existência de uma

concorrência estatal. A necessidade de vencer a competição estatal fez com que a política desses fosse amistosa aos interesses do capital. Não existindo a competição estatal, o sistema tributário⁴ tenderia a se restabelecer. O estado capitalista passa a depender do transcurso da acumulação para seu financiamento: assim, passa a existir uma “esfera econômica”. Robert Heilbroner (1988, p. 63), por exemplo, afirma que, nas ordens pré-capitalistas, não se encontra algo parecido com uma “esfera econômica”. Observa que, em todas as sociedades existem empreendimentos materiais e sociais necessários à sobrevivência material, mas, para que surja uma esfera econômica, é necessário que aquele governo, que tudo permeia e que ninguém contesta, renuncie a parte de sua soberania, reconhecendo, por assim dizer, a existência de uma república autônoma de comércio e produção dentro de seu próprio território. Este processo só veio a terminar em fins do século XVIII, quando se assentou completamente a fundação de um regime do capital; ou seja, o reconhecimento de explícitas restrições “constitucionais” ao poder do Estado de violar o espaço privado do indivíduo, ou de confiscar sua propriedade. Ao surgimento de uma esfera econômica contrapõe-se à perda gradual pelo Estado de seus direitos de acesso direto ao excedente.

Mandel (1982, p 336) ressalta essa mesma característica, em outros termos, ao afirmar que o estado capitalista se distingue de todas as formas anteriores por uma peculiaridade que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos.

O importante a reter é que o estado tornou-se dependente do funcionamento da esfera econômica para o provimento de recursos. A capacidade de tributar supõe a existência de uma economia em funcionamento e, portanto, a dimensão dessa capacidade depende do nível da acumulação de capital alcançado. Da mesma forma, alterações na esfera econômica, no ritmo e dimensão da acumulação, afetam as possibilidades de obtenção de recursos financeiros. Assim, o estado procura ser o promotor da acumulação de capital e do crescimento da riqueza, pois o crescimento dessa é que permite a obtenção dos meios de financiamento do próprio estado, bem como o aumento de seu poder.

⁴ Amin (1976) classifica o modo de produção tributário como a forma mais corrente e caracterizadora das formações pré-capitalistas. Esse modo de produção alia a permanência da comunidade aldeã um aparelho social e político de exploração desta sob a forma de levantamento forçado de um tributo. Ou seja, o modo de produção tributário é caracterizado pela separação da sociedade em duas classes essenciais: a camponesa, organizada em comunidades, e a classe dirigente, a qual monopoliza as funções de organização política da sociedade e cobra um tributo (não mercantil) das comunidades rurais.

A análise do desenvolvimento dos países hegemônicos e centrais, bem como da hierarquia das nações, mostra que a dimensão da acumulação alcançada repercute sobre o poder militar, tecnológico e financeiro dessas nações, sendo que a posição de um país e suas possibilidades de desenvolvimento estão vinculados ao desenvolvimento, ao acréscimo do seu poder. Ou seja, o crescimento e, mesmo, o declínio da riqueza e do poder de uma nação estão vinculados. Esta constatação, em princípio evidente, passa a ter importância na época dos mercados autorregulados e da globalização sob hegemonia americana, quando essa evidência fica em parte obscurecida.

O crescimento e o desenvolvimento capitalista (a acumulação), ou melhor, a ascensão de uma determinada nação na hierarquia dos países não é um fenômeno decorrente somente da lógica dos mercados. As condições externas de acumulação, ou melhor, a manutenção da propriedade privada e da ordem pública garantem as condições para a acumulação capitalista, mas a ascensão de uma determinada economia parece exigir uma posição bem mais ativa do estado como mostram as experiências históricas (conforme se examinará no capítulo 4).

List (1982) já havia assinalado a importância do poder político para o desenvolvimento, criticando a economia política inglesa ao assinalar que os defensores desse sistema não se preocupavam em explicar os meios pelos quais as nações prósperas chegaram a atingir essa condição. Critica os que entendiam que não deveria ser levado em consideração as políticas e o poder político, ou seja, a influência recíproca que a riqueza material e o poder político exercem um sobre o outro. Chang (2004) atualiza esse entendimento ao analisar os procedimentos adotados por esses países na sua evolução.

Na Europa, o estado tinha sido o mais poderoso instrumento de desenvolvimento capitalista para acelerar o processo de transformação do modo de produção feudal no modo capitalista, e para abreviar a transição. Em que o estado capitalista difere na periferia do sistema?

O estado colonial não representa nenhuma das classes sociais da colônia: ele as subordina à classe capitalista metropolitana. Se ele dá apoio e proteção a alguma delas, isto é feito no interesse de sua própria classe dominante, a burguesia metropolitana. A sua tarefa não é somente possibilitar a extração de excedente das classes subordinadas, mas também tornar toda a economia colonial subserviente à economia metropolitana, a fim de permitir a exploração da colônia em seu conjunto. A burguesia metropolitana não controlava o poder do estado na colônia e seu excedente social porque possuía os meios de produção; na verdade, ela

controlava o excedente social porque controlava o poder do estado (CHANDRA, 1980 apud CARNOY, 1986, p.232).

Como assinala a análise clássica de Faoro (1984), no caso brasileiro, o estado antecede a sociedade. A função do estado era muito mais orientada para a apropriação de excedente ao invés de trabalhar com a burguesia local para desenvolver o sistema. Todavia, mesmo no estatuto colonial, existiam conflitos entre o estado colônia e a burguesia metropolitana.

O estado, na tradição marxista, é visto como um estado burguês que representa a hegemonia burguesa. A contribuição de Lênin e dos que surgiram após foi situar essa hegemonia no contexto de uma economia mundial. A classe capitalista dominante não se localiza necessariamente na nação. No caso brasileiro, várias análises corroboram esta tese, como as formuladas em Novais (1995), Prado Júnior (1980) e Florestan Fernandes (1981).

O estado colonial era uma expressão do imperialismo europeu. O caso da Índia é emblemático. No início século XX ocorreu conflito entre estado nacional e burguesia metropolitana. Administradores das colônias tinham interesse em elevar tarifas. Mas tarifas elevadas entravam em confronto direto com as manufaturas têxteis de Lancashire. As tarifas não foram elevadas sustentando a tese de que as manufaturas da metrópole através da influência do estado metropolitano conseguiam controlar as políticas econômicas do estado colonial.

Existem três pontos que definem o estado pós-colonial.

Primeiramente, na colonização do Terceiro Mundo a burguesia metropolitana teve que criar um aparelho estatal que pudesse controlar todas as classes sociais nativas na colônia: neste sentido, a superestrutura da colônia é superdesenvolvida em relação à estrutura. A sociedade pós-colonial recebe como herança esse estado superdesenvolvido. Em segundo lugar, o estado pós-colonial assume um papel econômico em nome da promoção do desenvolvimento econômico. Em terceiro, nas sociedades pós-coloniais, a hegemonia capitalista teve que ser frequentemente criada pelo próprio estado (SAUL, 1979 apud CARNOY, 1986, p.239).

Nesse contexto, a burguesia local nas economias do Terceiro Mundo é relativamente fraca e, portanto, o estado é relativamente autônomo com respeito a essa burguesia local. Frank, leva tal proposição ao paroxismo e defende que a principal variável é a relação do estado com a burguesia imperialista da metrópole, e não com a burguesia local (FRANK, 1979 apud CARNOY, 1986, p.239). Esse seria o caráter dependente e frágil do estado do

Terceiro Mundo, dependente das burguesias internacionais e de seus estados metropolitanos nos aspectos financeiro, tecnológico, institucional, ideológico, militar.

Uma característica do estado periférico da América Latina nos séculos XIX e XX foram seus movimentos para reformar as sociedades latino-americanas, a fim torná-las mais receptíveis ao processo de acumulação do capital mundial, centralizado nas metrópoles.

No entanto, as reformas liberais não tomaram conta simplesmente pela força das ideias, mas com a introdução de novas monoculturas, como a de exportação de café, açúcar, carne e trigo. Foi a expansão estimulada pelas metrópoles, para onde se destinava a exportação latino-americana que, em cada país, deu a certos setores da burguesia razões econômicas e políticas para assegurarem a reforma liberal.

Para Frank (1980) o papel do estado periférico, nesse período, é o de aumentar o acesso aos recursos domésticos para o capital da metrópole, mobilizando fundos públicos para investimento de infraestrutura e reformando a estrutura social e econômica, para que esta força de trabalho crescente estivesse apta a produzir bens de exportação. Enquanto o estado é ostensivamente controlado pela burguesia local, esta classe visualiza o seu destino no aprofundamento de sua incorporação ao sistema capitalista mundial. O resultado é a crescente dependência das burguesias locais diante da metrópole e do processo de acumulação do capital mundial.

No Pós-Guerra, a nova divisão internacional de trabalho possibilitou o desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo. Para Frank, as metrópoles imperialistas são as que desenvolvem esta divisão internacional do trabalho e acumulam capital a partir dela. Na medida em que ocorrem mais e mais mudanças tecnológicas na organização da expansão capitalista (as multinacionais, por exemplo), são atribuídas tarefas mutáveis aos países subdesenvolvidos naquela divisão do trabalho e no processo de acumulação de capital. Assim, vê toda a mudança no processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento periférico ocorrendo como resultado do desenvolvimento das forças produtivas nas metrópoles. Amin (1999, p.32), de forma diversa, afirma que foi o movimento de liberação anti-imperialista na periferia que provocou a transformação no imperialismo, da exploração do trabalho na produção primária para uma nova divisão mundial de trabalho, onde a industrialização pôde ter início no Terceiro Mundo.

Frank assinala a condição particular de alguns países da América Latina como a Argentina, o Brasil e o Uruguai (e parcialmente o México após a revolução) onde pelo menos

a produção, embora não a comercialização, do produto primário de exportação permaneceu sob propriedade nacional e viabilizou uma maior acumulação doméstica de capital em relação aos demais países da região.

Assinala:

O volume relativamente maior de excedente a ser investido disponível e o maior controle nacional sobre seu uso possível, nestes últimos países, permitiu maior crescimento da renda nacional e/ou maior diversificação, e proporcionou às burguesias destes países possibilidades muito maiores para aproveitarem a guerra e as oportunidades criadas pela depressão para a expansão da indústria de substituição das importações na primeira metade do século XX. Entretanto [...] torna-se agora evidente que nem mesmo esses países foram capazes de “decolar” em um desenvolvimento econômico capitalista e nacional auto-sustentado, a despeito destas circunstâncias relativamente favoráveis. (FRANK, 1980, p.208).

As causas para o fracasso decorrem das transformações da economia mundial que iniciam no período que Frank classifica como o terceiro estágio do processo mundial de acumulação de capital (1870-1930) e se acentuam no período pós-Segunda Guerra.

O Estado das economias periféricas, para diversos analistas do sistema mundial, é diferente do estado das metrópoles porque é organizado de forma significativa para atender às necessidades de uma poderosa burguesia internacional e porque as burguesias locais são relativamente frágeis.

Alternativamente tem-se uma visão do estado dependente que o situa no contexto da luta de classes local. Cardoso e Falleto (1984) desenvolvem uma abordagem da condição das sociedades periféricas por eles denominadas histórico-estrutural. Eles concordam com Frank e Amin em que a existência de uma periferia econômica não pode ser compreendida sem referência a hegemonia econômica da metrópole a qual foi responsável pela criação dessa periferia e pela dinâmica global do capitalismo internacional. Argumentam que a expansão do capitalismo em países diferentes não teve a mesma história ou consequência. As diferenças decorrem não apenas dos recursos naturais disponíveis e do período em que foram incorporadas ao sistema internacional, mas também como as classes sociais aliadas ou em desacordo com os interesses estrangeiros organizaram formas diferentes de estado, sustentaram ideologias distintas ou tentaram implementar políticas diversas para lidar com os desafios imperialistas.

Na análise da constituição e desenvolvimento dos estados centrais e periféricos como constituintes de um mesmo sistema, uma questão fundamental se apresenta. Se a equalização de poder é condição indispensável à equalização da riqueza entre as nações e se a competição

interestatal⁵, como sintetiza Max Weber, (apud FIORI, 1999 p.52), é um elemento essencial da acumulação capitalista, “como é possível alterar uma correlação de poder desfavorável entre as nações, a partir de uma situação na qual os estados já aparecem hierarquizados historicamente [...] e competem dentro de uma mesma economia global ?” (FIORI, 1999, p.54).

Wallerstein (2001) assinala que os estados situam-se numa hierarquia de poder que deve ser medida por sua capacidade efetiva ao longo do tempo, de promover a concentração do capital acumulado em suas fronteiras em comparação com a capacidade dos estados rivais. Expõe que, no capitalismo, o estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação⁶. Entende, no entanto, que o capitalismo é um sistema único, articulado e que o conjunto de territórios que o compõe pode mudar individualmente suas posições relativas, mas são incapazes de se desenvolverem coletivamente.

No capítulo 4 procurar-se-á verificar como essa correlação foi modificada entre os países através da análise dos acontecimentos históricos, mas, antes de se examinar a trajetória particular dos países selecionados, busca-se sintetizar algumas das principais transformações do capitalismo entre o século XIX e o período atual.

⁵ Max Weber, conforme assinala Fiori, associou, de forma indissolúvel: “à expansão capitalista à competição entre os Estados, de tal maneira que, se esta fosse substituída por um império universal, o capitalismo também acabaria” (Fiori, 2008, p.79).

⁶ Contudo, pela ideologia do sistema, espera-se que o capitalismo expresse a atividade de empreendedores privados, livres de interferências dos aparatos estatais. Ressalta que, na prática, isso nunca foi verdade em lugar nenhum.

3 ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO (A MUDANÇA DO TODO)

O capitalismo como um todo se transforma em cada momento, alterando o contexto em que as diversas economias modificaram ou irão modificar sua posição na hierarquia das nações. O capitalismo na atual etapa é o resultado dessa evolução. A contextualização de aspectos essenciais do capitalismo, pelo exame de suas transformações, adquire importância para a análise do desenvolvimento dos países, suas experiências históricas. A essa análise se dedica o presente capítulo.

3.1 DO CAPITALISMO DO SÉCULO XIX AO CAPITALISMO DO PÓS-GUERRA

O capitalismo em que um grande número de empresas de pequeno porte predominava constituiu-se o objeto inicial de exame dos economistas clássicos e de Marx, dentre outros autores. Consideráveis modificações ocorreram desde então. Mas enquanto se tratar de uma sociedade capitalista, os móveis essenciais do sistema irão permanecer, conforme anteriormente se destacou.

Um ponto inicial para análise são as modificações das formas e do modo de acumulação. Smith já havia realçado a importância da acumulação e, conseqüentemente, da dimensão do excedente, para o incremento de atividades, rendas e da própria atividade estatal. Assinalando:

Os trabalhadores improditivos, e os que não trabalham, são todos mantidos por uma renda: primeiramente, por aquela parte da produção anual, originalmente destinado a constituir uma renda para determinadas pessoas, seja como renda da terra ou como lucros do capital; ou, em segundo lugar, por aquela parte da produção que, embora originalmente destinada a repor um capital ou a manter trabalhadores produtivos, não obstante isso, quando chega às suas mãos, **toda porção dela que ultrapassar sua própria manutenção** pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas **ou pessoas improditivas**. (SMITH, 1983, p.287, grifo nosso).

A acumulação de capital é a força vital dos países capitalistas, o centro não só de sua vida econômica como também de sua vida social e política. A força fundamental que conduz o sistema através da história é a sua busca de lucro - a cujo resultado prende-se o destino histórico da formação social como um todo. Mas, embora essa característica permanente, as transformações na economia são uma constante, e as próprias condições em que a acumulação

ocorre são mutáveis. A partir do final do Século XIX, o prosseguimento da acumulação global leva ao crescimento do tamanho das empresas e ao gradativo aumento da dimensão do estado. Mas, além desses desenvolvimentos decorrentes da própria lógica da acumulação de capital, como Marx previu através de sua teorização sobre a concentração e centralização do capital, outros desenvolvimentos de caráter político afetaram a forma e o modo de acumulação, definindo as modificações ocorridas ao longo de parte significativa do século XX. Smith já havia assinalado que não é o volume da riqueza já adquirida que acarreta uma elevação salarial, mas unicamente o aumento contínuo da acumulação e a velocidade desse crescimento. Mas, embora a evolução dos salários nos países centrais tenha decorrido em grande parte do vigor da acumulação na forma proposta por Smith (na citação), os aspectos políticos adquiriram importância.

Assim, durante a Grande Depressão da década de 1930, o sindicalismo surge nos EUA e em alguns países europeus como uma ampla e permanente força. Os sindicatos penetram na indústria de produção em massa, organizando grande número de trabalhadores de fábrica. Uma decisiva conjunção de circunstâncias levou a isso. Primeiro, as condições de trabalho e de pagamento tinham se deteriorado. Ocorre uma mudança no ambiente político dos EUA com a eleição de Franklin Roosevelt para presidente em 1932. Além disso, uma onda de greves, muitas bem-sucedidas, ocorreram em 1933 e 1934. O Wagner Act em 1935 deu uma garantia federal ao direito de se organizar e fazer greve. A partir dessas condições, os sindicatos passaram a ser organizados por indústria e não por ofício. Ocorreu a sindicalização da indústria do aço, do automóvel, do carvão, dentre outras. A depressão, o desemprego e a bancarrota levaram a opinião pública à desilusão com as ideias que refletiam hegemonicamente os interesses do capital.

Posteriormente, o período pós-guerra se caracterizou pela prosperidade geral e a constante melhora no padrão de vida. O aumento automático dos salários dos trabalhadores sindicalizados nas principais indústrias contribuiu para o aumento no padrão de vida durante esse período. Houve um aumento da sindicalização sob *New Deal*:

Tabela 2 - Evolução da Sindicalização nos EUA- 1929/53

Ano	%
1929	10
1933	28
1953	35

Fonte: Kaufman, 2004.

A Segunda Guerra Mundial produziu importante efeito sobre o desenvolvimento das relações de trabalho. A expansão continuada da negociação coletiva após 1940, por exemplo, deu-se nesse contexto. No período da guerra, o governo estava empenhado na produção de material bélico não havendo espaço para greves e agitação no trabalho. Além disso, durante a guerra foi inaugurado um elaborado sistema de controle dos preços/salários e procedimentos de definição de disputas, criando uma estrutura de mediação do trabalho e arbitragem. Mesmo no pós-Guerra, as repercussões dessa foram importantes para o desenvolvimento das relações de trabalho. Assim, quando sindicatos e empregadores foram liberados, em 1946, dos controles do governo, surgiu uma onda de greves em proporções sem paralelo que varreu as principais indústrias dos EUA. Tão grave era o conflito que o presidente norte-americano Truman, em 1952, declarou emergência nacional interviu e regulamentou as indústrias de aço para impedir uma greve da indústria, evitando o corte de fornecimento de material para a guerra da Coreia.

A ameaça comunista e a nova correlação de forças do pós-guerra foram um estímulo para as relações de trabalho. O “medo vermelho” se espalhou nos EUA, estimulado pela ocupação russa da Europa Central e Oriental, a queda da China para as forças comunistas de Mao Tse Tung e o advento da guerra fria. O espectro do comunismo acoplado com o movimento agressivo dos sindicatos e a onda de greves de repente tornou a melhora das relações de trabalho em uma prioridade nacional, motivando empregadores, universidades e o governo americano a dar mais atenção para as relações de trabalho.

Em consequência, na década após a Segunda Guerra Mundial muitos dos principais setores industriais da economia americana eram sindicalizados. Tornaram-se necessários milhares de profissionais para preencher novos empregos na indústria, no movimento do trabalho e nas agências regulatórias. O período de vinte anos que começa com o New Deal mostra a necessidade de regulação e intervenção governamental. A Depressão fora a evidência de que a economia capitalista necessitava de considerável regulação institucional e controles.

O pleno emprego era facilitado por uma política keynesiana - estabilização através de ativa política fiscal/monetária e crescimento econômico de longo prazo através de um aumento constante nos salários e no poder de compra conseguido pela redistribuição de renda via negociação coletiva, leis protetoras do trabalho e programas de seguro social. Importante é que o medo do comunismo reforçou a importância percebida de se usar práticas eficazes para

integrar o movimento do trabalho na ordem social americana e estancar o radicalismo. Tem-se o período denominado fordista ou do bem-estar social, como alternativamente designado. Os EUA exportam seu modelo. Na periferia algumas economias serão denominadas de economias semi-industrializadas periféricas fordistas (LIPIETZ,1988)⁷. Todavia, a partir de meados dos anos 60 do século XX, a participação dos trabalhadores sindicalizados no setor privado dos EUA inicia um constante e sustentável declínio⁸.

Em síntese, a acumulação é condicionada, em particular nesse período, não somente ou exclusivamente por critérios de lucratividade como geralmente demonstram os modelos que a restringem à lógica pura do capital. No período do capitalismo fordista, ou desenvolvimentista nos países periféricos, tem-se uma clara constatação dessa assertiva, como demonstram os níveis de acumulação da “Idade de Ouro”, condicionados pelos investimentos públicos e pela demanda do estado de bem-estar (e seu efeito indireto sobre os investimentos). A industrialização dos países (centrais), que se industrializam após a Inglaterra e dos países periféricos, com industrialização retardatária, irá mostrar a importância do papel do estado, em detrimento da estrita lógica dos mercados, para incentivar a acumulação nesses países como se verá mais detalhadamente na seção 4.2.e 4.3.

Anteriormente, no final do século XIX e início do século XX, a grande empresa passou a ser um fenômeno plenamente observável em termos internacionais. No século XX, a eletricidade, o motor de explosão e a sistematização e institucionalização das atividades de pesquisa e desenvolvimento impulsionavam a ampliação das empresas.

No capitalismo, sob a hegemonia americana, tem-se como característica, diferentemente do capitalismo sob hegemonia inglesa, a existência de grandes corporações. Como resultado, as grandes empresas oligopolísticas passam a criar departamentos de pesquisa. Ao invés de uma concorrência através de preços, tem-se uma concorrência através dos departamentos de pesquisa (Chandler, 1990). A concorrência passa a ocorrer através do investimento e não dos preços, como expõe Clifton (1977). As inovações influem sobre os determinantes dos investimentos, pois afetam a taxa de lucro, mediante reduções de custo, quando se trata de bens já em produção, ou afetam a demanda, quando se trata de bens antes

⁷ Lipietz questiona se a adoção parcial e ilusória do modelo central de produção e de consumo por países periféricos como o Brasil, sem a adoção das relações sociais correspondentes, não fracassou na sua inserção no “círculo virtuoso” do fordismo central. (LIPIETZ, 1988, p.77).

⁸ Conforme Katz e Wheeler (2004, p.67), a participação dos sindicatos declinou continuamente de um pico de 35 % no início dos anos 50 para 20 % em 1983 e no início do século XXI o percentual era de 13,5%.

não produzidos (LABINI, 1984). A empresa, ao crescer, passa a ter uma mobilidade maior. Além disso, gradativamente passa a existir uma dominância financeira no processo de definição, gestão e realização de riqueza sob a lógica geral de capital financeiro. As despesas com vendas, com destaque à propaganda, passam a ser um poderoso instrumento de concorrência.

No transcurso do século XX ocorrem grandes transformações nas instituições, que acompanham a acumulação e o crescimento. Nesse contexto, tem-se a substituição do capitalista individual pelo capitalista da sociedade anônima, constituindo uma institucionalização da função capitalista. Além da mudança da importância dos sindicatos, tem-se a modificação e ampliação do papel do estado, a ampliação do setor serviços e da dimensão financeira do capitalismo, com crescimento das instituições que acompanham essa ampliação. Cresce velozmente a participação das formas financeiras de posse da riqueza. Nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, as classes médias passaram a deter importantes carteiras de títulos e ações, diretamente ou através de fundos de investimentos ou de fundos de pensão e de seguro. O grupo dos capitalistas monetários se amplia.

Ocorre também a institucionalização da pesquisa e desenvolvimento nas empresas e a criação de instituições específicas extraempresa com essa finalidade. Essas modificações afetam os mecanismos de formação do salário, de preço, de produtividade, bem como o ritmo das invenções e das inovações. Assim, a mudança institucional e tecnológica acompanhou e condicionou a acumulação e o crescimento. Não por acaso, duas importantes escolas põem estas duas variáveis (formas institucionais e a tecnologia) no centro das suas análises sobre as transformações do capitalismo: os regulacionistas e os neoschumpeterianos, respectivamente.

Na Teoria da Regulação, as instituições participam na formatação das regularidades na acumulação. Conforme Boyer (1990), a hipótese central é que a reprodução do conjunto do sistema pode assumir formas variadas. Assim, em um estudo de longo prazo, é fundamental analisar com precisão as mudanças qualitativas e quantitativas que foram necessárias para a persistência das relações capitalistas em geral. O imperativo e a lógica da acumulação podem assumir formas diferenciadas. As relações sociais em suas configurações específicas para um país e momento histórico dados devem ser analisados. Portanto, os regulacionistas propõem uma segunda etapa, ou seja, caracterizar a configuração exata das formas institucionais. A noção de forma estrutural (ou institucional) tem o objetivo de elucidar a origem das regularidades que direcionam a reprodução econômica ao longo de um período histórico dado.

Boyer assinala que no capitalismo encontram-se três formas sociais fundamentais: primeiro, a moeda, segundo, a relação salarial e, por fim, a concorrência.

Já para Schumpeter, o desenvolvimento econômico decorreria da introdução de inovações pelos empresários, ou seja, novas formas de combinar os meios de produção disponíveis. Assinala:

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. [...] Tampouco esse caráter evolutivo se deve a um **aumento quase automático da população e do capital**, nem às do sistema monetário, do qual se pode dizer exatamente o mesmo que se aplica ao processo capitalista. O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. (SCHUMPETER, 1961, p. 105, grifo nosso).

Essas novas combinações são concebidas de modo amplo, podendo tratar-se tanto da criação de novos produtos quanto da introdução de novos métodos de produção, da abertura de um novo mercado, da conquista de uma nova fonte de matérias-primas, ou ainda da criação de uma nova forma de organização de uma indústria - por exemplo, a criação (ou a quebra) de um monopólio (SCHUMPETER, 1982, p.48). Para ele, o próprio sucesso do capitalismo acaba no final solapando as instituições que o protegem.

A questão posta pelos pós-schumpeterianos é que a racionalização do progresso industrial, que não se apóia primordialmente na iniciativa de um empresário individual na época do capitalismo das grandes corporações, não reduz o nível de inovação, extinguindo os papéis do empresário e do inventor. Entendem que a existência da grande empresa e demais instituições (o sistema nacional de inovações) não extingue a capacidade de inovação do sistema. Pelo contrário, o caráter aleatório da inovação é tal que uma economia não-planificada (embora modificações do capitalismo) se adapta muito melhor à sua natureza. Por esse entendimento a análise de Schumpeter não capta - em decorrência dos pressupostos de sua análise, ou mesmo da impossibilidade de visualizar o pleno sentido das transformações que iriam se completar em período posterior à sua época - adequadamente a complexa inter-relação da tecnologia e da ciência moderna, ou o rico e variado conjunto de instituições envolvidas em seu avanço. Com os neoschumpeterianos, a tecnologia e a inovação tornam-se os principais focos das atenções. É necessária a acumulação de conhecimento, de habilidades e de experiência.

A procura da valorização, o lucro e o mercado são frutos de uma determinada estrutura institucional (POLANYI 2000; MARX 1983; MILL, 1844) no caso em tela, da economia capitalista. As instituições moldam restringem o comportamento humano, mas, ao mesmo tempo, a ação humana pode transformá-las. Para Hodgson (2006), por exemplo, para se ater a um autor contemporâneo, as instituições são sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam as interações sociais. Entende que as instituições são sistemas duráveis porque moldam o comportamento humano; criam constrangimentos e capacitações para a ação humana. Conforme o autor, a estrutura de regras prevalecente provê incentivos e constrangimentos para as ações individuais. Hábitos são o material constitutivo das instituições, e instituições criam e modelam os hábitos. Assim, instituições dependem para sua existência dos indivíduos e seus hábitos que moldam as instituições. Qualquer indivíduo nasce dentro de uma preexistente estrutura institucional que molda seus hábitos. Assim, indivíduo e estrutura institucional, embora distintos, estão conectados em um círculo de interação mútua e interdependência. O importante a ressaltar no pensamento de Hodgson, para os fins pretendidos, é que os indivíduos podem alterar o real e as instituições, mas determinada estrutura institucional prevê incentivo e constrangimento para a ação individual.

Em síntese, o mercado, à procura do lucro, e as demais instituições constituem referenciais que condicionam e moldam o comportamento, como anteriormente se viu (enquanto a sociedade for capitalista). O entendimento de Hodgson lembra a conhecida assertiva de Marx de que as condições materiais de uma sociedade são a base de sua estrutura social e da consciência humana. Mas, importante ressaltar, a ação do homem pode alterar instituições e o real. O homem atua modificando instituições e estruturas, produzindo e criando tecnologia, modificando sua relação com os demais.

Contudo, a ação humana e a acumulação (em uma sociedade capitalista) estão associadas. Os métodos de produção da mais-valia, do excedente, do lucro, são, simultaneamente, métodos de acumulação e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meios de desenvolver os métodos de produção da mais-valia. Em torno da produção do valor excedente, a eficácia desta produção, gira o sistema. Bettelheim (1988), por exemplo, assinalou a relação entre o excedente (resultado da acumulação anterior), o conhecimento e o progresso técnico. O autor distingue um aspecto que se entende essencial, ou seja, o aumento do produto social disponível não resulta apenas do investimento do período passado, mas também do conjunto dos progressos técnicos e das despesas de

desenvolvimento e de investimento não produtivos que pôde suscitá-lo. Entende que parte do excedente é empregada no desenvolvimento. Refere-se à parcela do excedente (e, portanto dos lucros) que é dirigida para despesas de desenvolvimento, ou seja, todas as despesas que não sejam de investimento e que visem assegurar diretamente o aumento dos conhecimentos ou o aumento da difusão ou da utilização dos conhecimentos. Assim, o aumento do produto social disponível não resulta apenas do investimento do período passado, ou do empreendedorismo, mas também do conjunto dos progressos técnicos e das despesas de desenvolvimento e de investimento “não produtivos” que puderam suscitá-lo. Ou seja, a utilização da mais-valia e a forma que adquire o mais-produto (laboratórios, gastos em pesquisas, etc.) afetam a intensidade e a direção da acumulação. A competitividade, para se utilizar uma linguagem mais contemporânea, está associada a essa evolução.

Marx já havia assinalado que a riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não dependem do trabalho excedente, mas da sua produtividade e das condições mais ou menos favoráveis em que acontece. Ou seja, é da produtividade do trabalho que depende quanto valor de uso é produzido em determinado tempo, e, portanto, também no tempo de trabalho excedente. A dimensão deste excedente e do produto, os valores de uso, é que determina a riqueza e as possibilidades de expansão. Então, o aumento da produtividade depende da composição desse excedente e sua utilização, e, portanto, a própria viabilidade e vigor da acumulação dependem desse processo.

Ao se retornar a Economia Política clássica, pode-se observar que essa realça o consumo do excedente por trabalhadores produtivos em vez de improditivos como momento característico do processo de acumulação. Na verdade, os clássicos entendiam que, quanto maior fosse a poupança, maior seria a acumulação do capital. A parte da produção não consumida, isto é, poupada, seria utilizada para a acumulação. Ricardo efetuava essa suposição, que hoje se sabe incorreta por desconsiderar a demanda efetiva, baseado na observação do capitalismo em sua época. Em uma economia global, pouco concentrada, na qual é relativamente fácil a entrada de novas empresas, e na qual prevalecem as formas concorrenciais, nenhum empreendedor é bastante grande para abarcar a demanda global. Assim, ao tomar decisões sobre investimentos, cada empreendedor considera o preço, que ele não pode modificar, e o custo. Na concorrência, é fácil não só a entrada, mas também a saída. Numa economia pouco concentrada, uma prolongada queda dos preços é perfeitamente compatível com um produto nacional crescente em termos reais. No século XIX, isso ocorreu

efetivamente durante longos períodos. Portanto, como se dirá posteriormente, o preço é dado para as empresas em concorrência. Ou seja, em concorrência perfeita as empresas decidem a expansão da produção com base nos níveis de preço (que não podem influir), custo e recursos disponíveis. Se, além disso, o mercado de crédito é um mercado perfeito e a demanda de empréstimo é homogênea então o juro é o regulador de sua variação. Tem-se uma época de grande dinamismo. O lucro é essencialmente o fator primordial para as empresas investirem. Vive-se o capitalismo concorrencial.

No capitalismo das grandes corporações, o aspecto essencial deixa de ser somente o lucro. As grandes empresas devem considerar o desenvolvimento da demanda⁹ e, em especial, do impacto de suas ações sobre essa própria demanda. Keynes irá teorizar sobre esse capitalismo. No entanto, a suposição de que os investimentos são realizados até o ponto em que a eficiência marginal do capital (a taxa esperada de lucros) é igual à taxa de juros, a rigor seria válida somente em condições de concorrência perfeita. Labini assinala:

Em condições de monopólio, uma redução de juros pode não ter nenhuma influência nas decisões de investimento. No oligopólio concentrado, as grandes empresas em ampla medida se autofinanciam e pouco se preocupam com o nível da taxa de juros ao realizarem seus investimentos. As variações de juros podem ter influencia nos investimentos das pequenas empresas, seja das que operam em setores pouco concentrados, seja das que operam junto às grandes empresas em setores com elevada concentração relativa, isto é particularmente verdade nos setores em que os juros representam um elemento importante do custo de produção, como a construção civil. Além disso, podem afetar a composição dos investimentos, fazendo variar o custo das reservas, independente das condições de mercado em que a empresa opera. Enfim, pode afetar os empréstimos aos consumidores. Mas têm pouca influencia no volume dos investimentos, e, portanto, da produção, nos ramos em que prevalecem formações oligopolísticas: aqui é a demanda que condiciona. (LABINI, 1984, p. 165).

Labini assinala que em oligopólio uma redução da taxa de juros pode afetar os investimentos, mas trata-se de um efeito eventual e indireto, que acontece mediante uma ampliação da demanda. Observa que se a redução dos juros é grande e permanece por algum tempo essa redução, modificando o custo de manutenção das reservas para todas as empresas, dá lugar a uma redução geral de custos. Tal redução tende a determinar uma redução dos preços e, portanto, estimula uma ampliação da demanda; essa ampliação pode então estimular

⁹ Lembrando que a existência de uma relação salarial administrada foi uma característica do período fordista, onde parte dos ganhos de produtividade foram transferidos aos salários, favorecendo a expansão compatível da demanda (com a produtividade) e viabilizando o excepcional dinamismo do período.

os investimentos. Mas se a demanda, apesar da redução do preço, não aumenta, os investimentos também não aumentam.

A taxa de juros passa a ter novamente um papel central a partir da crise do regime fordista, contudo, nesse momento, as finanças deixaram de ter como função primordial o auxílio à acumulação produtiva e, sim, passam a ter uma dinâmica própria. Constituem o resultado das dificuldades de valorização na esfera produtiva e passam em certos momentos a se constituir em alternativa ao investimento produtivo (acumulação financeira).

Para Ricardo (1982), a condição necessária e suficiente para o crescimento é a existência de uma taxa média de lucro suficientemente elevada. Com a própria valorização do capital, haverá poupanças abundantes, e o desenvolvimento econômico estará assegurado pelo aumento do emprego e pelas melhorias das técnicas de produção. Supunha, ainda, que uma dada distribuição definiria o uso: se destinada aos capitalistas seria acumulada, se destinada aos rentistas (primordialmente proprietários da terra) seria desperdiçada para efeito de acumulação. Posteriormente o entendimento de Ricardo perde força e o conceito de poupança passa, em certo sentido, a ser relacionado a uma decisão individual. Deve-se observar, no entanto, que essa (a poupança) está em grande parte relacionada ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a dimensão do excedente econômico. Relação que passa a ser captada, dentro de uma terminologia keynesiana, por uma maior propensão a poupar decorrente do crescimento da renda¹⁰.

Marx teorizou na época do capitalismo concorrencial. Entendia que a batalha da competição era feita através da redução do preço das mercadorias. O baixo preço das mercadorias dependeria da escala de produção. Os grandes capitais batem os pequenos. A isso se acresce o sistema de crédito que, segundo Marx, se constitui em “uma nova e temível arma na luta da concorrência” (Marx, 1988, p.188). Assinalou, com base nesses elementos, a tendência à concentração e à centralização do capital.

Sweezy assinala que esse conjunto da interpretação mostra que Marx (e Engel) acreditava que o capitalismo teria chegado a um ponto de mudança. Destaca que “Nesta forma de ver, apesar de tudo, o fim do capitalismo concorrencial marcará não o início de uma nova fase do capitalismo, mas antes o início da transição para um novo modo de produção que iria

¹⁰ Observando, é claro, que a poupança está relacionada com o nível de renda e não diretamente com as classes sociais. A parcela da classe trabalhadora que, através da diferenciação salarial, possui uma maior participação na renda e, portanto, participa no excedente gerado no processo produtivo, em termos clássicos e marxistas, possui uma propensão a poupar maior do que os outros segmentos da classe trabalhadora.

suplantar o capitalismo”. (SWEEZZY, 2004). Como essa transição não ocorreu, existiria a necessidade de atualizar a teoria de Marx para considerar o capitalismo monopolista da nova fase. Uma consequência importante, com reflexos sobre países industrializados da periferia com grandes empresas monopolistas como o Brasil, é que os lucros acumulados (a “poupança”) não seriam reinvestidos com o mesmo dinamismo.

A multiplicação do capital é também a multiplicação do proletariado. A cada ano mais trabalhadores, com a acumulação, são ocupados em relação ao ano anterior. Marx assinalará que o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai em proporção a seu tamanho menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ela. Acreditava que a acumulação de capital iria levar ao crescimento do proletariado industrial (em números absolutos) e a homogeneização de seus interesses, aguçando o conflito entre as classes e levando (ou favorecendo) o surgimento de uma nova sociedade (socialista). Verificou-se, no entanto, com o incremento da acumulação e com o desenvolvimento capitalista, o crescimento de atividades improdutivas (ou a transformação de atividades improdutivas em produtivas), a diferenciação salarial (salários e ordenados) com consequências diretas sobre o movimento das classes assalariadas, favorecendo a estabilidade.

A revolução técnico-científica das duas últimas décadas do século XIX não pode ser compreendida em termos de inovações específicas - como no caso da Revolução Industrial, que pode ser caracterizada por um punhado de invenções básicas -, mas deve ser compreendida mais em sua totalidade como um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal. A inovação-chave não deve ser encontrada na química, na eletrônica, na automação das máquinas, na aeronáutica, na física nuclear, ou em qualquer dos produtos dessas tecnologias científicas, mas, antes, na transformação da própria ciência em capital. Cada avanço na produtividade reduz o número dos trabalhadores realmente produtivos, amplia o número dos trabalhadores que fica disponível para ser utilizado nas lutas entre empresas pela distribuição do excedente, aumenta a utilização do trabalho em empregos ociosos ou nenhum emprego, e dá a toda sociedade a forma de uma pirâmide invertida que repousa em uma base cada vez menor de trabalho útil. Com o transcurso da acumulação e ampliação do excedente, a participação rentista também se amplia, ou seja, os capitalistas monetários se ampliam.

O desenvolvimento decisivo no processo de produção data precisamente do mesmo período quando o capitalismo se torna monopolista. A gerência científica e todo o “movimento” para a organização da produção em sua base moderna desponta nas últimas duas décadas do século XIX. E a revolução técnico-científica começa também, como já se viu, ao mesmo tempo. Na fase do capitalismo monopolista se desfaz o vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual. Imensos agregados de capital podem ser reunidos, que ultrapassam de longe a soma de riqueza daqueles diretamente associados com a empresa. Tem-se, com o desenrolar da acumulação e com o crescimento das grandes empresas e do excedente disponível, a diferenciação dos salários e ordenados, a ampliação das funções do estado e o crescimento dos rentistas em escala não prevista pelos economistas clássicos e por Marx, que observavam o capitalismo do século XIX. A ampliação torna-se independente da acumulação propriamente dita (baseada na renda da empresa) e pode ser completada diretamente através do aumento do capital. Cai, assim, a barreira do crescimento da empresa individual que estava associada à magnitude do lucro gerado pela própria empresa.

A grande corporação americana moldou o modelo de empresa de outros países do centro que criaram as suas próprias empresas transnacionais para operarem em países da periferia. Essas empresas propiciam aos seus capitalistas monetários e mesmo à parte dos assalariados a participem do lucro (da mais-valia) gerado nos países periféricos. De forma específica nos novos países industrializados, agora emergentes.

Mas, embora o crescimento de classes e grupos que acessam o excedente gerado no sistema, o desenvolvimento capitalista sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender à necessidade de acumulação (valorização), e não a de consumo. Essa proposição, resultado de um longo debate sobre as possibilidades do capitalismo e o desenvolvimento do mercado interno capitalista, afasta as conclusões de alguma impossibilidade congênita de desenvolvimento decorrente da falta de consumo (as teorias subconsumistas). Assim, embora o consumo restrito das massas não se constitua em um bloqueio (intransponível) para o desenvolvimento capitalista, entende-se que a ampliação do consumo, de forma a melhorar a distribuição de renda, pode vir a se constituir em importante reforço a esse desenvolvimento (ver seção 4.4).

O traço mais significativo da evolução no pós-guerra manifesta-se no papel estratégico assumido pelo estado como instrumento estabilizador das economias nacionais. Nesse a estabilidade liberou as empresas da necessidade de trabalhar com preços relativamente

flexíveis. Na economia de preços administrados, o dinamismo deriva da introdução de novos produtos e da possibilidade de condicionar o comportamento do consumidor.

A partir do momento em que o nível da demanda global tende a apresentar uma taxa de crescimento estável, são as flutuações setoriais, isto é, modificações na composição da demanda global, o elemento perturbador do nível de atividade da empresa. Mesmo que a demanda global se expanda, a demanda de certos produtos estará em declínio absoluto ou relativo, em benefício da de outros. Sendo assim, quanto maior o número de mercados em que atue uma empresa, maior será a probabilidade que terá ela de abrigar-se contra movimentos adversos da demanda.

Ao capacitar-se o estado para estabilizar o sistema econômico e ao ampliar-se substancialmente a eficácia dos métodos de decisão (computadores), estavam-se criando condições que levariam a profundas modificações nas estruturas da economia capitalista. Uma das modificações mais visíveis inicialmente é a evolução das grandes empresas americanas - na qual um reduzido número delas controla os capitais investidos na indústria manufatureira e parcela significativa dos investimentos diretos no exterior.

Fazer-se presente em distintas áreas é maximizar as oportunidades de investimento. Estando ao abrigo das circunstâncias que afetam cada economia nacional em particular, a grande empresa pode crescer mesmo nas economias que estão em declínio, mediante a aquisição de empresas locais. Assim, como assinala Furtado (1987, p.19), o sistema econômico internacional do pós-guerra constituiu-se “menos em um fenômeno de comércio internacional de que de controle das decisões econômicas numa área multinacional”.

A constituição das grandes sociedades anônimas no início do século XX foi inseparável da emergência da finança moderna. A dupla, finança-indústria, define o quadro institucional do capitalismo do século XX. Hobson (1983), em *A Evolução do Capitalismo Moderno*, mostra como o sistema evoluiu da situação em que o empregador-proprietário captava pessoalmente recursos monetários ou conseguia adiantamentos para administrar sua empresa para formas empresariais mais desenvolvidas. Nestas, a função de financiar se distingue da função de dirigir a empresa, transferida para uma categoria específica: patrocinadores, banqueiros, corretores e outros financistas, intermediários entre o investidor e o organizador de uma indústria específica que reúnem o capital ocioso encontrado em inumeráveis fontes da comunidade e o administram por meio dos vários canais de investimento. O autor assinalou que, com o advento da sociedade anônima e da grande

empresa o crédito, entra na estrutura financeira da empresa de capital acionário já no nascimento dessa. Acentua o papel da classe financeira em geral como diretora estratégica da grande empresa.

No século XX ocorreram importantes transformações, modificando a realidade exposta por Hobson. A partir de então, com o transcorrer da acumulação, os investidores foram ampliados, setores das classes médias, de forma típica, passaram a investir em ativos financeiros. As empresas substituíram os empresários individuais e passaram também a aplicar em ativos financeiros. A empresa capitalista passou a investir em ativos financeiros, exercendo a função que, como descreveu Hobson, era do investidor, ou a investir na esfera produtiva, exercendo a função do empresário.

O processo de acumulação de capital em economias anteriormente não capitalizadas passou também a subordinar-se à reprodução do grande capital do ocidente. A partir desse ponto, foi a exportação de capital dos países centrais (imperialistas), e não o processo de acumulação primária, impulsionada pelas classes dominantes locais, que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado “Terceiro Mundo”.

No processo de transformação do capital individual, ou melhor, com o surgimento da sociedade por ações, tem-se uma modificação da forma da riqueza, os meios de produção deixam de integrar o estoque de riqueza individual. A máquina ou o parque industrial, por exemplo, já não pertencem ao capitalista, embora o seu controle esteja subordinado àqueles que possuem os meios para comandá-los: o capital. O comando, no entanto, não se exerce mais a partir da posse imediata dos meios de produção, mas da manipulação de títulos que conferem aos seus detentores o direito de gestão direta ou indireta dessas unidades produtivas. Quem era antes proprietário de uma máquina tornou-se dono de um título; a máquina, por sua vez, passou a integrar os haveres da organização cuja administração responde a seus acionistas ou seus representantes. A sociedade por ações é um desenvolvimento específico da acumulação privada no contexto do modo de produção capitalista. Marx já havia assinalado:

O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e força de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. É a superação do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. (MARX, 1984, p.332).

No entanto, os proprietários ainda possuem predominantemente uma nacionalidade. Com a internacionalização das sociedades anônimas (bancos, indústrias, comércio e serviços) dos países centrais (especialmente as americanas), o rendimento delas passa a depender das filiais no exterior. Assim, embora o controle e a gerência possam estar descentralizados e mesmo a cargo de profissionais recrutados nos países das filiais, o controle essencial (do capital) permanece vinculado aos interesses do capital. Parcela dos lucros (excedente) dos países hospedeiros irá se dirigir para esses capitalistas monetários. A própria aplicação dos recursos (lucros) não distribuídos obedecerá aos objetivos do capital. As empresas procuram maximizar lucros no longo prazo, no conjunto das filiais, e centralizar para distribuição aos acionistas. Desta forma, o destino das filiais e da matriz estão vinculados aos interesses dos capitalistas (monetários) do país de origem (primordialmente dos países centrais, industrializados).

A partir da década de 70 do século XX, a preponderância das finanças adquire um caráter particular. Tem-se uma mudança qualitativa segundo diversos analistas, ou seja, a época da hegemonia das finanças, como se dirá. Por finança entende-se um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições - indivíduos por trás das instituições - que detém importantes capitais monetários e financeiros. Ao se recorrer ao termo *Hegemonia* enfatiza-se que, para além do crescimento das instituições monetárias e do desenvolvimento dos mecanismos financeiros, a finança fixa as regras do jogo econômico, em matéria de renda, emprego e macroeconomia e exerce controle sobre o seu próprio funcionamento. A finança deixou de ser um simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função (MARX, 1984, p.283).

Junto com a financeirização é destacada a denominada globalização ou mundialização como característica do período posterior à década de 1980. As barreiras à livre movimentação de mercadorias e capitais teriam sido derrubadas ou atenuadas de forma significativa. Um ponto essencial foi destacado por Furtado (1987) ao assinalar que as modificações políticas causadas pelo segundo conflito mundial conduziram à integração dos mercados das economias capitalistas industrializadas, reduzindo a capacidade reguladora dos estados nacionais e aumentando a autonomia de ação das grandes empresas. Lipietz (1988, p.89), no mesmo sentido, entende que a internacionalização dentro do centro teve a gravíssima consequência de enfraquecer posteriormente o crescimento, e “[...] os esforços de cada país

em aumentar sua competitividade em detrimento de seu poder aquisitivo interno tiveram por consequência travar globalmente o crescimento dos mercados”.

A análise do fluxo de investimento do período confirma esse entendimento, pois mostra que esses são primordialmente realizados entre os países do centro (e não centro-periferia). Teria-se uma globalização com hegemonia, mas com forte associação de interesses entre os países centrais (grupos ou classes desses países), a partir da ação das grandes corporações impondo o sentido das modificações. As modificações decorreriam das dificuldades de acumulação (valorização) e da procura de saídas para tal. Assim, o transcorrer da acumulação e sua ampliação associada à hegemonia dos países centrais acabariam por favorecer a liberalização em escala global.

Deste modo, ter-se-iam objetivos comuns entre os capitais dos países centrais em relação aos periféricos, sem suprimir o conflito entre esses capitais (do centro). A política do capital financeiro procura criar um território econômico tão vasto quanto possível para os capitais dos países centrais. A defesa do território de cada país central fica garantida pela dimensão da acumulação alcançada nesses países, pelo aumento das restrições à difusão do progresso técnico e pelo controle das patentes pelas empresas desses países, bem como devido às restrições à mobilidade da mão de obra.

Vista a importância das modificações ocorridas no capitalismo para a análise da evolução da acumulação e do capitalismo brasileiro após a década de 1980, analisar-se-á, na próxima seção, de forma mais específica, as transformações desse período.

3.2 ACUMULAÇÃO E A ATUAL FASE DO CAPITALISMO (O TODO ATUALIZADO)

A partir da década de 1970, a economia mundial passou por importantes transformações a ponto de diversos autores se perguntarem se não se estaria em uma nova fase do capitalismo¹¹. Para distinguir esse período, poder-se-iam assinalar diversos acontecimentos e características. Além-se na presente seção somente a descrever aspectos essenciais de parte dessas modificações: a financeirização e a mundialização (ou globalização), as modificações na relação capital/ trabalho e a existência de um mundo unipolar (queda da URSS). Uma outra importante característica do período, para os fins que se pretende, foi a industrialização de

¹¹ François Chesnais, Gerard Dumenil, Dominique Lévy e Immanuel Wallerstein, por exemplo, são autores que procuram responder a essa questão com o livro: *Uma nova fase do Capitalismo?* (Chesnais et al., 2003).

áreas fora do centro. Por questão de exposição, esse assunto será examinado no capítulo quatro.

Diversos analistas assinalam que se estaria vivendo um período em que a lógica de valorização é determinada pelas finanças. Ou seja, o incremento da dimensão financeira que se verifica após a crise dos anos 70 do século passado levou a que alguns autores vislumbrassem a inauguração de um novo regime de acumulação em escala internacional, caracterizado por uma dominância financeira. As finanças, portanto, teriam adquirido um grau de autonomia que fez as determinações de seu movimento se descolarem do nível de utilização do capital produtivo e da força de trabalho. Explicita-se nesses movimentos a construção de um regime de acumulação que dispensa a elevação do salário real e do emprego público como fator de sustentação da demanda efetiva em níveis elevados e crescentes. Ou seja, outra passa a ser a forma da dinâmica geradora de crescimento e ciclos: o novo regime de acumulação, tomando emprestado a terminologia dos regulacionistas, instaurado pela reestruturação institucional dos anos 1980 é fortemente amparado no circuito da valorização financeira e, sobretudo, fictícia do capital. Defende-se que o capital financeiro, na nova fase do capitalismo, controla o capital substantivo, produtivo, determinando o comportamento gerencial dos gestores do capital em ação. Trata-se do predomínio de uma lógica financeira geral nas decisões de investimento e de acumulação de capital (e de patrimônio, considerando este no sentido amplo de ativos em geral).

Significativa parcela desse grupo de autores se apoia, em maior ou menor grau, na análise de Marx, a partir do capital a juros e fictício. Constituem esses conceitos ponto de partida.

Marx, no Livro terceiro de *O Capital*, explicitou por que no capitalismo o capital dinheiro acabou se tornando uma mercadoria e aparece como capital de empréstimo. Assim, o capital portador de juros é capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função. Se todo o capital estivesse nas mãos dos capitalistas industriais não existiriam juros. No capítulo XXIX, *Partes Constitutivas do Capital Bancário*, mostra como a partir do excedente e do valor excedente, especialmente em sua forma juro, se desenvolve ou se institucionaliza títulos de valor que compõem parte do que denomina de capital bancário e que hoje, tendo em vista a criação de novos instrumentos de crédito e inovações, por instituições financeiras e não financeiras, poder-se-ia chamar de capital financeiro (ou termo similar).

Ainda, conforme Marx, o capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro do capital, quer provenha de um capital ou não. O rendimento monetário é convertido em juro e com o juro se acha então o capital que se origina. Chama a formação desse capital fictício de capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se calculando na base da taxa média de juros como importância que um capital emprestado a essa taxa de juros proporcionaria. “Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida.” (MARX, 1985, p.11). Tem-se um movimento autônomo do valor dos títulos de propriedade, pois estes se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação própria. Discorre que os títulos representam direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura. A acumulação de capital monetário, portanto, em grande parte, deve ser entendida apenas como a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação de preço de mercado, do valor ilusório desses direitos.

Hilferding (1985), mesmo antes da dominância das finanças da etapa atual, já havia refletido sobre as características da evolução das finanças no capitalismo. Expunha que, na circulação capitalista de mercadorias, a circulação de bens significa a realização de lucro que nasceu na produção e constitui o móbil do comércio econômico. Dentro da sociedade capitalista, a transferência ao capitalista da mercadoria força de trabalho significa, além da transferência, aumento da propriedade capitalista por meio da produção de mais-valia. Mas, na circulação de títulos, trata-se de transferência de propriedade, circulação de meros títulos de propriedade, sem transferência simultânea de mercadorias. O movimento de propriedade tem lugar sem um movimento simultâneo de bens. Aqui, a propriedade capitalista perdeu toda conexão direta com o valor de uso. A própria mobilização, a criação do capital fictício, já é propriamente uma causa importante do surgimento da propriedade capitalista, fora do processo de produção. Assim, em um sentido específico, a “riqueza” cresce fora da esfera da produção.

No entanto, uma coisa é mostrar o surgimento do capital a juro a partir de um empréstimo e mesmo a gênese do capital fictício, como resultado do capital industrial, ou mesmo descrever o desenvolvimento das finanças no início do século XX; outra é afirmar que, a partir da generalização do capital a juros e fictício, tem-se que o capital financeiro domina o capital industrial, ou melhor, a lógica de valorização está sendo determinada pela

valorização financeira, como assinalam os analistas mencionados. Essa situação, capital a juros subordinado ao industrial ou dominante sobre o industrial, constituiriam ou caracterizariam etapas diferentes do capitalismo, e essa transição necessitaria de explicação teórica e histórica. Ou seja, defende-se que o capital financeiro, na nova fase do capitalismo, controla o capital substantivo, produtivo, determinando o comportamento gerencial dos gestores do capital em ação. Trata-se do predomínio de uma lógica financeira geral nas decisões de investimento e de acumulação de capital (e de patrimônio, considerando este no sentido amplo de ativos em geral). Assim, mesmo para as grandes empresas que atuam em vários países e setores, de caráter eminentemente industrial, existe a vigência de uma dominância financeira no processo de definição, gestão e realização de riqueza sob a lógica geral de capital financeiro (fusão das formas lucro e juros), a qual preside a concorrência dos capitais.

O termo acumulação, portanto, significa tanto o aumento dos meios e da capacidade de produção através do investimento quanto a extensão das relações de propriedade. A acumulação tomada no sentido de extensão espacial e/ou social das relações mercantis e de relações de propriedade capitalistas se amplia gradativamente durante todo o século XX, como se viu, mas ao final do período adquire características peculiares.

Marx já havia assinalado que a acumulação de capital de empréstimo consiste simplesmente em que o dinheiro se precipita como dinheiro emprestável. Esse processo difere muito da transformação efetiva de capital; é apenas a acumulação de dinheiro em uma forma que pode ser transformado em capital. A expansão do capital monetário pode ser resultado da acumulação real e, em parte, resultado dos desdobramentos que a acompanham, mas que são distintos dessa. Mas, podem ser também resultado das paralisações da acumulação real.

Segundo Marx, com o crescimento da riqueza material cresce a classe dos capitalistas monetários, multiplicam-se, por um lado, o número e a riqueza dos capitalistas que se retiram, dos rentistas, e, por outro, o desenvolvimento do sistema de crédito é incentivado e, com isso, o número de banqueiros, prestamistas e financistas aumenta. Uma taxa de juros elevada pode ser paga, em épocas de especulação, não a partir do lucro, mas a partir do próprio capital alheio emprestado, e isto pode perdurar por algum tempo. Marx assinala que a chamada pletora do capital acompanha a superprodução industrial.

Para outros autores, como Giovanni Arrighi (1996), Braudel (1995), Chesnais (1996) e mesmo Marx, a preponderância financeira decorre de um declínio de uma etapa, que vem

sempre acompanhada por uma hegemonia das finanças e aumento da instabilidade do sistema. Após o declínio da hegemonia financeira, abre-se a possibilidade de uma retomada dos investimentos produtivos.

Marx discorreu sobre o desenvolvimento da acumulação na época do capitalismo concorrencial. Nesse período, as crises, que de forma recorrente seguiam a um período de vigor da acumulação (com ampliação das finanças - a plethora dos capitais), levavam a uma destruição dos capitais privados e, posteriormente, a recuperação das taxas de lucratividade.

Sweezy em o *Triunfo do capital Financeiro (1994)* assinala que, no atual momento, se está vivenciando uma situação diversa à retratada por Marx. Ou seja, tem-se o desenvolvimento das finanças associado à estagnação. Chesnais, por sua vez, questiona se não se deve conceber as transformações como um momento novo e singular da economia capitalista, e expõe:

No momento em que escreveu isso [refere-se a Marx], essa “vertigem” só perdurava o tempo da fase final de expansão do ciclo industrial decenal “clássico”. Porém, em condições históricas dadas, não poderia essa “vertigem” assumir proporções maiores, adquirir temporariamente um caráter estrutural? Por que se deveria recusar a exploração da hipótese segundo a qual a emergência de relações políticas e sociais e de instituições poderosas favoráveis ao capital de aplicação financeira concentrado levou a uma tentativa de transformar a “vertigem” num modo de existência do capital para um período maior que o final de uma fase ascendente? (CHESNAIS, 2002, p.7).

Em síntese, tem-se uma modificação qualitativa do capitalismo a diferenciar a atual financeirização das ocorridas em épocas anteriores. Então, ao que parece, a mudança qualitativa decorre das transformações das instituições e, principalmente, do papel do estado que impede uma resolução da crise através da depreciação do capital produtivo e, principalmente, do capital fixo, que desse margem a uma recuperação da taxa de lucro capaz de liderar um novo surto de crescimento sustentado. Hilferding já havia assinalado:

[...] o capital financeiro para manter e ampliar sua superioridade precisa de um estado politicamente poderoso [...], um Estado forte que faça valer seus interesses no exterior (...) e que possa intervir em toda a parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento. (HILFERDING, 1985, p. 303-314)¹².

¹² O Estado americano, particularmente após a queda da URSS, parece preencher as condições supostas por Hilferding na citação.

O movimento e mesmo a resolução das crises podem ser muito mais arrastadas do que em períodos anteriores. Tugan-Baranovski já chamava a atenção da característica das crises na época do capitalismo monopolista, mesmo antes da acentuada financeirização do atual período: “As crises anteriores se assemelhavam a uma tormenta que rapidamente açoitava o país e destruía todo o seu caminho, mas que com a mesma velocidade desaparecia [...], já a crise atual não é mais um caso agudo de enfermidade, mas sim uma enfermidade que se arrasta durante muito tempo [...]”(BARANOVSKI, 1894 apud MAZUCHELLI, 1985, p. 116).

No capitalismo concorrencial, a própria crise engendrava a recuperação e preparava uma nova etapa expansiva pela ação de mecanismos estritamente econômicos. A economia monopolista não dispõe de forma de autorregulação. Na atualidade, as funções de regulação passam a ser exercidas no âmbito do próprio estado, de modo que, no capitalismo monopolista, há uma politização da economia, já que nenhum conflito pode-se subtrair à presença do Estado. Em consequência, “necessariamente toda a crise econômica se transfigura numa crise política”. A intervenção do estado através da ampliação do gasto, do controle monetário e do refinanciamento da dívida - evita a eclosão de reversões descontroladas atenuando de maneira decisiva a intensidade das crises. Após os anos 1930, a substituição dos mecanismos automáticos da regulação pela regulação consciente do estado foi capaz de evitar crises em maiores proporções.

Então, ao que tudo indica, as mazelas não advêm do gigantismo do estado. O ponto fundamental é que, ao contribuir em meio à própria crise para a sustentação da rentabilidade corrente, reforçam-se os mecanismos de defesa dos grandes capitais - a ação estatal termina por sancionar a especulação e inibir a recuperação do investimento produtivo. Assim, por exemplo, os acontecimentos do ano de 2009 e o socorro dos estados aos grandes capitais parecem confirmar essa proposição de que o estado tem procurado realizar uma regulação consciente, ou melhor, condicionado pelos interesses hegemônicos articulados a partir da grande empresa capitalista e das características decorrentes da acumulação contemporânea (um conjunto bem mais heterogêneo de assalariados e beneficiários). Portanto, é a trajetória da riqueza, a forma como será mantida e valorizada, que define o comportamento da renda e seu crescimento. O papel do estado foi fundamental para a valorização financeira da riqueza. Essa valorização, como assinalam alguns autores, decorre das dificuldades de valorização na área real.

Discute-se se a ampliação do capital em nível global não seria uma consequência da própria essência do capital que induz um crescimento contínuo e, conseqüentemente, a universalização e internacionalização da economia. E, portanto, a denominada globalização não seria mais do que um resultado inexorável desse movimento. Mas, justamente nesse momento, surge a questão das crises e o papel do estado na resolução delas, o que permitiu à acumulação prosseguir sem que as crises detivessem esse movimento muito antes. Marx, em vários momentos, parece acreditar que as crises propiciariam o ambiente que levaria a que os trabalhadores modificassem o sistema, em um momento bem mais próximo da época em que viveu¹³. Por esse entendimento, a globalização não resulta somente da lógica do capital, mas das instituições e, em especial, da ação do estado, que viabilizaram a acumulação¹⁴.

A verdade é que a acumulação prosseguiu com o crescimento do estado e das empresas e, no momento presente, a classe trabalhadora foi transformada em relação à época de Marx, sendo em todo mundo pequena e decrescente a participação da classe operária industrial que esse autor considerava como a classe protagonista em sua época. Então, a internacionalização está inscrita na própria essência do capital, mas foi viabilizada pela ação do estado e das instituições que acompanharam a acumulação do capital. Essa internacionalização já se manifestava no período da idade do ouro.

A autonomia da esfera financeira, mesmo na época de predominância da grande empresa e da grande dimensão do estado, apresenta limitações. Ou seja, D-M-D' se reduz em relação a D-D' e isso quer dizer que o capital portador de juros precisa, para valorizar-se, avançar sobre a renda de outros setores sociais. Na verdade, as transformações recentes do capitalismo com a desregulamentação do mundo do trabalho e com as alterações na esfera da produção parecem indicar um movimento no sentido da procura em ampliar a valorização na esfera produtiva, visto o declínio da lucratividade nesse setor, da qual, para alguns, o incremento da esfera financeira seria uma consequência. Manifesta também uma mudança no sentido de atender de forma mais vigorosa aos interesses do capital em detrimento aos do trabalho. As modificações na relação de poder entre o capital e o trabalho teriam sido importantes para viabilizar as transformações posteriores (mundialização, financeirização). O papel do grande capital e sua possibilidade de migração foram fundamentais nessas

¹³ Embora sempre tenha deixado claro que essa modificação ficava na dependência da ação da classe trabalhadora.

¹⁴ Implícita a ação humana na modificação das instituições e na ação do estado. Essa foi resultado de conflitos e de luta de interesses entre classes, grupos, etc.

transformações. Mas o ponto essencial, de partida, pode ser visualizado a partir das modificações nas relações de trabalho.

Vejam-se, então, com mais detalhes, as modificações nas relações de trabalho no país hegemônico nesse período.

As modificações na economia americana (e na inglesa) a partir dos anos 1980 constituem um marco das modificações que irão se processar posteriormente nas demais economias centrais e a seguir nas demais. Na década de 1970, o setor sindicalizado da economia começou a sentir os efeitos de competição mais direta do exterior, a pressão aguda para responder ao acentuado declínio do emprego durante as recessões profundas de 1970-71 e de 1974-75, os efeitos da desregulação, e o aumento da competição do setor não sindicalizado. Houve declínio dos membros sindicalizados e moderação nos termos dos contratos. Em geral, embora percebessem as mudanças no ambiente, a preocupação central dos administradores e dos trabalhadores continuava a ser a manutenção da estabilidade e a continuidade do processo de barganha.

A emergência de um grande setor não sindicalizado nos Estados Unidos desde 1960 ocorreu em função de um ambiente em mudança, assentado profundamente em valores de gerência/empresarial opostos aos sindicatos, aspecto destacado por Kochan, Katz e Mckersie (1994), e as oportunidades e incentivos para evitar os sindicatos, como o resultado das mudanças competitivas e das condições de custo. Como causas da mudança é assinalado o desgaste dos sindicatos, em decorrência do comportamento de várias lideranças, bem como o fato de que os gerentes, ao introduzirem sistemas de gerência de recursos humanos, ganham poder e acabam obtendo sucesso em desenvolver um novo sistema não sindicalizado. Kochan, Katz e Mckersie (1994) assinalam que mesmo nas indústrias onde o sindicato era mais organizado, mais poderoso, o crescimento do setor não sindicalizado, muitas vezes, pode ocorrer. Esse crescimento ocorre pela criação de novas firmas.

Essas modificações ganham impulso a partir da eleição de Ronald Reagan. O presidente, na greve dos controladores aéreos em 1981, passou uma mensagem de que os sindicatos tinham perdido muito do seu poder político, e também o apoio da opinião pública. Promoveu mudanças na política regulatória. Sua política macroeconômica e de comércio abriu o mercado americano para uma maior competição. Por sua vez, a recessão 1981-1983 mobilizou muitos empregadores para fugir ou mesmo abolir a negociação coletiva. Na década de 1980, a ascensão do valor do dólar reduziu a competitividade dos produtores nos mercados

estrangeiros. Esse movimento atingiu os sindicatos. Ocorreram fechamentos de plantas e dispensas maciças que levaram alguns analistas a discutir se não existiria um processo de desindustrialização nos EUA. Esse ambiente levou os sindicatos a efetuarem algumas concessões. Em decorrência, grupos de trabalhadores, geralmente os de menor educação, enfrentaram tempos mais difíceis. Favoreceu-se, assim, a desigualdade de renda.

Nos anos 1990 houve uma recuperação da economia, mas permaneceu a polarização entre a negociação coletiva e as experiências no mercado de trabalho que conduzem a dispensas de gerentes médios e de trabalhadores da base. A diversidade nas relações de emprego cresce como consequência do crescimento do setor não sindicalizado e da variedade de práticas de emprego sindicalizadas e não sindicalizadas. A avaria no padrão de barganha no setor sindicalizado e a propagação de formas de pagamento associadas às recompensas individuais contribuíram para uma maior variação nas regras de trabalho e no pagamento. As mudanças nas práticas de pagamento passaram a contribuir para a maior desigualdade de renda nos EUA. Houve um declínio de longo prazo do movimento do trabalho americano e o encolhimento do papel da ação coletiva na política social americana.

Em síntese, primeiro tem-se a evolução para um modelo que culmina em uma denominada *idade de ouro*, quando houve aumento constante nos salários e no poder de compra conseguido pela redistribuição de renda com a negociação coletiva. As leis protetoras do trabalho e os programas de seguro social se tornaram possível pela influência de uma sucessão de eventos, em especial a grande depressão e duas guerras mundiais. Nesse período virtuoso, verificaram-se elevadas taxas de crescimento do produto global, ocorrendo a ascensão de um conjunto de países (Europa, em especial Alemanha e Japão) com o acréscimo de conjunto de novos países industrializados (entre eles o Brasil). Posteriormente, com o capitalismo sem regulação se retornou a um capitalismo mais próximo ao que existia ao final do século XIX, quando existia uma grande polarização entre as classes sociais sem nenhum arranjo institucional protetor. Na verdade, a extensão das mudanças na organização do trabalho variou de acordo com diferentes níveis nacionais (GODARD, 2004). Certamente há diferenças entre Alemanha, EUA e Japão bem como outros países. No entanto, o sentido da mudança, no geral, ocorre na direção de aumentar as diferenças, incrementar a falta de proteção social, etc. Ou seja, o novo modelo não parou nas fronteiras da economia estadunidense, pois ocorreu uma grande difusão do modelo.

Como se viu anteriormente, a evolução do sistema de poder, consequência da ação dos trabalhadores organizados, acarretou a elevação dos salários reais e impôs aos governos políticas protecionistas para defender seus respectivos mercados internos. Com a perda de poder dos trabalhadores, a ação dos estados, e do hegemônico em particular, passa a ser mais tímida na defesa dos interesses dos trabalhadores. As empresas multinacionais e os grandes capitais, nesse contexto, adquirem mais liberdade. Além disso, por suas características se constituem em um importante instrumento a favor dos interesses do capital.

As atividades transnacionais constituem um meio de manter elevado o excedente ali onde fatores endógenos pressionam no sentido de aumento relativo do nível de vida da massa da população. A transnacionalização da produção passa a se constituir em fator decisivo na luta pela preservação do sistema de dominação social fundada no modo capitalista de produção, particularmente nos países que mais avançaram no processo de acumulação. Assim, a transferência de capacidade produtiva para outras áreas (como Ásia e outros) e suas repercussões enfraquecem as condições para fazer valer os interesses de importantes segmentos dos trabalhadores e demais classes. A partir da prevalência dos interesses do grande capital nos países centrais, o modelo tende a reforçar os interesses do capital nos demais países.

A fraqueza e o desgaste do sistema soviético que se evidenciou no início dos anos 1980 culminando, posteriormente, com a sua queda, facilitaram o que alguns consideram uma retomada dos interesses do capital ou do mercado. Para esses, o capitalismo pós Guerra Fria, sem as instituições e regulação, mostra a sua verdadeira lógica, em uma forma mais próxima ao capitalismo do séc. XIX retratada por Marx, o que parece verdadeiro em diversos aspectos. No entanto, a realidade histórica é bem diversa daquele período por diversas modificações; em especial, pela presença das grandes corporações, pela dimensão do estado garantindo agora o acesso à renda para um grupo maior de capitalistas monetários, e mesmo por existir uma maior diferenciação salarial entre trabalhadores. Tem-se, no período atual, uma maior estabilidade (embora o aumento da instabilidade em relação ao período anterior) na área produtiva e um crescimento global mais modesto.

O movimento do capital no mundo a partir dos anos 1990 caracterizou-se por um amplo processo de reestruturação produtiva, envolvido no que se pode denominar “centralização de capital” em escala global. As políticas de liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, a reestruturação dos estados nacionais pelas políticas de privatização

- principalmente na periferia do sistema -, estiveram no centro dos interesses das grandes corporações em seu processo de reestruturação produtiva mundial. Foi um processo liderado por estratégias políticas das potências hegemônicas em aliança com seu grande capital multinacional, um processo que se materializou em fusões e aquisições de empresas em escala mundial e que mudou a estrutura produtiva de países da periferia e do centro. Como assinalam Furtado e Stiglitz, cada um a sua maneira, foram os centros hegemônicos, principalmente os Estados Unidos, que orquestraram a mundialização. “Criaram um regime comercial global que está ligado aos interesses de suas grandes empresas.” (STIGLITZ, 2006 apud SAWAYA 2011, p.11) em um processo que surgiu como reflexo dos interesses de reestruturação e ampliação das bases de acumulação das grandes empresas multinacionais, norte-americanas e europeias. Foi um processo no qual os órgãos multilaterais como Banco Mundial e FMI desempenharam um papel central (STIGLITZ, 2002) na definição daquelas políticas que permitiram que a centralização mundial de capital tomasse vulto e se realizasse em todos os lugares relevantes ao processo de acumulação, em uma ampla reestruturação produtiva mundial.

Em síntese, o novo tipo de poder financeiro conseguiu consolidar-se graças às mudanças institucionais que marcaram a economia estadunidense na metade dos anos 1970. Este poder modificou profundamente os mecanismos de repartição da renda e as relações capital/trabalho, aprofundando as desigualdades salariais e deteriorando as condições de emprego e de salário da maioria dos trabalhadores. Ou seja, a atuação do estado hegemônico e a forma característica da acumulação de uma determinada etapa estão ligados. A liberdade para a movimentação do capital e as restrições à mobilidade do trabalho, ao que parece, favoreceram os interesses desse capital que pode se movimentar conforme interesse e possível valorização. Na verdade, como se viu, as modificações no mundo do trabalho e da produção foram em parte alavancadas por essa mobilidade, decorrente da possibilidade de transferência das atividades para áreas de maior valorização, o que acabou afetando as conquistas da classe assalariada no centro.

A realidade histórica mostra recorrentemente a existência de uma globalização, internacionalização, com hegemonia de um determinado estado nacional. Embora existam conflitos entre o espaço nacional e a inerente tendência à valorização incessante do capital, o espaço global, esses conflitos são administrados pela atuação do Estado Hegemônico e demais Estados, viabilizadas pela conjugação de interesses dos detentores de capital nas diversas

regiões e países. A relação conflituosa não caracteriza uma impossibilidade nos marcos da sociedade capitalista.

Nesse rastro, ao se examinarem as modificações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial que desembocam nas modificações do período atual, constata-se que se produziu simultaneamente o progressivo dismantelamento dos sistemas de produção nacionais autocentrados e sua recomposição como elemento constitutivo de um sistema integrado de produção mundial. Pelo menos essa é a tendência que se manifestou no período. Observou-se ainda que, embora os interesses do “mercado” tenham prevalecido, a atuação do estado não foi dispensada. Mudou o seu papel e esse foi chamado para administrar a crise. A causa da permanente crise e do baixo nível de desempenho do sistema tem sido apontada como decorrente da insuficiência ou impotência da atuação das estruturas regulatórias (do estado).

Amin (1999), por exemplo, assinalou que a intensificação do processo de globalização acabou com a coincidência de espaços. Ou seja, uma nova contradição caracteriza o capitalismo mundial: por um lado, os centros de gravidade das forças econômicas que governam a acumulação têm atravessado as fronteiras dos estados particulares; por outro, não existe em nível mundial um marco ou estrutura político social ideológica e cultural que possa dotar de coerência a gestão global do sistema (como nota da mesma forma Kregel, 2004). A crise em grande parte decorre desse fato, conforme o autor:

- a) da incapacidade de desenvolver novas formas de organização social e política que vá além do estado nação, um novo requisito do sistema globalizado de produção;
- b) da inexistência de relações políticas e econômicas capazes de reconciliar o auge da industrialização nas novas zonas periféricas competitivas da Ásia e América Latina com o objetivo de crescimento mundial.

Amin entende, ainda, que o verdadeiro interesse vinculado ao capital não é resolver a crise e sim administrá-la. Interessante a proposição do autor, pois mostra que a retomada de um crescimento mundial mais virtuoso e sustentado exigirá modificações importantes na relação capital/trabalho. Na evolução do sistema, para a solução das crises, os movimentos políticos, portanto, passam a adquirir importância fundamental. Por sua vez, além da lógica do capital e das modificações na relação capital/trabalho, as relações entre centro e as novas regiões industrializadas adquirem importância singular para o desenrolar da acumulação e do desenvolvimento futuro.

A evolução favorável desse conjunto de países (dessas novas regiões industrializadas) parece estar vinculada, em maior ou menor grau - dependendo do país, mas todos de forma importante -, à evolução do sistema mundial e às condições aqui consideradas. É importante lembrar que, com a industrialização de áreas da periferia, a grande separação entre um centro industrializado e as regiões periféricas não industrializadas é substituída pela emergência de novas dimensões da polarização. Essa questão será objeto de análise no próximo capítulo.

4 POLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL (AS PARTES)

No presente capítulo analisam-se as experiências históricas das áreas que ascenderam em detrimento das que permaneceram periféricas ou subdesenvolvidas. Para tal, inicialmente se faz uma breve exposição sobre as possíveis origens da desigualdade entre áreas no capitalismo, para, na sequência, seção 4.2 e 4.3, se analisar brevemente as experiências históricas de industrialização e de *catching-up* no centro e na periferia. Por fim, na seção 4.4, procura-se teorizar sobre o exposto nas seções anteriores em que se buscou, em grande parte, compilar e catalogar fatos históricos. Assim, propõe-se partir para o exame do objeto específico: a economia brasileira.

4.1 AS ORIGENS DA DESIGUALDADE NO CAPITALISMO

No período absolutista da história europeia, o dinheiro financiava a expansão territorial e política dos estados nacionais nascentes, ampliando assim suas bases de extração e apropriação do excedente - através da pilhagem ou dos impostos - e retornava na forma de juros aos prestamistas do príncipe.

A ampliação do espaço estava, então, sujeita a uma lógica de acumulação de poder proporcionada pela conquista de mais território. A própria noção de geografia econômica não fazia sentido mais que descritivo do espaço das atividades produtivas, pois os limites geográficos eram as fronteiras do poder político, e a expansão econômica, a acumulação de riquezas, surgia como resultante da expansão territorial. O capitalismo modifica essa situação. Sob sua égide, a ampliação do espaço vai ser resultado do desenvolvimento do mercado, de seu crescimento. Mandel assinala que:

Apenas depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil alcançou certo grau de maturidade, alterando de maneira fundamental as relações entre as antigas e as novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política por meio da expansão do capital-dinheiro, é que o próprio estado tornou-se mais explicitamente um **instrumento da acumulação progressiva** de capital e o **parteiro** do modo de produção capitalista. (MANDEL, 1982, p.335, grifo nosso).

A moeda ao se tornar a forma dominante da riqueza passa a ter uma importância decisiva para o processo de acumulação do poder. As conquistas ampliavam os territórios e dificultavam sua administração, problema que foi facilitado com o aparecimento da moeda

pública com sua universalização dentro do espaço político. Mas isso não conseguiu dar conta da necessidade crescente de recursos dos príncipes, até a criação e consolidação das dívidas públicas, as quais se tornaram a principal arma de guerra dos grandes ganhadores. Foi quando se deu o primeiro encontro do poder político e militar com o dinheiro e a riqueza dos comerciantes e dos banqueiros. O príncipe vê na riqueza do comerciante e do banqueiro o financiamento que precisa para as guerras, e os banqueiros descobrem nos empréstimos para as guerras uma máquina multiplicadora de dinheiro. Como assinala Arrighi “o dono do dinheiro se encontra com o dono [...] do Poder Político” (ARRIGHI, 1996, p.25). Os poderes territoriais ganhadores foram, quase sempre, os que acumularam maior quantidade de riquezas e de crédito, ao mesmo tempo em que os comerciantes e banqueiros ganhadores foram, quase sempre, os que souberam se associar com os poderes vitoriosos. As guerras adquiriram uma nova função: além da destruição integradora de povos e territórios, a multiplicação da riqueza. Braudel assinalou:

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado. Em sua primeira grande fase, a das cidades-Estado italianas de Veneza, Genova e Florença, o poder estava nas mãos da elite endinheirada. Na Holanda do século XVII, a aristocracia dos regentes governava a favor até de acordo com as diretivas dos negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro. Do mesmo modo, na Inglaterra, a Revolução Gloriosa de 1688 marcou a ascensão dos negócios ao trono, de modo semelhante ao que ocorreu na Holanda. (BRAUDEL, 1987, p.55).

Wallerstein (2001) assinala que, no mundo real do capitalismo histórico, quase todas as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos estados. Afirmo que essa não é uma inovação recente. Aparece nos primórdios do capitalismo histórico. Além disso, a transnacionalidade das cadeias mercantis descreve tanto o mundo capitalista do século XVI quanto do século XX. Sempre que ocorreu uma integração vertical de partes de uma cadeia mercantil foi possível deslocar na direção do centro uma parte maior do excedente total, quando comparado com o que ocorria antes. Além disso, o deslocamento de excedentes para o centro concentrou nele o capital, tornando disponíveis enormes quantidades de recursos para aumentar o grau de mecanização. Isso permitiu que os produtores das áreas centrais ganhassem novas vantagens competitivas nos produtos existentes e criassem novos produtos, com os quais poderiam recolocar o processo em marcha. A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, os

aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração.

O capitalismo expandiu-se territorialmente para integrar novas áreas sob seu domínio. Essa expansão realizou-se por meio de capitais respaldados pelos estados nacionais. Paralelamente à formação da economia-mundo capitalista (na conhecida expressão de Wallerstein), havia também a manutenção e o acirramento da rivalidade entre os estados nacionais, não mais movidos pela pilhagem ou pela conquista territorial para a arrecadação de tributos, como esperado de um império; mas, para apoiar seus capitais, organizar uma divisão do trabalho mais ampla, garantir condições de monopólio para seus capitais e, com isso, gerar maiores rendas e arrecadar tributos. O capitalismo (comercial) enquanto se apoiou apenas no intercâmbio teve capacidade expansiva limitada.

Furtado (1976, p.37) assinala que, talvez, “Veneza tenha se constituído na mais complexa estrutura política formada pelo capitalismo mercantil”. Mas, é a partir do momento em que o capitalismo cria raízes no plano da produção que suas possibilidades de expansão se ampliam intensamente. A extensão para as atividades diretamente produtivas da forma de apropriação do excedente surgida no quadro do intercâmbio constitui um salto qualitativo na evolução do capitalismo. Marx utiliza a expressão *modo capitalista de produção* para designar esta nova característica.

A ampliação do excedente nas regiões onde se implantava o modo capitalista de produção criou condições para uma grande expansão do intercâmbio com outras regiões. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se desenvolvia verticalmente em certas áreas, o capitalismo aumentava sua capacidade expansiva horizontal, o que permitia incorporar novas áreas aos seus circuitos comerciais. Os dois processos de expansão do capitalismo - vertical em certas áreas e horizontal no conjunto - estavam interligados condicionando-se mutuamente. Assim, a Inglaterra, ao “abandonar” sua agricultura, impulsionou as próprias atividades comerciais, o que teve como contrapartida aprofundar a industrialização interna. A forte expansão internacional do capitalismo mercantil, que decorreu do aumento do excedente nas áreas em que teve lugar a revolução industrial, não foi acompanhada de uma difusão paralela do modo capitalista de produção. Em muitas regiões, pelo menos em uma primeira fase, a expansão do intercâmbio externo fez-se sem modificações de real significação na organização interna da produção, continuando o excedente a ser apropriado essencialmente por via autoritária. Assim, os incrementos do excedente permitidos pela inserção nos novos

circuitos comerciais alimentavam novas formas de consumo de grupos privilegiados. O Brasil, por exemplo, modifica sua economia de exportação (café/escravista para café/ trabalho assalariado) muito lentamente, em que o papel da supressão do tráfico de escravos, por iniciativa inglesa, foi decisivo para a inviabilidade da acumulação da economia escravista do café e sua substituição.

No caso clássico de um excedente criado mediante a exportação de produtos agrícolas, isto é, como decorrência da inserção no intercâmbio internacional, sem prévia formação do modo capitalista de produção, tinha-se que esse excedente era parcialmente apropriado do exterior, mas também beneficiava grupos locais, proprietários de terras ou intermediários comerciais ou financeiros. A rápida expansão do intercâmbio tinha seu elemento motor no aumento da produtividade física que estava ocorrendo nas áreas em que penetrava o modo de produção capitalista. E eram os novos produtos surgidos das transformações nas formas de produzir que propiciavam a abertura de novas linhas de comércio.

As novas estruturas de produção que surgiram no quadro da divisão internacional do trabalho se subordinavam aos mercados internacionais cujos preços relativos definiam o montante do excedente ao nível das economias nacionais. Os mercados internos desses países passavam a depender indiretamente das atividades de exportação. Essa vinculação particular com o exterior – a demanda externa comandava o nível da renda monetária - constitui o ponto de partida do que se viria a se chamar posteriormente de “dependência externa”.

Com a Revolução Industrial, o comércio entre o centro e a periferia muda de função. Continua essencial e representa a fração maior do comércio mundial, mas declinante a partir de 1830-1850. O centro exporta para a periferia produtos manufaturados de consumo corrente (têxteis por exemplo). Importa essencialmente produtos agrícolas.

Na medida em que novos países entram na fase industrial, seu comércio com a Grã-bretanha muda de caráter. No início fornecem produtos agrícolas e obtêm produtos manufaturados, tal como a periferia; no entanto estabelecem relações de troca de produtos manufaturados e minerais contra produtos manufaturados e minerais. Está-se na época do capitalismo concorrencial. Países atrasados permanecem exportadores de produtos agrícolas. Pouco a pouco o comércio mundial cinde-se em dois conjuntos de nações cujas funções são diferentes; as trocas entre o centro e a periferia e as trocas internas ao centro. Com as profundas transformações, inicia-se uma nova era histórica, a etapa concorrencial do capitalismo, que cobre aproximadamente o período de 1830 a 1890. Nesse período surge um grupo de países que se industrializam e que posteriormente passariam a integrar o centro da

economia capitalista. Assim, a industrialização da França, Alemanha, Estados Unidos, Rússia, Itália, Japão ocorre em uma fase do capitalismo que ficou conhecida como concorrencial.

No capitalismo concorrencial já operam mecanismos de progressiva centralização de capitais, mas não se manifestam ainda os monopólios e, nos diversos ramos, funciona um grande número de empresas, sendo que cada qual controla reduzida alíquota do capital social. Por outro lado, a tecnologia simples, as modestas dimensões das plantas e os reduzidos montantes de capitais exigidos para os investimentos tornam viável o surgimento de novos capitais individuais. O estágio clássico se caracteriza pelo fato de que as relações externas se baseiam essencialmente nos movimentos de mercadorias, dando lugar a uma internacionalização das relações mercantis.

No século XX, já sob o estágio monopolista, um conjunto de países se industrializa de forma importante a partir da II Guerra Mundial. A industrialização e o desenvolvimento de áreas fora do centro mostram-se viáveis, mas as restrições e os limites desse desenvolvimento adquirem características próprias, não se constituindo em uma mera reprodução das etapas vivenciadas pelos países desenvolvidos anteriormente industrializados.

Assim, a partir da análise do desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos e das áreas que em um determinado momento apresentaram uma evolução importante, mesmo que paralisadas momentaneamente em suas trajetórias de aproximação, procura-se refletir sobre os aspectos essenciais dessas evoluções, suas diferenças e particularidades. A finalidade é adiantar aspectos essenciais para se definir o marco em que se realizará a análise da economia brasileira. A essa finalidade se dedicam as próximas seções do presente capítulo.

4.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS: INGLATERRA, EUA, ALEMANHA E JAPÃO

Por que o capitalismo cria raízes no plano da produção na Inglaterra, ampliando suas possibilidades de expansão? Várias são as causas apontadas pelos historiadores e economistas para o surgimento do modo capitalista de produção. Não se atém aqui de forma mais extensa a essas causas, mas em alguns pontos que serão importantes para a posterior análise da economia brasileira.

Smith assinalou como o comércio com as cidades viabilizou as transformações que se seguiriam:

Com o decorrer do tempo, o comércio exterior e a manufatura foram fornecendo aos grandes proprietários rurais alguma coisa graças à qual podiam trocar todo o excedente da produção de suas terras, produtos esses que podiam eles mesmos consumir, sem terem de partilhá-los com seus rendeiros ou clientes. Tudo para nós, e nada para os outros - essa parece ter sido, em todas as épocas do mundo, a máxima vil dos senhores da humanidade. Eis por que, tão logo os grandes proprietários conseguiram encontrar um modo de consumir eles mesmos o valor total das rendas das suas terras, não tiveram mais propensão a partilhá-las com outras pessoas. Por um par de fivelas de diamante, ou talvez por alguma outra coisa igualmente frívola e inútil, trocavam o sustento ou, o que é a mesma coisa, o preço do sustento anual de 1.000 homens e, com isso, todo o peso e autoridade que esse poderio era capaz de assegurar-lhes. Todavia, as fivelas deveriam pertencer-lhes com exclusividade, e nenhuma outra criatura teria parte nelas, ao passo que, no sistema mais antigo, os senhores feudais tinham que partilhar sua renda no mínimo com 1.000 pessoas. Essa diferença era decisiva para os avaliadores que deveriam determinar a preferência e que, em troca da satisfação da mais infantil, da mais mesquinha e mais sórdida de todas as vaidades, negociavam gradualmente todo o poder e toda a autoridade que possuíam. (SMITH, 1983, p. 348-349).

Entretanto, independentemente da descrição das causas da evolução da sociedade inglesa, e do surgimento da sociedade especificamente capitalista, o importante a reter, para os fins pretendidos, é que não foi o desenvolvimento do comércio que tornou peculiar a evolução inglesa nesse período, “mas sim o fato de que frente aos estímulos do comércio, a esfera produtiva reagia e alterava suas formas de organização.” (OLIVEIRA, 1985, p.131).

A superação das travas impostas pela produção comunal no campo e pelo artesanato corporativo foi possibilitada por outros fatores que não o puro avanço da mercantilização, que é condição necessária, mas não suficiente para que a esfera produtiva organize-se de maneira mais avançada. Ou seja, o capital comercial foi acumulado em outros países e regiões e o resultado não foi o mesmo. A história de Portugal, Espanha e Holanda destaca a peculiaridade da Inglaterra, pois nestes países a acumulação de capital mercantil projetou em maior ou menor grau o processo de mercantilização da produção para fora das fronteiras nacionais e levou ao fortalecimento da burguesia mercantil, mas ocorreu em detrimento da esfera produtiva nacional.

Na análise da história da Inglaterra, verifica-se que a atuação do estado foi primordial para sua evolução. Gradativamente, a ação estatal ocorreu no sentido de favorecer a superação das travas impostas pela produção comunal no campo e pelo artesanato corporativo. Essa modificação, como anteriormente se expôs, foi possibilitada por outros fatores que não o puro avanço da mercantilização.

A questão posta é como o capitalismo cria raízes no plano da produção, ampliando suas possibilidades de expansão visto que as operações de intercâmbio por si mesmas não

requerem modificações em nível da organização da produção. Ao que parece não foi a evolução das forças produtivas que trouxe a difusão do modo capitalista de produção; foi a modificação na posição de força da burguesia, tornada possível pela acumulação do capital mercantil, que a capacitou para investir contra a agricultura feudal e a manufatura artesanal e precipitar a evolução das forças produtivas. Somado aos fatores históricos que abalaram o sistema medieval, observa-se um incremento da riqueza nas mãos da burguesia.

Dobb (1983) aponta as dificuldades econômicas em diversos períodos, tanto dos grandes senhores feudais quanto de outros atores pondo-os na posição de vendedores em época de crise e arrastando-os à hipoteca e à dívida, facilitando a compra de terra em condições favoráveis pela burguesia. Outra circunstância especial na história da acumulação da riqueza foi o aumento rápido do suprimento de metais preciosos e a inflação resultante. É necessário ter existido um incentivo para investir, sendo os requisitos a existência de reservas abundantes de mão de obra e fácil acesso a suprimentos de matérias-primas, juntamente com condições para a produção de ferramentas e maquinária. Assim, embora a acumulação da riqueza fosse necessária, sem essas condições, o investimento industrial teria inevitavelmente sido frustrado e o progresso detido, por mais esplêndidas que se tivessem tornado anteriormente a riqueza e a posição social da burguesia.

Os movimentos revolucionários de 1640-88 constituem marco. Até esse período, a proteção gozada pelo comércio inglês caracterizou-se por concessões que a realeza tendia a fazer à grande burguesia mercantil, após essa data o país passou a contar com uma clara política protecionista dos interesses comerciais. Os atos de navegação de 1651-60, concebidos como instrumentos de luta comercial contra a Holanda, na verdade representavam uma legislação contra o capital comercial estrangeiro, e revelaram-se ponto de apoio fundamental para o desenvolvimento do comércio exterior da marinha inglesa (OLIVEIRA, 1985).

Os atos prescreviam que somente poderiam aportar para comercializar na Inglaterra navios ingleses ou naves da mesma nacionalidade que as mercadorias que traziam, o que constituiu um golpe contra o comércio intermediário holandês, ao mesmo tempo em que abria ao capital mercantil britânico novos circuitos mercantis. As tarifas alfandegárias, antes utilizadas somente como fonte de arrecadação, passaram a ser utilizadas como tarifas de proteção à produção. Eliminaram-se tributos à exportação, com exceção daqueles que incidiam sobre a saída de certas matérias-primas.

A fixação de leis e das políticas protecionistas envolviam conflitos entre comércio e produção, mas esta fez valer seus interesses. Assim, em fins do século XVII e inícios do

século XVIII, frente à crescente invasão de têxteis de algodão indianos, a indústria de lã lutou até conseguir a proibição dessas importações, o que sacrificou os interesses do comércio.

Na Inglaterra, a produção de ferramentas, estimulada pelo desenvolvimento manufatureiro, foi criando uma camada de trabalhadores especializados, que iam acumulando conhecimentos sobre os materiais utilizados, e desenvolvendo suas habilidades e capacidade criadora. Por sua vez, a produção relativamente livre de regulamentações e, dadas as suas bases técnicas, cada vez mais incapaz de responder às exigências de um mercado em expansão, tornavam as inovações uma fonte de lucro, uma vez viabilizadas tecnicamente. Como assinala Oliveira (1985, p.157-158), o que diferenciava a Inglaterra de outros países europeus não era a capacidade de criar inovações, mas a rápida e muitas vezes generalizada incorporação das invenções ao processo produtivo. Assim, os problemas não surgiam tanto na concepção de invenções, pois grande parte delas já haviam sido concebidas nos séculos anteriores. A incorporação das invenções ao processo produtivo se constituiu em uma importante modificação em relação ao período anterior.

Na época de transição, final do séc. XVII, a incorporação das invenções ao processo produtivo não era tão tranquila, pois, como assinala Heilbroner, ao surgir a questão da possibilidade de um mestre artesão da indústria de tecelagem poder incorporar uma inovação, houve o veredito:

[...] se um tecelão pretender fazer um tecido segundo sua invenção, não deve colocá-lo no tear, mas obter primeiro permissão dos juízes da cidade para empregar o número e a extensão de fios que desejar, depois que a questão tenha sido examinada por quatro dos mais antigos mercadores e quatro dos mais antigos tecelões da corporação. (HEILBRONER, 1959, p.18).

A dificuldade da implementação de uma inovação fica evidente nesse ambiente. Portanto, os determinantes da inovação não foram os novos conhecimentos e sim as condições sociais e institucionais para tal. A procura da riqueza e do lucro haviam passado a se constituir nos motivos essenciais para a motivação e condicionamento das ações humanas, facilitando a incorporação do progresso técnico em relação ao sistema anterior.

Por que o desenvolvimento do capitalismo industrial, na Inglaterra, levou ao desenvolvimento de certas regiões ou países enquanto em outras, como no Brasil, produziu transformações específicas? Na sequência, a partir da análise da evolução das economias centrais que depois ascendem, procura-se iniciar o exame desse ponto.

A Inglaterra não hesitou em empregar meios políticos para arruinar os seus eventuais concorrentes, nomeadamente a indústria indiana. A livre troca, como assinala contemporaneamente Chang (2004), nunca foi preconizada a não ser pelos mais fortes, depois de sua superioridade ter sido estabelecida por outros meios. Da Revolução Industrial (1771) até o ciclo da construção ferroviária, o processo de acumulação assumiu uma dinâmica especificamente capitalista, e o capital industrial, dada a sua capacidade de liderar a expansão econômica, progressivamente assumiu posição hegemônica frente a outras formas de capital, ao mesmo tempo em que subordinava a nova classe operária. Ou seja, a expansão econômica, produto da ação do capital industrial, atendia não somente aos interesses comerciais e bancários como ainda garantia a reprodução da classe operária. A violência extraeconômica do século XVIII foi substituída por uma posição de hegemonia. O capitalismo britânico passou a ser capaz de articular, sob seu comando, os interesses de diferentes estados nacionais. Com as profundas transformações e com as industrializações, inicia-se uma nova era histórica, a etapa concorrencial do capitalismo.

Diversos estudos e registros fatuais destacaram as modificações ocorridas nesse período, em especial referente às diversas invenções e aperfeiçoamentos na indústria têxtil britânica, mineradora de carvão e de produção de ferro, ou seja, de uma era de transformação técnica que aumentou a produtividade do trabalho e levou a um aumento do proletariado, concomitante a um aumento simultâneo das possibilidades de investimento e do mercado de bens de consumo.

No capitalismo concorrencial, a principal arma da empresa (capitalista) na luta para expandir seu campo de ação consiste em oferecer a mercadoria por um preço inferior ao que prevalece no mercado em dado momento. A clássica afirmação de Marx adquire significação nesse período: “Os baixos preços das suas mercadorias constituem a artilharia pesada que derruba todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais fanaticamente hostis aos estrangeiros. Sob pena de corte, força todas as nações a adotar o modo burguês de produção; força-as a introduzir a chamada civilização, quer dizer, a tornar-se burguesas. Em uma palavra: forja um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS 2001). Mas a formação do mercado capitalista mundial não levou automaticamente à implantação do modo capitalista de produção em nível global. Como assinalou Brenner (1977 apud ARRIGHI, 2008), é necessário que preexista no nível local as condições sociais adequadas.

Na primeira etapa do desenvolvimento industrial tem-se uma firme baixa de preços, tendendo a destruir a velha estrutura econômica de base artesanal. O crescimento da renda

monetária era menor do que o produto real, mas, graças ao forte aumento da produtividade, a taxa de lucratividade se mantinha em nível atrativo. Por outro lado, como não havia pressão dos assalariados, pela desorganização do artesanato, os frutos do progresso técnico não eram transferidos a eles e sim para o empresário. Ao elevar-se a produtividade física nas indústrias de bens de consumo, os empresários desse setor se viam beneficiados por maiores lucros, o que implicava um aumento da demanda por bens de capital (para investir). Esse aumento da demanda de bens de capital incrementa o crescimento e, enquanto não foi acompanhado pelo aumento da produtividade nesse setor, implica incremento de mão de obra no setor. O incremento de mão de obra, por sua vez, será atendido sem limitações, pois o incremento da produtividade do setor de bens de consumo provocava liberalização de mão de obra. O incremento da produção da indústria de bens de capital implicava novo acréscimo da demanda por bens de consumo. Esse modelo procura retratar aspectos essenciais da revolução industrial.

Nessa época, o avanço da ciência e a aplicação dos princípios científicos às técnicas de produção foram fortemente estimulados, novas técnicas foram sendo incorporadas nos processos produtivos. O avanço da ciência e da técnica adquire autonomia crescente, no entanto foram as condições econômicas que determinaram, em cada caso e fase, o tipo de tecnologia a ser utilizada. Segundo Dobb:

Parece existir acordo geral em que, influenciada pelo nível de salários ou não, a transformação técnica desse período se fez predominantemente no sentido de economizar trabalho: uma característica da transformação técnica que provavelmente caracterizou todo o século XIX. Se verdadeira, essa conclusão é evidentemente de maior importância pois, no grau em que a invenção apresentou esse caráter, o capitalismo, à medida que se expandiria, conseguia economizar na expansão paralela de seu exército proletário: a acumulação de capital, com isso, podia prosseguir em velocidade bem maior do que crescia a oferta de trabalho (DOBB, 1983, 198).

O fato essencial é que existiu uma íntima interdependência entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas do seu desenvolvimento econômico.

A forma específica da industrialização dos EUA, Alemanha, França e Japão inscreve-se no contexto econômico e social do capitalismo concorrencial. Neste, nos diversos ramos, existe grande número de empresas, sendo que cada qual controla reduzida alíquota do capital social. Por outro lado, a tecnologia simples, as modestas dimensões das plantas e os reduzidos montantes de capitais exigidos para os investimentos tornaram viável o surgimento de novos capitais individuais. Também as relações entre o capital e o trabalho são reguladas pela

concorrência, pois através de seus mecanismos é fixada a taxa de salário. Por outro lado, a efetividade da livre concorrência torna-se visível através das quedas de preços das mercadorias, as quais são reflexos dos constantes aumentos da produtividade do trabalho nas esferas da produção e da circulação.

O processo de acumulação, ou seja, a reprodução do valor capital e das próprias classes - capitalista e operária - é garantida por mecanismos econômicos. A relação de aparente exterioridade entre a instância econômica e a instância política característica do capitalismo concorrencial somente pode ser explicada pela capacidade deste capitalismo em reproduzir-se sem necessidade de apoios externos. Essa característica, como anteriormente se mencionou, diferencia o capitalismo do período da fase da acumulação primitiva e da fase posterior, do capitalismo monopolista.

Se no período manufatureiro o comércio exterior e o sistema colonial visavam à expansão e máxima valorização do capital comercial, agora o industrialismo triunfante tendia a imprimir outras características às relações exteriores, que então passam a ter por objetivo a máxima valorização do capital industrial, o que seria alcançado através da importação de alimentos e matérias-primas aos mais baixos preços, e através da abertura de mercados externos para a indústria. As matérias-primas e alimentos baratos reduziram o valor do capital constante e do capital variável da indústria, elevando assim as taxas de mais-valia e de lucro, o que potencializava a acumulação de capital. O poder de compra gerado no exterior pelas importações de alimentos e matérias-primas seria inevitavelmente, em sua maior parte, destinado a adquirir produtos da indústria da Inglaterra, pois esse país era o único fornecedor dos artigos industriais que as outras nações necessitavam.

Portanto, foi o caráter expansivo do capitalismo britânico que dinamizou outras economias nacionais, que tornou interessante aos diferentes países a manutenção de relações com a Inglaterra. Em outras palavras, a adoção do livre cambismo podia propagar o dinamismo da economia inglesa em nível mundial, pois o livre acesso ao mercado internacional (de mercadorias, de dinheiro e de força de trabalho), que era impulsionado pela expansão do capitalismo inglês, abria aos diferentes países novas possibilidades de expansão econômica.

A dinamização das relações internacionais criava novos mercados para os serviços prestados pelos ingleses, e o sistema bancário inglês podia financiar o comércio internacional. Desta forma, a nova ordem do capitalismo concorrencial pôde estimular o processo material nas áreas atrasadas, desenvolveu pujantes economias exportadoras nas áreas de colonização

recente, e pôde mesmo impulsionar a industrialização dos EUA e dos demais países avançados da Europa.

Nos países europeus e nos EUA, o processo de mercantilização da produção progredia ao mesmo tempo em que se desenvolvia o capital comercial nacional. O surgimento da Grã-Bretanha como grande importadora de alimentos e de matéria-prima tendia a reforçar antigos laços mercantis e ainda estimulava a organização de novos setores produtivos voltados para o comércio externo. Assim, expressivos interesses mercantis de produtores de artigos primários se alinham na defesa do livre câmbio. O crescimento das exportações exigia a construção de estradas de ferro e obras de infraestrutura e, desta forma, os interesses dos setores exportadores se articulam com as importações de material ferroviário e de capitais britânicos.

O desenvolvimento do capital comercial nativo nesses países associado à simplicidade da incorporação da tecnologia no período irá diferenciar as possibilidades da acumulação dessas economias em relação às economias que se manterão periféricas.

Celso Furtado, em clássica interpretação da formação econômica do Brasil (2007), ao analisar os países que foram colônias, distingue dois grupos: aquele que originou economias desenvolvidas (colônias de povoamento) e aquele que gerou economias subdesenvolvidas ou periféricas (colônia de exploração). Uma das características das colônias de povoamento, entre outras, foi o baixo interesse da metrópole pela falta de uma riqueza de exportação, o que favoreceu o desenvolvimento do capital comercial nativo. Esse fato, associado à simplicidade para incorporar tecnologia, são fatores que explicam as diferenças de trajetórias entre esses grupos de países.

Nas áreas de passado colonial da América Latina, o livre câmbio triunfou, mas sob articulação de interesses distintos daqueles dos países europeus e dos EUA. O principal entrave para a nova articulação internacional da região era representado pelo pacto colonial. Durante o período colonial novos interesses mercantis desenvolviam-se. Articulados às atividades de exportação controladas pelos europeus foram surgindo ramos de produção subsidiários que forneciam alimentos e outros artigos ao setor exportador. Desenvolvia-se o capital comercial nativo. Mas essas atividades mercantis eram prejudicadas pelo pacto colonial, pois sofriam tributação e, além disso, eram obrigadas a pagar preços monopolistas em suas importações e a aceitar preços fixados pelo capital comercial por seus produtos.

Na verdade, a formação dos estados nacionais e o triunfo do livre câmbio resultaram da ação de uma aliança do industrialismo inglês com um conjunto de forças sociais das antigas colônias. A nova forma de articulação da América Latina permitiu, onde se

apresentavam determinadas condições internas, o surgimento de novos ramos exportadores de primários, ao mesmo tempo em que os empréstimos ingleses garantiam os recursos necessários para a construção da infraestrutura econômica de apoio às exportações. Tal como no período colonial, o capital comercial nativo mostrou-se incapaz de participar decisivamente do comércio exterior, que agora passava às mãos dos ingleses. Entretanto, os mercadores latino-americanos, após a independência, tiveram seus horizontes ampliados, pois a liberdade de comércio interno e o desenvolvimento das exportações ampliavam os mercados nacionais, e conseqüentemente abria novos campos de valorização do capital.

As alterações nas pautas de exportações inglesas e a preponderante importância que assumia o comércio com as nações mais avançadas implicaram somente perda de posição relativa da América Latina com parceira comercial, pois os volumes de comércio com a Grã-Bretanha eram crescentes, e a região manteve suas características de grande importadora de bens de consumo. Na verdade, ia sendo conformada na América Latina uma estrutura econômica que mantinha relação de complementaridade com a economia inglesa, em uma divisão internacional de trabalho que tornava a Inglaterra especializada na produção industrial e a América Latina na produção primária.

O capitalismo inglês propagava seu dinamismo ao mercado mundial em um movimento que era viabilizado pela livre concorrência. A acumulação do capital industrial resultava em vigorosa demanda por produtos primários, e o poder de compra gerado no exterior garantia que expressiva parcela da produção industrial inglesa pudesse ser exportada.

O capitalismo concorrencial compreendia um mercado mundial de mercadorias, de capitais e de força de trabalho, o que definia certo padrão monetário, financeiro e comercial em nível mundial. Nesse mercado mundial capitalista, as nações mantinham uma hierarquia de relações específicas. Como o elemento dominante dessa estrutura era o capital industrial, a posição hegemônica era alcançada pela nação cujo capital industrial tinha seu processo de acumulação potenciado pela sua inserção no mercado mundial (OLIVEIRA, 1985, p.192). E tal país era a Inglaterra, cujo capital industrial captava de maneira integrada os estímulos do mercado mundial.

Na etapa concorrencial do capitalismo foram impulsionados processos de industrialização nos países onde existiam condições internas propícias. EUA, Alemanha e França se industrializam nesse período; o Japão no período de transição entre o capitalismo concorrencial e monopolista. Quais as condições internas que levaram a esses resultados?

A partir da formação e da evolução da economia americana, procura-se, a seguir, identificar alguns pontos essenciais para essa evolução.

4.2.1 A trajetória dos EUA

A colonização norte-americana resultou em estrutura social profundamente heterogênea, já que no sul dominava a exploração escravista e nas colônias do norte e do centro a produção organizava-se através da pequena propriedade. Assim, o norte e o sul mantinham distintas relações com o capital comercial britânico. A proposição é que, através do crédito e do controle dos mercados compradores, os comerciantes britânicos subordinavam os produtores das colônias do sul e assim criaram uma sociedade fundada na grande exploração escravista tal como na América Latina e nas Antilhas. Esta estrutura social bloqueava a divisão social do trabalho, a acumulação do capital comercial local, tornando lento o desenvolvimento do capitalismo. Por sua vez, no norte a estrutura social fundada na pequena produção é propícia ao processo de mercantilização da economia, ao desenvolvimento do capital comercial, à divisão social do trabalho. Em sua dinâmica, esta estrutura tendeu a gerar as precondições para a industrialização capitalista (OLIVEIRA, 1985).

Os altos custos de transporte e a favorável dotação de recursos permitiram vigoroso desenvolvimento de certos ramos do artesanato e manufatura, apesar das importações inglesas, tais como os moinhos de cereais, a construção naval, a manufatura de alimentos e bebidas, a mineração de ferro e a metalurgia, também o sistema de *putting-out*¹⁵ implantava-se no campo. Estas atividades artesanais e manufatureiras, ainda que produzindo geralmente artigos de qualidade inferior, foram fundamentais para a gestação daquela camada de trabalhadores especializados, que posteriormente seriam capazes de assimilar as técnicas inglesas da revolução industrial.

O capital comercial também se desenvolvia e se, por um lado, estava relativamente livre da legislação metropolitana que tolheria sua ação, por outro, não contava com o apoio do estado para lhe conceder privilégios e monopólios. Essa possibilidade de expansão era possível por se estar em uma colônia de povoamento, como assinalou Furtado (2007).

¹⁵ Sistema que se expande no século XVI em que aparece a figura do intermediário entre a produção e a comercialização. Produção por encomenda, onde o produtor mantém a propriedade sobre os instrumentos de trabalho. Embora os produtores dominassem o processo de trabalho dependiam do comerciante que fornecia a matéria-prima e efetivava a venda das mercadorias.

Expandindo-se para o exterior, já no século XVII os mercadores das colônias de povoamento estabeleciam relações com as Antilhas. O norte vendia animais de tiro, madeiras, alimentos etc., e comprava açúcar e melão da América Central, e neste circuito obtinha superávit com o qual pagava parte de suas importações da Inglaterra.

Enquanto metrópoles e colônias de exploração conformavam uma unidade econômica e política, cujo polo dominado (a colônia) tinha sua dinâmica determinada pelas relações com a Europa, nas colônias de povoamento ia sendo gestada uma estrutura econômica dotada de dinamismo próprio. Esse dinamismo decorria da dimensão do excedente controlado a partir da colônia (capital comercial nativo) e da própria composição do excedente nessa e seu destino (que não adquirem a forma somente de um produto ou mais de exportação). Enquanto as colônias de exploração funcionavam como unidades dependentes, cuja economia era estruturada visando à máxima valorização do capital comercial metropolitano, as de povoamento estruturavam-se através de uma dinâmica própria que atendia de uma forma mais intensa aos interesses comerciais locais. Assim era possível porque havia um desinteresse do capital comercial metropolitano que resultava em débil presença do governo inglês (característica das colônias de povoamento).

A guerra da independência adquire uma dimensão própria, pois não somente visava romper os laços coloniais, mas também lutar contra os privilégios da estreita oligarquia que dominava as legislaturas coloniais dos comerciantes privilegiados, dos fornecedores do exército inglês, dos especuladores com as terras do oeste, enfim, tratava-se de derrotar aqueles nativos beneficiários das relações que mantinham com os dominadores britânicos. Aqui se tem uma diferença essencial em relação ao processo de independência brasileiro, assinalado por Florestan Fernandes (1981). Conforme esse autor, as elites nativas tiveram de se contentar com “as vantagens econômicas inerentes à autonomização política do país, deixando aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica, que só seria eliminada se se erradicasse a grande lavoura exportadora”. Como só os importadores dispunham de recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais necessários para a autonomização política pretendida, coube-lhes dirigir, na realidade, a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional.

Nos Estados Unidos, a partir da independência, a produção mercantil e o capital comercial ganham impulso com o apoio político e militar e com a consequente criação do estado nacional soberano. O governo federal e as legislaturas estaduais passaram a promover políticas de apoio ao capital comercial e à produção mercantil nacional. O protecionismo

tarifário foi implantado e o comércio passou a ser apoiado por leis de navegação. Governos estaduais concediam favores, subsídios e créditos à navegação fluvial e à construção de canais e estradas de pedágio; e companhias privilegiadas foram criadas. O comércio exterior e a marinha mercante ganham notável impulso, estreitando as relações com as Antilhas e estabelecendo novos circuitos com a América do Sul e com o Oriente.

A manufatura americana, beneficiada inicialmente pelos bloqueios das guerras de independência, foi posteriormente favorecida por tarifas protecionistas e implantou-se com solidez. O surto de progresso material após a independência ia progressivamente conformando uma economia integrada que participava ativamente do mercado mundial. A demanda de alimentos e de algodão pela Europa estimulava a produção mercantil agrícola americana. O país importava parte das manufaturas consumidas internamente e recebia ainda imigrantes europeus e capitais ingleses.

A agricultura sulista, por seu turno, comprava alimentos do centro-oeste e manufaturas do nordeste, e a agricultura de pequenos proprietários também se abastecia comprando manufaturas em grande parte produzidas no nordeste. O capital comercial e bancário do nordeste, que dominava os principais fluxos de comércio, ampliava sua ação. Nos EUA predominava a pequena produção independente, avançava a divisão do trabalho, a acumulação do capital comercial processava-se com vigor.

Esse processo prossegue, mas é somente entre 1840 e 1870 que os Estados Unidos, assim como a França e a Alemanha, tornam-se nações industriais. Teixeira (1999) questiona o que teria permitido a um país, em meados do século XVIII, ainda uma colônia, se tornar ao final do século XIX a maior potência industrial do globo e, nos anos 20 do século XX, o principal centro cíclico da economia mundial e, por fim, desde a Segunda Guerra Mundial o polo hegemônico do sistema mundial. Ressalta a importância das guerras para a trajetória dos Estados Unidos em direção à hegemonia: A guerra civil e as I e II Guerras Mundiais. Na guerra civil o país resolveu a questão do poder interno, na Primeira Guerra modificou sua inserção na economia mundial e na II Guerra Mundial superou a sua tradicional introversão. O moderno capitalismo americano surgiu como resultado de um processo endógeno de formação e consolidação de um capital industrial e financeiro novo sem apoios externos relevantes. O capital inglês dirigiu-se principalmente para a parte mais atrasada, produtora de matérias-primas. Foi um processo de monopolização peculiar, em que a grande indústria, a grande agricultura de alimentos, o grande comércio, as grandes ferrovias e os grandes bancos nascem

em um intervalo de tempo extremamente breve, utilizando-se de um espaço continental que vai sendo criado, estruturado e unificado pela força da organização empresarial americana.

Conforme assinala Teixeira, (1999) a força expansiva do grande capital americano decorreu não de uma pretensa superioridade tecnológica originária de seu sistema manufatureiro, nem da morfologia mais flexível da grande corporação, nem de eventuais políticas agressivas de seu capital financeiro, mas de seu gigantesco potencial de acumulação e em sua capacidade invulgar de unificar os mercados, resultantes ambos do poder do grande capital e de sua classe financeira. A guerra civil ao fazer predominar os interesses do norte levou:

- a) ao reforço do poder central e união, favorecendo conquista do oeste;
- b) à proteção aduaneira - uma das tarifas mais altas do mundo;
- c) à reorganização do sistema monetário e a criação do sistema bancário nacional;
- d) à concessão de terras aos capitalistas para construção de ferrovias;
- e) a maiores facilidades para a imigração para compensar indústria pela perda de mão de obra para a ferrovia.

A proposta do Sul, derrotada, ia em direção contrária: manutenção da escravatura, redução dos impostos, fim dos subsídios à indústria e ocupação do oeste. O sul estava fortemente inserido na divisão internacional do trabalho, e o norte passa a se constituir em uma sociedade capitalista que acabou se articulando com a agricultura de alimentos do oeste.

Por sua vez, os EUA tiraram vantagem da I Guerra, pois o custo foi relativamente baixo para o país: perdas humanas pequenas, perdas materiais inexistentes. A Guerra deu ímpetus renovados à indústria e à agricultura, produzindo situação de pleno emprego e até mesmo escassez de força de trabalho, que contribuiu para o aumento de produtividade e incentivou investimentos intensivos em capital.

A II Guerra Mundial, por sua vez, criou as condições, internas e externas, para que os EUA se tornassem o polo hegemônico da economia capitalista mundial, estabelecendo uma nova ordem econômica no Planeta. Ao seu final, a economia americana supera o quadro recessivo, como antes se assinalou, e a necessidade de planejamento levou a um reforço do papel do estado. As sequelas do conflito, em seus diversos planos, tanto na Europa como na Ásia, garantiam aos Estados Unidos, logo após o restabelecimento da paz, a supremacia comercial, industrial. Ou seja, no imediato pós-Guerra, os Estados Unidos detinham as

condições básicas e a capacidade econômica, política e militar para propor e viabilizar um ordenamento mundial sob seu comando.

4.2.2 A trajetória alemã

Na Alemanha se podem identificar características comuns e particulares em relação aos EUA que decorrem da sua condição histórica e de sua posição no cenário Europeu.

No início do século XIX, com relação à própria Europa, a realidade era o atraso econômico, institucional e social dos estados que posteriormente constituiriam a nação alemã. Os alemães não haviam ainda resolvido a questão nacional, e conformavam um conjunto de pequenos estados autônomos, na maioria dos quais era viva a servidão. As cidades eram pouco desenvolvidas e as regulamentações gremiais ainda eram obedecidas. Os pequenos estados eram dominados pelo absolutismo, e as dietas e outros órgãos representativos, nos quais a burguesia tinha assento, detinham pouco poder efetivo.

As sucessivas derrotas políticas sofridas pela burguesia alemã, que culminaram com a vitória das forças conservadoras em 1848, imprimiram à evolução da sociedade características específicas. Os estados absolutistas que se apoiavam na nobreza iniciaram no século XIX um lento processo de eliminação das travas que se antepunham ao avanço do capitalismo, e as reformas iam sendo implantadas sempre preservando em maior ou menor grau os privilégios das antigas classes dominantes. Assim, como assinala Oliveira (1985, p.208), a burguesia, apesar de não deter o poder político, ia obtendo concessões dos governos conservadores. Entende que, sob a liderança da Prússia, a questão nacional foi enfrentada através da formação da união aduaneira. A partir da década de trinta daquele século, foram extintas as barreiras alfandegárias entre diversos estados alemães, e passou a ter vigência uma única tarifa do comércio externo da união. Assim, na Alemanha, a união econômica precedia a unificação política. Este lento movimento que se iniciou com a união aduaneira foi ganhando impulso, e a Prússia, utilizando meios diplomáticos, pressões militares e intervenções armadas, foi promovendo a unificação do país, em um processo que culminou com a formação do império.

De forma diversa do que ocorreu na Inglaterra a implantação da indústria têxtil mecanizada, da mesma forma que nos EUA, mostrou-se incapaz de desencadear o processo de industrialização, e, desta forma, a grande indústria convivia com formas pretéritas de organização da produção que não eram destruídas. Isso decorreu provavelmente, como assinala Oliveira (1985), pelo fato de que a presença dominante da produção inglesa no

mercado mundial impediu que a expansão da indústria têxtil ocorresse através da conquista de mercados externos. Desta forma, não podendo contar com o mercado mundial, a indústria têxtil da Alemanha, como a dos EUA e França, teve reduzido peso na estrutura produtiva, jamais alcançando a importância relativa que esse setor assumiu na Inglaterra, durante a revolução industrial. Além disso, era expressiva a existência de mercados locais, sem conexões entre si, o que indicava o baixo grau de unificação do mercado nacional. Portanto, a impossibilidade de acesso a compradores estrangeiros e o reduzido mercado nacional impediam que a implantação da indústria de bens de consumo revolucionasse a estrutura produtiva.

O papel do estado foi decisivo no desenvolvimento da economia alemã, e na consequente ascensão da indústria alemã no século XIX. Sua ação direta e indireta foi fundamental: criação de manufaturas estatais em diversas atividades, na liderança para a construção, controle e operação de canais e ferrovias, na subordinação dos bancos aos imperativos do financiamento à produção, para a criação de universidades públicas.

Em 1870, a Alemanha derrota a França, anexando os territórios de Alsácia e Lorena. Ao império, unificado em 1871, se unem os estados sulinos da Bavária, Wurttemberg e Baden. A essa aceleração do crescimento do poderio político alemão segue-se a consolidação econômica nacional no campo monetário. Entre 1871 e 1914, desenvolve-se significativamente a indústria alemã, com força suficiente para o país se tornar protagonista da I Guerra Mundial (BRAGA. 1999, p.198).

O desenvolvimento industrial é impulsionado pela política tarifária. Na década de 1870, na Alemanha as estradas de ferro compravam metade da produção da indústria de ferro, a qual consumia um terço do carvão do Ruhr. Mas a construção ferroviária por si só não explica o avanço da industrialização. A capacidade da estrutura produtiva de reagir aos estímulos da construção ferroviária significava que a economia alemã captava internamente os efeitos dinâmicos da construção ferroviária. Vale dizer, a demanda concentrada por meios de produção derivada da construção ferroviária era atendida pela estrutura produtiva nacional, a qual tinha seu processo de acumulação potenciado nesse movimento. Se inicialmente a tecnologia era incorporada através da importação de máquinas, estas logo puderam ser fabricadas na Alemanha. E a transferência dos conhecimentos técnicos era feita basicamente através da imigração de trabalhadores especializados ingleses. Pois a tecnologia do ciclo ferroviário, ou seja, a tecnologia do carvão, do ferro e da máquina a vapor, era uma tecnologia simples, dominada por operários especializados, e, por isso mesmo, a Alemanha (como a

França e os EUA) pôde incorporá-la, pois o desenvolvimento manufatureiro havia produzido uma camada de trabalhadores especializados, que estavam aptos a assimilar as técnicas inglesas (OLIVEIRA, 1985).

Entretanto, além da tecnologia, outra questão aparece para quem procura analisar o desenvolvimento alemão do período. A construção ferroviária, as obras de infraestrutura, a instalação da indústria de meios de produção exigiam vultosos recursos. Na Inglaterra esses recursos foram resultados de um continuado processo de acumulação, em que gradativamente as escalas de produção foram ampliadas. Na Alemanha, assim não ocorreu, e a situação é diversa. Existem descontinuidades no processo de acumulação que exigiram uma centralização de capitais. Qual a origem e como ocorreu a centralização de capitais necessária ao financiamento do bloco de investimentos da industrialização? Como assinala Oliveira (1985) tratou-se de desviar excedentes financeiros das atividades tradicionais (pré-industriais, comércio, usura, manufatura e agricultura) e centralizá-los para tornar possível o bloco de investimentos da industrialização.

Na Alemanha, a ação do estado na centralização de capitais foi importante para essa finalidade. A dimensão dos capitais exigidos em meados do século XIX e o atraso relativo faziam com que o processo de industrialização não mais pudesse ser realizado pela ação privada de capitalistas individuais. Esse processo exigiu a ação do estado na centralização de capitais e nos investimentos industriais. A ação estatal delimitou e dirigiu a institucionalização das sociedades por ações e a atuação dos bancos que passaram a ter uma relevância maior do que tiveram na industrialização da Inglaterra.

Como assinala Braga (1999, p.200), a razão para o sucesso desse capitalismo organizado era a articulação entre bancos e indústrias, que lhe ampliava o raio de manobra monetário-financeiro e creditício frente ao padrão ouro sugerido pelos ingleses, e ao qual a Alemanha estava formalmente vinculada.

A partir de 1879 firmou-se uma política protecionista. O sistema bancário era altamente concentrado. Através dele, configurou-se o padrão dinheiro-de-crédito que comandava a oferta monetária com um grau razoável de liberdade em relação aos automatismos pressupostos no padrão ouro pelos quais a expansão monetária-creditícia só surgia em função da disponibilidade de reservas de ouro em cada nação.

Alexander Gerschenkron (1968) observa que na Alemanha (como em outros países de desenvolvimento tardio) o crescimento já parte de grandes investimentos. Destaca elementos que na Inglaterra não tiveram tanta importância, mas na Alemanha viriam a ter: estado

intervencionista e protecionista, um sistema financeiro articulado e uma ideologia. A estratégia da Alemanha rompe as regras liberais em nome de um projeto nacional. Afirma-se em pleno padrão ouro e de hegemonia inglesa.

A via prussiana se propôs a um projeto de construção do estado nacional alemão e de sua projeção como potência imperial capaz de competir com a Inglaterra. Havia sempre no horizonte do projeto prussiano a possibilidade de guerra.

Na verdade, o processo de acumulação primitiva na Inglaterra gerou em seu próprio movimento as condições para a industrialização, mas nos EUA e na Alemanha, bem como na França, não foram percorridas as mesmas etapas. Ou seja, foi a oferta de máquinas inglesas no mercado mundial que permitiu a esses países passarem por uma fase de crescimento industrial. Assim, a presença da Inglaterra já industrializada precipita, de certa maneira, a implantação de indústrias em países nos quais ainda não se apresentava o conjunto das condições para a industrialização.

Gerschenkron (1968), em sua obra clássica, destaca que a possibilidade de copiar inovações pode permitir o ritmo rápido de desenvolvimento (desde que possua recursos e tenha eliminado obstáculos) através de importações de máquinas e conhecimentos.

4.2.3 - A trajetória Japonesa

O Japão foi o único país do oriente que se industrializou ainda no século XIX. A partir da crise do feudalismo japonês, de forma análoga ao feudalismo europeu, é que foram gestadas as condições para o avanço do capitalismo. Após um longo período de lutas internas, o clã tokugawa submeteu os grandes nobres e estabeleceu um poder nacional relativamente centralizado. Desta forma, ao longo da era tokugawa que se iniciou no século XVII e findou em 1867, o Japão constituiu um estado nacional no qual se desenvolvia o capitalismo a partir do regime feudal que se decompunha. O capital comercial fazia progresso, acentuava-se a divisão social do trabalho, diferenciava-se a estrutura produtiva e desenvolviam-se as cidades (OLIVEIRA, 1985).

A pequena produção camponesa foi articulando-se progressivamente ao mercado e, no próprio campo, desenvolvia-se o artesanato concorrente da pequena produção gremial das cidades. O *putting-out* foi implantado sob o comando de comerciantes, e o poder central e local patrocinavam manufaturas e a mineração.

Esse prolongado processo de desenvolvimento do capitalismo com o correspondente avanço da mercantilização da produção solapavam as bases do regime tokugawa. A mercantilização resultava em crescente exploração dos camponeses e eram frequentes as revoltas do campo, a nobreza endividava-se junto aos comerciantes e usurários, os quais aumentavam seu poderio econômico. A nobreza militar, frente à centralização do poder e ao isolamento do país, perdia suas funções, e a classe dos samurais ia se decompondo quando muitos passavam a se dedicar ao comércio, e outros se arruinavam (OLIVEIRA, 1985).

Assim evoluía a sociedade japonesa quando em meados do século XIX sofreu agressão militar norte-americana. Como assinala Torres Filho (1999) o Shogunato Tokugawa passou a ser amplamente contestado. Os tratados que o Shogun foi obrigado a firmar com as potências ocidentais conhecidos como “tratados infames” comprometiam a autonomia nacional. O Japão foi obrigado pela força das armas a realizar uma abertura imediata e ampla de sua economia em condições desvantajosas. As elites japonesas tinham pleno conhecimento de que as disputas internas tinham sido a principal “porta de entrada” para o colonialismo estrangeiro no restante da Ásia. O fim do governo Tokugawa foi negociado.

Ou seja, a agressão estrangeira acelera um processo interno que tendia ele próprio ao desenvolvimento do capitalismo e, portanto, à industrialização. A derrubada do regime Tokugawa através da Restauração Meiji criou as condições para a execução de um programa de reformas. A eficácia das reformas e o sentido das transformações pelas quais passava a economia japonesa somente podem ser explicados pelo fato de que o país já havia passado por séculos de desenvolvimento da produção mercantil. Frank assinala:

O Japão é o único e mais instrutivo exemplo de um país cuja classe dominante decidiu desenvolver o país e decidiu fazê-lo antes que o país se incorporasse na esfera do habitual sistema colonialista-imperialista-capitalista. É evidente que esse passo foi propiciado por circunstâncias domésticas. Os japoneses olharam para o outro lado do mar, viram o que estava acontecendo a china, onde [...] a porta se abria para os estrangeiros, e tiraram as suas próprias conclusões: decidiram agir sozinhos, sem investimento ou assistência. (FRANK, 1971, p.22).

Como assinala Torres Filho o novo governo estava diante de um difícil dilema. Por um lado, não tinha condições de romper unilateralmente as amarras impostas pelos “tratados infames”. O risco de uma reação militar das potencias ocidentais era muito grande. Por outro sabiam que se a integração externa do país continuasse, apenas “pelas vias do mercado”, o Japão se tornaria em um entreposto comercial asiático, baseado na exportação de produtos primários e na compra de manufaturados. Diante desse quadro, os novos dirigentes lançaram

um amplo programa de reformas que tinha o propósito de fortalecer o poder nacional (TORRES FILHO, 1999)

O desenvolvimento prévio do capitalismo no Japão foi condição para que, através da ação do estado, se processasse a industrialização. Entretanto, esta se desenvolveu em um momento quando o capitalismo em nível mundial estava em transição para sua etapa monopolista. Nas economias avançadas, acelerava-se o processo de monopolização do capitalismo, o que acentuava o atraso relativo do Japão. Como o atraso era maior, exigiu-se um grande salto, um violento esforço para a implantação da grande indústria. Era necessário incorporar os últimos avanços das nações já industrializadas, a concorrência assim o exigia. Concretamente, em seus processos de industrialização deveriam implantar unidades produtivas gigantescas, nas escalas atingidas nos Estados Unidos e Europa ocidental; e deveriam ainda incorporar não somente a tecnologia do ciclo ferroviário mas também a tecnologia da chamada segunda revolução industrial. Se os países da primeira onda de industrializações atrasadas (EUA, Alemanha, França) já não puderam reproduzir aquele “desenvolvimento orgânico” da Inglaterra, nas nações da segunda onda, como o Japão, a descontinuidade do processo de constituição do capitalismo apresentava-se muito mais acentuada (OLIVEIRA, 1985).

Engels e Lênin (FIORI, 1999, p.29) haviam identificado na Alemanha a “via pelo alto” ou via prussiana, reunindo burguesias frágeis e internacionalizadas com burocracias estatais fortes e militarizadas, em um contexto agrário de lenta mercantilização e urbanização, de industrialização acelerada a partir de objetivos militares e de potência estatal. No Japão tem-se uma via próxima. Tal como na Alemanha, a autonomia do estado, na forma exposta no capítulo 2, parece presente. Antes da industrialização, a burguesia mostrava-se politicamente incapaz de assenhorear-se do estado, e economicamente detinha poucos capitais, incompatíveis com as exigências financeiras impostas pela industrialização. Por essas razões, a industrialização não poderia ser levada a cabo como exigência ou conquista da burguesia, e assim o próprio estado, para garantir a segurança nacional, assumiu as tarefas históricas da burguesia e promoveu a industrialização, agindo sempre adiante do próprio horizonte burguês.

No Japão, desde a era Tokugawa, o estado já montava e administrava empresas industriais, e esta prática aprofundou-se nas primeiras décadas após a restauração Meiji, quando as atividades produtivas do estado expandiram-se e diversificaram-se. Entretanto, na década de 80 do século XIX, a maioria das empresas estatais foi transferida a baixos preços a

grupos privados, principalmente aos bancos, estabelecendo assim estreita relação entre o capital bancário e industrial. Não somente as primeiras indústrias surgiram por iniciativa oficial, mas os próprios bancos foram criados através da ação do governo. Dada a escassez de capitais disponíveis em mãos da burguesia, era impossível a centralização mínima de recursos capaz de dar origem a um sistema bancário adequado ao financiamento da indústria nos padrões ocidentais. O estado não somente fundou bancos oficiais de vários tipos, mas também foi através de seu apoio financeiro e legal que o sistema bancário privado foi criado (OLIVEIRA, p. 248).

Enquanto nos países da primeira onda de industrialização que se seguiu à Inglaterra (EUA, França, Alemanha), a formação das sociedades por ações, os bancos de investimento etc. criaram as condições para que o capital dinheiro em mãos da burguesia desse origem ao capital industrial; no Japão a própria metamorfose do dinheiro em capital dependeu da ação do estado, e o desenvolvimento do capital industrial apareceu como uma decorrência desse processo.

Assim, enquanto na industrialização alemã ocorria um desenvolvimento orgânico no qual a indústria demandava recursos dos bancos e assim estimulava o desenvolvimento do capital bancário, ao mesmo tempo em que a expansão bancária funcionava como alavanca para a formação do capital industrial, no Japão o desenvolvimento do sistema bancário precedia a demanda, isto é, o sistema bancário foi criado à frente da demanda industrial de seus empréstimos e de outros serviços financeiros.

Na medida em que a fundação dos bancos dependia de subsídios do estado, evidentemente beneficiavam-se desse processo as camadas sociais dominantes que mantinham boas relações com a burocracia Meiji. O direito de constituir bancos e emitir bilhetes lastreados simplesmente em bônus do governo privilegiava elementos da antiga nobreza que haviam recebido tais bônus como indenização pela extinção dos feudos.

Desse modo, os bancos conformavam o elo dominante da propriedade capitalista no Japão e, dada a ausência de limitações legais, puderam dar origem a grupos que desdobravam suas atividades no campo da indústria, dos transportes, dos seguros, do comércio exterior e da mineração. Desta forma, ao final do século, a economia japonesa era dominada pelos *zaibaatsu*, forma de organização monopolista superior, na qual, sob uma mesma relação de propriedade, o capital se desdobrava em capital industrial, bancário e comercial, indicando assim que a própria industrialização nipônica resultou no predomínio do capital monopolista (OLIVEIRA, 1985, p. 250).

O financiamento da industrialização dependeu estreitamente da ação do estado. O governo garantia a rentabilidade mínima das companhias de estradas de ferro, construía ele próprio ferrovias, investia diretamente na indústria e na mineração, subsidiava ou garantia encomendas a certos ramos da indústria. Entretanto, a implantação do parque industrial dependeu também da ação do capital bancário e também aí se manifestava a presença fundamental do estado através da fundação de bancos oficiais, fornecendo recursos para a fundação de bancos. Por outro lado, o crédito oficial garantia a própria liquidez dos bancos privados, o que parecia como condição para que estes atuassem no financiamento da indústria. Em outras palavras, os bancos somente assumiam o risco do investimento industrial na medida em que sua própria sobrevivência era garantida pelo crédito oficial.

Portanto, no Japão foi fundamental a ativa participação do estado para que pudesse ser resolvida a questão do financiamento da industrialização¹⁶.

Assim, em menos de duas gerações (1868-1914) o Japão a partir de uma situação de flagrante atraso frente aos países ocidentais, tornou-se, já no início da primeira guerra mundial, uma das grandes potências a disputar espaço na arena política internacional. Frank (1971, p.23) assinalou que o Japão não foi apanhado inicialmente no sistema imperialista. Poderá ter sido não desenvolvido em 1868, mas não foi subdesenvolvido; e por isso mesmo conseguiu, por suas próprias forças, desenvolver-se completamente.

Os EUA, a Alemanha e o Japão, ao findar o século XIX, contavam com moderno aparelho industrial integrado, com avançado sistema de crédito, com classe operária subordinada, com moderno sistema de transporte e comunicação, enfim, conformavam estruturas capitalistas da mesma qualidade das da Inglaterra.

A era da acumulação primitiva gestara as condições para a industrialização de um único país, a Inglaterra. Por sua vez, o capitalismo em sua era concorrencial pôde desencadear o processo de industrialização de grande parte dos países europeus, dos Estados Unidos e do Japão. Na etapa concorrencial, a difusão do regime capitalista ocorria de forma orgânica, reproduzindo as estruturas da Inglaterra nos países de industrialização atrasada.

Esses países foram capazes, em seu processo de industrialização, de incorporar todos os avanços técnicos e econômicos atingidos pela Inglaterra. A tecnologia necessária relacionada às ferrovias, ou seja, a tecnologia do carvão, do ferro e da máquina a vapor era um

¹⁶ No Brasil a incapacidade do sistema financeiro de disponibilizar financiamento de longo prazo será uma das características, como ver-se-á no capítulo 4 e 5.

desdobramento da tecnologia da revolução industrial. Era uma tecnologia simples, dominada por operários especializados e, por isto mesmo, as nações atrasadas puderam incorporá-la. EUA, França e Alemanha foram capazes de absorver a tecnologia mais avançada da época. Portanto, é esta dimensão do capitalismo concorrencial - a impossibilidade do controle monopólico da tecnologia - que explica, em última instância por que os países atrasados puderam criar uma estrutura produtiva tecnologicamente semelhante àquela da Inglaterra.

É verdade que a centralização de capitais necessária ao financiamento do bloco de investimentos da industrialização difere nesses países em relação à Inglaterra. Enquanto a Inglaterra construiu seu sistema ferroviário através da ação de capitais privados, nos Estados Unidos, França, Alemanha e Japão a própria transformação de recursos monetários em capital para a estrada de ferro dependeu em maior ou menor grau da ação do estado.

Ao se procurar refletir sobre os acontecimentos a partir do final do século XIX, que culminam com a hegemonia norte-americana do pós-guerra, identificam-se algumas características que favoreceram essa evolução e que irão condicionar as possibilidades de desenvolvimento a partir do fim da II Guerra Mundial. Ou seja, irão condicionar o desenvolvimento capitalista no mundo sob hegemonia americana.

O processo que leva à consolidação da hegemonia americana desenvolve-se a partir de dois apoios – construção de uma institucionalidade e de um padrão monetário internacional - que expressam a superioridade dos EUA sobre o mundo capitalista, por um lado, e, por outro, a vocação de suas grandes corporações para transcender as fronteiras de seu próprio espaço nacional, promovendo a difusão dos padrões norte-americanos de produção, consumo e financiamento, bem como seu modelo de organização empresarial (TEIXEIRA, 1999, p.180). O poder monopolista da grande empresa americana se assenta sobre o caráter intrinsecamente financeiro da associação capitalista que lhe deu origem. É dessa dimensão, mais do que da base técnica, que derivam a capacidade de crescimento e o gigantismo de sua organização capitalista.

Uma vez que essas empresas se consolidaram, entre o final do século XIX e início do século XX, no espaço econômico amplo, diversificado, autossuficiente, dinâmico e bem protegido que o estado norte-americano abrangia, elas passaram a desfrutar de vantagens competitivas decisivas na economia mundial como um todo, tanto em relação ao capitalismo de mercado de estilo britânico quanto ao capitalismo de corporações de estilo alemão. As empresas norte-americanas combinaram as vantagens da extensa divisão técnica do trabalho (economias internas) com as vantagens da extensa divisão “social” do trabalho (economias

externas), em grau maior do que as empresas britânicas de uma só unidade ou as empresas alemãs horizontalmente integradas.

O espaço econômico abrangido pela Alemanha imperial não era suficientemente grande, diversificado ou dinâmico para permitir que as empresas alemãs compensassem as maiores economias externas desfrutadas pelas firmas britânicas com maiores economias internas. No entanto, o espaço econômico abarcado pelos EUA permitiu que as empresas norte-americanas realizassem uma síntese extremamente eficaz das vantagens do planejamento e da regulação mercantil. A Alemanha, como bem conhecido, procura ampliar seu espaço vital através da guerra. As duas guerras podem ser entendidas como desdobramentos pela procura de espaço vital e hegemonia, em particular para esse país.

4.2.4 A trajetória dos Países centrais a partir da Hegemonia americana.

Sob a hegemonia americana, após a II Guerra Mundial, os demais países centrais modificaram suas estratégias. Tanto a reconstrução alemã, como os planos de desenvolvimento da França e do Japão, diferenciam-se da via prussiana

A ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação e reconstrução da Alemanha. O mesmo ocorreu na Ásia com o Japão, Taiwan e Coreia do Sul após a vitória da revolução Chinesa. Hobsbawm (1995, p.270) questiona sobre o que teria sido da economia alemã se sua recuperação tivesse dependido dos europeus, que temiam seu renascimento. Com que rapidez a economia japonesa teria se recuperado, se os EUA não tivessem se dedicado a fazer do Japão a base industrial para a Guerra da Coreia e, depois, para a do Vietnã em 1965.

Porém, na Alemanha, o ímpeto liberal americano acerca da organização capitalista foi tão derrotado como no Japão. O capitalismo organizado seguiu de pé e reiniciou seu produtivismo com grande velocidade. A Alemanha pós-nazista é marcada pelo surgimento da economia social de mercado que procura se distanciar tanto do intervencionismo fascista ou socialista quanto do liberalismo anglo-saxão. Na dimensão competitiva havia uma clara rejeição dos modelos anglo-saxões, havendo a preocupação com a realidade de que até mesmo uma economia de mercado requer uma estrutura na qual ela opere e esta estrutura é função do estado. Hobsbawm (1995, p.268), assinala que mesmo os regimes tradicionalmente associados ao liberalismo econômico e político passaram a dirigir suas economias de uma forma que antes era rejeitada, por ser entendida como socialista. No novo contexto era diferente, pois

fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na “economia mista”.

Na Alemanha, havia certa pactuação das relações salariais, havendo certa coalizão que soldava os interesses dos empresários e trabalhadores visando ao aumento da produtividade e à estabilidade de preços. Existia uma relação favorável entre salários elevados, proteção social ampla e aumentos sucessivos de produtividade. A recuperação da economia alemã foi notável. Além do Plano Marshall, ocorreu a providencial percepção dos Estados Unidos de que razões geopolíticas vinculadas à Guerra Fria impunham a reconstrução de um capitalismo vigoroso na Alemanha. Nas décadas que se seguiram desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a reunificação, ocorreu o aprofundamento do estado de bem-estar social alemão através da Economia Social de Mercado (ESM), ampliando a participação dos trabalhadores nos sindicatos e associações empresariais, nas instâncias decisivas das empresas e aumentando a relação de cumplicidade com os bancos e indústrias.

Na dinâmica virtuosa da Alemanha, é estratégico o papel do sistema financeiro público e privado na sustentação da taxa de investimento, na cobertura ao risco de inovações tecnológicas, na limitação da financeirização da riqueza e no apoio à sustentação das finanças industrializantes. Embora participante da globalização financeira, a economia alemã apresentou relativa estabilidade em decorrência do papel dos bancos; posto que a supervisão, controle e fiscalização das autoridades monetárias é facilitada pela centralidade do sistema de bancos; além disso, a securitização tem-se processado através dos bancos universais (conglomerados que atuam em múltiplos segmentos), permitindo melhor gestão privada de risco e maior informação às autoridades; com desestímulo à gestão financeira imediatista, com horizonte de curto ou curtíssimo prazo.

No processo de adaptação à financeirização e de transformação da Alemanha no centro financeiro mais importante da Europa, a capacidade de manter a força regulatória tem sido testada. Nesse processo ocorreram entradas e saídas de capitais, bancos estrangeiros ingressaram e alemães se internacionalizaram, dinamizou-se o mercado de capitais, mas o governo não abriu mão de controlar riscos e minimizar os fatos desestabilizadores de suas variáveis macroeconômicas.

Na Europa ocorre um processo de convergência macroeconômica entre as principais economias desde o tratado de Maastricht (assinado em 1992), que foi consolidado em 2002 com a introdução da moeda única. As transformações no continente são marcadas no plano global pelas transformações liberalizantes lideradas pelos EUA e pela ocorrência de vários

acontecimentos políticos, tais como: o colapso do socialismo na Europa Oriental, a unificação da Alemanha e o projeto de reunificação da Europa.

Os anos 1990 foram marcados por dois movimentos centrais: a reconstrução de uma Alemanha reunificada e o processo de unificação monetária. Os fundos destinados à Alemanha Oriental foram obtidos através da emissão da dívida pública por meio da elevação da taxa de juros.

O governo japonês, por sua vez, acreditava que não poderia depender do sistema financeiro internacional sob perigo de colocar em risco o espaço conquistado de autonomia decisória nacional e, por conseguinte, comprometer seu processo de desenvolvimento econômico. Procurou gerar, por seus próprios meios, a disponibilidade de moeda conversível necessária para fazer frente aos requerimentos de seu processo de reindustrialização. Nos anos 1960, quando a balança comercial passou a ser estruturalmente superavitária, e, por pressão dos EUA, o governo aceitou iniciar um processo de eliminação de barreiras formais à entrada de mercadorias e capitais. Mas, nesse momento, os grupos econômicos nacionais já tinham acumulado porte e experiência suficientes para fazer frente diretamente a seus competidores estrangeiros.

A expansão mundial do capitalismo sob hegemonia americana mudou a divisão internacional do trabalho, pois a economia norte-americana é simultaneamente grande produtora de manufaturas, matérias-primas e alimentos. Sua expansão não ocorreu primordialmente através do comércio, mas pelas filiais do grande capital. Como assinala Tavares:

No segundo Pós-Guerra, a expansão da grande empresa vai promovendo paulatinamente o aparecimento de fluxos comerciais entre países que são, na verdade, comércio entre matrizes e filiais. Este movimento vai se deslocando do Atlântico Norte para a América Latina, avançando depois para o Pacífico. Ao chegar na Ásia muda novamente a divisão do trabalho em que esta região se torna grande produtora de manufaturas baratas e importadora de matérias-primas. Estas modificações alteram completamente os termos da relação centro-periferia. (TAVARES, 2007, p.124).

Com a nova divisão internacional do trabalho, a economia norte-americana amplia a sua abertura comercial e gera um déficit comercial em decorrência do crescimento das exportações asiáticas, produzidas em grande parte pela expansão do grande capital norte-americano.

A partir da desvinculação do ouro em 1971 e a introdução de taxas de câmbio flutuantes, a demanda por moeda americana para transações e como reserva entrou em forte

declínio. No período havia uma crise do dólar. Diante do aumento da inflação e do crescente descrédito internacional em relação a sua moeda, os EUA subiram as taxas de juros em 1979. Na década de 1980, ao mesmo tempo em que valorizava o dólar foi estimulado o mercado interno. Assim, o resultado foi que, ao se desvincular da conversibilidade e da paridade fixa com o ouro, os EUA puderam atrair capitais para os seus mercados com taxas de juros moderadas.

Essas medidas levaram as exportações japonesas a se acelerarem. O resultado foi a acumulação de megassuperávits comerciais, particularmente com os EUA. Nesses anos, os EUA reverteram a sua posição de maior credor do mundo para a de maior devedor, enquanto o Japão ampliou seus empréstimos de forma intensa em decorrência da política do dólar forte.

Nos EUA, o efeito das políticas de juros elevados e moeda valorizada, por um lado, e de redução da receita tributária e aumento do dispêndio militar, de outro, foi o crescimento explosivo dos déficits fiscal e de contas correntes. Dessa política resultou que imensa dimensão de recursos fossem dirigidos para os mercados monetários americanos permitindo que os EUA gastassem, investissem e ainda equilibrassem suas contas. A partir de então, o processo de mundialização do capital comandado pelos EUA avança. O ponto inicial foi a ruptura dos anos 1970, quando a riqueza capitalista se desvinculou de um valor-mercadoria e se sustentou no poder político e econômico do estado hegemônico. Gradativamente, a acumulação de ativos (financeira) se incrementa e o rentismo se implanta de forma generalizada. A expectativa de variação dos preços dos ativos financeiros passa, assim, a exercer um papel relevante nas decisões das empresas e dos bancos. Um estímulo para tal foi o crescimento da dívida pública americana que cresceu a partir da década 1980 devido às taxas de juros elevadas. Esse crescimento endógeno da dívida pública, associada à europeia, levou a uma maior dependência dos governos em relação aos mercados financeiros globalizados.

O crescimento da economia americana fez-se com déficit comercial crescente. A solução para todas as economias passa a ser exportar; menos para a economia americana que passa a ser importar barato. Na verdade, os elevados déficits norte-americanos são financiados em sua própria moeda e pelo superávit do resto do mundo que estão concentrados no Japão e na China.

À medida que o déficit de transações correntes americana subia, os dólares fluíam para o Japão. As instituições japonesas então tratavam de investir aqueles dólares de volta nos EUA, empurrando o valor do dólar para cima.

Com o passar do tempo, a questão da competitividade das empresas americanas começou a ser considerada. Na perspectiva americana, pressionar o Japão para relaxar as restrições era uma alternativa melhor do que realizar uma desvalorização unilateral do dólar visando restaurar a dita competitividade; ou mesmo, do que levantar barreiras tarifárias e levar a uma guerra por mercados. Pressionou pela liberalização dos controles sobre o capital. Mas, o efeito foi somente ampliar a saída de capitais japoneses para o mercado americano.

Posteriormente com o acordo de Plaza, as economias centrais do G5 previram uma intervenção acertada no mercado para diminuir o valor do dólar. O entendimento americano era que a baixa competitividade de sua indústria era de origem cambial. Em decorrência da intervenção, no ano de 1986 o déficit americano com o Japão diminuiu, mas de forma tênue, evidenciando que a queda da competitividade era de origem estrutural e não cambial. Mas essa desvalorização do dólar surte seus efeitos.

Com a valorização do iene, os vizinhos mais desenvolvidos, como Coreia e Taiwan, puderam obter um melhor desempenho no mercado japonês através de exportações. A valorização do iene tendeu a acelerar o deslocamento da indústria japonesa. Assim, a política da moeda forte para privilegiar a mundialização financeira provoca uma devastação no plano da economia real, da utilização da capacidade e do emprego, embora externamente as grandes empresas japonesas possam crescer e até aumentar a sua participação. Os interesses do grande capital são favorecidos em relação ao capital de pequeno porte.

Em retrospectiva, constata-se que a economia japonesa no pós-Guerra cresceu endogenamente, ocorrendo uma acumulação em profundidade em nível significativo, tanto que se tornou a segunda economia mundial, mas que, para prosseguir, necessitaria ter acesso a condições materiais de maior monta, o que a sua condição de ilha com limitação de recursos materiais não permitiria. Uma solução militar, que em outros momentos da história permitiu uma solução favorável com aumento do espaço econômico “vital” para as nações que caminhavam em direção à hegemonia, não estava posta para o Japão. No entanto, em parte, o capital japonês escapa a essa limitação ao se integrar de forma mais intensa aos demais países da Ásia, de forma a que a importância e característica dessa liderança irá induzir um desenvolvimento virtuoso na região, pintado como o desempenho de *gansos voadores* (na Ásia), como ver-se-á na sequência.

Assim, os japoneses passam a intensificar a globalização de sua economia. Deve-se observar que esse procedimento acaba por evitar uma valorização maior do câmbio, o que afetaria as exportações japonesas e exigiria uma ainda maior capacidade de absorção interna

de capital (TORRES FILHO, 1999, p. 242-243). A maior capacidade de absorção, como se pode depreender dos esquemas de reprodução de Marx e desenvolvimentos posteriores, exigiria um ainda maior aprofundamento da produção. Ou, como alternativamente dirão outros, aumentando o consumo produtivo.

O Japão, para corrigir seus saldos externos, deveria obrigatoriamente reciclá-los em seu mercado interno, acelerando fortemente o seu ritmo de crescimento e desenvolvendo, assim, a sua demanda interna. Dessa forma, a ampliação do campo de valorização exigiria um maior acesso dessa economia a recursos naturais e materiais mais amplos, o que sua condição geográfica impõe restrições. Além disso, a tutela americana, sua incapacidade militar, fez com que o Japão fosse constrangido a aplicar seus excedentes nos EUA para financiar os crescentes déficits americanos.

Vergapoulos (2002), por exemplo, entende que o Japão foi condenado a impedir que o mercado corrigisse espontaneamente sua economia. As ausências de uma alta corretiva de preços, da desvalorização do iene e do desenvolvimento de seu mercado interno estão na origem da crise estrutural profunda que o Japão enfrenta hoje. Assinala:

Guardadas as devidas proporções, a atual doença nipônica relembra, sob alguns aspectos, a doença holandesa tão discutida no passado: uma moeda estruturalmente revalorizada condena a economia ao subfuncionamento. Como não ver nessa “doença” que seu modelo de inserção na economia mundial, ou seja, da mundialização, está num impasse? (VERGAPOULOS, 2002, p.119).

Na década de 1990, as tensões entre Estados Unidos e Japão em torno de questões comerciais e econômicas permaneceram. Os EUA, frente aos superávits comerciais que eram percebidos como inflados, posicionaram-se pela desregulação e remoção de obstáculos à circulação de capitais, bens e serviços. Assim, o que se observa é um cabo de guerra Japão-EUA em que o país hegemônico procura transferir custos e promover ajustes com o propósito de alinhar a economia japonesa aos interesses americanos.

Conforme Medeiros (2007), com a abertura financeira realizada nos anos 1980 e a valorização do iene em 1985, ocorreu uma meteórica internacionalização produtiva e um desequilíbrio patrimonial. De um capitalismo fechado, o Japão transformou-se no maior investidor internacional no final da década de 1980. A internacionalização japonesa não se fez acompanhar por um estado agressivo no plano internacional ou por uma moeda internacional (regional). A internacionalização do capital japonês foi o resultado das pressões americanas e não um processo guiado pela decisão autônoma das empresas e muito menos do estado

japonês. Assinala ainda, que o Japão industrializou-se na área do dólar e a regionalização do Japão na Ásia nos anos 1970 também se operou no dólar. A livre conversibilidade do iene em meio à forte valorização do dólar não levou à sua internacionalização, mas à redução de sua autonomia frente ao dólar (MEDEIROS, 2007).

Com o *acordo de plaza invertido* (BRENNER, 2003, p.188) , o iene foi desvalorizado em relação ao dólar. Como as principais moedas asiáticas acompanharam o dólar, a desvalorização do iene provocou redução dos investimentos japoneses na região e aumentou a concorrência com os demais países, sendo um fator importante para se compreender a crise asiática de 1997.

Sem um estado capaz de alçar sua moeda ao patamar de moeda internacional, a força competitiva das empresas japonesas tendia a manter-se inferior à das grandes empresas americanas e europeias. Nesse contexto, o Japão vem perdendo posição para a China. O fortalecimento do dólar na década de 1980 produziu alterações na estrutura e na dinâmica da economia mundial levando à globalização financeira. Envolveu a realocação da indústria mundial e o desequilíbrio na balança de pagamentos entre os EUA, a Ásia e a Europa. Ou seja, os EUA puderam incorrer em déficits por serem os banqueiros do mundo beneficiando-se das importações baratas da Ásia.

Observa-se que a economia mundial apresentou até 2003 dois movimentos. Um baixo crescimento que decorreu do ténue crescimento japonês e europeu; e outro, marcado por significativas taxas de crescimento nos países asiáticos. Nesse cenário as condições para a industrialização, o desenvolvimento e ascensão de uma economia periférica ou subdesenvolvida ficam alteradas pelo desenvolvimento das nações do centro e da economia global. A partir dos anos 1990 esse capitalismo entra em uma etapa de proeminência das finanças.

Na verdade, o desenvolvimento dos capitais das nações centrais, sob hegemonia americana, no período pós-Guerra fria, conduziu à atual etapa de liberalização e desregulamentação, acelerando a competição global dos capitais dos países do centro. Esse movimento favoreceu os interesses das classes proprietárias e assalariadas que se beneficiam mais diretamente pela atuação das empresas em escala global. Essas modificações irão afetar as condições de acumulação e desenvolvimento das economias periféricas e, em particular, a economia brasileira.

Nesse contexto surge um dos acontecimentos relevantes do século XX que foi a industrialização e a ascensão de um conjunto de países “atrasados”. Um primeiro grupo

ascende durante a fase de ouro do capitalismo e outro grupo ascende no denominado período pós-fordista ou da etapa das finanças do capitalismo. A próxima seção dedica-se a uma breve análise da experiência desses países.

4.3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DE *CATCH-UP* DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS DO SÉCULO XX

A Alemanha e o Japão, como se viu, foram os países retardatários mais bem-sucedidos em alcançar, depois da Segunda Guerra, os EUA. Embora o desenvolvimento desigual provocasse o declínio relativo da economia interna dos EUA e a ascensão dessas economias, no período as empresas americanas voltaram-se para o exterior, ampliando o patrimônio de propriedade ou controlado pelo capital desse país.

O estado norte-americano, preocupado em “conter o comunismo”, e manter o mundo seguro para a livre empresa, buscava o sucesso econômico de seus aliados e concorrentes como base para a consolidação política da ordem capitalista do pós-Guerra. Havia a dependência do sucesso do Japão e da Europa para a concretização dos seus objetivos próprios.

Até o início dos anos 1960, o desenvolvimento desigual foi um jogo de soma positiva. Embora desigual, o crescimento global foi intenso. A Alemanha e o Japão ao final do período alcançam e até passam à frente do líder americano em sucessivos setores. Os novos produtores de custo baixo, situados nesse e em outros países (recém) industrializados, começavam a invadir os mercados até então dominados por produtores das regiões ou países líderes, principalmente Estados Unidos e Inglaterra. Nesse contexto, diversos países ascendem. A perda de posição americana é somente relativa. Alguns países da América do Sul e, em particular o Brasil, ascendem nesse período.

O período posterior caracteriza-se, como se viu, como de menor crescimento global. Nesse momento que sucede ao *boom*, de crise para parte dos analistas, tem-se um baixo crescimento global e a perda de dinamismo de um conjunto de países (industrializados) do Terceiro Mundo, na qual é destaque a trajetória da América Latina. O crescimento de diversos países centrais (em especial Alemanha e Japão) arrefece e se vislumbra a retomada do crescimento e da hegemonia da economia americana. Característico do período é a discussão sobre a perda e a retomada da hegemonia americana. Posteriormente, a economia americana entra em crise junto com as economias centrais, sendo que, na saída da crise, o

crescimento é modesto. As exceções são diversos países da Ásia que apresentam taxas de crescimento excepcionais.

A análise histórica dos processos de desenvolvimento não deixa dúvidas de que a aliança estado-capital é constitutiva do capitalismo e, no pós-Guerra, foi responsável pela industrialização de parte da periferia no bojo do processo expansivo do capital, a partir dos centros hegemônicos, em busca de novos espaços de valorização.

A ascensão do resto, na expressão de Amsden (2009), foi uma das mudanças fenomenais da segunda metade do século XX. A antiga divisão do trabalho, na qual os países subdesenvolvidos fornecem matérias-primas e os países desenvolvidos, os produtos manufaturados, é substituída por uma nova em que os primeiros fornecem os produtos primários e manufaturados e os segundos, os equipamentos e software.

No fim da década de 70 do século XX, amadureceu o conceito de Novos Países Industrializados (NPIs ou NICs) para designar aqueles que emergiram do Terceiro Mundo como importantes exportadores de produtos manufaturados. Os novos países industrializados, na época, eram compostos por México, Brasil, Argentina, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, África do Sul, entre outros, atualmente considerados emergentes. As trajetórias da industrialização dos novos países industrializados não foram as mesmas, mas se apoiaram em políticas industriais nas quais a participação do estado foi decisiva.

Em 1980, aproximadamente 70% do valor agregado pela indústria dos países em desenvolvimento foi atribuído a 10 países desse grupo, como se pode visualizar na tabela 3:

Tabela 3 - Participação dos países selecionados no valor agregado pela indústria dos países em Desenvolvimento

1963		1973		1980	
País	Participação no MVA	País	Participação no MVA	País	Participação no MVA
Brasil	17,42	Brasil	20,62	Brasil	22,60
Argentina	13,69	Argentina	13,79	México	10,85
Índia	13,00	México	10,70	Argentina	9,86
México	9,86	Índia	8,76	Índia	8,27
Venezuela	3,59	Turquia	4,18	Coreia	4,46
Turquia	3,46	Venezuela	2,91	Turquia	3,73
Chile	2,97	Irã	2,76	Irã	3,02
Peru	2,75	Coreia	2,71	Venezuela	2,61
Filipinas	2,73	Filipinas	2,36	Filipinas	2,51
Egito	2,08	Peru	2,25	Tailândia	2,01
Total	71,55	Total	71,04	Total	69,98

Fonte: UNIDO (1983, p. 34).

Nota: MVA = Manufacturing Value Added.

Observa-se que em 1980 três países da América Latina figuram nas primeiras posições entre os países com maior valor agregado industrial fora das áreas centrais: Brasil, México e Argentina.

Nesses países, e na América Latina em geral, a industrialização baseou-se na substituição de importações. As políticas industriais de atração dos investimentos estrangeiros ofereciam mão de obra barata, investimentos estatais em infraestrutura de transporte, energia e processamento de matérias-primas essenciais à instalação industrial. Os incentivos fiscais, a participação nos mercados internos sem a necessidade de transpor barreiras alfandegárias, e a facilidade de remessa de lucros eram atrativos tentadores às empresas estrangeiras.

Outro grupo de países industrializou-se na segunda metade do século XX acelerando esse processo justamente no período pós-fordista, localizados principalmente na Ásia. O vigor do crescimento da região levou alguns autores a assinalarem o ressurgimento da Ásia e, em especial, da China. Ressurgimento, pois, como assinala Maddison (2006, p.29), em 1000 a Ásia produzia mais que 2/3 do PIB mundial (excluído Japão) enquanto a Europa cabia 9 %. Em 1820 a proporção era de 56% e 24%, respectivamente. Os motivos que ocasionaram a grande divergência em favor da Europa/Ocidente constituem-se objeto próprio de estudo, como assinala Arrighi (2008). Mas, em um período relativamente curto de tempo houve uma gradativa diminuição dessa divergência, primeiro, com a ascensão do Japão e, posteriormente, de diversos países asiáticos em uma trajetória em que o economista japonês Akamatsu (1962 apud Palma, 2007, p.429) utilizou a expressão *gansos voadores* para caracterizar o modelo industrial de aprimoramento da qualidade de oferta do leste asiático, característico desse período. Além disso, vem ocorrendo uma gradativa recentralização da região asiática em torno da economia chinesa.

A trajetória e a experiência desses países que ascenderam a partir do século XX, a partir da II Guerra Mundial, primeiro no *período de ouro* do capitalismo e depois no período pós fordista ou de crise, são importantes elementos para a análise histórica ou empírica das características dessas economias e sua inserção na economia global.

Na análise da ascensão desses países, embora particularidades próprias da história de cada um deles, para o fim que se pretende, pode-se classificar os países por grupos e períodos históricos do seu *catching-up*, e mesmo pela região à que pertencem.

Agrupando para que se possa reter algumas características, embora a discricionariedade de qualquer classificação, em um primeiro grupo, encontram-se aqueles países que no pós-Guerra utilizaram uma estratégia de substituição de importações, como os

países da América Latina; em um segundo grupo incluem-se os países em que se adotou uma estratégia que se pode denominar de modelo asiático de desenvolvimento (ARRIGHI,2008), a partir da liderança inicial do Japão. Em um terceiro grupo, pode-se considerar, embora presente as características do modelo asiático, o grupo de países que por suas condições geopolíticas podem exigir análise própria: Rússia, Índia e China.

Em síntese, além da estratégia de industrialização, substituição de importações ou baseada nas exportações, diversas características, tais como o contexto geopolítico, o relacionamento com os países industrializados, entre outras, diferenciam essas áreas em sua trajetória de industrialização e desenvolvimento, bem como sua situação presente. Além disso, as características estruturais do capitalismo modificam-se ao longo do tempo, modificando as condições para a ascensão em cada fase.

Na América Latina, durante o período voltado *hacia fuera*, os fluxos financeiros estavam relacionados com a construção da infraestrutura e capacidade exportadora dos países, vinculada ao papel da região na divisão internacional do trabalho. Existia uma íntima integração com os bancos europeus a ponto de se poder questionar se o modelo primário exportador era liderado pelas finanças externas ou não, demonstrando a integração com o sistema financeiro internacional. Nos anos 1920, a grande ofensiva dos bancos americanos resultou em elevado fluxos de capitais para a América Latina. Tal episódio permitiu fixar a taxa de câmbio em nível elevado, aumentando a demanda por liquidez em libras. Tal episódio foi revertido, como em outros momentos do modelo *hasta fuera*, por fuga de capital e desvalorização, demonstrando a dependência financeira da região.

A integração da América Latina no sistema mundial, através da exportação primária em um contexto de políticas de livre comércio, fazia parte da divisão internacional do trabalho em que essa região se integrava à acumulação produtiva a partir da revolução industrial nos países centrais fornecendo as matérias-primas e insumos necessários para a acumulação produtiva que nesses ocorria, viabilizando os ganhos de produtividade.

A Crise de 1929, como retratado por Furtado (2007) para o caso brasileiro, constitui uma ruptura nesse padrão de acumulação primário-exportador favorecendo a industrialização na região, embora a origem da indústria em diversos países anteceda esse período. Na Argentina, Brasil, Chile, México e, provavelmente, Cuba, houve um desenvolvimento industrial mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, em parte como consequência espontânea do dinamismo da economia de exportação (FORTIN, 1991). E mesmo certas políticas de industrialização foram documentadas por historiadores econômicos. Conforme parte desses, a

substituição de importações na América Latina foi essencialmente um processo induzido gradualmente, a princípio por uma deterioração dos termos de troca que ocorreu entre o final do século XIX até a década de 1920 e, depois, violentamente pelos choques externos na década de 1930.

Contudo, o fato amplamente aceito é que o processo de substituição de importações impulsionado pela Grande Depressão avançou muito, em intensidade e alcance, propiciando uma mudança qualitativa na industrialização nos maiores países industriais da América Latina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Nos países onde as elites e o estado não tiveram uma atitude ativa em defesa da economia, ocorreu maior regressão da renda e do emprego e, em alguns casos, da própria diversificação produtiva alcançada antes da crise. Ao que parece, o estímulo à industrialização e a atitude favorável no período pós-1930 ocorreu onde o realinhamento de coalizões políticas e sociais foi em uma direção mais favorável à industrialização, onde essa já apresentava algum desenvolvimento (mesmo que tímido¹⁷).

Outro aspecto assinalado é que os países da América Latina puderam contar com maior grau de liberdade em termos externos, a despeito da depressão e a fuga de capital internacional. Assim, depressão e crise das finanças internacionais e do comércio inibiam políticas agressivas de exportação, agravando contas externas. Ou seja, a escassez de divisas firmou-se como uma nova realidade na América Latina.

Nesse contexto, quanto maior e mais diversificado fosse o parque industrial do país, melhores seriam as condições para internalizar e potencializar os efeitos de uma política de defesa da economia. Assim, no Brasil o câmbio foi fortemente desvalorizado, suspendeu-se o pagamento da dívida, instituíram controles cambiais e elevaram tarifas de importação, etc. Posteriormente, após a Grande Depressão, os países desenvolvidos envolveram-se no processo da Guerra, o que parece ter propiciado a manutenção do período mais favorável ao ganho de autonomia para os países da América Latina. Nesse período, a indústria leve havia se consolidado em alguns países e quase todos os médios e grandes contavam com alguns segmentos industriais mais avançados da química e da metalurgia. Junto com esse processo, incrementa-se o processo de urbanização. A partir de 1946-47, os EUA alteram o seu comportamento em relação à América Latina em decorrência da Guerra Fria, passando a

¹⁷ Embora, o estímulo à industrialização possa derivar da defesa dos interesses da agricultura, como salienta Furtado para o caso do café para a economia brasileira. Fonseca (2003) defende que os discursos presidenciais de Vargas e instituições e leis novas que apareceram na década de 1930 mostram que já havia intencionalidade do governo brasileiro no que se refere a um projeto industrializante.

fomentar e apoiar ações repressivas ao nacionalismo e as forças progressistas em geral. Priorizaram, como se viu, a reconstrução do Japão e da Alemanha.

Ao final dos anos 1950, com o esgotamento do Plano Marshall, os mercados protegidos latino-americanos passam a ter maior importância para a economia dos EUA como área para valorização de seus capitais privados. Mas, entre a crise e a década de 1950, o PIB da região duplicou enquanto a participação nas exportações mundiais caiu implicando dificuldade em retornar à situação de antes da crise, com liberalização das importações. A luta pela industrialização passa a ser defendida como necessária em todos os países da região.

Nas três décadas após a Segunda Guerra Mundial, os resultados da experiência de industrialização da América Latina como um todo foram espetaculares. Entre 1950 e 1978, a produção industrial do continente aumentou quase seis vezes (CEPAL, 1979). O crescimento industrial foi também vigoroso em termos *per capita* como se pode visualizar na tabela que segue:

Tabela 4 - Produto Industrial per capita – Dólar 1970

País	1950	1960	1970	1977
Brasil	59	104	153	246
México	124	215	236	246
Argentina	239	298	448	516
Chile	149	186	256	212
Venezuela	82	143	198	251
Colômbia	50	69	89	113
América Latina	87	122	178	225

Fonte: CEPAL, 1979, p. 56.

Esse período foi caracterizado como de excepcional crescimento para a economia global e para as economias centrais, em especial para o Japão e a Europa. Mesmo nesse contexto, a América Latina conseguiu elevar a sua participação na economia mundial.

Tabela 5 - Participação das regiões no PIB mundial

	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%
Europa ocidental	1.401.551	26,26	2.261.553	26,76	3.623.854	26,25	4.860.483	24,26
Europa do Leste	185.023	3,47	304.633	3,60	465.695	3,37	675.819	3,37
EX-URSS	510.243	9,56	843.434	9,98	1.351.818	9,80	1.709.174	8,53
EUA e Outros	1.635.490	30,65	2.320.141	27,45	3.527.862	25,56	4.878.155	24,35
Ásia	985.669	18,47	1.741.230	20,60	3.214.519	23,29	5.252.833	26,22
América Latina	423.556	7,94	690.323	8,17	1.148.713	8,32	1.959.670	9,78
África	194.569	3,65	289.608	3,43	471.368	3,41	694.887	3,47
Mundo	5.336.101	100,00	8.450.922	100,00	13.803.829	100,00	20.031.021	100,00

Fonte: Maddison, 2006.

O crescimento da participação da Ásia no PIB mundial que pode ser visualizado na tabela 5 decorre em parte importante pelo crescimento do Japão. Se se comparar o crescimento das principais economias latino-americanas com as asiáticas (excluindo o Japão - país central), se constata que a América Latina apresentou um melhor desempenho até os anos 1980, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 6 - Crescimento acumulado do PIB por decênio- Países selecionados por região G6 – 1950-2000

Período	América Latina (G6 AL)	Ásia (G6 AS)
1950-1960	67,52	66,52
1960-1970	68,62	49,86
1970-1980	76,07	65,07
1980-1990	15,08	92,27
1990-2000	36,92	85,94

Fonte: Maddison, 2006. Elaboração própria.

Nota: G6 AL = Países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela.

G6 AS = Países da Ásia: China, Coreia, Índia, indonésia, Tailândia, Taiwan.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi excepcional para a região, em especial para alguns países. O curso da industrialização e do desenvolvimento foi diferenciado em cada país em decorrência das suas estruturas produtivas, suas dimensões geográficas, os processos de urbanização, as atitudes dos estados nacionais e suas elites, dentre outros fatores. Entretanto, pode-se distinguir algumas características básicas a partir da análise do processo de industrialização. Ou seja, a partir dos agentes econômicos, sociais e políticos que sustentaram as políticas econômicas favoráveis à industrialização no período entre 1950-80.

A partir de 1950 até meados da década de 1960, a característica predominante do processo de industrialização na América Latina foi o crescimento da substituição de importações. Esse, por sua vez, foi baseado em níveis muito elevados de proteção, nomeadamente aos bens de consumo. A indústria de transformação inicialmente se expandiu na produção de bens intensivos de trabalho, principalmente direcionado ao mercado interno, sendo que as exportações de matérias-primas e produtos primários permaneceram como fonte de receitas cambiais. A decorrente expansão e as políticas redistributivas do estado levaram, à primeira vista, a uma melhora nos padrões de vida dos trabalhadores urbanos.

Assim, foi possível mobilizar suporte político para o prosseguimento da industrialização nas coligações de empresários industriais, entre as classes médias, no pessoal de estado e na classe trabalhadora urbana, com os governos com certa base popular e desenvolvimentistas, que eram a sua expressão. O papel do estado foi central ao intervir em favor do capital industrial através de proteção tarifária, política cambial, subsídios, benefícios

no crédito, incentivo ao investimento estrangeiro. Atuou, também, na infraestrutura e na produção direta.

A acumulação no período foi intensa provocando o crescimento da renda e do produto industrial, mas o importante exército industrial de reserva e as condições históricas da região não permitiram uma alteração no padrão da distribuição de renda, e isso teve, segundo diversos analistas, um efeito profundo sobre a dinâmica da acumulação no setor industrial (conforme se expõe com mais detalhe para o caso da economia brasileira no capítulo 5). A contradição entre o incremento da riqueza e a manutenção do padrão de distribuição resultará em crise nos anos 1960, com modificação do padrão de acumulação.

Nessa situação, a manutenção do crescimento constituía-se em uma exigência para a manutenção do suporte político. A crescente mobilização popular, que em parte decorria do próprio sucesso do processo de crescimento, exigia, para a manutenção dos interesses das classes proprietárias e demais setores favorecidos, uma fuga para frente. A manutenção do ritmo do processo de acumulação constituía-se em uma necessidade para a manutenção dos interesses dessas classes dentro da luta política da época.

A manutenção da distribuição de renda que repercutia na estreiteza do mercado foi, em parte, e por um período, compensada através do investimento público que forneceu uma saída propiciando o crescimento econômico. Mas o próprio prosseguimento da acumulação tendia a gerar um conflito entre as classes e grupos que davam suporte ao processo de acumulação.

Nesse contexto, o próprio processo de acumulação tendeu a produzir os seus limites. A ação do estado foi restringida pelos limites da estrutura de tributação, bem como, à medida que se incrementava a industrialização, através de substituição de importações, aumentava-se a dependência de bens intermediários e de bens de capital, resultando em uma crise de divisas.

Em meados dos anos 1960, as coalizões políticas que deram suporte político à industrialização desde os anos 1930 se dissolveram. Os regimes instalados no Brasil após a derrubada do governo Goulart e na Argentina dois anos depois (Arturo Illia) foram expressões desse desenvolvimento no período. A dissolução do pacto desenvolvimentista até então vigente na região foi acompanhado por respostas variadas. No Brasil e Argentina, os golpes militares de 1964 e 1966, respectivamente, introduziram políticas de desmobilização dos setores populares através da coerção e repressão. No Chile, a erosão do estado desenvolvimentista foi sinalizado pelo crescimento da esquerda que demonstrou força na eleição presidencial de 1964 (embora a derrota de Allende). No Chile e México, os governos de Frei e Diaz Ordaz (1964-1970) tentaram salvar a coalizão desenvolvimentista original

através de um esforço para mobilizar e cooptar os setores populares combinados com a expansão da presença do estado na produção industrial e atraindo capitais estrangeiros.

A repressão às aspirações populares mostra uma parte da evolução na região. O desenvolvimento posterior da acumulação ocorreu de uma forma que viabilizou a contenção dessas aspirações e o apoio necessário para o seu prosseguimento. Assim, as características essenciais que tomam forma mostram primeiro a intensificação do papel do estado na acumulação de capital. Ocorreu uma política explícita no México e Chile, e também na Argentina e no Brasil, apesar de uma retórica de livre mercado inicial.

Outro elemento comum foi o novo papel de liderança das corporações transnacionais no processo de acumulação. A presença do capital estrangeiro sempre esteve presente na economia da América Latina. Mas a presença desse capital alcançou maior dimensão nessa fase com a emergência das grandes empresas multinacionais, modificando as condições de concorrência. A partir dos anos 1960 passou a ocorrer a internacionalização do mercado interno (Fernando Henrique Cardoso, 1984, cap. VI, p.114-138).

Esse afluxo de investimento direto decorreu de um processo que se consolidou à época e alcançou importância. O grau da acumulação alcançado nos países centrais, em um primeiro momento nos EUA e depois no Japão e Europa, com o conseqüente aumento das dimensões dos capitais privados (grandes empresas oligopolistas) associados à possibilidade de valorização dos capitais em mercados nacionais protegidos, resultou no deslocamento dessas empresas para diversas regiões e, em especial, para a América Latina. Além disso, os EUA davam sinais de ter ultrapassado seu longo ciclo de expansão, com diminuição de sua taxa de crescimento, ao contrário da Europa e Japão que iniciavam sua fase de auge. Então, tem-se uma ampliação da procura por novas áreas de valorização, primeiro dos capitais dos EUA, depois, japoneses e europeus.

Na expectativa de vários segmentos da elite latino-americana da época, um grande afluxo de capital estrangeiro trazia a promessa de quebrar tanto as restrições ao investimento colocados pelos mercados estreitos, como pela escassez de divisas, abrindo o caminho para uma dinâmica endógena de acumulação e crescimento. No período, os governos dos países da América Latina (e da periferia em geral) desejavam esses investimentos para prosseguir seus processos de industrialização.

Poder-se-ia, por exemplo, especular se, em uma dessas economias, como a brasileira, por exemplo, uma situação de menor crescimento, com uma coalização mais estável, não permitiria uma evolução mais favorável na situação da balança de conta corrente como

consequência de um recurso mais gradual e menos intenso ao capital estrangeiro, aumentando a formação interna de capitais e o crescimento de grupos privados nacionais, e tornando dessa maneira essa economia mais aut centrada (nos termos expostos no capítulo 2). Essa situação histórica não ocorreu, mas serve para se refletir se o maior crescimento em todo momento sempre é a melhor opção para a ascensão de determinado país.

O longo crescimento da economia mundial e dos países centrais no *Período de Ouro* foi inicialmente realizado com uma carência de dólares. Inicialmente a liquidez internacional foi suprida através de exportações de capital: gastos militares, plano Marshall e internacionalização do capital privado americano para Europa, Ásia e América Latina.

Com o crescimento da economia mundial e norte-americana, a situação se modificou. As dívidas privadas aumentaram e reduziu-se a importância relativa dos títulos públicos nos portfólios das instituições financeiras. Além disso, como assinalam Braga e Cintra (2007, p. 263), os bancos americanos foram se transformando em “supermercados financeiros”, terminando com a separação das funções entre os bancos comerciais e de investimento, imposto pelo *glass-steagal act* (1933). No início dos anos 1960, os recursos gerados pelos déficits do balanço de pagamentos promoveram o surgimento de um mercado de crédito em dólar fora dos EUA, bem como estimularam a internacionalização financeira.

O acúmulo de recursos financeiros e de créditos na Europa, resultado em grande parte dos fluxos dos investimentos norte-americanos no exterior, tendeu a se dirigir para áreas da periferia em decorrência da própria crise, e pela dificuldade de valorização dos capitais nessas áreas.

Com a queda dos juros nos EUA, em 1971, e a introdução de uma inovação importante que foi a introdução de taxas de juros flutuantes, passando o risco do empréstimo para o tomador, abriram-se amplas oportunidades para os bancos emprestarem para os países em desenvolvimento. Na América Latina passa-se a ter um crescimento “liderado pela dívida”.

No período 1965-1973, a liderança dos investimentos transnacionais e estatais levou a um significativo crescimento industrial na América Latina como um todo, com o Brasil liderando o campo com uma impressionante taxa de crescimento na produção de aproximadamente 12% por ano. No mesmo período, a taxa foi de aproximadamente 8,5 % no México e 5% por cento na Argentina.

Tabela 7 - Produto interno bruto das atividades industriais – Países selecionados – 1960-1973.

País	1960	1965	1970	1973	65/73 (% Anual)
Brasil	8.352,20	9.432,60	15.009,10	22.607,70	11,6
México	6.403,80	9.687,40	14.805,80	18.409,40	8,36
Argentina	5.295,80	6.858,10	9.419,70	10.398,60	5,34
Chile	2.164,70	2.757,60	3.329,90	3.346,40	2,44
Venezuela	3.237,90	4.080,60	4.745,70	5.160,10	2,98
Colômbia	1.580,00	2.001,00	2.812,30	3.582,40	7,55
Total América Latina	30.692,00	39.556,50	56.287,20	71.186,40	7,62

Fonte: CEPAL, 1981, p.210- 211. Milhões de dólares a preços de 1970

Esse período marca o movimento mais intenso no processo de acumulação produtiva da economia latino-americana. Entre os anos de 1967-74, o crescimento do investimento fixo ocorreu a uma taxa anual de mais de 12% a.a e a do Brasil em 19,6 % a.a (CEPAL, 1979, p.18).

Os principais países da América Latina aproveitaram os dois movimentos de capital, produtivo (empresas multinacionais) e financeiro (liquidez) decorrentes do declínio das possibilidades de valorização e, mesmo de crise do capitalismo e sua necessidade por novas áreas para valorização do capital. No entanto, a gradativa perda de dinamismo da economia mundial modifica as condições para o desenvolvimento dessas economias.

Em 1974 contraiu-se fortemente o ritmo de crescimento dos países industrializados da Europa Ocidental e decresceu ainda mais em termos absolutos a atividade econômica no Japão e Estados Unidos. Em decorrência, deteriorou-se a demanda externa para exportação dos países latinos americanos. Mas, não obstante os fatores externos, o produto interno e o investimento cresceram, sendo que nesse ano se registrou o mais alto coeficiente de importação desde 1960. Isto se traduziu em um elevado déficit na balança comercial que se agravou ainda mais pelo pagamento de juros e lucros correspondentes ao endividamento e às inversões externas no conjunto de países. Em 1975 a recessão dos países industriais ficou mais aguda tendendo a estancar ou diminuir as exportações. Assim, criou-se uma situação de estrangulamento externo grave e que se refletiu na queda das importações em geral em um grande déficit em conta corrente da balança de pagamentos, resultando na desaceleração do crescimento econômico.

No entanto, embora os constrangimentos decorrentes da situação internacional nos 1970, o crescimento econômico dos principais países latino-americanos foi excepcional. Na Argentina, Brasil e México, a partir de 1971, foi incrementada uma política de redirecionar o investimento industrial para o setor de exportação com a finalidade de afastar ou reduzir a restrição de divisas. A estrutura da produção industrial modificou-se no período evidenciando

de outro modo a intensa transformação ocorrida na América Latina, como se pode visualizar na tabela 8.

Tabela 8 - América Latina e países selecionados- estrutura da produção industrial

América Latina	1950	1960	1974	G3	1950	1960	1974
Bens de consumo não duráveis	65,5	54,1	40,3	Bens de consumo não duráveis	63,8	51,5	36,2
Bens intermediários	23,3	28,2	34,1	Bens intermediários	23,5	28,9	35,2
Bens duráveis e de capital	11,2	17,7	25,6	Bens duráveis e de capital	12,7	19,6	28,6

Fonte: CEPAL, 1979, p. 56.

Nota: G3: Brasil, Argentina e México.

No período 1960 a 1980, a participação da indústria no PIB cresce, bem como a participação dos manufaturados na pauta exportadora, evidenciando o aumento da importância da indústria e o sucesso da industrialização, em especial nas maiores economias da região, como se pode visualizar na tabela 9.

Tabela 9 - Participação da indústria no PIB e das exportações dos Produtos manufaturados no total exportado - Países selecionados: 1960 -80

I - Participação da indústria no PIB									
País	1960	1965	1970	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Brasil	25,8	25,6	28,4	29,7	30,0	29,6	30,1	30,2	30,2
México	18,4	20,7	22,9	23,5	23,6	23,7	24,0	24,4	24,1
Argentina	23,2	25,8	26,9	27,7	27,0	27,3	25,3	26,1	24,7
Chile	23,3	25,9	26,0	21,5	22,0	22,1	22,6	22,5	22,3
Venezuela	13	15,2	15,0	15,1	15,6	15,1	15,2	15,6	16,3
Colômbia	16,4	17,1	17,5	18,4	18,8	18,7	18,7	18,6	18,2
II - Exportações de produtos manufaturados – percentual da exportação total de bens									
País	1960	1965	1970	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Brasil	2,2	7,8	15,4	24,5	23	25,1	25,5	25,5	37,6
México	16	23,9	32,5	31,1	29,1	28,1	27,1	18,4	11,3
Argentina	4,1	5,6	13,9	24,2	24,7	23,5	26,4	24,2	-
Chile	5,1	3,3	4,1	8,1	11	10,7	10	22,2	22
Venezuela	0,1	0,7	1,2	1,2	1,2	1,8	1,5	1,5	1,7
Colômbia	1,5	6,3	10,7	21,0	21,9	18,5	15	12,6	-
Total América Latina	3,6	6,9	12,3	16,3	16,5	17,2	19,3	19,1	

Fonte: CEPAL, 1981, p.142 e 162.

Nota: Percentagem do PIB total a preços constantes de 1970.

Assim, durante um primeiro período, com uma economia fechada e em um contexto internacional estável caracterizado por um alto crescimento do comércio internacional, baixa inflação e escassa mobilidade de capitais, os graus de liberdade para o manejo das políticas macro e outros instrumentos (controles quantitativos, políticas regionais, subsídios, política comercial, etc.) foram suficientemente amplos para países como Brasil, México, Argentina e diversas outras economias da região acelerassem o crescimento de suas economias.

Posteriormente, essas economias programaram suas industrializações e crescimento com apoio dos capitais privados e do financiamento externo. Mesmo durante a fase final, no período 1974-79, o processo de industrialização avançou. Os regimes cambiais prevalentes na América Latina foram muito diferentes, refletindo diferenças estruturais e políticas. No Brasil e na Colômbia foi adotado um sistema de *crawling pag*, o que evitou uma valorização da taxa real de câmbio. No México e Venezuela, por sua vez, as altas do preço do petróleo foram sucedidas por valorizações reais no câmbio. Na Argentina e Chile, a abundância financeira da década de 1970 viabilizou a adoção de uma estratégia de estabilização.

Para a trajetória favorável da região no período virtuoso do capitalismo foi essencial a evolução das suas três principais economias: Brasil, México e Argentina, as quais representam aproximadamente 70% do PIB da região.

O México foi, tradicionalmente, uma economia das mais fechadas e com maior intervenção estatal da América Latina. A característica principal da economia mexicana durante o período de substituição de importações foi o manejo dos diferentes instrumentos voltados para um objetivo central: o crescimento econômico. Cresceu a altas taxas e com inflação baixa durante 40 anos, com o modelo de Industrialização por Substituição de Importações.

A industrialização cresceu e prosperou a partir do protecionismo estatal e a política econômica apresentou certo viés antiexportador, pois a proteção mantinha os preços altos no mercado interno, o que fazia com que, para a maior parte dos produtores nacionais, não fosse interessante exportar.

No início da industrialização, o setor primário tinha desempenhado um papel importante ao gerar divisas que permitiram financiar a importação de bens de capital e insumos intermediários à medida que avançava o processo de substituição de importações. Mas a deterioração da balança comercial, desde meados dos anos 1960 - produto tanto da queda dos preços das matérias-primas como da desaceleração da produção agropecuária - não pode ser compensada com o crescimento do investimento estrangeiro e do turismo. Desse modo, no começo do governo de Luiz Echeverría Alvarez (1970-76), começaram a aparecer problemas crescentes para manter as taxas de crescimento da década anterior. A desaceleração ocorrida foi provocada por fatores tanto internos como externos. Externamente, a maior instabilidade decorreu do contexto mundial, com a crise do sistema de pagamentos do pós-Guerra, com os choques provocados pelo aumento súbito dos preços do petróleo, em um momento no qual o México não era um país exportador de petróleo. Internamente, somou-se

uma crise de legitimidade do regime entre os setores médios. Esta situação somada a um acelerado crescimento da população levou o estado mexicano a tentar prolongar o crescimento recorrendo a toda uma bateria de instrumentos a seu alcance, desde o crédito externo até a política monetária expansiva.

Dessa maneira, a adaptação inicial do México à mudança das condições internacionais foi produzir um ajuste ortodoxo envolvendo a liberalização do comércio. Com o incremento das exportações de petróleo, foi susgado esse programa e a administração de Lopez Portillo procurou canalizar os excedentes do petróleo para o desenvolvimento da indústria pesada.

Em síntese, tanto no que se refere à balança de pagamentos como em relação às finanças públicas, o México passou a enfrentar problemas cada vez mais agudos para financiar seu processo de acumulação. O caminho escolhido para tentar resolver esses problemas foi o endividamento externo, acirrando, ao longo da década de 1970, o estrangulamento financeiro original. Enquanto existiram capitais externos dispostos a financiar o país, foi possível mascarar o problema do déficit das transações correntes. Mas, a partir de 1979, quando o governo norte-americano realiza o ajuste que leva a economia mundial à recessão, a situação se modificou.

Já na Argentina, uma política contracionista e orientada para o mercado foi adotada em 1976 e em 1978; medidas para uma acelerada abertura externa da economia foram anunciadas. E no Chile, o modelo econômico liberal ortodoxo introduzido em 1973 tinha como objetivo declarado a retirada do estado da acumulação industrial e, geralmente, uma desclassificação de industrialização como objetivo político. Era para ser desmontado, reduzido, o papel promocional do estado, e as empresas estatais privatizadas. No ano de 1975 diversas medidas contracionistas foram implementadas.

As políticas de ambos os países, Chile e Argentina, tinham um viés anti-industrialização, decorrentes da eliminação da proteção que, combinada com a sobrevalorização da moeda, levou à entrada massiva de importações, especialmente de bens de consumo. Entre 1975 e 1981, as importações de bens de consumo em termos reais aumentaram quase cinco vezes e meia na Argentina e quase nove vezes no Chile. A produção industrial desceu três por cento por ano na Argentina nesses mesmos seis anos, e de 0,1 por cento ao ano no Chile.

A queda na produção coexistiu com um aumento de exportações de manufaturados em ambos os países na segunda metade da década de 1970 em decorrência da queda da procura

interna e da erosão dos padrões de vida. As duas economias foram tornando-se cada vez mais integradas à economia mundial a um custo de um processo regular de desindustrialização. Ao mesmo tempo, aumentou a importação, em grande parte sendo financiado com endividamento externo, que subiu quase quatro vezes na Argentina e quase três vezes no Chile entre 1976 e 1981.

No Brasil, a resposta básica foi de rejeitar a recessão como forma de se ajustar ao ambiente externo procurando manter altos níveis de crescimento. O segundo PND visou implementar uma nova fase da substituição de importações através da expansão da indústria pesada e de bens de capital. Os progressos na substituição de importações e na expansão das exportações foram insuficientes para equilibrar as contas externas em um contexto de crescimento contínuo. O crescimento começou a ser financiado com uma dívida externa crescente¹⁸.

O crescimento com endividamento entra em crise a partir da elevação da taxa de juros norte-americana e da decisão dos bancos de suspender o crédito para a América Latina após a moratória mexicana de 1982, impondo importantes desvalorizações cambiais para financiar as transferências aos bancos credores.

Com as altas taxas de juros à disposição, os investidores internacionais começaram a querer comprar dólares e outras moedas ocidentais. Assim, os países devedores não só se viram pagando taxas de juros mais altas, mas também passaram a ter de pagar mais para comprar os dólares para pagar a dívida. Quando um país devedor começava a ter dificuldades, seus problemas em seguida ficavam fora de controle. Os juros que não podia pagar eram acrescentados à dívida. Assim, a dívida sobre a qual ele tinha de pagar juros tornava-se ainda maior.

Nesse período, as empresas e bancos privados que haviam contraído dívida externa e que tinham liquidez em moeda nacional resgataram suas dívidas pagando-as com moeda nacional a seus governos, que, por sua vez, assumiram as obrigações externas. No caso em que o estado-nação não assumiu os passivos externos houve quebra de muitas empresas e instituições financeiras. Ocorreu o processo de estatização das dívidas, que teve como consequência o surgimento de uma significativa dívida pública interna (CANO, 1999, p. 295).

¹⁸ Embora o ingresso no período supere de longe as necessidades de financiamento do “hiato de recursos” e do serviço da dívida como ver-se-á no capítulo 4, quando se tratar especificamente a economia brasileira.

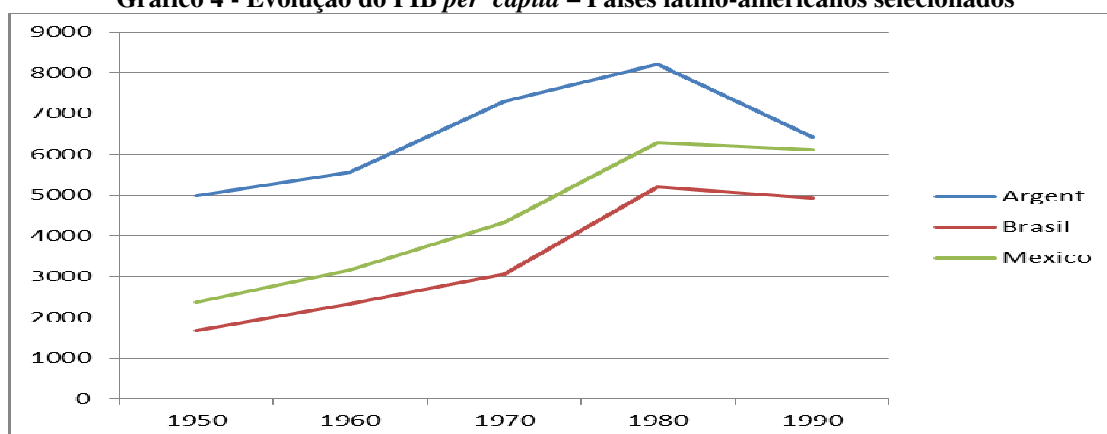
Estava criada assim uma ligação gêmea entre as duas dívidas (em especial para o caso brasileiro).

A política restritiva adotada na região visou gerar superávits comerciais para viabilizar as transferências financeiras requeridas. Ou melhor, constituíram-se em transferências reais de parcela do lucro global dessas economias, pois não correspondidas por importações afetando o vigor da acumulação (lembra-se que a adoção de juros flutuantes permitiu o incremento da transferência real, através de um mecanismo financeiro, sem uma contrapartida real para a região).

A crise do processo de acumulação foi a base para as mudanças estruturais na região. As restrições e os condicionantes à acumulação produtiva e às mudanças na composição da riqueza favoreceram determinados interesses. Gradativamente as finanças e a exportação passam a se tornar os interesses dominantes.

Assim, a partir da crise do petróleo e principalmente a partir da crise da dívida, a América Latina vivenciou uma das mais drásticas mudanças de política econômica da história do Terceiro Mundo, afastando-se da política de substituição de importações liderada pelo estado em direção a um intenso processo de liberalização econômica e desregulamentação. A América Latina, depois de ter vivenciado décadas de crescimento econômico vigoroso na base de um modelo caracterizado pela substituição de importações e com a intervenção do estado no uso dos recursos, caiu durante os anos 1980 em uma forte crise econômica. Nesse período, o PIB *per capita* diminuiu na maioria dos países da região, as taxas de inflação se elevaram consideravelmente, o endividamento externo alcançou altos níveis e o estado perdeu credibilidade como condutor da economia.

Gráfico 4 - Evolução do PIB *per capita* – Países latino-americanos selecionados



Fonte: Maddison (2006). Elaboração própria

Na década de 1990, a América Latina sofre importantes transformações estruturais. Iniciado na transição da década de 1980 para a seguinte, o processo de transformações estruturais foi viabilizado pelo colapso mundial no início anos 1980 (crise da dívida) e pelos processos de hiperinflação que assolavam alguns países da região.

Não se irá analisar com mais detalhes o impacto da abertura após a crise da década de 1980 sobre a acumulação nos países da América Latina (o caso brasileiro será abordado no capítulo 5). Tal opção decorre do fato de que, no período posterior aos anos 1980, a América Latina deixa de apresentar um vigoroso crescimento. No entanto, para se fixar o painel em que a economia brasileira se insere, cabe expor algumas características comuns aos diversos países da América Latina no período posterior à década de 1980.

A América Latina após uma década de estagnação reinsere-se, a partir da reestruturação da dívida do final dos 1980, nos fluxos internacionais de capitais. Como anteriormente se observou, diversos autores, variando os motivos conforme a filiação teórica, assinalaram que a queda da lucratividade do capital levou à busca de novas fronteiras de acumulação, quer pela conquista de novos mercados, quer mediante a redução de custos de produção. O declínio das taxas de juros americanas ocorridas no início dos anos 1990 e as inovações financeiras iniciavam um novo ciclo de ingresso de capitais na região. Trouxeram para o continente um enorme fluxo de capitais atraídos pelas altas taxas de juros e grandes oportunidades derivadas das privatizações.

A queda do crescimento gerou no início dos anos 1990 uma situação favorável à integração das economias da América Latina aos fluxos internacionais que procuravam a valorização dos seus capitais. Seus países voltaram a ter acesso ao circuito financeiro internacional, de forma que a restrição de liquidez e de financiamento externo que caracterizou a década anterior, foi revertida. O retorno do fluxo de capitais internacionais para financiar as contas externas desses países ocorreu principalmente pelo fenômeno da globalização financeira, pela reestruturação da dívida externa desses países nos moldes do *Plano Brady* e por condicionantes internos. Especificamente, dentre estes últimos, destacam-se os processos de adequação do marco regulatório interno às normas das finanças globalizadas, isto é, os processos de liberalização financeira que redundaram em um aumento do grau de abertura financeira desses países, e o processo de estabilização econômica conseguido com relativo sucesso pelas principais economias da região.

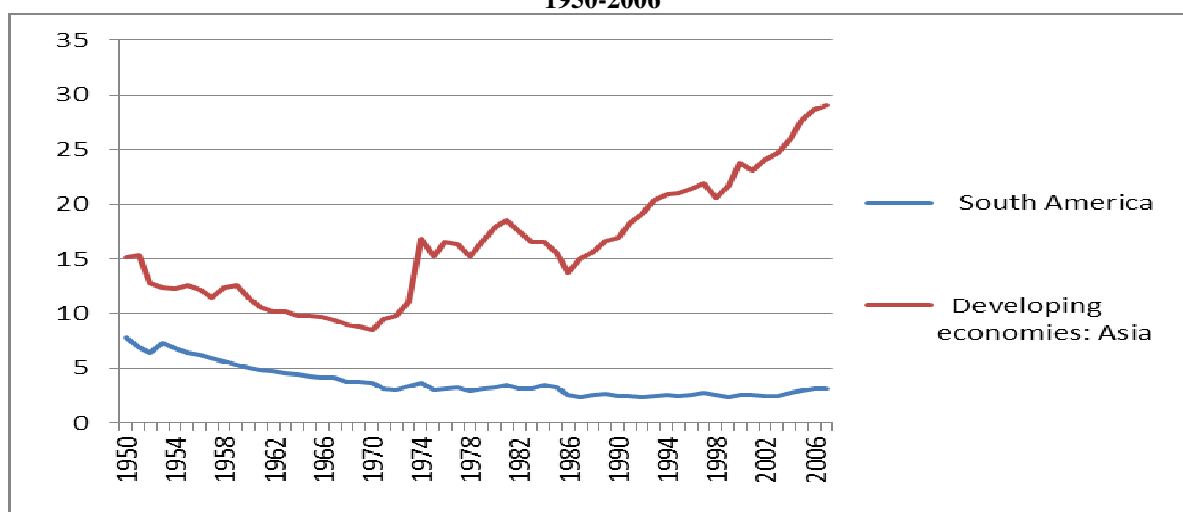
A grande liquidez internacional foi acompanhada pela abertura comercial e financeira. Essa abertura, com câmbio sobrevalorizado, resultou em abruptas elevações dos coeficientes

de importação. A redução das barreiras alfandegárias e a desregulamentação implicaram crescentes déficits nas transações correntes na região, mas conjuntamente ocorreu a contenção dos processos inflacionários associadas a taxas médias de crescimento econômico superiores às verificadas nos anos 1980. Sobreveio um incremento do consumo de bens importados que resultou em um aumento da propensão a importar dessas economias. Tal situação decorreu da grande liquidez do mercado financeiro internacional que permitiu financiar déficits externos. No período, os balanços de conta corrente dos países da região foram deficitários.

Além disso, ocorreu um aumento da concentração das exportações em poucos países, particularmente as de manufaturados. Entre esses, o México foi o caso mais extremo de uma relação assimétrica ou desequilibrada entre a expansão das exportações e o crescimento do PIB. O reduzido impacto da indústria *maquila* decorre dos níveis relativamente baixos de valor adicionado e de insumos domésticos consumidos no processo industrial.

Excluído o México, que apresenta essas características, a evolução das exportações latino-americanas após a liberalização comercial parece ser, como observou Palma (2007), cada vez menos de “competitividade” em seus produtos de exportação tradicionais e cada vez mais um problema de incapacidade de se reinventar, como os do leste asiático, de maneira a serem capazes de beneficiar-se mais efetivamente de um ambiente institucional e tecnológico em mudança permanente. A América Latina no período perde participação nas exportações realizadas pelos países em desenvolvimento, ao contrário dos países asiáticos, que incrementam significativamente suas participações na exportação mundial (Gráfico 5):

Gráfico 5 - Exportação da América Latina e da Ásia em desenvolvimento – Participação mundial - % 1950-2006



Fonte: World Bank. World dataBank, 2012.

Como se viu, o alto nível de proteção estendido ao setor manufatureiro por décadas permitiu a importante expansão da indústria manufatureira no Brasil, México e Argentina. Esse setor sofreu o violento impacto da crise da dívida e dos baixos investimentos do período. A indústria, a partir desse período, passou a apresentar uma redução na sua participação no PIB. Agora, a partir dos anos 1990, foram observadas mudanças nas políticas e no padrão de crescimento das economias latino-americanas associadas a um amplo processo de abertura comercial. O coeficiente de abertura da região elevou-se significativamente entre 1990 e 2008. A relevância crescente do setor externo refletiu-se no aumento dos coeficientes de exportação e importação industrial. Como assinala documento da Cepal (2008), o aumento mais marcante das importações industriais no período 2003-2008 mostra a dificuldade do parque industrial da América Latina em competir na maioria dos setores, como se pode observar na tabela 10 abaixo:

Tabela 10 - América Latina: Balança Comercial, anos selecionados (Em milhares de dólares Correntes)

	1970	1980	1990	1998	2003	2008
Agricultura	1.302.191	3.229.446	8.053.713	12.045.198	14.048.738	28.384.653
Mineração	2.594.776	15.345.835	18.048.226	17.696.919	40.372.224	150.455.987
Indústria	-3.585.818	-22.486.471	-6.810.511	-60.463.927	-30.168.729	-148.563.691
Setores industriais Intensivos em engenharia	-4.974.309	-24.229.565	-20.033.217	-43.815.418	-19.375.174	-102.246.840
Setores industriais Intensivos em recursos naturais	1.958.858	2.759.600	12.702.086	-7.918.827	-676.687	-10.028.422

Fonte: CEPAL, 2010, p.98.

O retorno dos capitais à América Latina ocorre a partir de uma mudança no contexto dos países centrais. Esses capitais são predominantemente privados. E a característica essencial é que se subordinam à lógica financeira e especulativa da valorização da riqueza que gradativamente se firmou nos países centrais, como se viu anteriormente, e agora se expande na América Latina. Como é bem conhecido, nos países da América Latina, são promovidas reformas que procuram atender ao denominado *Consenso de Washington*.

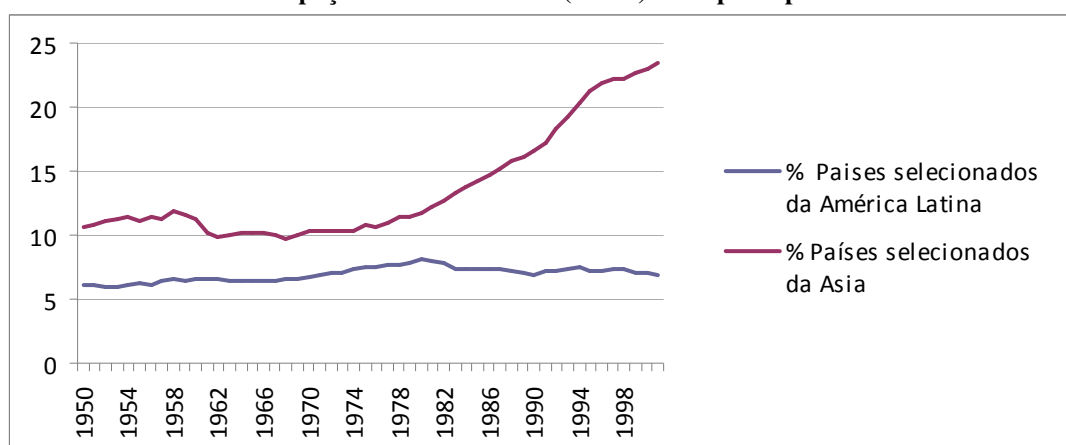
O fato relevante que se pretende por ora destacar antes de se passar ao exame da experiência de alguns países da Ásia, é que o novo ciclo de capital externo ocorreu, ao contrário da década de 1970, com um fraco crescimento da região. O ponto essencial é que esses capitais viabilizaram primordialmente a ampliação da riqueza na forma financeira, fictícia ou patrimonial. Ou, em outros termos, a absorção financeira é muito maior que a real.

O pensamento que considera que existe uma carência de recursos externos (um hiato de divisas) deixa de considerar as características da riqueza privada (que inclui a forma financeira e fictícia) e a procura por sua expansão, pressupondo que a procura de divisas externas ocorra sempre visando ao desenvolvimento. Então, o apoio às transformações, embora as particularidades de cada país, decorrem do dinamismo da economia global e das perspectivas abertas pela ampliação da riqueza capitalista ao final do século XX.

Na verdade, a subordinação do crescimento da riqueza privada aos imperativos do desenvolvimento parece ser o diferencial entre o uso dos recursos tanto internos como externos entre os países emergentes da Ásia e os da América Latina, e ajuda a explicar, pelo menos em parte, o diferencial entre o dinamismo dessas economias.

A América Latina na década de 1980 era a região com maior PIB *per capita* entre as regiões em desenvolvimento. A partir da década de 80, com o excepcional crescimento dos países em desenvolvimento da Ásia, associado ao baixo dinamismo das economias da América Latina, a região começa a perder a prerrogativa. Conforme relatório da United Nations Industrial Development Organization (UNIDO, 2004), o leste da Ásia, excluindo a China, é a região que passou a ter o maior MVA (Valor agregado da indústria) *per capita* entre as em desenvolvimento. A América Latina, nesse contexto, passa a ter um crescimento tênue enquanto os países da Ásia passam gradativamente a aumentar a sua participação no PIB mundial. A ascensão da Ásia ocorre com o crescimento da participação da indústria na economia desses países, e em relação ao PIB da região e da economia mundial. Ocorre também com o crescimento das exportações de manufaturados.

A trajetória diversa dos países em desenvolvimento da América Latina e os da Ásia se pode visualizar pela trajetória dos principais países dessas regiões exposta no gráfico 6.

Gráfico 6 - Participação no PIB Mundial (em %) - Grupo de países selecionados

Fonte: Maddison (2006). Elaboração Própria.

Nota: G6 (Ásia): China, Índia, Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia, Taiwan.

G6 (América Latina): Argentina, Brasil, México, Colômbia, Chile, Venezuela.

Uma diferença em relação aos países da América Latina é que esses países foram capazes de acelerar a industrialização e aumentar suas exportações de produtos industrializados a taxas muito mais elevadas do que suas importações, o que lhes permitiu crescer com pouca ajuda externa e ingressos líquidos financeiros. A dívida externa não tinha um peso tão significativo como na América Latina. Essa interpretação que surge de pronto se acresce a outros motivos para justificar a trajetória divergente entre esses países, mas o fato é que gradativamente a América Latina perdeu participação, e o Brasil, em particular, no valor agregado pela indústria nos países em desenvolvimento.

Tabela 11 - Participação no valor agregado pela indústria no Mundo – Países em desenvolvimento e regiões selecionadas, 1980/2000

Especificação	1980	1985	1990	1995	2000
Participação dos países em desenvolvimento no MVA Mundial	14,2	15,1	16,7	21,6	24,1
Participação dos países leste Ásia no MVA Mundial	4,1	5,4	7,2	11,4	13,9
Participação dos países da América Latina e Caribe no MVA Mundial	6,7	5,8	5,3	5,4	5,2

UNIDO, 2004.

Nota: MVA = Manufacturing Value Added.

A perda de participação da América Latina fica estampada por sua participação no valor agregado pela indústria dos países em desenvolvimento (tabela 11). As três maiores economias da região, Brasil, México e Argentina, que respondiam na década de 1980 de forma conjunta por 36,2% do total passam a gerar 23,40% em 1990 e daí por diante

reduzindo ainda mais sua participação de forma a que no ano 2000 alcançam a 16,4% do total (UNCTAD, 2008).

Um debate sobre as causas do dinamismo dos países da Ásia como Coreia e Taiwan desenrolou-se na década de 1980 para explicar o porquê da trajetória divergente entre esses países e os da América Latina. Enquanto os principais países industrializados da América Latina na década de 80 conheceram crise no processo de industrialização e regressão tecnológica, países como Coreia e Taiwan apresentaram altas taxas de crescimento da indústria. Como essas economias apresentaram diferentes respostas ao choque externo, prontamente se especulou se elas não decorriam do defeito das políticas adotadas internamente nos países da América Latina.

Como assinala Fortin (1991, p.70-71), um dos argumentos apresentados por economistas associados ao Banco Mundial, após a crise, era que a América Latina teria tido uma resposta negativa devido a suas políticas orientarem-se para dentro, envolvendo excessiva intervenção do estado e moeda sobrevalorizada e não porque a gravidade do choque na América Latina teria sido mais grave. Outra causa para a melhor resposta dada ao choque da década de 1980 pelos países asiáticos foi a maior participação da exportação no PIB existente entre eles. A questão que surge então, em decorrência, é especificar por que existe essa maior participação.

Na esteira, pode-se questionar se existe uma relação causal direta entre o crescimento das exportações e o crescimento da indústria. O entendimento de que o sucesso do crescimento decorre das exportações foi apresentado em alguns momentos como a comprovação da importância da liberalização para a ascensão dos países em desenvolvimento. Mas o crescimento liderado pelas exportações não decorreu nesses países pela implementação de políticas econômicas “amigáveis aos mercados”, o contrário do que teria predominado naquelas lideradas pelo mercado interno. Ao que parece, assemelham-se mais às praticadas pelos países desenvolvidos quando do nascimento de suas indústrias.

A indústria da América Latina se tornou após a década de 1980 mais voltada para fora, como apontam o valor das manufaturas exportadas sobre o PIB da Indústria (CEPAL, 2008, p.177), mas, nem por isso, conseguiu aumentar a sua participação no valor agregado pela indústria no mundo e mesmo sua participação nas exportações mundiais da indústria. Não conseguiu “enobrecer” a sua pauta de exportações como se dirá (PALMA, 2007), sugerindo que o sucesso nas exportações é mais resultado da acumulação do que sua causa.

Veja-se, então, com algum detalhe, a experiência coreana e chinesa e seu relacionamento com o país central da região a partir da Segunda Guerra Mundial com a finalidade de evidenciar suas características essenciais.

Após 1945, as relações dos países asiáticos eram perpassadas pelo conflito Leste-Oeste. Estavam divididos em uma zona de influência soviética e outra americana. As particularidades da evolução da história da região estão moldadas por essa bipolaridade e os acontecimentos que sucedem à Grande Guerra. Na história da Ásia, os extremos estão presentes: as contradições norte-sul, socialismo-capitalismo, e ocidente-orientes. No entanto, a partir do final dos anos 1980, existe uma tendência de formar um único cenário estratégico. Com o fim da guerra fria, a revolução tecnológica e o processo de globalização e regionalização têm colocado a região da Ásia Pacífico como epicentro de uma nova fase de desenvolvimento mundial e de redefinição das relações internacionais.

Na verdade, a ascensão dos países da Ásia alterou o cenário mundial. O “milagre japonês” foi o primeiro processo de crescimento acelerado na região. Após vieram os tigres asiáticos - Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan- a partir dos anos 1960, e ainda na década de 1970, Malásia, Indonésia e Tailândia (os novos tigres). Nos anos 1980, a China acelerou o seu crescimento. Recentemente a Índia passa a integrar esse grupo. A geografia econômica da região mudou, passando a influenciar até mesmo a dinâmica dos países industrializados.

O desenvolvimento da região deve ser analisado considerando sua posição geopolítica particular. A partir de 1948, os EUA sentiram a necessidade de um aliado (capitalista) na Ásia, fazendo frente à URSS e à China. A Guerra da Coreia contribuiu para fortalecer a percepção de que era necessário por bases de apoio logístico na Ásia.

O Japão assinou em 1954 um tratado de defesa mútua com os EUA, que incluiu a instalação de bases militares norte-americanas. Dessa forma, desenvolviam a estratégia de transformar o Japão em um aliado significativo, recuperando e reconstruindo-o através da injeção de recursos financeiros para a recuperação industrial e da supressão das leis contrárias à concentração econômica para a reconstrução dos *zaibatsu*, bem como pela repressão aos movimentos de esquerda que desejavam radicalizar as reformas internas. Assim, colocado sob o guarda-chuva nuclear americano e liberado de preocupações estratégico-militares, o Japão pode transformar-se em uma das maiores potências econômicas do Planeta, e articulou em torno de si diversas economias.

O modelo japonês de desenvolvimento provocou uma interdependência com os outros aliados capitalistas dos EUA na Ásia - Coreia do Sul, Cingapura, Hong-Kong, Filipinas e Tailândia - com a constituição de uma zona com interesses comuns.

A partir dos anos 1970, uma nova geografia econômica começa a se configurar com a articulação da economia japonesa com os novos países industriais (ou quatro tigres) - Taiwan, Coreia do Sul, Hong-Kong e Cingapura – através de uma divisão internacional do trabalho.

Com o fim da guerra fria, a aliança militar do Japão com os EUA ficou debilitada. Tem-se, a partir de então, que o convite ao crescimento a uma potência derrotada foi interrompido. Como se expôs na seção 4.2, o Japão, por pressão política americana, teve que valorizar o iene e, a partir de então, ocorreu uma internacionalização produtiva. Sua política externa, a partir daí, tem oscilado entre uma estratégia de aproximação à política do continente asiático e à manutenção dos vínculos diretos com os EUA. Embora tenha adotado medidas de estímulo à importação e de desregulamentação do mercado desde 1986, o superávit do Japão se manteve. A estratégia de Tóquio decorre da indefinição sobre sua efetiva posição: como fronteira oriental do império americano, ou como parte da Ásia e sua fronteira ocidental (VIZENTINI, 1997, P.130).

A economia japonesa tem enfrentado a concorrência acirrada não só dos EUA, mas também da Coreia do Sul e de outros tigres asiáticos. A indústria japonesa se movimenta para setores de tecnologia mais avançada, repassando as de tecnologia obsoleta para outros países. Procurou, dessa forma, manter a liderança econômica nessa divisão regional do trabalho.

O surto de crescimento da Ásia apresenta diferenças de fases entre os países. No esquema interpretativo dos *gansos voadores*, os demais países, através de um processo de aprendizado, seguiriam a trajetória do líder. Nessa interpretação da ascensão dos países da Ásia, tem-se, pelo menos a partir de um determinado momento, que posicionar a situação da China. Isto porque essa economia, mesmo tendo participado da trajetória referida e aproveitando-se do dinamismo da região, passa gradativamente, a partir de determinado momento, a disputar em diversos aspectos a hegemonia na região com o *ganso* líder. Compete na atual fase também com diversos países do sudoeste asiático pela divisão internacional do trabalho, visto suas exportações de menor conteúdo tecnológico. A China tem uma situação peculiar pela dimensão do seu mercado interno (embora baixo nível de

renda *per capita*), seu poder militar, a autonomia do seu estado, bem como pela diáspora de chineses no sudoeste asiático¹⁹.

No entanto, antes de se abordar a evolução da China, por questão de exposição, examina-se a evolução de outra economia que passa a se constituir em uma potência média da Ásia a partir do processo acima referido e alcança nível de renda *per capita* de país desenvolvido, ou seja, a Coreia.

A divisão da Coreia em duas consiste em uma herança da guerra fria. Também pode ser considerada uma das últimas fronteiras entre o capitalismo e o comunismo. A península coreana constitui uma zona de interesses estratégicos tanto do Japão como da China. A atual divisão da Coreia não só expressa a herança das zonas de influência criadas durante a guerra fria, mas também a influência que exercem China e Japão no nordeste asiático.

Tradicionalmente, a Coreia do Sul teve como aliados os EUA e o Japão, e a Coreia do Norte, a China e a URSS. Mas, a partir do final da guerra fria, verificam-se algumas mudanças nessas relações com a aproximação da China com a Coreia do Sul. O próprio Japão, antigo aliado da Coreia do Sul, concorre agora economicamente com este país. O desenvolvimento da Coreia do Sul, sua crescente vinculação com a economia chinesa e a possibilidade de unificação da península já é vista com receio por parte do Japão e dos EUA. A reunificação da península pode criar uma potência regional com potencial econômico-militar e capacidade de desestabilizar politicamente a região. Assim, a possibilidade de reunificação das Coreias e o aprofundamento das relações regionais são as principais questões que envolvem tanto as relações entre os países asiáticos quanto os que têm interesses e influência na região, como os EUA e a Rússia.

O desenvolvimento da Coreia do Sul nas últimas décadas aumentou sua esfera de atuação tornando-a uma espécie de potência média na Ásia. Sua diplomacia tem procurado uma maior inserção internacional através do desenvolvimento econômico e manutenção da segurança. Entre os temas centrais da diplomacia sul-coreana estão a unificação com a Coreia do Norte e as relações com os EUA. Estas duas questões estão imbricadas, na medida em que a Coreia do Norte exige, para levar a bom termo as negociações com a Coreia do Sul, que se diminua a presença norte-americana na Coreia do Sul.

¹⁹ Os chineses ultramarinos compõem quase a totalidade da população de Hong Kong e Taiwan, três quartos da população de Cingapura; e a parte mais rica da população da Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas (PINTO, 2000, p.40-45apud PAUTASSO, 2006, p.26).

Para se ter uma perspectiva da situação da Coreia deve-se retornar aos anos 1950. No período da guerra com a Coreia do Norte e da guerra fria, a Coreia do Sul vivenciava um período turbulento. Mas, após o período de reconstrução, a economia da Coreia do Sul transformou-se ao longo das décadas de 1950 e seguintes. Nesse período de tempo, sob regime de *Breton Woods*, que permitiu o protecionismo, a regulação nacional de crédito e havia tolerância para a penetração dos mercados desenvolvidos via exportação, a Coreia aproveitou o contexto e deixou de ser um dos mais pobres países da Ásia, baseada-se na agricultura tradicional e nos produtos primários, para se transformar em uma fortaleza industrial capitaneada por grandes empresas de porte global.

O estado no governo de Syngman Rhee, deu suporte à industrialização de bens de consumo não duráveis de baixa intensidade de capital e a criação de grupos de capitalistas nacionais através de operações subsidiadas de privatização de várias empresas que haviam sido encampadas pelo governo como herança da colonização japonesa. Sob pressão americana iniciou-se a implantação de uma ampla reforma agrária, visando diminuir as tensões sociais no campo e criar uma nova base social de apoio ao regime, sob a forma de uma pequena burguesia rural. Lembrando que o conflito capitalismo versus comunismo é latente na região.

Em 1961 assume o general Park Chung Hee, que viria governar a Coreia do Sul por dezoito anos, até 1979, quando foi assassinado. Dirigiu o país em marcha acelerada nos anos 60 e 70 para a industrialização através de sucessivos planos quinquenais.

No início dos anos 1960, a estrutura industrial era estreita e pouco diversificada, baseada na produção de bens de consumo duráveis. Para libertar-se da escassez de divisas e da dependência umbilical dos EUA, o governo lançou um programa de investimento (Plano Quinquenal 1962-67) para expansão da indústria manufatureira com fortes incentivos à exportação, tirando proveito do *status* comercial favorecido da Coreia do Sul enquanto aliado preferencial para penetrar no amplo mercado americano (COUTINHO, 1999, p. 353).

O governo Park estatizou os bancos e utilizou o crédito bancário (sistema de bancos comerciais mais o Korea Development Bank) como alavanca decisiva para fazer avançar os setores selecionados. A taxa de câmbio foi unificada e substancialmente desvalorizada, sendo mantida em um patamar estimulante durante todo o período através de sucessivas minidesvalorizações. Subsídios fiscais maciços foram acionados (isenção de impostos indiretos, reduções do IR, prêmios fiscais vinculados a metas de desempenho, instituição do *drawback*). Ou seja, o sistema financeiro foi colocado a serviço da acumulação industrial.

Outra característica - dado o mercado interno relativamente estreito - foi o baixo interesse do capital estrangeiro pela Coreia nos anos 1950 e 60. De outra parte, desenvolveu-se desde cedo a formação de grupos econômicos privilegiados pelas políticas governamentais. O governo procurou construir grandes empresas nacionais para levar adiante os planos de rápido desenvolvimento da indústria pesada, conformando uma plêiade de duas a três dezenas de *chaebols*, que eram réplicas dos antigos *zaibatsus*. Tem-se uma fortíssima articulação entre estado e capital privado nacional. Essa política de reforço ao capital nacional foi tolerada pela especial relação estratégica da política entre a Coreia e os EUA, ante a permanente ameaça da aliança Coreia do Norte/China. Os EUA, pressionados pelo seu déficit externo crescente (guerra da Coreia), procuravam repassar aos seus aliados militares a responsabilidade pela defesa de posições regionais. Tem-se aqui uma característica que favorece o desenvolvimento dos capitais nacionais no capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial e que diferencia a situação do desenvolvimento coreano em relação a outras áreas e países do mundo. Em outros locais, o protecionismo foi tolerado desde que também beneficiasse as empresas americanas.

O 2º Plano Quinquenal (1967-71) reiterou a estratégia de industrialização orientada para a exportação, de tal forma que o peso desta sobre o PIB cresceu continuamente no período. Dessa maneira, o crescimento das exportações da Coreia não foi resultado de uma política amigável aos mercados. No início dos anos 1970 é implementado o 3º Plano Quinquenal (1972-76). Esse prevê a implantação das indústrias siderúrgicas, petroquímica, de minerais não metálicos (cimento) e prepara as bases dos setores de bens de capital sob encomenda (construção naval, máquinas e equipamentos) e da indústria automobilística. O esforço de investimento na construção da base pesada da indústria persistiu ao longo do 4º Plano Quinquenal. No fim da década de 1970, o processo de industrialização estava concluído: a base pesada da indústria havia se constituído (COUTINHO, 1999, 353-354).

Não obstante o rápido crescimento das exportações, a realização de um elevado e sustentado volume de investimentos fixos levou a um forte crescimento das importações. Concluída a década de 1970, a Coreia do Sul havia logrado saltar para o *status* de nação industrializada, acumulando, porém, dívidas e fragilidades que iriam exigir o enfrentamento de novos desafios no início da década de 1980, quando a economia mundial enfrentaria um período de recessão.

O 5º Plano Quinquenal elegeu o complexo de indústrias de informática e eletrônica como eixo principal do desenvolvimento, concedendo-lhe todos os incentivos reservados às indústrias prioritárias. Especial atenção foi dada à microeletrônica. A indústria automobilística

passou a receber mais atenção a partir dos anos 1980, assim como o setor de bens de capital. O objetivo era reduzir o déficit comercial com o Japão nessas áreas.

Coutinho (1999) assinala ao analisar os planos quinquenais que a reestruturação industrial para aumentar a competitividade constituiu o eixo principal do 6º plano quinquenal (1987-91), juntamente com a ambiciosa meta de efetuar um salto qualitativo e quantitativo em termos de capacitação tecnológica do sistema produtivo. Os incentivos à prática de P & D foram aprofundados. O 6º plano tinha um projeto mais ambicioso, era preparar a economia industrial coreana para aproximar-se da fronteira tecnológica em pleno movimento, saltando da segunda para a terceira revolução industrial, isto é para o clube restrito das economias avançadas. A aliança estratégica com o Japão foi crucial para permitir à Coreia essa pretensão. Do ponto de vista japonês tratava-se de um bom negócio, especialmente na segunda metade da década de 1980, quando a desvalorização orquestrada do dólar depois do acordo de Plaza provocou um longo período de valorização do iene (1985-1989, primeira *endaka*). Deslocar plataformas produtivas para o restante da Ásia e/ou terceirizar a produção de determinados produtos foi o expediente utilizados pelas grandes empresas japonesas. Os empresários coreanos aproveitaram essas oportunidades. A Coreia representava um excelente parceiro comercial - fortemente deficitário vis-à-vis o Japão, de onde importava bens de capital, produtos sofisticados de tecnologia. De outro lado, a Coreia supria o Japão com insumos intermediários energético-intensivos tais como: petroquímicos, papel, produtos siderúrgicos e metais não ferrosos. É imprescindível assinalar que o foco da política de exportação coreana nos anos 1980 buscava como objetivo principal o mercado dos EUA.

Usufruindo de um *status* político especial, a Coreia do Sul passou a registrar um superávit crescente no comércio com a América do Norte, gerando um excedente de dólares para fazer frente ao déficit com o Japão. A parceria com o Japão foi, portanto, importantíssima, não apenas para escapar da crise da dívida, mas também para viabilizar a tentativa de avançar, industrial e tecnologicamente, na direção do novo paradigma (CANUTO, 1994).

Essa estratégia foi concretizada pela ação do estado que procurou coordenar o processo de ações privadas, fixando prioridades e manejando o conjunto de instrumentos e incentivos na direção pretendida.

Em resumo, articulada ao sistema japonês através de fortes nexos comerciais, tecnológicos e financeiros, a Coreia do Sul reforça ainda mais nos anos 1980 o poderio dos seus grandes grupos econômicos, buscando saltar para a terceira revolução industrial e

tecnológica, constituindo um complexo eletrônico competitivo, e buscando consolidar-se como um núcleo de vanguarda, de projeção global, em matéria de marcas próprias, tecnologia endogenamente desenvolvida e grandes empresas de porte mundial.

Coutinho assinala como a recessão dos anos 90 disseminou-se entre os países desenvolvidos. As tentativas de recuperar o crescimento e a marcante fragilidade financeira dos sistemas bancários no mundo desenvolvido, nesse período, induziram os bancos centrais, sob a liderança do FED, a reduzir sucessivamente as taxas de juros com conseqüências para a Coreia. Assinala:

Esse permissivo afrouxamento monetário-creditício nos países industrializados, com expressiva redução das taxas de juros, criou uma busca generalizada por aplicações alternativas. A Coréia, por sua vez, na segunda metade dos anos 90 só viu serem reforçadas, na opinião dos mercados financeiros as suas virtudes enquanto economia promissora e capaz de crescer rapidamente. A pletores de liquidez foi induzindo a um relaxamento crescente em relação ao seu déficit em transações correntes com o exterior. Os recursos financeiros baratos e abundantes colocados à disposição dos chaebols aumentaram-lhe o apetite pelo crescimento e pela perseguição de metas de ocupação de mercados. Os grandes grupos aceleraram a sua internacionalização, investiram pesadamente na fixação de marcas, buscaram penetrar os mercados dos países desenvolvidos através de investimentos diretos. Estes investimentos, evidentemente, contribuíam para ampliar o déficit na balança de pagamentos pelo lado do saldo de contas de capitais. A China passou a ser utilizada como base para parcerias de montagem e fabricação de produtos intensivos em trabalho e, de outro lado, como mercado dos produtos intermediários intensivos em escala, em que a Coréia havia investido maciçamente na segunda metade dos anos 80. (COUTINHO, 1999, p.371).

O grande capital coreano tirou proveito da ampla liquidez. O aumento da massa de passivos externos de curto prazo passou a se constituir num elemento de alta vulnerabilidade. Quando a crise de balanço de pagamentos de Taiwan transformou-se em crise financeira, a partir de 1997, a vulnerabilidade dos bancos coreanos também passou a preocupar os mercados.

A crise asiática levou a Coreia a recorrer ao FMI para recompor a sua posição Internacional. O colapso cambial atingiu fortemente os bancos e exigiu a liquidação de um grande número de instituições. Reformas importantes foram concebidas sob pressão dos países desenvolvidos para que a Coreia facilitasse a aquisição de suas empresas e bancos em dificuldades por investidores estrangeiros- em contrapartida a ajuda do FMI. Concessões foram feitas, mas isso não resultou em uma desnacionalização importante dos ativos industriais. Conforme Canuto (2000) a explicação financeira para a crise asiática pode ser classificada em 2 grupos: o primeiro grupo argumentava que na raiz da fragilidade financeira asiática estiveram políticas governamentais inadequadas. Garantias governamentais a

empréstimos bancários privados teriam estimulado o setor privado a tomar recursos em excesso e a investir em projetos de risco elevado. O segundo põe ênfase no “pânico financeiro e nas conseqüentes corridas contra as instituições e sistemas sob condição de iliquidez em potencial” (CANUTO, 2000, p.44).

O forte impacto da crise cambial sobre os sistemas bancário e industrial obrigou a adoção de uma política de emergência para evitar a propagação dos efeitos destrutivos. Os juros altos e o aperto fiscal intensificaram a recessão, aumentando os receios quanto a solvência da economia e o racionamento doméstico do crédito. Canuto assinala que ao que parece o governo coreano entendeu que a política adotada estava apenas acentuando a crise de confiança e as barreiras creditícias a recuperação (o segundo grupo de explicações para a crise anteriormente mencionada) e reduziu as taxas reais de juros. Além disso, o governo absorveu perdas privadas de capital, aceitando déficits públicos elevados. A Coreia recuperou-se rapidamente. Assim, depois de cair 6,7% em 1998 o PIB coreano cresceu 10,9% e 8,8% respectivamente, nos anos de 1999 e 2000. Aponta duas causas para a recuperação: as exportações e a atuação do setor público (CANUTO, 2000, p.53).

A recuperação da economia Coreana foi favorecida pelo contexto externo. Como assinala Medeiros (2007, p.167) a recuperação da Coreia, e da Ásia, foi estimulada pelo crescimento das exportações viabilizado pelo Boom da “nova economia” dos EUA e seu impacto na tecnologia de informação. Com o estouro da bolha ocorrido em 2000- 2001, as exportações asiáticas se expandiram em função do alto crescimento da China.

Coutinho (1999) assinala que a reestruturação dos grandes conglomerados na direção de uma atuação mais competitiva, a ênfase nas indústrias de alto valor agregado e a preocupação em fomentar a infra-estrutura de ciência e tecnologia para capturar oportunidades em novos setores promissores, intensivos em conhecimentos revelam que a Coreia não apenas conseguiu dar a volta por cima (sem grandes danos e sem desnacionalização do seu sistema empresarial), mas ambiciona retomar o sonho de ingressar no clube restrito dos países de vanguarda da terceira revolução industrial. Canuto (2000) por sua vez assinala que a qualidade da estrutura produtiva e a capacidade competitiva construídas no período anterior à crise puderam ser exercitadas, facilitando a recuperação via exportações. O grande salto da Coreia para alcançar tal fim pode ser visualizado pela densidade que a sua indústria alcança, aproximando-se do mundo industrializado, como se pode visualizar abaixo:

Tabela 12 - Evolução do valor agregado pela indústria (per capita) – Coreia do Sul

Ano / discriminação	1980	1990	2000	2000	I- 2005 MVA <i>per capita</i> - Coreia	II - MVA <i>per capita</i> dos países industria- lizados em 2005.	III -% sobre MVA <i>per capita</i> dos países industriali- zados.
MVA <i>per capita</i>	658	1699	3434	2855	3826,60	4771.99	80,20

UNIDO 2004. 1980-2000 em dólares.

UNIDO 2009. 2000-2005 em dólares constantes de 2000.

MVA: Manufacturing value added.

III = (I/II * 100)

O valor *per capita* agregado pela indústria coreana passa no ano de 2005 a representar 80,20% do MVA dos países desenvolvidos.

A trajetória implementada pela Coreia combinou estratégias e foi facilitada por sua situação política particular que pôde favorecer a defesa dos seus interesses. Na verdade, ainda hoje, tem-se quatro estados envolvidos e interessados na península coreana: Os EUA, a China, o Japão e a Rússia.

Assim, a acumulação na Coreia foi vigorosa em decorrência de sua particular posição geopolítica, da ação do seu estado que combinou estratégias conforme as necessidades do processo de acumulação, mostrando que não faz sentido o debate acumulação orientada para exportação versus substituição de importações. Até porque a lógica da substituição das importações, bem compreendida, não conduz necessariamente a uma política contra o comércio internacional nem contra as importações. A lógica pressupõe usar toda a capacidade de importar e, portanto, importar tanto quanto se importaria sem a substituição, para viabilizar maior crescimento. O prosseguimento da acumulação em decorrência da situação geopolítica e da etapa em que se encontra pode exigir a modificação da estratégia para o prosseguimento da acumulação de forma virtuosa. Demonstra também que a viabilidade de uma estratégia vitoriosa exige uma sustentação político-social.

Furtado (1992, p.50-51) expõe que o processo de modernização e o incremento do consumo decorrente foram evitados na Coreia do Sul em Taiwan e na China. Na Coreia do Sul e em Taiwan ocorreu reforma agrária, foi investido no fator humano, e o crédito subsidiado chegou a absorver 10% do produto interno bruto. Ou seja, até 1960 a preocupação maior não foi em incrementar a acumulação e sim buscar maior homogeneização. Conforme assinala o autor, em 1960 a taxa de investimento não passava de 10,9 % do PIB, evoluindo para 26,9% em 1970 e para 30,6% em 1980.

A importância do poder político também fica evidente ao se examinar a trajetória da China. Com o fim da Segunda Guerra Mundial existe a estruturação da *pax americana* e o

desafio representado pela URSS ao sistema mundial capitalista. A manutenção da hegemonia econômica dos EUA pressupunha a contenção da URSS.

Os EUA atuaram no sentido de que a China, e não o Japão, se tornasse a base do poder regional. Assim, no imediato pós-Guerra, a China foi elevada à posição preponderante na Ásia por opção dos EUA, inclusive com a condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. A mudança de poder político na China e a guerra da Coreia fez com que os EUA redefinissem sua política na região. Como assinala Pautasso (2006, p.20), Taiwan²⁰ foi inserida no Conselho de Segurança da ONU no lugar da China, enquanto o Japão foi definido como base do poder regional dos EUA, a partir de sua reconstrução.

A contenção do socialismo dirigiu a política externa norte-americana na região. A China, devido aos conflitos da guerra fria, estava excluída do sistema comercial e diplomático da parte não socialista da região e, com o aumento das disputas políticas com a URSS nos anos 1960, aumentou ainda mais esse isolamento.

Nos anos 1970, o cenário tornou-se adverso para a economia estadunidense devido a diversos eventos: a derrota dos EUA no Vietnã, a expansão do bloco socialista, a competição com a Europa e o Japão após a reconstrução e mesmo com países do terceiro mundo. Então, a mudança do cenário desfavorável passou por uma reaproximação com a China. A aliança com este país era concebida como importante passo para os EUA, pois enfraquecia o poder político da URSS, reduzia o custo político da derrota do Vietnã e limitava o avanço japonês na Ásia-Pacífico. A China, por sua vez, aproveitou essa situação internacional que se inclinava a favor da URSS para se integrar à economia mundial e resolver seus problemas de isolamento. Os EUA aproximam-se da China e essa volta ao Conselho de Segurança da ONU em 1971, deslocando Taiwan. Em 1972, Nixon visita a China. E o país, posteriormente, obtém dos EUA o tratamento de nação mais favorecida o que resultou em redução de tarifas sobre têxteis e vestuários.

No contexto dos anos 1970, de crise estrutural, a Ásia-pacífico ascende como centro dinâmico do processo de acumulação de capital enquanto outras áreas estão em crise. O

²⁰ Na verdade, quando o *Kuomintang*, Partido Nacionalista Chinês, perdeu a guerra civil para o Partido Comunista da China em 1949, o governo foi transferido para Taipei, em Taiwan, e a estabeleceu como sua capital temporária. Ou seja, em função da guerra civil o território da China abrigava dois governos. A maioria dos países consideravam Taiwan como representante da China, e, portanto esse foi reconhecido como um dos membros fundadores permanentes do Conselho de Segurança da ONU até ser substituído pela República Popular da China em 1971 (que então ocupa a vaga passando a ser o representante da China).

dinamismo da região favorecia a influência e os objetivos norte-americanos na fronteira da guerra fria. Esse dinamismo e a aliança com a China favoreciam o acercamento da URSS.

Como se viu na seção 4.2, a contenção do Japão após o término da guerra fria implicou o deslocamento da indústria japonesa. Enquanto durou o *endaka*, a China e os novos tigres (Taiwan, Malásia, Filipinas e Indonésia) beneficiavam-se dos investimentos japoneses e do comércio regional a eles associados, que visava contornar a pressão dos custos decorrentes da valorização do iene em relação ao dólar. Ocorreu uma divisão do trabalho, marcada pelo conflito bilateral entre os EUA e Japão, pela complementaridade entre os EUA e os países asiáticos produtores de manufaturas baratas.

A desvalorização do iene em 1995 levou à contração do IDE japonês vinculado às exportações asiáticas e levou à instabilidade da região. Como os países asiáticos estavam vinculados ao dólar, a valorização deste em relação ao iene levou a uma valorização real das principais moedas, com exceção do yun chinês. Em decorrência, a China, bem como o México, deslocaram produtores da Ásia.

Após a crise asiática as exportações dos países asiáticos se recuperaram em decorrência do *boom* da nova economia²¹ nos EUA, mas foram afetadas pelo estouro da bolha. No entanto, as exportações regionais se expandem em função do alto crescimento da China. Assim, a incorporação da China e dos novos tigres ao dinamismo das relações do Japão com os tigres implicou um processo de “asianização da Ásia” (PAUTASSO, 2006, p.38).

Nesse processo a China gradativamente vem se tornando no centro gravitacional da Ásia, onde a relação dessa com o entorno da Ásia mostra a dimensão que a dinâmica regional alcançou. A China, como o Japão, tornou-se vinculada às importações americanas, mas, ao contrário do Japão, revelou-se também um forte magneto para as exportações da ASEAN e, em especial, para a Coreia e Taiwan.

A China não teria se transformado tão rápido sem o movimento massivo de deslocalização da produção das maiores empresas dos Estados Unidos e do Japão. A mundialização do capital dos anos 1990 foi caracterizada por ampliar e liberalizar o

²¹ Brenner (2003) assinala que Alan Greenspan não elevou as taxas de juros entre 1995 e meados de 1999. O FED substituiu o aumento de déficit público, essencial nos anos 80, pelo aumento de déficit privado. Buscou o efeito riqueza no mercado de ações. Assim que os preços dos títulos subiram, as empresas, principalmente de informática, viram-se com acesso fácil e sem precedentes a financiamentos. Ocorreu um crescimento vigoroso. A nova economia (investimentos em alta tecnologia) justificava o crescimento, esse seria capitaneado pelo endividamento privado. Posteriormente, a bolha do mercado de ações foi substituída pela do mercado de imóveis.

movimento do capital no mundo, tendendo a viabilizar a reestruturação produtiva global das grandes empresas, com o objetivo de garantir-lhes uma nova onda de acumulação ampliada. Como se viu nos capítulos anteriores, ocorreu uma grande concentração de capital financeiro. Assim, houve um duplo movimento em que, por um lado, ocorreu o movimento de mundialização do capital ocupando novos espaços a partir do centro e, por outro, a China aproveitando-se desse movimento, atraindo para si esse capital.

A estratégia de atração de capitais externos pela ação ativa do estado ocorreu em outros momentos históricos, sendo adotado por diversos países. O Brasil da década de 50 é um exemplo. Mas o que diferencia a China são as condições históricas da sua economia. A China aproveitou a lógica da acumulação mundial, administrando o movimento do capital, restringindo sua liberdade, mas garantindo-lhe um espaço de valorização privilegiada em relação às outras áreas (centrais ou periféricas). Os lucros são garantidos no nível necessário para atrair os capitais. Mas esses são direcionados para os objetivos demarcados pelo estado chinês.

Como se viu, a globalização foi reflexo dos interesses de reestruturação e da ampliação das bases de acumulação das grandes empresas multinacionais, norte-americanas e europeias, apoiadas em instituições como Banco Mundial e o FMI. Foi um movimento de ampliação do poder do centro hegemônico no mundo pela extensão de seu controle econômico sobre os espaços mundiais, na medida em que é resultado da ação de seu braço produtivo, o grande capital multinacional. São as políticas liberalizantes que permitiram a materialização desse movimento do capital em processos de fusões, aquisições e outras formas de controle sobre a produção global.

A transposição dos capitais pode ser visualizada como um movimento para se libertar dos entraves ao capital nos países centrais e a procura por taxas de lucro mais favoráveis. Na China tem-se a ocupação de um novo espaço pelo capital mundializado, após América Latina e tigres asiáticos, mas as condições em que passam a ocorrer são diferentes.

Quando as empresas multinacionais se expandiram para a América Latina e para os tigres asiáticos, tinha-se a transposição de estruturas produtivas dos centros hegemônicos para a periferia, ampliando (a partir das filiais) os espaços de acumulação de capital a partir do centro. Na mundialização, o processo de acumulação mundial está fundado na centralização de capital (reestruturação produtiva) e não simplesmente na lógica expansiva que caracterizava a concentração e que o conduziu à internacionalização dos anos 1950, 60 e 70. A centralização do capital materializada em fusões e aquisições resulta no completo

deslocamento de plantas produtivas que pode desindustrializar parte da periferia e parte do próprio centro (o comércio intrafirmas se amplia intensamente, pois a localização da firmas passa a observar crescentemente a lucratividade global, visto a liberalização).

Como se viu, a grande corporação leva a que os capitalistas monetários, e mesmo parte dos assalariados dos países de origem das empresas, participem do lucro (da mais-valia) gerado nos países periféricos. Assim, para esses capitalistas, para parte dos assalariados e demais participantes pode ser interessante o deslocamento de uma planta industrial de seu país de origem (em decorrência dos baixos salários e demais vantagens). Inclusive abastecendo o país central com mercadorias produzidas por essa unidade transplantada. A globalização permite isso. Essa liberdade, como se viu anteriormente, decorre das modificações na relação capital/trabalho nos países hegemônicos.

O Estado chinês aproveitou esse movimento de mundialização do capital para trazer as grandes corporações dos antigos pólos hegemônicos ao seu território e sob seu controle. Como assinala Sawaya (2011) são as próprias empresas multinacionais norte-americanas, européias e japonesas, agora localizadas na China, ou com fortes relações de complementaridade como no caso do Japão, as principais interessadas em exportar ao centro, fato que estabelece uma contradição fundamental. A China adotou uma estratégia que viabilizou o interesse do grande capital em se deslocar para seu território. Em decorrência, a China se beneficia e tem sua ação facilitada pela postura dos países centrais liderados pela potência hegemônica. Basta mencionar que já em 1978 os EUA restabelecem relações diplomáticas plenas com a China e garantiram seu livre acesso ao mercado mundial, abrindo as portas às exportações chinesas e, ao mesmo tempo, permitindo também sua modernização pela permissão de exportação de tecnologia para a China, dentre outras coisas. Essas ações estão relacionadas claramente aos interesses econômicos das grandes empresas globais em entrar no mercado chinês, mas também não se pode esquecer, em termos geopolíticos, à política norte-americana anticomunista de construção de centros de resistência e de fortalecimento do poder ocidental no leste oriental (como ocorreu no caso do Japão e dos Tigres Asiáticos nos anos 50), como força de contrapor a ex URSS.

A China aproveitou-se da mundialização de capital e, contrariamente ao Japão, não optou pela construção de uma estrutura industrial totalmente centrada no capital nacional para competir com o centro hegemônico, apesar de contar com um forte contingente de empresas estatais que têm uma importância crucial nesse jogo. Optou por trazer o capital multinacional para dentro de seu território nacional, mas sob estrito controle estratégico, aproveitando-se do

processo de reestruturação que o capital passava no mundo. A atração desses capitais ocorre através garantia de sua valorização em níveis diferenciados em relação a outras regiões, mas exigindo para a instalação de empresas em setores estratégicos a constituição de parcerias com capitais chineses com transferência de tecnologia²².

O estado elegeu setores específicos e formas diferenciadas para instalação e ordenamento da ação desse capital. Proveu uma onda enorme de investimentos estatais e infraestrutura de energia, telecomunicações e transporte a partir de investimentos públicos.

Além disso, garantiu ao grande capital que lá se instala o fornecimento de mão de obra barata, relativamente bem treinada e adestrada para o trabalho, principalmente a partir do controle sobre as migrações do campo para a cidade, bem como de sua estrutura social.

Como anteriormente se referiu o boom da economia americana favoreceu o crescimento dos países da ásia após crise. Mas, como expõe Medeiros (2008b) com o estouro da bolha americana ocorrida em 2000-2001 as exportações da China se contraíram. Essa reagiu, mantendo inalterada sua taxa nominal de câmbio em dólar, com uma política anticíclica centrada nos investimentos públicos²³. Como resultado, as exportações asiáticas se expandiram em função do alto crescimento Chinês. A China por um lado deslocou produtores asiáticos e por outro enquanto grande mercado interno em expansão tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Ou seja, essa se transformou em um exportador líquido para os EUA e o Japão e, num importador líquido para a Ásia. Como assinala Medeiros mesmo os países que sofreram forte deslocamento de terceiros mercados, particularmente os EUA, puderam se beneficiar da extraordinária velocidade do crescimento das importações chinesas.

Os interesses do grande capital e do estado chinês ficaram associados pela estratégia chinesa. A lucratividade e remuneração dos capitais dos países centrais operando na China e a estratégia chinesa de priorizar a exportação a partir desses capitais dificulta a contraposição aos interesses do estado chinês pelos estados hegemônicos. Essa vinculação fica evidente pela própria atuação do estado hegemônico que não se opõe aos interesses das empresas

²² Furtado propugnava a necessidade de que os influxos de capital fossem submetidos a uma política seletiva e criteriosa por parte do estado e vinculado a objetivos sociais explícitos, bem como uma política de controle da introdução de progresso técnico e sua vinculação a critérios de ordem social.

²³ Como assinala Medeiros a China a partir de 1994 desvalorizou o câmbio em relação aos seus competidores e com o sucesso das redes de comércio estabelecidas nas zonas especiais de exportação (ZEE) deslocou produtores da ASEAN do mercado americano (MEDEIROS, 2008b).

americanas (associadas com as chinesas) que operam a partir da China exportando seus produtos.

Essa associação de interesses encontra-se estabilizada e se pode esperar que persista por um período mais longo. Ao se priorizar as exportações, em princípio, a acumulação pode ser levada mais longe do que nos países industrializados da América Latina antes que se depare com um estrangulamento interno mais vigoroso. A força do estado chinês, em princípio, tende a levar a que a incorporação e desenvolvimento da tecnologia por empresas chinesas possa ocorrer de forma mais intensa. Dessa forma, o multiplicador da renda derivado das exportações tende a ter uma evolução mais favorável do que no México, por exemplo.

A invasão do espaço americano e das economias centrais a partir de empresas localizadas no exterior, no entanto, apresenta limites. Em uma economia continental como a chinesa a acumulação interna, em seu território, deverá gradativamente aumentar para que a tão propalada trajetória para a hegemonia ocorra. Como se sabe, pela análise das outras áreas periféricas industrializadas, onde em determinado momento a acumulação perdeu vigor, ficando essas economias para trás, o processo não apresenta um sentido único inexorável (em relação ao desenvolvimento). Pode-se ter áreas que, a partir de determinado momento, se desindustrializam (HARVEY, 2004). A questão crucial, portanto, parece ser até que ponto a acumulação na China pode ser levada antes que a contradição dos interesses com os países hegemônicos se manifeste de forma aguda. A expansão das exportações chinesas tende a aguçar os conflitos em especial a partir do momento que se destinam a produtos de maior valor agregado. Um ponto importante que candidata a China a postular a ser a nação central e quem sabe hegemônica é que diferente dos demais países centrais, exceção dos EUA, possui uma força militar relevante (aspecto essencial para quem se pretende hegemônico). Na medida em que a dimensão de sua acumulação e a integração com a Ásia aumentar tende a crescer a importância de sua moeda, em especial, porque, diferentemente do Japão, existe uma maior autonomia do estado Chinês em relação ao estado hegemônico. Mas essa trajetória somente a história (que não é predeterminada) poderá decidir. Por outro lado, em um mundo onde o poder americano é incontestável, a estratégia chinesa deve procurar manter as condições internacionais em um plano pacífico e com foco no desenvolvimento econômico procurando neutralizar as políticas de contenção americanas. Os EUA fomentaram o processo de abertura chinesa.

A China apresenta uma participação crescente na indústria mundial e se constitui no país com a maior participação na indústria localizada fora dos países centrais. Além disso, apresenta participação crescente no total mundial exportado de produtos de origem industrial.

Tabela 13 - Evolução da Indústria Chinesa

	1990	1995	2000	2005	2007	2009
Participação da China no total do valor agregado pela indústria no Mundo	2.2	-	6.68	9.82	-	14.45
Participação da China no total do valor agregado pela indústria dos países em desenvolvimento	-	23	27,4	34,1	-	-
Participação das exportações chinesas no total mundial	1,78	2,87	3,86	7,27	8,80	-

Fonte. UNIDO, 2005 e 2009.

A China mostra a importância do elemento político para a ascensão de uma determinada economia. Arrighi (2008), analisando a evolução da região asiática, assinala que o caminho oriental fez uso dos recursos humanos em vez de não humanos (capital). Expõe que inicialmente o Japão adotou um caminho desenvolvimentista híbrido de industrialização intensiva de mão de obra, porque absorvia e utilizava a mão de obra de modo mais completo e dependia menos da substituição da mão de obra por maquinária e capital do que o caminho ocidental. No entanto, a fusão dos caminhos do desenvolvimento da Ásia oriental e do ocidente continuou limitada durante a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, apesar do aumento da produtividade da terra e do crescimento dos setores que faziam uso intensivo de mão de obra, a produtividade do trabalho na Ásia oriental continuou atrás da produtividade do ocidente. No entanto, no pós-Guerra, o Japão teve oportunidades favoráveis para aumentar a exportação de manufaturados para países ocidentais avançados. Essa mudança nas circunstâncias internacionais permitiu que o Japão, e mais tarde vários outros países asiáticos, buscasse a introdução sistemática de indústrias químicas e pesadas com uso intensivo de capital e recursos naturais em uma economia com mão de obra relativamente barata e disciplinada. Assim que subiam os salários em um país da região, esse tinha de buscar um setor industrial novo que produzisse mercadorias de qualidade mais alta para sobreviver a concorrência, criando efeitos semelhante aos *gansos voadores* de desenvolvimento econômico. O surgimento sucessivo de novos países com baixos salários garantiu o prolongamento das linhas de *gansos voadores*. Foi esse aspecto da industrialização o responsável pelo aumento da participação da região no PIB mundial. Na concepção exposta por Arrighi, o ressurgimento econômico da Ásia deveu-se não à convergência para o caminho

ocidental de uso intensivo de capital e de elevado consumo de energia, mas à fusão entre esse caminho e o caminho asiático, que faz uso intensivo de mão de obra e poupa energia. Contudo, essa possibilidade está sendo explorada a partir das próprias modificações do capitalismo internacional.

A partir dos anos 1980, a região representada pela ex-URSS passa por um momento de crise. Essa região, da mesma forma que a América Latina, apresentou momentos de grande vigor em sua acumulação antes de entrar em crise que resultou na derrubada do regime existente. Quando se reflete conjuntamente sobre a crise da ex-URSS e da América Latina nos anos 1980, pode-se encontrar pontos em comum. Embora simplificação, pode-se considerar que os limites da acumulação nessas regiões decorreu em parte pela tecnologia ou como resultado do sucesso da própria acumulação. A impossibilidade de ampliar a acumulação em decorrência da falta de progresso técnico na América Latina foi resultado da falta de enraizamento da tecnologia, pois dominada por empresas multinacionais, enquanto na ex-URSS pelo sistema político existente e o isolamento da região. A acumulação em extensão teria alcançado seus limites, que se manifestariam primordialmente nas baixas taxas de crescimento e no desequilíbrio da balança de pagamentos. A ascensão de novos grupos como resultado da própria acumulação e a crise internacional favoreceram a evolução que se configurou. No entanto, existiu a possibilidade de um caminho diverso. Não existe um determinismo aqui. Mas, apesar da possibilidade das economias dos países dessas regiões seguirem o caminho do estado desenvolvimentista (como o Japão, os NIC e a China), gradualmente reduzindo o intervencionismo estatal, o que acabou prevalecendo foram os interesses das pessoas no poder na antiga União Soviética e na América Latina sobre os objetivos estratégicos de desenvolvimento (KRASILSHCHIKOV, 2008).

A ascensão do neoliberalismo resultou em novas áreas para valorização dos capitais do centro. Em ambas as regiões (da ex-URSS e na América Latina), a privatização do estado se tornou um fenômeno generalizado. Ambas as regiões perderam a oportunidade de privatizar alguns setores sem abandonar uma política desenvolvimentista. A crise no processo de acumulação e as alternativas existentes a partir do capitalismo mundial favoreceram a evolução registrada. É possível se admitir que em ambas a relação social e seu conflito impediram essa solução.

A Rússia, após um período de crise e estagnação que se seguiu ao desmantelamento da ex-URSS, passou a apresentar taxas de crescimento mais vigorosas após a reconstituição do Estado Russo. Esse país, embora seu atraso relativo, possui considerável poder militar. Assim,

a existência de polos emergentes (Rússia, China, Índia e, quem sabe, o Brasil, entre outros), junto com a existência de países do centro (Japão, Alemanha, França), que passam a ter os seus interesses reconfigurados com o fim da guerra fria, pode levar à constituição de um sistema mundial multipolar, hierarquizado em que a economia estadunidense se constituirá uma grande potência, entre outras. Talvez a maior, mas com declínio relativo. Na história do capitalismo sempre se teve uma hegemonia incontestada de um país. Mas a dimensão da acumulação alcançada e a existência de armas de destruição total podem levar a que se tenha um mundo com vários polos de poder. No entanto, essa evolução somente a história poderá decidir.

Em uma análise retrospectiva da experiência dos países em desenvolvimento, verifica-se que as modificações e transformações da economia mundial modificaram as condições de inserção nessa, afetando o dinamismo dessas economias. Na América Latina, e no Brasil em particular, tem-se uma crise na aliança entre as grandes empresas e o interesse nacional como resultado da lógica financeira e especulativa da valorização da riqueza que gradativamente se firmou nos países centrais, como se viu anteriormente, e que agora se expande na América Latina. Na Ásia, e em especial na China, a subordinação do crescimento da riqueza privada aos imperativos do desenvolvimento parece ser o diferencial em relação à América Latina (pelo menos até o momento).

4.4 POLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Ao longo do presente capítulo, discorreu-se sobre algumas experiências históricas de desenvolvimento (ascensão dos países desenvolvidos e de economias da periferia). Observou-se que as condições para a industrialização e desenvolvimento de uma economia periférica ou subdesenvolvida são diferentes das existentes à época da ascensão dos atuais países centrais, em parte pela presença dessas economias e mesmo pela ascensão de outras economias da periferia. A industrialização na Inglaterra, como se viu, não exigiu a mesma dimensão de capitais que foi necessária para os demais países centrais que ascenderam posteriormente. Ou seja, os capitais privados incompatíveis com as exigências da industrialização na fase do capitalismo monopolista exigiram a presença do estado. O Japão é o caso clássico. A grande empresa americana, por sua vez, se consolidou no espaço econômico amplo, diversificado, dinâmico e bem protegido que o estado norte-americano abrangia. Situação que diverge fortemente, em relação à ocorrida na América Latina, e no Brasil em particular, em que os

capitais nacionais tiveram que dividir o espaço interno antes da consolidação de seu parque industrial. Além disso, a fase do capitalismo monopolista que, a partir dos anos 1990, se assenta na proeminência das finanças, e o fim da guerra fria trouxeram novos requerimentos para a ascensão, modificando as formas de polarização.

As possibilidades de ascensão, como se viu nas seções anteriores, estão dadas pelas características do capitalismo em determinado momento e pelas particularidades do processo de acumulação global e local.

Como se viu nas seções anteriores do presente capítulo, sobre a ascensão dos países centrais e periféricos, alguns temas são essenciais para se analisar o desenvolvimento e a ascensão desses países ao longo da história; como a tecnologia, o papel do estado e a distribuição de renda, entre outros. Além disso, uma característica peculiar que condiciona a evolução das economias no mundo atual é o papel proeminente das finanças que, embora seja recorrente na história do capitalismo, alcança na fase atual grande dimensão e um caráter mais relevante (e prolongado). Esses aspectos, que também são essenciais para a análise da evolução do sistema, são primordiais para a análise do desenvolvimento desigual e do sucesso de alguns países para ascender. Parte-se do entendimento que a ascensão de determinado país decorre do grau de controle sobre a tecnologia, sobre os fluxos financeiros a nível global, sobre o acesso aos recursos naturais e sobre a capacidade militar, entre outros recursos.

Vale ressaltar que procurar-se-á retomar esses temas com o objetivo primordial de analisar o desenvolvimento desigual que decorre da evolução global (e local). O foco na análise desses temas será refletir e identificar de que forma a tecnologia, a distribuição, a financeirização acompanham e condicionam a acumulação, incentivando, restringindo o desenvolvimento das nações e, particularmente, como viabilizam ou resultam em um desenvolvimento desigual entre as nações. Portanto, a esse objetivo se dedica a sequência da presente seção.

No exame da evolução da América Latina observou-se anteriormente que, em contraste com a Coreia do Sul, por exemplo, o dinamismo da acumulação e sua ampliação encontraram obstáculo na pequena dimensão dos mercados internos, resultante da concentração de renda.

Um dos pontos fundamentais da proposta cepalina para a superação do subdesenvolvimento das economias latino-americanas era a sua visão do papel que a industrialização desempenharia no processo. Acreditava-se que a industrialização funcionaria como meio de garantir, a um só tempo, crescimento e melhor distribuição de renda. Mas, na

medida em que os ganhos de eficiência são, de forma geral, consequência da adoção de novas técnicas e de novos bens de capital que, importados das economias centrais, se caracterizam por pouparem trabalho; tais ganhos de eficiência se fazem acompanhar de redução das oportunidades de emprego, agravando a tendência à insuficiência dinâmica. A questão do desenvolvimento do mercado interno e suas restrições adquirem relevância. Frente a importância que o tema tem para a análise da economia brasileira que se seguirá, cabe uma investigação com mais detalhe.

A importância do mercado interno para o desenvolvimento econômico em uma economia periférica foi objeto de intenso debate na história do pensamento econômico (principalmente tendo em vista o caso da Rússia). Já no caso de uma economia como a brasileira que é periférica, mas atualmente industrializada, a questão mais significativa não é a da impossibilidade do seu desenvolvimento, mas de seu dinamismo em uma determinada etapa de seu desenvolvimento histórico. Como anteriormente se mencionou, no modelo simplificado entre trabalhadores e capitalistas, o baixo consumo não inviabiliza o progresso da acumulação pela inexistência de um mercado final, pois esse pode prosseguir se os capitalistas comprarem um dos outros (KALECKI, 1977a, p.15).

Um ponto essencial que de início se deve especificar é que a acumulação não visa ao aumento dos salários ou ao consumo (de luxo ou não) e sim à valorização da riqueza (o ganho). Assim, um aumento da concentração de renda (de forma política) somente levará ao incremento da acumulação se as perspectivas e possibilidades de valorização existirem, lembrando que essas possibilidades de valorização exigem a realização do excedente (a demanda efetiva compatível). Essa demanda compatível vincula-se a certa distribuição de renda para o prosseguimento da acumulação. É por esse motivo que no curto prazo uma restrição ao consumo de bens não básicos (de luxo) pode levar a um crescimento mais tênue em decorrência do impacto na demanda efetiva (visto distribuição existente). No longo prazo, a situação pode ser diversa.

Um crescimento com redução do consumo pessoal dos trabalhadores é possível bastando que, para tal, a produção se torne cada vez mais indireta, de maneira que uma fração crescente do produto total consista em meios de produção, ao invés de consistir em meios de consumo. No entanto, ao se tornar mais indireta, para um conjunto importante de autores, tenderá a levar à queda da taxa de lucro (pela lei da tendência, pela desproporção, etc.). Ou seja, a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, independente do

crescimento do consumo individual, destinando-se ao consumo produtivo. O consumo produtivo pode e deve crescer mais do que o consumo individual. No entanto, como assinala Lênin (1982, p.24), a isso se reduz a “independência”, pois o consumo produtivo sempre se liga ao consumo individual.

Nesse sentido, o dinamismo da acumulação baseada na substituição de importações com as características em geral existentes na América Latina e em especial no Brasil significou uma “fuga para frente”. O sistema pode manter o seu dinamismo sem modificações estruturais na distribuição de renda. Mas aqui a advertência de que o consumo produtivo se liga ao consumo individual mostra que o crescimento baseado em um modelo concentrador apresenta restrições crescentes. Mandel captou bem essa evolução dos países subdesenvolvidos ao expor:

A existência de um preço mais baixo para a força de trabalho nos países semicoloniais, dependentes, do que nos países imperialistas indubitavelmente possibilita uma taxa média de lucro mais alta, em termos mundiais - o que explica, em última análise, o fato de o capital estrangeiro fluir para esses países. Mas, ao mesmo tempo, age como uma barreira na continuidade da acumulação de capital, porque a expansão do mercado é conservada dentro de limites extremamente estreitos pelo baixo nível dos salários reais e pelas reduzidas necessidades dos operários no terceiro mundo. [...] torna-se mais lucrativo para o capital local investir fora da indústria do que no setor industrial. Essa tendência vê-se ainda reforçada pelo fato de que, nos países subdesenvolvidos, a grande maioria das indústrias equipadas com tecnologias modernas [...] apresenta grau bastante alto de capacidade não utilizada, bem como uma carência de “economias de escala”. Em resultado a concentração do capital é travada, impedida a expansão da produção, promovido o escoamento de capital para esferas não industriais e improdutivas e ampliado o exército de proletários e semiproletários desempregados. Aí reside o real “circuito vicioso do subdesenvolvimento” e não a alegada insuficiência da renda nacional, e conseqüente taxa insuficiente de poupança. (MANDEL, 1982, p.45).

Os pioneiros da Cepal já defendiam que nas economias latino-americanas a parcela dos lucros era elevada. Assinalavam que a restrição à acumulação decorria não da pequena dimensão dos lucros (excedente), mas pelo fato de que nessas economias uma parcela grande demais desse excedente era gasto no consumo de luxo ou supérfluo das classes dominantes. Ou seja, em termos de Marx, a proporção em que se dividia a mais-valia entre renda e capital era favorável à primeira.

Sraffa (1982) evidencia por que a proposição de que a concentração de renda, acompanhada pelo consumo supérfluo de algumas economias da periferia, pode não favorecer a acumulação e o desenvolvimento. Demonstra que a taxa de lucro do sistema irá depender do desenvolvimento da indústria de bens básicos, onde os bens salários são os principais

componentes. Assinala que se uma inovação vier a reduzir à metade a quantidade de cada um dos meios de produção que sejam necessários para produzir uma unidade de bem de luxo, o preço dessa mercadoria cairia pela metade, mas as relações de preços das outras mercadorias e as taxas de lucro permaneceriam inalteradas. Isto ocorre porque os bens de luxo são utilizados somente na sua reprodução. Sraffa afirma, ainda, que a existência de um excedente implica a possibilidade de existência de uma nova classe de bens de luxo que não são utilizados, nem como instrumentos de produção nem como artigos de subsistência, na produção de outras mercadorias. Expõe:

Esses produtos não têm participação alguma na determinação do sistema. Seu papel é puramente passivo. Se uma inovação vier a reduzir à metade a quantidade de cada um dos meios de produção que são necessários para produzir uma unidade de bem de luxo deste tipo, o preço dessa mercadoria cairia pela metade, mas não se registrariam consequências posteriores; as relações de preços dos outros produtos e as taxas de lucro permaneceriam inalteradas. Mas, se isso ocorresse na produção de uma mercadoria do tipo oposto que entra nos meios de produção, todos os preços ficariam afetados e a taxa de lucro variaria. (SRAFFA,1983, p.182).

Assim, a concentração acompanhada por uma demanda por bens de consumo de luxo, como apontado como elemento característico das economias subdesenvolvidas pelos economistas da Cepal, constitui-se em um entrave para uma acumulação mais intensa (potencialmente maior), pois o aumento da produção de luxo não incrementa a taxa de lucro do sistema e afeta a intensidade da acumulação.

Para Marx, a característica mais essencial do modo de produção capitalista, após a sua fase inicial onde a preponderância é a geração de mais-valia absoluta, é a criação de mais-valia relativa. Marx irá assinalar que, para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem que “atingir os ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho. [...]Mas o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo quantum de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção” (MARX,1983, p.253). Então, a expansão de um setor de luxo impõe limites para a acumulação.

Sraffa assinala que se determinada mercadoria entra na produção das outras mercadorias, o aumento da produtividade desses bens, que denomina de básicos, afeta a taxa de lucro do sistema. Marx, por sua vez, entende que a mais-valia relativa decorre do aumento da força produtiva que afeta o valor da força de trabalho, e, portanto implica no barateamento das mercadorias que compõem a indústria de “bens salário”. Para ele a taxa de lucro do sistema distingue-se da taxa de mais-valia, pois é a relação entre a mais-valia e o capital

individual total (soma do capital variável com o capital constante). Então, os setores improdutivos, como defende no livro III, participam no nivelamento da taxa de lucro. E, portanto, afetam a taxa de lucro.

Mas a expansão dos setores improdutivos ou o aumento de suas produtividades não possuem a capacidade de ampliar a mais-valia gerada no sistema, e, portanto limitam o excedente potencial do sistema (e sua taxa geral de lucro máxima). Ou seja, com o crescimento dos setores improdutivos a expansão potencial do sistema fica restringida pela trajetória mais tênue de expansão da mais-valia, e, portanto, a expansão da produção de bens de luxo afeta a expansão potencial do sistema²⁴. Marx afirmara que, para acumular, precisa-se transformar parte do mais produto em capital. “só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter, isto é, meios de subsistência”. Afirma: “Em uma palavra: a mais-valia só é transformável em capital porque o mais produto, do qual é o valor, já contém os componentes materiais de um novo capital” (1988, p.155).

Então, o excedente dessa economia para um crescimento de longo prazo mais intenso exige que a composição do excedente tenha as condições materiais para viabilizar a acumulação, o que implica uma restrição da dimensão (mesmo que relativa) dos setores de bens de “luxo”. Kalecki (1988) percebeu esse ponto decisivo e enfatizará a necessidade de os países subdesenvolvidos incrementarem a produção e produtividade dos bens salário.

A história da ascensão dos países parece confirmar a hipótese de que uma melhor distribuição favoreceu o desenvolvimento. Como se viu na seção 4.2, a melhor distribuição de renda na economia americana e nas colônias de povoamento contribuiu para o desenvolvimento mais intenso dessas regiões porque a melhor distribuição de propriedade viabilizou o acesso ao excedente por comerciantes locais, evitando sua monopolização pelo capital internacional. Possibilitou, assim, o crescimento do capital comercial local.

Além disso, uma melhor distribuição de propriedade e de renda pode favorecer a acumulação em determinado território por motivos políticos. Uma posição de força do trabalho organizado e do pequeno capital pode impor políticas protecionistas para defender o mercado interno. Como se viu, a perda de poder dos sindicatos nos EUA e demais países

²⁴ Lembrando, como antes se mencionou, que, contraditoriamente, a restrição à produção de bens de luxo pode afetar a realização do excedente e, portanto, atenuar o crescimento da economia.

centrais implicou modificações que se sucederam e no fim do *período de ouro* do capitalismo²⁵.

Como se viu nas seções 4.2 e 4.3, na segunda metade do século XX ocorreu um movimento de reorganização espacial da produção industrial. Os países industriais centrais não se limitaram a vender no exterior uma parte crescente de seus produtos, eles deslocaram também seu próprio aparelho produtivo, transferindo indústrias inteiras para instalá-las em outras economias desenvolvidas e em regiões periféricas subdesenvolvidas.

A transferência de atividades industriais correspondia a uma extensão da indústria nos países de implantação, mas sob controle das economias de origem. Se assim entendido, as transferências das atividades industriais podem ser analisadas como uma ampliação do espaço econômico das economias nacionais para além de suas fronteiras políticas.

Michalet (1984) assinala que as empresas multinacionais são, originalmente, grandes empresas nacionais. Isto quer dizer que elas pertencem a setores industriais concentrados. O lugar modesto ocupado pelas pequenas e médias empresas na lista das empresas multinacionais deve-se ao vulto dos meios financeiros, humanos e tecnológicos exigidos para a criação de uma subsidiária no exterior. Assinala que existe a ideia (MICHALET, 1984) que concebe as grandes empresas como entidades autônomas, que fixam sua estratégia e organizam sua produção sem tomar conhecimento das diferenças nacionais. Elas priorizariam o aspecto de que o desenvolvimento de estruturas de gestão em escala mundial transcenderia à categoria superada do estado nação. Compreende também a percepção que ressalta, acima de tudo, a autonomia das empresas que atingiram tal etapa, face aos países de origem e de implantação. As firmas internacionais não teriam nacionalidade. Esse seria um aspecto positivo, o qual se constitui em um instrumento eficaz de alocação ótima de recursos em nível mundial. Suprime qualquer ligação entre o político e o econômico. Outros ressaltam o aspecto negativo, ao considerarem o poder financeiro, tecnológico e humano que torna obsoleta a conservação dos estados por elas subjugados. Michalet (1984) assinala que essa ótica tem um inconveniente de dissociar esse tipo de empresa de sua economia de origem, transformando-a em entidade autônoma, pois a distribuição nacional das EMN segue a hierarquia dos PNB. A

²⁵ Como se viu na seção 3.2, as atividades transnacionais constituem um meio de manter elevado o excedente ali onde fatores endógenos pressionam no sentido de aumento relativo do nível de vida da massa da população. Mesmo em países periféricos industrializados como o Brasil, a ameaça de deslocamento para países com salários mais baixos como a China existe.

lista das principais empresas multinacionais parece confirmar a sua afirmativa. (UNCTAD, 2009, p.220-222).

A empresa multinacional que, como se viu, prospera a partir da evolução do capitalismo americano provoca uma modificação qualitativa ao causar o deslocamento da produção, com a transferência do lugar de formação do valor. Além disso, a internacionalização da produção desempenha um papel fundamental na estrutura do comércio mundial. O desenvolvimento das atividades dessas empresas transforma a natureza dos fluxos de mercadorias. Uma proporção crescente será composta por movimentos internos às empresas multinacionais, embora formalmente continuem a ser registrados como fluxos internacionais, por atravessarem as fronteiras geográficas. A retomada da multinacionalização a partir dos anos 1950 deve-se essencialmente ao aumento muito rápido dos investimentos americanos no exterior e, posteriormente, ao avanço das multinacionais europeias e japonesas. O investimento que se dirige à América Latina se constitui em um movimento que traduz a tendência à “substituição das importações” que repousa na existência de um mercado local.

O que caracterizava o antigo capitalismo, em que reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, em que reinam os monopólios, é a exportação de capitais. Os motivos apontados para esclarecer porque somente a partir de determinado momento passou a ocorrer a exportação de capitais, com transferência de empresas, a partir dos países centrais, são variados. Assim, ora é ressaltada a queda da taxa de lucro nos países centrais, ora a dimensão alcançada pelos capitais individuais que permite o aproveitamento das oportunidades externas, entre outros.

Com as transformações contemporâneas no setor finanças (neoliberalismo), ocorrerá nova modificação na localização e ação das empresas multinacionais aprofundando esse movimento inicial. A essa análise retornar-se-á adiante, por questão de exposição antes se procura examinar outro aspecto essencial para o desenvolvimento desigual, na fase do capitalismo monopolista, que é a tecnologia.

Um aspecto essencial para o desenvolvimento desigual, na fase do capitalismo monopolista, é que a tecnologia e o progresso técnico que resultam da introdução de novos produtos passam a se constituir em uma atividade cotidiana da empresa. Isto contribui para a “dependência”, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados. A obsolescência tecnológica torna-se mais veloz e dispendiosa e se inscreve como forma de dominação da

periferia. De que forma o progresso técnico está relacionado com a acumulação? E, em especial, de que forma o progresso técnico favorece o desenvolvimento desigual? A resposta a essa questão exige que se reflita sobre a relação entre a tecnologia e a acumulação.

Marx mostra que, com o progresso tecnológico, o capital pode crescer a uma taxa maior do que a força de trabalho. Mostra, ainda, que o avanço tecnológico é influenciado pelo ritmo de acumulação de capital. Se este ultrapassar o crescimento da força de trabalho e, com isso, o desemprego diminuir, surgirá uma tendência no sentido de aumentar os salários reais. Isso induz os capitalistas a introduzirem inovações poupadoras de trabalho. Assim, a acumulação de capital cria a relativa abundância de trabalho necessária à sua própria continuidade.

Steindl (1983) assinala que esse entendimento não implica necessariamente que para que ocorra a introdução de progresso técnico seja necessário uma permanente redução do exército industrial de reserva. Para Marx, o desemprego relativo será aumentado devido ao progresso tecnológico. Assim, o progresso tecnológico não seria totalmente regulado pelo nível de salários reais. Steindl observa:

Chega-se à conclusão que Marx não concebeu o progresso tecnológico como sendo **totalmente** regulado pelos níveis de salários reais. Uma vez iniciado o processo de inovações, este adquire o seu impulso próprio, torna-se independente das reais condições da escassez ou abundância de mão de obra, e libera um número maior de trabalhadores do que o necessário para a continuidade imperturbada do crescimento do capital. (STEINDL, 1983, p.250, grifo nosso).

Em nível abstrato, a introdução da maquinária pode ser analisada a partir da relação do capital com o trabalho vivo, sem tomar em consideração outro capital, como Marx assinala nos *Grundrisse*. Mais concretamente, a introdução da maquinária é determinada pela concorrência intercapitalista, em particular pela lei de redução de custos de produção com vistas à obtenção de lucro extraordinário, e não diretamente pela relação do capital com o trabalho vivo.

A produção de tecnologia e sua introdução podem afetar o dinamismo do sistema e a distribuição de renda. Para diversos autores socialistas, a tecnologia é essencial para uma evolução positiva do sistema, para uma sociedade pós-capitalista em que o homem se libertara do trabalho que o escraviza, favorecendo o desenvolvimento das capacidades humanas. Na verdade, a tecnologia e o progresso técnico decorrentes são uma precondição necessária, mas que não garantem que ocorra essa evolução positiva do sistema. A tecnologia pode favorecer a desigualdade (tanto entre classes como entre países). Dos escritos de Marx, pode-se

depreender que ele acreditava que o desenvolvimento capitalista, com a introdução do progresso técnico, geraria polarização e aumento das contradições, mas que ao final resultaria em uma evolução positiva; sendo que essa evolução positiva dependeria das ações dos homens, que seriam condicionadas pelo aumento das contradições.

O desenvolvimento das forças produtivas e a introdução do progresso técnico que favorecem à acumulação da riqueza tornam crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho. Existe uma liberalização do trabalho, mas no capitalismo essa liberalização assume a forma de desemprego estrutural (o exército de reserva). Muitos analistas, mesmo não marxistas, apontam o desemprego (tecnológico) como um dos principais problemas da sociedade contemporânea.

Marx argumentou que com o desenvolvimento da acumulação (ou do capitalismo) e com a elevação da produtividade, ou seja, do produto excedente em escala incomparável com outro período histórico, e tendo sido reduzido o tempo de trabalho necessário a uma parcela mínima, as condições estão dadas para uma sociedade mais justa, abrindo espaço para a generalização do tempo livre para o conjunto da população, pela realização de um *quantum* de trabalho individual e coletivo reduzido.

Estas condições parecem ser as necessárias para a sociedade a que aspirava. Assim, a derrocada do socialismo de estado nos países retardatários e a ressurgência do capitalismo liberalizado constituem a “vingança de Marx”, exposta por Desai (2003), pois assinalam a inviabilidade de socialismo em sociedades em que estas condições não estivessem dadas. Em suma, por esse entendimento, as sociedades ditas socialistas jamais implementaram um sistema que fizesse jus a essa concepção. A tecnologia, o progresso e as transformações decorrentes na estrutura social se constituiriam em premissas essenciais para tal. Esse entendimento mostra, mesmo para a evolução de uma sociedade capitalista, a importância da tecnologia e do progresso técnico para o crescimento e a distribuição. Esse pode favorecer à concentração, mas, da mesma forma, é essencial para uma sociedade mais rica e justa.

A tecnologia, em especial na fase do capitalismo monopolista, leva ao crescimento da importância de outro tipo de renda, decorrente do monopólio da tecnologia. Essas rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico, isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias, mas não podem ser generalizadas a determinados ramos de produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dimensão do investimento mínimo, controle de patentes, dificuldades de entrada etc. Na medida em que o conhecimento deixa de ser o

resultado fortuito da atividade humana e passa a ser produzido pelo capital, surge espaço para que o conhecimento, que antes era livre e disponível a todos, passe a ser monopolizável, tal como a terra. Trata-se de um monopólio social, tal como o estabelecido sobre a terra. Da mesma forma que a renda da terra, é indiferente se o capitalista pagou pelo acesso à tecnologia ou se ele é proprietário dela. Se ele é o proprietário, ficará com os sobrelucros (que não entram na equalização da taxa de lucro), se ele é o arrendatário, deverá pagar a renda, ocorrendo a metamorfose do sobrelucro em renda do conhecimento (a renda do conhecimento como a da terra constitui-se de uma apropriação de valor gerado por outros a partir de um monopólio). Os sobrelucros e a renda do conhecimento constituem importantes fontes de recursos das grandes empresas, em especial em alguns setores, como o farmacêutico, e parecem constituir importante diferencial dos lucros auferidos entre empresas estrangeiras e nativas em países menos desenvolvidos, como o Brasil.

Além disso, a inovação não ocorre no vácuo, totalmente independente da própria acumulação, os recursos materiais destinados à capacitação tecnológica influenciam a própria criação e ampliação da tecnologia. A esmagadora maioria dos inventores, pesquisadores, cientistas e doutores jamais poderiam desempenhar suas funções se centenas de milhares de trabalhadores, milhões na verdade, não tivessem produzido os laboratórios, os edifícios, as máquinas, os aparatos, os instrumentos e os materiais com os quais operam; se o excedente produzido pela massa total de produtores não lhes tivesse assegurado o tempo de trabalho livre da pressão de reproduzir sua existência imediata, sem o qual não poderiam dedicar-se ao trabalho científico; se gerações passadas e presentes de outros inventores, pesquisadores, cientistas não tivessem realizado o necessário trabalho antecedente e concomitante, sem o qual, na maioria dos casos, a atividade científica individual seria impossível.

A invenção, a inovação e o progresso técnico possibilitam a redução de custos, favorecendo a obtenção de lucro extra pelas empresas, repercutem sobre a lucratividade do sistema. Além disso, ampliam e diversificam a massa de produtos transformáveis em capital. Ou seja, o *quantum* de mais produto destinado a ser transformado em capital se amplia pela inovação e criação de novos produtos. Dobb assinala:

[...] torna-se evidente que existe outro sentido no qual a modificação técnica pode ampliar o campo de investimento para o capital, sentido que é bem distinto daquele mencionado acima, embora se preste a ser confundido com ele. É o sentido em que a invenção dos teares mecânicos criou um campo novo para investimento de capital na expansão da manufatura de máquinas a vapor, ou, em termos mais modernos, a invenção do avião criando um campo novo de investimento: fábrica de aviões. (DOBB, 1983, p.208).

Assim, a existência de infraestrutura (laboratórios, pesquisadores, instrumentos etc.) reforça as vantagens competitivas dos capitais localizados nessas regiões (desenvolvidas). O dinamismo do sistema está vinculado essencialmente aos acontecimentos e atividades dessas regiões.

A capacidade de determinado país de ascender é reflexo também da capacidade de gerar e absorver novas tecnologias, as quais dependerão das condições materiais e estruturais anteriormente expostas. O desenvolvimento do mercado interno e a substituição de importações nos países subdesenvolvidos encontram seus limites na dificuldade de desenvolver tecnologia e no custo dos investimentos requeridos, o denominado hiato tecnológico. Assim, visto o desenvolvimento nas regiões centrais, tem-se uma crescente dependência das diversas regiões e países em relação aos bens de produção e tecnologia produzidas nas regiões ditas desenvolvidas.

Fajnzylber (1983) assinala aspecto essencial. A introdução de máquinas e meios de produção aprimorados faz com que se possa conquistar mercados internos e externos. A partir dessa situação compram-se matérias-primas e insumos, ou seja, outros países vendem matérias-primas ou produtos menos elaborados. Mas, para que um país modifique qualitativamente sua situação é preciso avançar. Uma economia após sua industrialização não supera a vulnerabilidade externa característica da economia agrária, como também não supera o elevado grau de restrição externa ao seu crescimento se a sua industrialização é desprovida de um núcleo endógeno de dinamização do progresso tecnológico. Para esse autor, o progresso tecnológico é a chave para os ganhos de competitividade de uma economia, bem como para o relaxamento da restrição externa ao seu crescimento.

Ou seja, por outro enfoque, crescimento de longo prazo com equilíbrio na balança de pagamentos depende da razão entre as elasticidades renda de exportação e de importação e está relacionado com a tecnologia e o progresso técnico (como mostram os pós-keynesianos e neoschumpeterianos). Quanto menos desenvolvido for o sistema de inovações (SI) de uma nação, menos diversificada sua pauta produtiva e quanto mais defasado for o progresso técnico, maior a elasticidade-renda das importações em relação à das exportações, aumentando, portanto, a restrição externa do país.

Grandes despesas para criar tecnologia dão vantagens para os países desenvolvidos - em especial pelo desenvolvimento militar. As diferenças de eficiência técnica entre países surgem não apenas de diferentes fatores de dotação, ou barreiras a entrada, mas também por

diferenças na competência em acumular tecnologia. Esse diferencial tende a perdurar, pois as capacidades tecnológicas nacionais não podem ser mudadas rapidamente.

O ponto essencial para a manutenção do diferencial é o controle de progresso tecnológico nos países centrais. A visão tradicional geralmente aponta que a comercialização e o desenvolvimento inicial de inovações significativas estão concentrados nos países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento (PEDs) estão envolvidos na adoção/aquisição de tecnologias já estabelecidas (difusão). Assim, a acumulação tecnológica nos PEDs envolve a tecnologia que está incorporada no estoque de bens de capital. Essa separação é algo esquemática, pois o processo de difusão envolve mais do que a acumulação de habilidades e *know-how* para a operacionalização de novos processos ou para a produção de produtos (BELL; PAVITT, 1993). A capacidade tecnológica de um país resulta do conjunto de recursos necessários para gerar e gerenciar a mudança técnica, incluindo habilidades, conhecimento, experiência e estruturas institucionais (FAGERBERG; VERSPAGEN, 2003; NELSON, 1995). Outro aspecto é que o progresso técnico não pode ser entendido como simples mudança na natureza física dos produtos e dos processos, pois ele está determinado pela necessidade de produzir a valorização e sua acumulação. As finalidades, características, determinações e potencialidade do progresso técnico estão delimitadas pelos processos de acumulação e sujeitos a sua lei. É a busca permanente dos capitalistas em rebaixar o valor individual de suas mercadorias vis-à-vis seus competidores que determina a introdução sistemática do progresso técnico. A busca do lucro extraordinário. Essa característica não é exclusiva da atual fase do capitalismo, pois, como se viu na seção 3.3, essa característica estava presente na Inglaterra à época de sua industrialização.

Como assinala Dobb (1983, p.207), a invenção não é um processo autônomo, livre do progresso do investimento do capital, nem o progresso deste último é separável de seus efeitos sobre o crescimento da invenção, o qual, por sua vez, reage sobre o processo de investimento por meio de sua influência na rentabilidade.

Assim, o componente mais importante da acumulação está localizado nas firmas, uma vez que ela está associada ao aprendizado de experiências específicas no desenvolvimento e na operacionalização dos sistemas produtivos. As contribuições dos neoschumpeterianos e dos institucionalistas colaboram para que se possa visualizar de forma mais clara que o sucesso da implementação depende da integração interna da firma e da articulação externa com fontes especializadas e atentas às necessidades de mercado. Uma importante parte do processo de acumulação tecnológica envolve a construção de vários tipos de estruturas

institucionais nas quais as firmas podem interagir criando e aperfeiçoando a tecnologia usada por elas. Como assinalam, o aprendizado tecnológico tende a mover-se ao longo de trajetórias particulares em que o aprendizado passado influi diretamente na direção das mudanças técnicas futuras. A mudança tecnológica baseada apenas na aquisição de bens de capital é inadequada. As atividades de aprendizado – sua natureza e efeitos econômicos dinâmicos – são essenciais. Assim, as instituições locais, a capacidade de aprendizagem e a acumulação local tornam-se cada vez mais importantes para atrair e “enraizar” os recursos móveis que se acham disponíveis no exterior. Em especial, porque a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável pode entrar em obsolescência acelerada.

A presença de empresas transnacionais em países periféricos como o Brasil inibe o desenvolvimento tecnológico local, visto que no sistema capitalista o conhecimento científico irá se materializar em um progresso técnico através do investimento se produzir lucro. Como essas empresas realizam pesquisa em seus países de origem, tem-se que - por sua capacidade tecnológica, protegida por patentes, por seu poder financeiro e pela dimensão do seu capital acumulado - a geração, a incorporação e a realização dos investimentos por iniciativa local através do desenvolvimento tecnológico nacional ficam problematizados, pois teriam que ser realizados, em grande parte, na área de atuação dessas empresas. Tendo em vista que as empresas transnacionais atuam geralmente em indústrias dinâmicas da economia periférica, o desenvolvimento e acumulação local ficam inibidos. Em síntese, as empresas multinacionais bloqueiam a possibilidade de as empresas nacionais terem lucro com o desenvolvimento tecnológico, pois o espaço para valorização está ocupado por essas empresas que, além do seu poder econômico financeiro, tecnológico, contam com a política e poder dos estados e dos interesses que representam.

As possibilidades de gerar conhecimento e tecnologia tornaram-se mais restritas após a década de 1980 por questões de ordem política e pela ação do estado dos países centrais, em especial pela ação do país hegemônico. Ao longo da história, verificou-se que os países retardatários costumam apropriar-se das tecnologias dos países desenvolvidos, a fim de acelerar seu crescimento econômico e emparelhar-se com os mais avançados. Inicialmente, as nações atrasadas copiavam as invenções dos países que estavam à sua frente em tecnologia e, depois de certo amadurecimento, passavam a produzir elas próprias as novas tecnologias. Vários países fizeram uso desse mecanismo, viabilizando grandes saltos de produtividade em suas economias. Isso ocorreu, entre outros, com os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão e a

Coreia do Sul, como se viu. Chang descreve o comportamento dos países que ascenderam ao longo da história ao expor:

Quando estavam em situação de *catching-up*, os PADs protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. (CHANG, 2004, p.114).

A partir dos anos 1980, porém, o uso do expediente da imitação das tecnologias das outras nações foi drasticamente limitado. De um regime internacional de relativa flexibilidade na área de patentes passou-se a um rigoroso regime de observância praticamente obrigatória para todos os países. Da branda Convenção da União de Paris, do século XIX, passou-se ao austero Acordo TRIPS, de 1994. No entanto, esse não se constitui em obstáculo intransponível, pois a história tem sido pródiga em exemplos de nações que, em estágios iniciais de desenvolvimento tecnológico, recusam-se a impor regimes rígidos de proteção de patentes (CHANG, 2004).

Do governo Reagan em diante, os Estados Unidos desfecharam uma ofensiva unilateral, impondo sanções de várias naturezas aos países que não se conformassem com parâmetros tidos por aceitáveis. Essa mudança de postura é atribuída, em parte, à posição unilateralista que o governo republicano adotou em diversas áreas, mas é atribuída também à perda substancial da liderança tecnológica dos Estados Unidos em diversos setores. Isso ocorreu em larga medida devido à utilização eficiente do regime internacional anterior pelo Japão e por outros países do leste asiático, como a Coreia do Sul. Esses países empregaram intensamente a imitação e o uso adaptativo para, em seguida, desenvolverem tecnologias próprias. Por sua vez, o Brasil, em 1996, adotou uma legislação mais favorável aos interesses norte-americanos.

As modificações no final do século XX completam uma trajetória que, às vezes, é apontada, como preconcebida desde o seu início. Ou seja, a industrialização adquire a conotação de uma mera descentralização geográfica de atividades manufatureiras. Esta descentralização, no entanto, não significou uma industrialização no sentido de autonomia para criar produtos industriais e/ou na capacidade de endogeneizar o progresso técnico. Significou apenas localizar, parcial ou totalmente, na periferia, a produção física de artigos que continuam a ser criados nos centros dominantes.

O controle da tecnologia e de sua difusão é uma das causas do desenvolvimento desigual e da polarização na economia mundial. Como a invenção e a incorporação do progresso técnico estão condicionadas à viabilidade da acumulação, ou seja, o investimento e o progresso técnico dependem das possibilidades reais de valorização, se torna crescente a importância das grandes empresas multinacionais, haja vista a proeminência e importância que essas adquirem na atual fase do capitalismo para viabilizar a acumulação e a valorização dos capitais.

No entanto, é importante assinalar que a grande empresa não deriva sua força somente de fatores tecnológicos. A vantagem pode derivar da redução dos custos de transporte e de armazenamento de produtos intermediários. E mesmo de carga tributária, pois uma empresa pode vender em condições favoráveis a outras empresas do grupo visando reduzir essa carga. Dentro do contexto global, como se viu, é difícil viabilizar uma alternativa de estratégia autônoma para o desenvolvimento, dada a estrutura hierárquica do capital no mundo assentada sobre um estado-centro hegemônico que funciona quase como uma *holding* de seus vários capitais individuais, suas grandes empresas multinacionais.

Frank assinalou, conforme exposto na seção 2.3, que no capitalismo a exploração e desenvolvimento por uma das partes traduz-se e é acompanhada pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento da outra. No entanto, a realidade histórica mostrou, em contraste, a ascensão de diversas áreas periféricas do globo. Esse é um aspecto característico e peculiar da segunda metade do século XX e do capitalismo da atual etapa. Na ascensão dessas regiões, o papel do estado foi ativo.

A evolução dos países da Ásia parece mostrar que o desenvolvimento com a participação das empresas estrangeiras é possível. Mas que essas devem ser controladas. O influxo de capitais deve ser submetido a uma política seletiva e de controle pela autoridade governamental.

Com a internacionalização da produção, os capitalistas dos países desenvolvidos passaram a exercer um controle direto do processo de produção. A economia mundial crescentemente passa a se caracterizar pela criação descentralizada de valor. Em consequência, se tem o deslocamento de setores industriais inteiros. No entanto, esse deslocamento não muda a extroversão das economias onde ocorreu a implantação. Essa ampliação das empresas multinacionais com a internacionalização do parque industrial de vários países, implicou a ampliação da riqueza dos residentes nacionais dos países centrais.

Essas empresas se constituem no suporte material que viabilizará a grande expansão da esfera financeira do último quarto do século XX (ou seja, condição necessária, mas não suficiente).

A multinacionalização, enquanto forma de transferência do lugar de criação do valor, permite, a um só tempo, a reprodução ampliada da base econômica - mediante o deslocamento do local de exploração para regiões onde a taxa de mais-valia é mais alta (para uma mesma composição orgânica do capital) - e a preservação da relação de propriedade, por intermédio do controle das unidades de produção descentralizadas.

A conservação de um controle privado sobre as unidades de produção descentralizadas exige que se ponham em prática estruturas organizacionais planificadas e hierarquizadas. A empresa multinacional acentua a interdependência das economias desigualmente desenvolvidas, substituindo a divisão internacional do trabalho tradicional (produtos primários, produtos manufaturados) por uma nova especialização que corresponde à execução de um processo de industrialização da periferia baseado na segmentação e parcelamento da produção internacional.

É excepcional o caso em que a firma se tornou multinacional da noite para o dia. A sequência normal comporta certo número de fases: primeiro, a firma é exportadora; depois, ela instala no exterior suas próprias sucursais de comercialização para distribuir os produtos da empresa, em vez de fazê-lo por meio de uma sociedade de importação-exportação; finalmente, ela cria as unidades de produção no país em causa. Este trajeto, que constitui também o aprendizado da gestão de uma multinacional, pode, no caso das economias de grande porte, como a norte-americana, ter lugar no interior das fronteiras nacionais. A passagem à multinacionalidade é o término de um processo mais ou menos longo que tende a substituir a forma tradicional do crescimento no exterior - a exportação - pela nova estratégia do deslocamento do aparelho produtivo (MICHALET, 1984).

No entanto, o comércio não está fadado a desaparecer. As empresas multinacionais (EMN) conservam, na maior parte dos casos, um fluxo de exportações. O que vai mudar é a natureza dos bens intercambiados, na medida em que os fluxos se dirigem, agora, predominantemente para as próprias unidades produtivas do grupo. As empresas multinacionais podem, então, ser concebidas como a infraestrutura de uma economia mundial em formação. Mas a nacionalidade é que comanda a extensão internacional das firmas e suas modalidades. Esse movimento só se torna possível devido ao apoio dos estados de origem: dos incentivos financeiros até o emprego da força militar, passando pela diplomacia. As áreas geográficas privilegiadas para a implantação de filiais localizam-se, predominantemente, nas

zonas de influência política dos países de origem. Na verdade, as EMNs aparecem então como a forma internacionalizada do monopólio, isto é, da grande empresa. Ela é a manifestação extrema do fenômeno de concentração-centralização, característico dos países capitalistas muito desenvolvidos.

A era capitalista inicial de livre concorrência caracterizou-se por uma imobilidade internacional relativa do capital. A concentração do capital era predominantemente nacional; a centralização, exclusivamente nacional. Mesmo nessa fase havia alguma movimentação internacional mantida por alguns grupos. Mas, no seu todo, essa mobilidade internacional de capital era de pequena escala. A internacionalização da produção de mais-valia na indústria manufatureira, fora do setor de matérias primas, era mínima. Hoje constitui aspecto essencial da internacionalização do capital.

A internacionalização das forças produtivas cria assim a infraestrutura para a internacionalização do capital. A internacionalização do controle do capital, a verdadeira centralização do capital, sempre implica uma transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários de capital para outros. Somente quando a internacionalização da produção leva à internacionalização da propriedade do capital, em outras palavras, a uma alteração internacional da propriedade do capital, é que realmente se pode falar de uma internacionalização do controle do capital. A infraestrutura material que permitiu ao capital exercer esse controle só foi criada pela terceira revolução tecnológica com seu telex, seus jatos e seus produtos característicos (MANDEL, 1982).

A mudança das condições de concorrência viabiliza a formação de um espaço “global” pelo apoio político que acaba induzindo. Antes, as grandes firmas travavam suas batalhas de concorrência pelo essencial nos mercados nacionais; agora, a batalha deve ser ganha no mercado mundial. Por essa razão, as firmas transnacionais, qualquer que seja a sua nacionalidade, têm interesses comuns na gestão do mercado mundial. Esses interesses se sobrepõem aos conflitos permanentes e mercantis. Por esse motivo é que a crescente penetração das empresas multinacionais nos mercados da América Latina a partir dos anos 1950 irá gradativamente ampliar o apoio a medidas favoráveis à liberalização comercial e de capitais.

Essa lógica supõe certa solidariedade dos segmentos dos capitais internacionais (principalmente dos EUA, Europa e Japão), em que os EUA são os defensores desses interesses comuns. Embora exista um potencial de conflito entre os interesses do capital dominante esse não chegou a ponto de provocar uma ruptura da aliança. No entanto, nada

garante que o mundo da reunificação do mercado mundial (a livre empresa), inaugurado pelo neoliberalismo a partir de 1980, que se estendeu por todo o mundo com o desmoronamento soviético e a inserção da China, terá vida longa.

Acompanha esse movimento, como se viu, a crescente importância da “finança” na economia. A progressiva liberalização dos fluxos de capitais foi produzindo um mercado unificado de dinheiro e ativos financeiros em escala global, sob o comando do sistema financeiro americano. Como assinalam Braga e Cintra (2007, p.266), a partir de uma política restritiva associada a uma política orçamentária expansionista, baseada na venda de títulos do tesouro americano e oferecendo a garantia aos investidores financeiros, detentores de títulos de dívida que desfrutariam de taxas de juros reais positivas em um ambiente de crescente mobilidade de capitais, houve a deflagração das finanças de mercado que se mundializaram a partir dos EUA.

Essa estrutura – formada a partir da crescente liberalização, integração e interdependência das economias – apresenta como elemento chave a economia norte-americana que, mesmo enfrentando os crescentes déficits comerciais e fiscais, consegue manter sua posição devido ao seu poder de atração de fluxos de capitais internacionais advindos, especialmente, dos países asiáticos, com destaque para a China. O fato essencial é que essas transformações e a valorização da riqueza agora sob dominância financeira permitiram articular os interesses das diferentes burguesias nacionais, embora contradições sob um comando único.

Essa nova característica produziu efeitos específicos na América Latina. O desempenho da região, a partir de então, perdeu vigor, sendo a característica primordial a sua subordinação à lógica financeira e especulativa da valorização da riqueza que gradativamente se firmou nos países centrais e agora se expande na América Latina.

A grande dimensão financeira que caracteriza a atual etapa, ou fase, como preferem alguns, é, para diversos analistas, o resultado lógico do processo de acumulação (a partir dos escritos de Marx - da plethora de capitais), ou, para outros, o resultado das dificuldades nessa acumulação (Mandel, 1990), ou, até mesmo, da administração da crise estrutural que vive o sistema (Amin, 1999). No entanto, o aspecto central que se pretende analisar a partir do crescimento das finanças é outro: como a financeirização condiciona o desenvolvimento desigual e a polarização? Procura-se, então, com algum detalhe, analisar esse ponto. O foco é a acumulação e a financeirização que a acompanha.

O crescimento da dimensão financeira tem sua causa enunciada como decorrente da própria lógica da acumulação de capital e também em decorrência da atuação do estado que pretende administrar a crise estrutural (da acumulação). Nesse segundo ponto está implícita a atuação do estado do país central com a finalidade de manter a hegemonia dos EUA. Portanto, inicia-se focando a acumulação de capital, assinalando que já está inscrito no desenvolvimento capitalista, pelo menos em certos momentos de sua evolução, a ampliação da dimensão financeira, como se viu na seção 3.2.

Marx assinalou que o capital não é uma grandeza fixa, mas elástica. Ou seja, a dimensão do capital dependerá da grandeza da mais-valia (e do mais-produto), e da proporção em que a mais-valia se reparte em renda e capital adicional. Como se assinalou no capítulo I, a apropriação crescente da riqueza abstrata é o motivo indutor do capitalismo. Assim, o valor de uso é o conteúdo material da riqueza, mas a meta imediata do capitalismo é o incessante ganho, a apropriação da riqueza abstrata.

Conforme Marx, o capital portador de juros é capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função (MARX, 1984, p.283). O surgimento do capital fictício, por sua vez, está ligado ao capital portador de juros. Como é bem conhecido, Marx expôs que todo o capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro do capital, quer provenha de um capital ou não.

O capital fictício abre, então, a possibilidade de a valorização prosseguir mesmo ficticiamente, sem respaldo na produção e realização de mais-valia ou no “lado real” da economia. Tem-se um movimento autônomo do valor dos títulos de propriedade, pois estes se tornam mercadorias cujos preços têm um movimento e uma fixação própria. O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade confirma a aparência de que eles constituem capital real ou o direito na qual dão título. Marx discorre que os títulos representam direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, a mais-valia a realizar (1985). A acumulação de capital monetário, portanto, em grande parte, deve ser entendida apenas como a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação de preço de mercado, do valor ilusório desses direitos. O valor do mercado desses papéis é em parte especulação, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação.

Mas o ponto essencial é que o capital não poderia produzir juros sem funcionar como capital produtivo (na escala macroeconômica). Portanto, existe uma relativa autonomia da dimensão financeira, que permanece mesmo na atual fase em que o apoio do estado permite que essa autonomia vá mais longe que à época de Marx.

Como se observou na seção 3.2., a partir da contribuição de Hilferding, na circulação de títulos ocorre a transferência de propriedade, circulação de meros títulos de propriedade, sem transferência simultânea de mercadorias. Ou seja, o movimento de propriedade tem lugar sem um movimento simultâneo de bens. A propriedade capitalista perde toda conexão direta com o valor de uso. Como se observou, a própria mobilização, a criação do capital fictício, já é propriamente uma causa importante do surgimento da propriedade capitalista, fora do processo de produção. Assim, em um sentido específico, a “riqueza” cresce fora da esfera da produção.

No contexto atual, a compreensão é de que o capital fictício exige remuneração e não contribui para a produção do excedente econômico, da mais-valia. Mas, ainda, que o capital fictício se assente na formação de uma riqueza sem bases reais, possibilita a criação da capacidade de pagamento que pode se converter na compra de mercadorias, por exemplo. Portanto, apesar do seu caráter fictício, ele pode ter efeitos bastante reais. Se a quantidade de capital aplicada no ciclo (D-M-D') se reduz relativamente àquele que se direciona ao ciclo abreviado D-D', isto quer dizer que o capital portador de juros precisa, para se valorizar, avançar sobre a renda de outros setores sociais, em função das limitações existentes para apropriar-se da mais-valia ou do lucro.

Assim, a ampliação da propriedade capitalista fora do contexto da produção já estava pressuposta na análise de Marx²⁶ e Hilferding, mas o fato é que, no período pós-fordista, essa dimensão se ampliou consideravelmente. Neste contexto, o capital portador de juros, o capital fictício e o sistema de crédito se desenvolvem e ganham amplitude. Esse processo é permitido e impulsionado pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, a abertura das contas de capital e pela engenharia financeira, com seus produtos financeiros (basta se pensar no mercado de derivativos), em uma espiral de crédito sem precedentes, sobretudo a partir dos anos 1990. A atuação do estado, como exposto na seção 3.2, parece ter sido fundamental para tal. Em especial, pelo papel da dívida pública, que passa a ser um dos importantes centros alimentadores do capital portador de juros e do capital fictício. A economia hegemônica, como se viu, apresenta enormes déficits.

²⁶ Como se viu na seção 2.1, Marx já havia assinalado que as sociedades anônimas representavam a superação do capital como propriedade privada dentro dos limites do modo de produção capitalista. Como anteriormente assinalado, o comando não se exerce mais a partir da posse imediata dos meios de produção, mas da manipulação de títulos que conferem aos seus detentores o direito de gestão direta ou indireta destas unidades produtivas.

Ocorre, então, uma grande concentração de massas de capital que permitirá a partir de então uma maior centralização do capital. Essa “poupança concentrada” coloca-se diante do capital envolvido na produção e, portanto, diante do trabalho, para exigir e impor uma participação na repartição.

Aumenta a participação das formas financeiras de posse da riqueza. Nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, as classes médias passaram a deter importantes carteiras de títulos e ações, diretamente ou através de fundos de investimentos ou de fundos de pensão e de seguro. O patrimônio típico de uma família de renda média passou a incluir ativos financeiros em proporção crescente, além dos imóveis e bens duráveis. A “finança” deixava de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se a encarnação do capital enquanto propriedade.

No entanto, o crescimento da riqueza financeira e o desenvolvimento de mercados destinados à avaliação diária desta massa de riqueza mobiliária afeta o desenvolvimento de forma importante tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento. De que maneira? Para se formular uma resposta a essa indagação, primeiro precisa-se mostrar que, a partir do crescimento dessa riqueza, pode existir uma divergência entre a riqueza da nação, entendida como riqueza instrumental, e a riqueza dos proprietários de capital. O crescimento da propriedade capitalista fora do sistema de produção permite essa dicotomia.

Assim, o proprietário que vendeu uma fábrica e, com o produto dessa venda, comprou ações ou títulos da dívida, não trocou haveres “reais” por ativos “irreais”. Sob a ótica da acumulação privada, um título é tão real quanto uma instalação industrial. O objetivo do capitalista (detentor da riqueza capitalista) é o de valorizar o seu capital e não o de acumular meios de produção.

Então, um investimento produtivo para ser realizado tem que fornecer no mínimo a remuneração básica dos rentistas em um momento em que pela valorização fictícia esta remuneração é elevada. A liberalização financeira e mesmo a atuação do estado hegemônico, como se viu, ampliam consideravelmente a participação dos ativos financeiros na riqueza ou patrimônio das famílias e empresas; o aumento dos preços desses ativos terá um impacto significativo na decisão quanto aos gastos correntes, ou seja, afetará de forma significativa as decisões de consumo e investimento (produtivo).

Keynes alertou já em sua época que a crise de demanda efetiva pode existir visto que existe a possibilidade de manter poder de compra em forma líquida, ou seja, existem formas de retenção e valorização da riqueza que não relacionadas diretamente com a produção e o

trabalho. Assinalou que a decisão de investir não depende somente da esfera “produtiva”, ou seja, não depende somente de fatores como a acumulação do estoque de capital produtivo, mas de uma dimensão financeira.

Na atual etapa as condições estão transformadas. A “finança” deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se a encarnação do capital enquanto propriedade²⁷.

A dinâmica do modelo de acumulação que toma forma após a década de 1980 e que pressupõe a liberalização financeira em escala mundial implicará uma reestruturação na esfera da produção. Não ocorre exatamente um movimento de expansão, embora este continue presente, mas de reestruturação produtiva mundial que implica uma centralização do capital, materializada em fusões e aquisições. Resulta também no deslocamento de plantas produtivas que pode desindustrializar parte da periferia e parte do próprio centro.

Em decorrência, a internacionalização do controle do capital anteriormente referida, através da atuação das grandes empresas multinacionais, fica acrescida pela ação de novos atores e a centralização de capital consequente. O crescimento dos fluxos de capitais e a compra de empresas estatais na América Latina são produto dessa nova configuração.

Com a desregulamentação financeira, a riqueza da nação e a riqueza dos residentes nacionais não mais se exercem essencialmente em um mesmo território monetário regulado soberanamente pelo estado nacional. O Japão é um exemplo de um país que passou a apresentar uma trajetória mais tênue ao internacionalizar-se em uma moeda internacional pela fissura entre os interesses do “capitalismo nacional” e os seus capitais.

Então, as modificações da atual etapa, em geral, reduziram o dinamismo tanto das economias desenvolvidas como as em desenvolvimento (excetuado a Ásia). Mas existem diferenças entre o seu impacto, por exemplo, no país hegemônico e nos países em desenvolvimento da América do Sul. A presença da grande corporação e o investimento financeiro que se dirigem para a América Latina permite que os capitalistas monetários e mesmo parte dos assalariados dos países de origem participem da mais-valia gerada nos países periféricos. Assim, para esses capitalistas, assalariados e demais participantes pode ser interessante o deslocamento de uma planta industrial de seu país de origem em decorrência dos baixos salários e demais vantagens. Inclusive abastecendo o país central com mercadorias

²⁷ Keynes, em outro período do que o da atual hegemonia das finanças, já havia proposto a restrição da riqueza em sua forma financeira em relação à produtiva para uma evolução mais satisfatória do sistema. A Eutanásia do rentista (KEYNES, 1983, p.255).

produzidas por essa unidade transplantada. Esse fenômeno é acompanhado de concentração de renda e menor dinamismo na economia hegemônica.

Na América Latina, e no Brasil em particular, acontece um fenômeno similar, que se examina com mais detalhe no capítulo 5, mas que se mostra mais perverso pela inexistência de grandes empresas globais de origem nacional, pelo maior impacto em sua estrutura industrial menos desenvolvida e em especial pela ação dos seus estados.

Essas modificações alteram a propriedade do capital de países periféricos como o Brasil, modificando o caráter de sua dependência. Então, em um primeiro momento, com a industrialização por substituição de importações com forte apoio das empresas multinacionais (1965-79) e, posteriormente, com a financeirização e modificações estruturais que a acompanham, a extroversão e a dependência renovam suas formas. Essa extroversão se mantém ao longo da história da economia brasileira, embora o reduzido percentual do comércio externo como se verá nos capítulos 4 e 5. Essas modificações irão alterar o caráter da dependência e as condições para que uma economia/subdesenvolvida, como a brasileira, ascenda. Essa nova etapa do capitalismo condicionou de forma diversa os países da região. A possibilidade de ascensão irá depender das condições materiais e objetivas criadas a partir do desenvolvimento e da história de cada economia e das opções políticas adotadas pelos diversos países. A globalização é hierarquizada. Na verdade, como se viu na seção 4.3, a subordinação do crescimento da riqueza privada aos imperativos do desenvolvimento parece ser o diferencial entre o uso dos recursos tanto internos como externos entre os países emergentes da Ásia e os da América Latina, e ajuda a explicar, pelo menos em parte, o diferencial entre o dinamismo dessas economias.

Em suma, a dinâmica não visa ao desenvolvimento da periferia ou mesmo à acumulação (produtiva) no centro. Na verdade, sua razão de existir é a restauração da renda e do patrimônio dos estratos de maior renda (aumento da riqueza abstrata).

Harvey (2004) assinala que a mudança para o poder financeiro trouxe muitos benefícios diretos para os EUA, mas os efeitos sobre a sua estrutura industrial foram significativos. A desindustrialização atingiu indústria após indústria e região após região no interior dos EUA. Nesse processo, os EUA foram cúmplices do solapamento de seu domínio na manufatura ao desencadear por todo o globo o poder das finanças. Os benefícios foram bens cada vez mais baratos de outros países para alimentar o consumismo com que o país estava comprometido. Duménil e Lévy (2007) também ressaltam o consumismo da economia americana a partir da produção em outros países.

Harvey defende que a expansão geográfica com frequência envolve investimento em infraestruturas físicas e sociais de longa duração, assim a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo. O acúmulo de superávits na balança comercial no leste e no sudeste asiático, decorrente dos novos e importantes complexos de produção industrial, mostra a importância da criação de valores reais nessa região. Mas a reciclagem desses superávits de volta ao sistema financeiro mostra que *Wall Street* ainda é o centro operacional do universo das finanças.

Ao se refletir sobre as possíveis trajetórias, haja vista a evolução da riqueza dos capitalistas ou das elites dos países centrais, e mesmo das classes favorecidas dos países emergentes que ascendem, alguns modelos podem ser concebidos. Poderia-se esperar que, se o capital monopolista do poder imperialista hegemônico adquirisse uma proporção decisiva da propriedade do capital de seus concorrentes potenciais mais importantes, estaria-se em uma situação caracterizada por um superimperialismo. Teria-se uma situação diversa se todos os capitalistas importantes espalhassem a propriedade de seu capital, a produção e a realização de mais-valia, bem como a acumulação de capital (novos investimentos) de forma tão equitativa pelos vários países e pelas várias partes do mundo que se tornam completamente indiferentes à conjuntura particular, ao processo particular da luta de classes e às peculiaridades nacionais do desenvolvimento político de qualquer país. Outra possibilidade, ainda, é que a fusão internacional de capital tenha levado à existência de um pequeno número de superpoderes imperialistas. Outra possibilidade é a reabertura da concorrência interestatal. Como se viu, a China é uma grande produtora de manufaturados, seja pelos massivos investimentos estrangeiros realizados nos últimos anos ou pelos próprios conglomerados chineses, e possui um elevado superávit comercial, sobretudo com os Estados Unidos, e com o acúmulo de dólares compra títulos da dívida norte-americana. Ou seja, a mais-valia extraída na China é drenada para sustentar a valorização do capital fictício, ou melhor, a acumulação sob a predominância do capital financeiro. Entretanto, a China, como se viu, vem gradativamente tornando a sua acumulação autocentrada, se integrando positivamente na região e no mundo. Entre esses modelos a situação pode evoluir. O modelo que irá se estabelecer é uma questão em aberto.

A América Latina, como se mostrou, foi a região em que a globalização liderada pelos EUA levou a transformações mais radicais. Nos anos 1990, em sua maioria, os países praticaram voluntariamente abrangente abertura da conta capital, privatizaram e

desnacionalizaram os principais setores de infraestrutura e alteraram fundamentalmente os mecanismos de proteção social. A inserção passiva nesse sistema foi defendida pela hipótese de que conduziria à homogeneização das economias nacionais e que esse processo ocorreria de forma impessoal acima da reação das políticas decididas no âmbito dos estados nacionais. Ou seja, de que o capital duplamente constrangido, de um lado, pelo impulso irrefreável à acumulação e, de outro, pelo encolhimento relativo das oportunidades de valorização nos países centrais, se dirigiria para as áreas menos desenvolvidas. A livre movimentação de capitais, segundo seus defensores, permitiria uma alocação internacional de capital mais eficiente, o que seria benéfico para os países em desenvolvimento, já que os capitais fluiriam dos países mais ricos, onde sua produtividade seria menor, para os mais pobres, onde a escassez deste fator lhe permitiria obter altos retornos. A constatação de que isso não ocorreu de forma significativa e generalizada constitui-se em motivo de recorrentes debates que desafiam a teoria econômica convencional.

A liberalização e a desregulamentação foram a regra no período da mundialização. No entanto, as regulamentações que defendem os interesses do grande capital foram conduzidas com máximo rigor como se verifica nas questões de patentes e de propriedade industrial. Além disso, a declarada necessidade de um estado mínimo, na prática, se consubstancia em um estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital, como escancara o socorro à crise mundial de 2008. O desenvolvimento das economias hoje centrais, como EUA, Alemanha e Japão, bem como a diversidade entre a trajetória da América Latina e Ásia, demonstram, por sua vez, que não existe um modelo ideal (baseado na substituição de importações ou no incentivo às exportações). As condições sociais e políticas precisam viabilizar políticas, possíveis de mudar ao longo do tempo, que favoreçam à acumulação do capital e ao desenvolvimento econômico. Na verdade, na ausência de uma mundialização homogeneizadora, a questão nacional torna-se relevante.

O que mostra a experiência dos países asiáticos e mesmo da América Latina até os anos 1990 é que a acumulação de capital pode ser acelerada e conformada politicamente. Arrighi inclusive chega a denominar um livro de sua autoria com o nome de *Adam Smith em Pequim* procurando mostrar que a ação do estado na China se coaduna mais com as proposições de Smith do que geralmente se concebe. Assinala:

A riqueza das nações, assim como a *teoria dos sentimentos morais* e as não publicadas *Lectures on jurisprudence* [Aulas de jurisprudência], pressupunha a existência de um estado forte que criaria e reproduziria as condições de existência do mercado; usaria o mercado como instrumento eficaz do governo; regulamentaria seu funcionamento; e interviria ativamente para corrigir ou contrabalancear resultados social e politicamente indesejáveis. (ARRIGHI, 2008, p.57-58).

Independente da pertinência da análise, essa mostra o papel essencial do estado na China e que também pode ser estendido à Ásia, embora diferenças. Conforme Arrighi, é difícil avaliar se o governo chinês está em vias de se tornar um comitê de gerenciamento dos problemas comuns da burguesia que está surgindo na china, mas as reformas implantadas ocorreram com uma subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional.

Na América Latina, como se expôs, a atuação do estado foi conformada para viabilizar o crescimento da riqueza financeira e a plena inserção na economia mundial na forma propugnada pelos organismos internacionais. Na região não se instaurou, a partir de então, uma dinâmica autossustentada de acumulação, mesmo nas principais economias como a brasileira que pareciam em condições de internalizar seus esquemas de reprodução. As reformas das sociedades latino-americanas foram viabilizadas pela crise da dívida e pela internacionalização da estrutura produtiva da região que havia se expandido suficientemente. Ou seja, o apoio necessário às transformações foi impulsionado por essas condições, como se examina para o caso da economia brasileira, com algum detalhe nos capítulos 5 e 6.

As condições para o desenvolvimento da economia brasileira e o caráter de sua dependência foram alterados a partir das modificações dos anos 1990. No capítulo 6 procurar-se-á examinar por que a ampliação da produção de mercadorias e a industrialização da economia brasileira não acionaram um processo cumulativo de acumulação de capital e de produção, como ocorreu com os países centrais ou mesmo como a Coreia do Sul, que atualmente possui uma renda *per capita* que se aproxima à das nações desenvolvidas, que possibilitasse a ascensão da economia brasileira para patamares mais elevados de renda e desenvolvimento.

Antes, no capítulo 5, procurar-se-á ampliar a análise que se efetuou no presente capítulo sobre a trajetória da América Latina até os anos 1980, só que agora dirigido exclusivamente para a economia brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL (O OBJETO E SUA EVOLUÇÃO)

A industrialização na economia brasileira, como em outros países do mundo, passa a ser gradativamente modulada pelas novas características e condições do capitalismo em sua nova fase. Como se viu no capítulo 3, nessa fase, a dimensão financeira se amplia, sendo que essa não produz valor, mas extrai parte para si da renda gerada na economia. Como a hegemonia norte-americana está calcada, em grande parte, na dominância financeira, tem-se que a distribuição da indústria de forma significativa no globo passa a ser fortemente condicionada a atender a esse pressuposto. Ou seja, crescentemente a divisão internacional do trabalho parece condicionar o desenvolvimento dos países, determinando o aumento da extroversão das economias nacionais. Essa modificação do contexto internacional (o externo) e as condições e características internas, econômicas e políticas, da economia brasileira dos anos 1980 irão resultar na evolução que irá se firmar a partir dos anos 90. Como se viu, em geral, ao redor dos anos 80, o desenvolvimento nos países fora do centro (e antes nos países do centro) deixou de ser voltado primordialmente para o desenvolvimento do mercado interno (crise Bretton Woods) e passou gradativamente a ser relacionado com o mercado e as condições externas. Então, antes de se examinar as transformações da economia brasileira e as condições de seu desenvolvimento na atual etapa, far-se-á uma sintética análise do período que se estende até os anos 1980, fixando-se nos aspectos entendidos como essenciais para a análise que se seguirá no capítulo seis.

O processo histórico da formação social brasileira emergiu integrado ao sistema capitalista mundial. Portanto, a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente. Na fase agroexportadora, a expansão do capitalismo foi um produto da expansão desse sistema em escala internacional, sendo o crescimento econômico brasileiro reflexo daquele. Caio Prado Jr. (1980) foi um dos primeiros autores a chamar a atenção para o “sentido da colonização”, que era a orientação primário-exportadora dessa economia, que a tornava fortemente dependente das flutuações do mercado externo e que limitava seu desenvolvimento.

Esse “sentido” definiu os contornos da estrutura econômica da colônia, baseada na monocultura para exportação, na grande propriedade rural e no trabalho escravo, com poucos elementos capazes de dinamizar o mercado interno e possibilitar o desenvolvimento

autônomo da economia colonial. Segundo esta vertente, mesmo após a independência política formal (fim do pacto colonial), permaneceu o “sentido da colonização” e a relação de dependência e heteronomia da economia nacional, pela manutenção dos seus vínculos com o mercado mundial, baseados na mesma estrutura da divisão internacional do trabalho, pela qual as colônias exportavam produtos primários e importavam manufaturados.

Assim, a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa é um feito que se prende às raízes da formação do país. Economia de exportação constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial no sentido mais preciso, em oposição ao que Caio Prado denomina de economia “nacional”, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa.

Florestan Fernandes (1981) assinala que a independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da burguesia. Entende que as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial, mas contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. O estatuto colonial foi condenado e superado, portanto, como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria se perpetuar e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.

O excedente dessa economia, que tinha sua dimensão fortemente vinculada à venda de um ou dois produtos primários no mercado internacional, foi despendido em grande parte em importações (bens de consumo da elite ou intermediários ou de capital quando fosse o caso) ou na própria ampliação dessa atividade.

Florestan Fernandes (1981) assinala três elementos cruciais no período após extinção do estatuto colonial, em que assinala o desencadeamento da revolução burguesa no Brasil:

- a) preponderância da exportação;
- b) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola;
- c) dependência frente ao exterior para formar e aplicar o excedente econômico.

Assim, embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia de fora.

As elites da aristocracia agrária lutaram para internalizar as fases de comercialização dos produtos. Florestan (1981), como mencionado anteriormente no capítulo 4, assinala que, como só os importadores europeus dispunham de recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais para por em marcha os desígnios nacionais acalentados pela autonomização política, coube-lhes dirigir a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional. A aristocracia agrária passou a ser “uma espécie de sócio menor”, independente das tendências e as consequências políticas internas da burocratização da dominação patrimonialista.

Segundo Florestan Fernandes (1981), por essa visão, não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizaram historicamente o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano. Caio Prado Jr. expôs que:

A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela dos lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. [...] Depois que o café é embarcado [...] aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos. (CAIO PRADO JR., 1980, 272).

Entre o final do século XIX e início do século XX, houve importantes transformações que abriram novas perspectivas para a economia brasileira. As principais foram a abolição da escravidão (que gerou espaço para a mudança das relações de produção, ou seja, para o trabalho assalariado), assim como a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, que possibilitaram o desenvolvimento do mercado interno ao mesmo tempo em que restringiam a capacidade para importar e a disponibilidade das importações de manufaturados, criando incentivos à indústria doméstica. Com a abolição da escravatura e a adoção do trabalho assalariado tem-se a introdução do modo capitalista de produção. Trata-se de um capitalismo tardio como designará Cardoso de Mello (1991).

A partir da década de 1930, como bem conhecido, o desenvolvimento da economia brasileira já não depende diretamente da evolução de suas exportações, mas das formas que

assume sua acumulação de capital. Após a década de 1930, houve o que Celso Furtado (2007) chamou de “deslocamento do centro dinâmico” da economia, que passa do setor primário voltado à exportação para a indústria voltada ao mercado interno.

Segundo Fonseca (1989), a partir de 1930 ocorre a ruptura do arranjo burocrático-administrativo da república velha e a formação de uma nova correlação de forças políticas e econômicas, propiciando a definição de um novo marco institucional e consolidando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Coube ao estado, na ausência de uma classe social hegemônica, a função primordial de criar as condições essenciais para isso.

Tavares (1983) assinala que, após a ruptura do funcionamento do modelo primário exportador, a partir da crise de 30, a industrialização ganha uma dinâmica própria em que o estrangulamento externo passa a ter um papel central ao induzir novas substituições. No processo de substituição de importações, o estrangulamento externo é a origem. Existia uma demanda contida por importações de bens de consumo que ao serem substituídas expandiam o mercado interno e que gerava uma demanda derivada de bens de capital e produtos intermediários que resultava em novo estrangulamento externo e em outra onda de substituição, e assim por diante.

Francisco de Oliveira assinala que a Revolução de 30 marca o fim de um ciclo. O fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial, mas que essa predominância não se concretiza em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando a renda do setor industrial superará a da agricultura (OLIVEIRA, 1981).

Como expõe Cardoso de Mello, a partir de 1933, a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial. A partir daí passa a existir um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem conjuntamente: a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial. Assinala que a especificidade do aparecimento do capitalismo brasileiro reside no fato de que ele nasceu desacompanhado das forças produtivas clássicas, consolidando-se sem contar com um departamento produtor de bens de produção. Com a mudança no centro dinâmico, ocorrida na década de 1930, tem-se um processo de industrialização retardatária em relação à economia mundial capitalista, mas ainda não em moldes especificamente capitalistas, pois faltava internamente o setor produtor de bens de capital. Por isso a industrialização é restringida.

Francisco de Oliveira assinala que o estado regulando o preço do trabalho, investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre

grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo do capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos, expandindo o crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção, opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.

Na realidade, como mostra Fonseca (1999), a intervenção do estado vai ganhando complexidade ao longo do tempo, sendo que já existia desde os anos 1930 a intenção do governo Vargas de apoiar a industrialização, como evidencia as ações do estado brasileiro (legislação trabalhista, novas instituições, discurso do seu principal dirigente etc.); embora essa intenção não fique demonstrada ao se analisar especificamente a política fiscal e monetária. Em sua análise, Fonseca (2003) revela a intencionalidade do governo para com a industrialização, não sendo o dinamismo industrial mero reflexo da política de defesa do setor agroexportador. O nacional-desenvolvimentismo foi se estabelecendo como um sistema de ideias a nortear o reordenamento de leis, as mudanças e criação de instituições, a formação de novas crenças, símbolos e padrões de comportamento.

Com a industrialização do período, a dinâmica da acumulação passa a se sustentar na expansão industrial, ou melhor, passa a existir um movimento de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e uma parte crescente do capital constante industrial. O investimento passa a ser central para a dinâmica dessa economia. Assim, o deslocamento do centro dinâmico, como mostraram diversos autores, caminhou pela substituição das importações. Esse processo, como expõe Tavares (1982, p. 35), será “parcial” e “fechado”. O setor industrial, portanto, se liberta da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira. Porém, a capacidade de importar continua a impor à taxa de acumulação industrial um limite, ainda que as restrições, dentro do padrão de acumulação, possam ser vencidas sucessivamente com a contínua diferenciação da indústria leve, de bens de produção e da indústria de bens de consumo, promovidas à sombra de um forte grau de proteção.

Na América Latina o tema do desenvolvimento ganha força em fins de 1940. Prebisch (2011, p.95-151) assinala que a divisão internacional do trabalho tendia a concentrar a produção nos países centrais e a inibir nos países periféricos. A deterioração dos termos de troca decorria de que no centro a existência de mercados oligopolizados juntamente com a estrutura do mercado do trabalho impedia que os ganhos de produtividade decorrentes da inovação tecnológica fossem repassados para os preços. Na periferia, por sua vez, os ganhos de produtividade se transfeririam aos preços, mas com produção restrita a produtos primários,

cuja demanda no mercado mundial tenderia a ser pouco dinâmica (visto a diminuição da procura por produtos agrícolas, as alterações na cesta de consumo por causa do crescimento da renda e a substituição de matérias-primas por produtos sintéticos). A deterioração dos termos de troca implicava a impossibilidade de se alcançar uma maior acumulação.

Os trabalhos da Cepal eram otimistas, pois consideravam que uma política deliberada e planejada de industrialização reverteria esse quadro, permitindo captar parte do progresso técnico e elevar nível da demanda de consumo, escapando da deterioração dos termos de troca²⁸.

Prebisch defendia que um intenso processo de industrialização permitiria incorporar métodos produtivos mais eficientes, que aumentariam a produtividade do trabalho e tornariam possível absorver produtivamente a mão de obra; como decorrência, o progresso técnico se difundiria gradativamente a toda estrutura produtiva, que perderia as características de heterogeneidade e especialização. Esse processo contribuiria para propiciar uma elevação geral do nível de renda a partir da elevação inicial da renda nos setores industriais dinâmicos que tenderia, por sua vez, a difundir-se, em parte, ao restante da economia. Ocorreria a elevação da demanda, do emprego e dos salários. O aumento da ocupação, tornado possível pela industrialização, reduziria a deterioração dos salários e dos preços dos produtos primários, provocada pela abundante oferta de força de trabalho.

O maior nível de produtividade e de renda aumentaria o potencial de acumulação de capital e permitiria que a periferia superasse a posição subordinada e vulnerável que ocupava no sistema global em seu papel de produtora e exportadora de produtos primários.

Para a teoria convencional, a alocação ótima de recursos entre as atividades primária de exportação e as indústrias ocorre quando as utilidades marginais de ambas as atividades são equivalentes; enquanto a utilidade marginal for maior nas atividades de exportação que nas industriais, será melhor continuar a dirigir os recursos a ela. Prebisch assinala que o melhor critério de alocação de recursos é o que permite usá-los de maneira mais eficiente, com o fim de obter a maior renda real, isto é, de bens e serviços que a população requer. Sob esse ponto de vista tornam-se convenientes atividades industriais que não o seriam se fossem avaliadas pelo critério estabelecido de comparar seu custo com o dos bens importados. “Não se trata de comparar custos industriais com preços de importação, mas sim de comparar o

²⁸ O estado deve assumir o papel de planejar o processo de industrialização o que supõe importante autonomia. Esse período, por se estar na vigência do sistema de Bretton Woods, se caracteriza por um período de importante autonomia (em relação a outros períodos).

aumento da renda decorrente da expansão industrial com o que teria sido obtido nas atividades de exportação, se tivessem sido usados nelas os mesmos recursos produtivos” (PREBISCH, 1959 apud GURRIERI, 2011, p.34). Afirma, muito antes da atual etapa da globalização, que se a mão de obra pudesse se mover livremente não haveria disparidade entre os critérios de alocação. Mas enquanto a mão de obra permanece excessiva na periferia, pela absorção insuficiente na atividade exportadora, é “mais eficiente ocupá-la em outras atividades, embora elas produzam bens a preços mais elevados que os similares que poderiam ser importados.” Prebisch assinalou um aspecto essencial para o debate contemporâneo, qual seja, se o país deve se especializar em atividades onde possui vantagens comparativas (recursos naturais).

Até o fim da Segunda Guerra Mundial a industrialização avança com o recurso da tecnologia de uso difundido, que não exigiu grandes imobilizações de capital, permitindo que o ritmo e a intensidade da substituição das importações fossem graduados internamente, respeitando as oportunidades mercantis que surgiam do próprio desdobramento da industrialização, assim como do aumento gradual da capacidade de acumulação da base empresarial local. A industrialização contribuía, então, para a generalização das relações assalariadas, para a intensificação da urbanização, para uma maior integração do mercado nacional, para um expressivo desenvolvimento das forças produtivas voltadas para o mercado interno e para o fortalecimento da base empresarial nacional.

Fonseca (1989) assinala que Vargas procurava dirigir a participação do capital estrangeiro, sendo que esses capitais deveriam se direcionar às áreas definidas pelo governo como prioritárias, julgava inoportuno assegurar às indústrias estrangeiras as mesmas vantagens concedidas às nacionais. Pretendia submeter os capitais externos à lógica da acumulação nacional. Ou seja, induzir, tomando emprestada a expressão de Samir Amin, um desenvolvimento autocentrado. Essa estratégia de desenvolvimento, apesar de valer-se da presença de capitais internacionais, buscava minimizar sua influência nos centros internos de decisão.

A política industrial não excluía a empresa estrangeira, mas visava controlar sua entrada e participação nos setores novos, para proteger os espaços em que atuavam as empresas nacionais, públicas e privadas. Vargas pretendia atribuir às empresas nacionais, públicas ou privadas, os setores chave na dinâmica de crescimento que projetava.

A partir do complexo exportador cafeeiro, se criou-mercado para bens de consumo e meios de produção. Acontece, como se viu no capítulo 3, que se está na época do capitalismo monopolista e a indústria de bens de produção atravessa uma profunda mudança tecnológica

que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e de investimento inicial. A dimensão dos capitais e a tecnologia restringem o acesso e as possibilidades de implantação desses setores por iniciativa de capitais nacionais. Como se viu na seção 4.3 e 4.4, na década de 1950, as empresas transnacionais ampliaram seu movimento de internacionalização, sendo que a característica dessas empresas é o seu poder financeiro e tecnológico. A inserção da economia brasileira no sistema produtivo mundial acabou impondo a utilização de técnicas cada vez mais intensivas em capital, e, portanto, o apoio nos capitais externos se ampliou. Na América Latina, em geral, acreditava-se que a vinda do capital estrangeiro afastaria as restrições externas ao crescimento.

No Brasil, com o Plano de Metas no governo JK tem-se a instituição de uma nova relação com o capital estrangeiro. Ampliou-se a capacidade produtiva e se introduziram novos ramos: material elétrico, transportes e metal mecânico. As consequências foram a oligopolização da economia brasileira e a internacionalização dos segmentos industriais coexistindo com fechamento do mercado interno. Furtado (1968) assinalou que o Brasil (a América Latina em geral) proporcionou o máximo de proteção a qualquer atividade produtiva propensa a substituir importações, na suposição de que qualquer indústria instalada no território nacional pudesse cooperar igualmente para a prosperidade do país. Aponta que essa postura diverge da adotada pelos países industrializados, onde tendeu a prevalecer a posição de submeter a estrito controle a instalação de novas empresas estrangeiras, o seu financiamento ou a aquisição de uma empresa nacional por grupo estrangeiro (posição mais próxima da pretendida por Vargas).

A associação entre empresários industriais nacionais e as empresas multinacionais não passou pela constituição de *joint ventures* ou outra forma de associação de capital aberto. O Plano de Metas, através dos grupos setoriais, contemplava a montagem de complexos industriais com predomínio do capital europeu e japonês nas montadoras e metalurgia, mantendo-se a indústria de autopeças e de bens de encomenda preponderantemente nacionais (TAVARES, 1999).

A mudança de estratégia de desenvolvimento, ocorrida entre o segundo governo Vargas e o governo JK, passou a condicionar a trajetória de crescimento econômico, que, a partir de então, passou a depender em maior magnitude do capital estrangeiro. Com a nova estratégia foi delegado ao capital estrangeiro os segmentos mais dinâmicos da economia. No governo Juscelino houve aceitação do papel predominante do capital externo, limitando-se o capital nacional ao papel de sócio menor.

Cardoso e Falleto assinalam:

Se, durante o período de formação do mercado interno, o impulso para uma política de industrialização foi sustentado, em certos casos, pelas relações estáveis entre nacionalismo e populismo, o período de diferenciação da economia capitalista – baseada na formação do setor de bens de capital e no fortalecimento dos grupos empresariais – está marcado pela crise do populismo e da organização política representativa dos grupos dominantes. (CARDOSO; FALLETO, 1984, p.114).

As discussões nos anos 1950/60 acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento giravam em torno da participação dos capitais estrangeiros nas economias periféricas, ou seja, se os ingressos externos dinamizariam as economias ou, ao contrário, constituiriam obstáculo ao crescimento dos capitalistas locais.

Os limites estruturais do processo de industrialização nacional se manifestaram de forma mais intensa a partir de 1954 (com o início de uma conjuntura desfavorável para os preços do café). Após o suicídio de Vargas, e o interregno que se sucede, restabelece-se a aliança populista desenvolvimentista, com Kubitschek, mas ela toma um rumo diverso, onde a capitalização ocorrerá mediante apoio dos recursos externos.

Anteriormente no governo Vargas, as práticas de controle e de taxas múltiplas de câmbio favoreciam o setor interno em detrimento dos setores exportadores. No entanto, os preços favoráveis do café permitiram que os setores suportassem a política de proteção e de expansão do mercado interno. A modificação do contexto externo (com a deterioração dos preços do café e movimento do capital internacional, como se viu) implicou a adoção de uma política favorável à capitalização através de recursos externos. Essa política era suportável para o setor exportador e simultaneamente significaria o fortalecimento do setor industrial.

A política adotada no período visou à intensificação da substituição de bens de capital. A indústria desses bens cresceu 26,4% a.a. entre 1955 e 1961. Ainda, foram estabelecidos artifícios para conciliar a importação de equipamentos a baixo custo e o incentivo a sua produção interna, ou seja, subsidiar a importação de bens de capital sem prejudicar a produção interna. O crescimento da indústria e da economia foi intenso até 1962 (governo Goulart).

O processo de industrialização, a partir dos anos 1950, implementado através de substituição de importações teria mudado o seu perfil, pois o controle do capital internacional sobre os setores dinâmicos da indústria comprometeu o movimento de nacionalização da economia, desvirtuando o caráter construtivo das relações entre mercado interno e base

empresarial nativa, reforçando os laços de dependência da economia brasileira. Nesse momento passa a existir, como denomina Arend (2009), um desenvolvimento internacionalizante.

No ano de 1963 ocorreu um declínio no PIB e no valor da produção industrial que passam de uma taxa 6,6 % a.a e 8,1% a.a para um crescimento de 0,6 e (-0,2), respectivamente. Como é bem conhecido, ocorre a crise política e o golpe militar. A economia entra em um período de estagnação. Nesse período que se estende até 1967, a indústria de transformação foi a mais afetada, perdendo participação no PIB (CANO, 2000, p.186).

Nesse contexto, os pressupostos de que a industrialização conduziria à ascensão social e ao crescimento passam a ser questionados²⁹. O projeto de desenvolvimento concebido pela Cepal nos anos 1950, que pressupunha a equidade como uma consequência do desenvolvimento industrial, perde credibilidade com a constatação de que a industrialização não materializou a superação da condição periférica da economia brasileira e não foi capaz de sustentar um crescimento dinâmico³⁰.

Prebisch formula o conceito de suficiência (e insuficiência) dinâmica que se refere à absorção produtiva da força de trabalho. O grau de suficiência dinâmica requerido para absorver toda a força de trabalho variará de acordo com um conjunto de condições, entre os quais se destacam as que se referem à tecnologia usada e ao tamanho da população que deve ser absorvida. Assinala que os países da periferia, pelas características de sua estrutura, podem experimentar alto crescimento do produto ou renda por habitante mantendo e até consolidando sua especialização e heterogeneidade. Pode ocorrer crescimento concentrado que quase não se difunde. Entende que a absorção produtiva da força de trabalho constitui a manifestação cabal de geração e propagação do crescimento econômico e é o mais sólido indicador de difusão social de seus frutos. Em síntese, o desenvolvimento industrial em curso era incapaz de absorver a mão de obra disponível.

Tavares, por sua vez, assinala que o estrangulamento externo que anteriormente se constituiu na fonte de dinamismo leva, contraditoriamente, ao esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do processo de substituição de exportações, afirmando:

²⁹ Em parte, devido à tecnologia adotada que foi intensiva em capital e, em parte, ao alto crescimento demográfico do período, que implicou que, embora o Brasil tenha realizado taxas de crescimento notáveis, a renda *per capita* não tenha conseguido se elevar a níveis altos.

³⁰ Na verdade, o projeto de João Goulart pressupunha reformas de base que viriam atenuar as desigualdades.

Quando o processo atinge, porém, uma fase tão avançada que, por um lado, o que resta para substituir são essencialmente bens de capital ou matérias-primas e materiais para investimento e, por outro lado, as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade, esgotando a reserva de mercado que lhes era garantida pelo estrangulamento externo, este último deixa de ser 'indutor' do processo de investimento e, em consequência, para o crescimento, passando a ser apenas um obstáculo, em cuja superação, porém, já não pode ser encontrada a essência da dinâmica da economia. (TAVARES, 1982, p.117).

Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) formula sua tese de estagnação da economia brasileira. Entende que os fatores estruturais da economia brasileira estavam impedindo que a acumulação e o aumento da produtividade aumentassem os salários e a demanda agregada, o que acabou desembocando na estagnação. Esse entendimento foi desmentido pelos fatos, pois se sucederia o "milagre econômico". Como se viu na seção 4.4, é possível crescimento com concentração de renda. Não se repetirá os argumentos ali expostos, bastando ressaltar que, no longo prazo, o crescimento com concentração pode trazer restrições ao crescimento e mesmo dificultar o crescimento da renda da economia para níveis mais elevados em um país periférico, em especial na etapa monopólica do capitalismo. No entanto, é possível o crescimento com concentração de renda³¹.

Furtado assinala que a América Latina teria passado por um processo de substituição de importação o qual teria sido "suficiente para transformar parte dos sistemas econômicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autônomos, capacitados para autogerar o crescimento" (FURTADO, 1966, p.38). Então, afirma que o subdesenvolvimento é caracterizado fundamentalmente pela incapacidade de uma economia "endogeneizar seu crescimento". O processo de substituição de importações tem características que impedem um desenvolvimento autônomo tornando-o dependente e levando à estagnação. Formar-se-ia um sistema industrial com elevado grau de integração, porém não se alcançaria um desenvolvimento autossustentado. Ao se completar o processo de integração, o sistema perderia seu dinamismo e a tendência seria a estagnação.

Nesse entendimento, desenvolvimento não autônomo (dependente) implicaria a estagnação. Os fatos posteriores desmentiriam esse entendimento, pois, como antes já se afirmou, o período que se estende de 1968 a 1980 foi de grande crescimento da economia brasileira sendo que esse ocorreu com crescimento da concentração de renda e apoio do

³¹ Mas, como se viu na seção 4.4, no longo prazo, a existência de certa compatibilidade entre o crescimento da produtividade e a demanda parece ser essencial. Cabendo assinalar que o desenvolvimento capitalista, a partir de sua pura lógica, não visa atender às necessidades da população.

capital internacional, implicando que as teses estagnacionistas perdessem força explicativa. Nesse período, houve uma forte associação entre estado e capital internacional no investimento e na produção dos setores dinâmicos, sendo que as elevadas taxas de crescimento da economia brasileira nos anos 1960 e 70 interromperam o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na periferia (no Brasil).

Almeida (2009), ao realizar uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, assinala que, a partir do final dos anos 1960 e principalmente na década de 1970, Furtado, embora admitisse a participação do capital estrangeiro, passou a criticar a presença do capital externo pelo agravamento das disparidades econômicas e sociais ou mesmo pela realimentação do subdesenvolvimento e reforço da dependência. Enquanto isso, Cardoso passou a defender cada vez mais a participação do capital estrangeiro como pré-requisito necessário para estimular o desenvolvimento econômico em razão da constatação a que havia chegado sua análise com respeito à incapacidade da burguesia brasileira em se colocar à frente do processo como classe hegemônica e impor uma ordem social.

Para Furtado, a superação do subdesenvolvimento se daria quando rompidos os laços de dependência, ou melhor, a formação econômica nacional se daria com a criação de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se, através de centros de decisão consistentes e autônomos. Furtado assinalou:

A superação da estrutura colonial pode igualmente ser observada na transferência dos centros de decisão. Essa transferência constitui algo mais que simples modificação da estrutura. [...] A transferência dos centros de decisão teve consequência de maior alcance do que se percebe a primeira vista. É que os grupos ligados ao setor externo eram par excellence grupos “dependentes”, econômica e mentalmente. [...] Os centros de decisão que se apoiam nas indústrias ligadas ao mercado interno gozam, por definição, de elevado grau de autonomia. Preocupa-os, acima de tudo, a manutenção do nível interno de emprego e a ampliação de seu mercado. (FURTADO, 1961, p. 244-245).

Contudo Furtado irá observar que a empresa multinacional passou a assumir um papel dominante na industrialização periférica, não obstante essa industrialização fosse acompanhada de redução do coeficiente de comércio exterior (FURTADO, 1980). O controle das atividades industriais periféricas pelas transnacionais debilitou os Estados nacionais como centro de decisões e conduziu ao “reforçamento da estrutura de dominação centro-periferia” (FURTADO, 1980, p.140).

Cardoso e Faletto (1984) irão assinalar que na industrialização da periferia latino-americana, a participação direta de empresas estrangeiras outorgou um significado particular

ao desenvolvimento industrial da região em que o próprio imperialismo (as multinacionais) estava se encarregando de industrializar a periferia. Os interesses externos estão agora ligados à produção para o mercado interno, levando a que o desenvolvimento industrial da periferia minimizasse os efeitos da exploração tipicamente capitalista, pois esse “busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados a produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas” (CARDOSO; FALETTO, 1984, p.142). O novo caráter da dependência teria eliminado a oposição entre dependência e desenvolvimento, abrindo espaço para um tipo de desenvolvimento “dependente associado”. A nova forma de dependência é diferente da anterior porque nas economias agroexportadoras o mercado interno era irrelevante como demanda para os produtos do centro, restringindo-se ao consumo importado das elites. Agora o mercado interno é relevante. A teoria da dependência contraria o arcabouço cepalino, no interior do qual desenvolvimento e autonomia caminariam juntos³².

Então, desde a década de 1950 estaria havendo uma reconfiguração das relações entre o centro e a periferia, um “novo caráter da dependência”: o desenvolvimento da periferia, principalmente nos setores mais dinâmicos da indústria, estava sendo impulsionado pelos grandes grupos industriais dos países centrais, principalmente as multinacionais norte-americanas. Argumentam, Cardoso e Faletto, que a expansão do capitalismo em países diferentes não teve a mesma história ou consequência. Os setores das classes locais, aliados ou em desacordo com interesses estrangeiros, organizaram formas diferentes de estado, tentaram implementar políticas e estratégia diversas.

Esse entendimento apresentava uma nova perspectiva para o desenvolvimento a partir da dependência dos países periféricos. Diversa da exposta por Frank, por exemplo, que assinalou que tanto o desenvolvimento como o subdesenvolvimento foram e são partes do mesmo processo. Expôs: “Igualmente não apoiada pela realidade histórica, está a noção popular que, tendo avançado independentemente, a metrópole difunde agora, difundirá ou mandará para a periferia os meios necessários para os países subdesenvolvidos se desenvolverem também” (FRANK, 1971, p.132). Entendia que se tratava de um desenvolvimento em nível mundial e ao longo de uma história, de um único sistema econômico integrado, ou seja, o capitalismo. A exploração e o desenvolvimento por uma das

³² A Cepal dirigia sua atenção para a relação entre os países, dificultando a compreensão da dependência. Cardoso e Faletto (1984) incorporam a influência das classes e grupos de interesses como principais condicionantes.

partes se traduziria e seria acompanhado pelo desenvolvimento/subdesenvolvimento de outra parte. Tem-se uma concentração localizada de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Os acontecimentos da segunda metade do século XX permitiram, como se viu, a ascensão de novas áreas desmentindo em parte o entendimento de Frank. A ascensão do capitalismo brasileiro evidencia isso³³. A tese anterior de que caberia à periferia a produção de produtos primários e, ao centro, produtos industrializados perde consistência nos fatos, pela presença das multinacionais. Para Cardoso e Falleto seria possível o desenvolvimento capitalista sem a existência de um centro autônomo de decisão como defende Furtado.

Fiori assinala que para os autores citados:

A especificidade latino-americana não estava apenas na existência de uma burguesia anêmica, atrofiada, pouco revolucionária e pouco schumpeteriana, mas de uma burguesia cujos interesses de grupos, classes e coalizões de poder derivavam de uma peculiar forma de inserção num processo de desenvolvimento movido pela acelerada internacionalização do seu mercado interno. (FIORI,1997, p.182).

No contexto de crescimento que se instala a partir do “milagre econômico”, e que abre a possibilidade de contar com o capital estrangeiro para crescer forças, surge a tese de que o movimento da economia a partir da década de 1950, sua dinâmica, tem impulsos endógenos próprios.

Cardoso de Mello (1991) e Tavares³⁴ (1986) entendem que, a partir de determinado momento, a economia brasileira apesar de dependente passa a possuir capacidade de se autodeterminar capitalisticamente. Os ciclos endógenos de crescimento e acumulação passam a ser independentes do movimento da economia internacional. Como assinala Arend, a tese do capitalismo tardio (As teses de Tavares e Cardoso de Mello) “além de explicitamente “comprar” essa ideia, irá extrapolá-la ao admitir um endogenismo do processo de acumulação de capital nacional a partir de meados do século XX” (AREND, 2009, p.80-81).

Para Tavares e Mello, a partir dos anos 1930, a dinâmica de acumulação passa a se assentar em um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial. No entanto, até 1955 a

³³ Mas, entendido de forma mais ampla, o entendimento de Frank em parte se mantém. Encontram-se áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas e o sistema é incapaz de produzir desenvolvimento apenas. Algumas áreas ascenderam, mas a divergência entre as nações aumentou.

³⁴ Tavares altera a concepção anterior em que entendia que concluída a implantação da indústria de bens de consumo e de faixas consideráveis de bens intermediários e de capital, não haveria mais impulso por parte da substituição para estimular novos investimentos. Passa a privilegiar os aspectos internos do movimento da acumulação do capital. O modelo de substituição de importações baseava-se na demanda e nos impulsos exógenos, subestimando a capacidade autopropulsora do sistema econômico.

industrialização encontrava-se restringida porque, segundo Mello, as bases técnicas e financeiras da acumulação eram insuficientes para que se implantasse, em um golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria que a capacidade produtiva crescesse adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. Mas, com a instalação do setor produtor de bens de produção, a partir de 1955, o ciclo do capital se completa internamente. A industrialização chegara ao fim, e a autodeterminação do capital estava doravante assegurada.

Portanto, a partir do Plano de Metas apresentam-se condições internas plenas de acumulação. Superam-se os constrangimentos impostos pela falta de produção interna de bens de capital e de bens duráveis, constituindo-se todas as etapas e meios necessários ao processo de acumulação. Ou seja, a partir do Plano de Metas do governo JK, a estrutura industrial brasileira passou a ser entendida como dinâmica, com impulsos endógenos próprios, responsáveis por ciclos econômicos internos. E gerando um sistema econômico relativamente autônomo. O período de estagnação da década de 1960 então pode ser explicado a partir dessa dinâmica cíclica.

Assim, com a nova interpretação, a reprodução ampliada do capital tornou-se endógena e dominante. Ao se instalarem o DI e o DII na economia nacional, os gastos em bens de investimento e em bens de consumo duráveis passaram a ser os determinantes do nível de renda no Brasil. A continuidade da viabilidade do padrão de industrialização dependeria de políticas econômicas internas estimuladoras da demanda efetiva, com destaque para a ação do estado em promover fases de ascensão e atenuar o impacto das fases de descenso da economia.

Castro e Souza (1985), em linha diferente de Tavares e Cardoso de Mello, não concordam que com o Plano de Metas a economia brasileira passaria a ter um movimento “endógeno”. Teria sido com o II PND o “fechamento da matriz industrial brasileira” com a internacionalização dos setores de bens de capital e intermediário, completando o processo de substituição de importações³⁵. Entretanto, não afirmaram que a internalização dos três departamentos levasse a um mecanismo endógeno de acumulação, com “autonomia” do ciclo.

Nesse período não se questionava a viabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. A expectativa era que o estado ampliava o seu poder de atuação e sua capacidade de

³⁵ A existência da capacidade de produção doméstica de meios de produção é fundamental para aliviar a restrição externa ao crescimento na medida em que permite o controle da propensão marginal a importar, mesmo com crescimento da taxa de investimento.

arbítrio. O debate ficou circunscrito às desigualdades do crescimento. De um lado, os que defendiam a necessidade do “bolo crescer” para depois reparti-lo e, de outro, os críticos do modelo excludente que negavam a necessidade dessa exclusão para a dinâmica. O crescimento econômico na segunda metade da década de 1970 apresentou altas taxas, em um ambiente de crise internacional.

Havia o pressuposto de autonomia: os fluxos externos dependiam da decisão nacional de atraí-los através da utilização dos instrumentos adequados. Outros consideravam que se poderia prescindir do capital externo para o desenvolvimento. O II PND pressupunha que faltava completar a matriz industrial. A ideia era de que, ao se completar a estrutura industrial, a economia brasileira passava a ter um tipo de integração com o capitalismo internacional que, apesar de dependente, era dinâmica e, portanto, garantiria seu desenvolvimento. Na tese do capitalismo tardio, a condição necessária para o desenvolvimento da economia brasileira seria o influxo de poupança externa.

A manutenção do crescimento após 1974 só foi possível com o recurso ao endividamento que retardou o ajuste da economia à nova situação internacional. A elevação do preço do petróleo e a deterioração dos termos de troca criaram um déficit substantivo na balança comercial, ao mesmo tempo em que o crescimento dos juros elevava os encargos da dívida ampliando o déficit em transações correntes. À custa do endividamento externo, o Brasil conseguiu isolar-se da inflação importada e assegurar uma taxa significativa de investimento e crescimento.

Assim, durante a segunda metade dos anos 1970, não ocorreram mudanças substanciais no modelo histórico de desenvolvimento. Buscava-se diferenciar a estrutura produtiva, completando-a e aproximando-a da estrutura existente nos países desenvolvidos. Nesse período o paradigma tecnológico não apresentava grandes modificações, favorecendo o entendimento de que a implantação da estrutura completa garantiria a capacidade de ampliá-los automaticamente.

O II PND deflagrado logo após o primeiro choque do petróleo - em meio à primeira recessão sincronizada do capitalismo do pós-Guerra - foi uma tentativa de reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos. O endividamento externo é ampliado, pois o hiato entre a capacidade de financiamento, a partir de fontes internas e a demanda de crédito de longo prazo, foi coberto pela tomada de recursos externos. Boa parte da capacidade produtiva criada durante a vigência do II PND, sobretudo no setor privado, foi empurrada para a exportação à custa de estímulos fiscais e cambiais. Após algum tempo, o país passou a

exibir superávits comerciais, que foram utilizados para cobrir apenas o serviço da dívida. O endividamento decorre da acumulação nesse período.

Fonseca e Monteiro mostraram que o objeto do plano era assentar a legitimidade do regime em novas bases, em decorrência do fim do milagre que abalou a coesão sustentada através do desempenho da economia. Argumentam: “Não se tratava de mera retomada do crescimento, mas de redirecionar os rumos da industrialização brasileira, ao priorizar a industrialização pesada, os *tradeables* e a alteração da matriz energética, cujo impacto na estrutura do balanço de pagamentos nos anos seguintes parecem inquestionáveis” (FONSECA; MONTEIRO, 2007, p.45).

A partir da década de 1980, a economia brasileira entra em crise apresentando baixas taxas de crescimento e encerrando o período desenvolvimentista, mostrando que a instalação de uma estrutura produtiva completa em um determinado território não garante o dinamismo da acumulação e o desenvolvimento econômico e, portanto, evidenciando o equívoco dessa tese (alternativamente a completude dessa estrutura será questionada, com ver-se-á adiante). Esse entendimento pressupunha que a dinâmica do tripé capital estatal/capital privado nacional/capital privado estrangeiro, implantado pelo estado desenvolvimentista reprimia a autonomia do capital internacional a lógica dos ciclos industriais, pois sempre preponderava a dinâmica da acumulação interna³⁶. Assim, o progresso tecnológico seria introduzido pelas empresas multinacionais e a restrição externa seria minimizada, pois aumentava o aporte de recursos externos com o crescimento (via empréstimos internacionais e investimentos estrangeiros diretos (IED) e diminuía a saída de divisas a título de transferência e remessas de lucro, em razão da dinâmica da economia interna).

Ao se refletir sobre a falta de poder explicativo desse modelo para retratar as modificações que irão se seguir, constata-se que a implantação de um departamento de bens de produção pode garantir a complementaridade da produção dos diversos setores, mas não garante o seu dinamismo (a sua reprodução ampliada de forma dinâmica) e nem mesmo que essa complementaridade se mantenha. Esse dinamismo irá depender, também, da fase da circulação do capital que não está restrita ao espaço nacional. O investimento em capacidade instalada irá depender das possibilidades de valorização (implícito o progresso técnico, baixos salários, e a infraestrutura existente, etc.).

³⁶ Ou seja, o desenvolvimento era dependente associado, mas a dinâmica da acumulação interna era preponderante.

Ao se considerar as fontes da origem do capital, se pode visualizar que o capital externo pode tanto viabilizar o crescimento e mesmo a ascensão como restringir o crescimento de uma economia, como parece configurar o caso da economia brasileira nesse período. Veja-se com mais detalhe essa assertiva.

O capital industrial, como mostrou Marx, adquire a forma de capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria. Ao se considerar o conjunto da estrutura produtiva de propriedade estrangeira nos setores dinâmicos da economia brasileira que se amplia a partir dos anos 1950, o esquema de Marx serve para mostrar que a complementaridade dos setores não garante a autonomia da acumulação. Assim, na fase da circulação, antes do capital entrar na produção, o capital dinheiro de origem privada tem sua origem na mais-valia gerada no interior da economia brasileira, que é de propriedade nacional ou estrangeira³⁷. Além disso, esse capital pode ser de origem externa (investimentos diretos ou capital empréstimo). O valor excedente apropriado pelo capital de propriedade estrangeira dentro da economia nacional deve, cedo ou tarde, retornar ao investidor estrangeiro, na forma de moeda forte. Então, as perspectivas de valorização no espaço nacional brasileiro frente ao exterior podem levar a que não exista interesse em ampliar os setores completos existentes ou mesmo implantar novas indústrias e tecnologias na economia brasileira, frente a outras possibilidades de valorização em outras regiões do mundo. Ou seja, esse capital monetário não se converterá em capital produtivo dentro do espaço territorial brasileiro. E, dessa maneira, mesmo que se possa admitir a existência de uma estrutura completa, a sua reprodução ampliada de forma mais intensa não fica garantida. Ou seja, o efetivo controle sobre o investimento decorre do controle sobre o capital. Sendo que esse em dimensão crescente é externo. A capacidade de induzir esse investimento depende de uma série de fatores, em especial da capacidade do estado induzir, estimular o interesse desses capitais³⁸.

O progresso técnico e a capacidade tecnológica, vale reafirmar, estão aqui associados à possibilidade de valorização. A importância do progresso técnico, como salientou Marx, é que viabiliza um sobrelucro ampliando investimento e crescimento. As filiais estrangeiras que se instalaram no Brasil não garantem o progresso técnico e a diversificação produtiva, pois a difusão do progresso técnico, geralmente gerado nos países da matriz, só ocorrerá se as

³⁷ Gradativamente a parcela do capital estrangeiro na mais-valia, gerada na economia brasileira, se expande, visto o crescimento do estoque de capital produtivo pertencente a estes capitais.

³⁸ O investimento direto estrangeiro criador de nova capacidade produtiva se dirige mais intensamente para os países, ou no momento em que determinado país, revelem maior dinamismo industrial. A indústria, na atual etapa, em grande dimensão se desloca para países da Ásia, em especial China.

perspectivas de valorização frente às opções de outros espaços nacionais a viabilizarem. A falta de capacidade e condições de gerar progresso técnico internamente na economia brasileira implica a dificuldade de manter um crescimento mais sustentado.

Como assinala Arend³⁹, a falta de internalização da capacidade e das condições de gerar progresso técnico na economia brasileira pode levar a que rapidamente ocorra a obsolescência do capital, bem como a incapacidade de incrementar a produtividade, nada garantindo que um setor de bens de produção plenamente consolidado fique permanentemente na fronteira tecnológica.

A tese do capitalismo tardio pressupõe que as possibilidades de valorização serão favoráveis e que o estado será capaz de sustentar a lucratividade e o dinamismo da economia acima de determinado patamar.

Independente do acima exposto, em que se pressupôs que com o II PND estaria completa a matriz industrial, geralmente é assinalado que o II PND não conseguiu afastar alguns impedimentos para uma maior diversificação da estrutura industrial. O impedimento teria ocorrido primordialmente na indústria de bens de capital. Nos setores mais dinâmicos, as fortes barreiras à entrada resultante do controle da tecnologia e das escalas de produção constituíam uma limitação à desconcentração dessa indústria para o Brasil.

Ao se refletir sobre a perda de dinamismo, vislumbra-se que as principais formas de resposta ao subdesenvolvimento, e mesmo a falta de autonomia da burguesia nacional de promover o crescimento sustentado do mercado interno, geralmente são associados a três importantes itens: industrialização (e suas dificuldades), progresso técnico e finanças (poder da moeda) e os interesses associados.

O progresso técnico e a inovação atuam sobre o dinamismo do sistema porque afetam as possibilidades de valorização. Na seção 4.4 se discorreu em termos genéricos sobre tecnologia e desenvolvimento desigual. Na ocasião, referiu-se que no capitalismo o progresso técnico não pode ser entendido como simples mudança na natureza física dos produtos e dos processos, pois está determinado pela necessidade de produzir a valorização e sua acumulação. Ou seja, as finalidades, as características, as determinações e as potencialidades do progresso técnico estão delimitadas pelo processo de acumulação. No Brasil, o modelo de

³⁹ Como aponta Arend (2009), a tese do capitalismo tardio pressupunha que a política internacionalista de JK tivesse internacionalizado a máquina de crescimento tipo “schumpeteriana”, bem como que qualquer movimento expansivo da economia nacional acabaria estimulando um abundante ingresso de capitais internacionais no Brasil, relaxando a restrição externa ao crescimento. Ou seja, que a partir de então a industrialização deixaria de ser restringida por fatores técnicos e financeiros.

internalização das atividades econômicas foi fundado basicamente na transplantação de atividades técnicas desenvolvidas e maturadas nos países centrais. Essa situação junto com o controle do capital antes referido foi em grande parte responsável pela perda de autonomia.

No mundo das grandes corporações, a pesquisa e o desenvolvimento constituem uma arma de concorrência, o que leva a que as empresas restrinjam a difusão da tecnologia sob seu controle. A possibilidade de geração de lucros extraordinários e a manutenção de determinada posição é que leva a que as grandes empresas oligopolistas introduzam uma inovação. Conforme o controle de sua posição nos mercados, a introdução de uma inovação pode ser planejada (o momento e as localidades a serem introduzidas). Portanto, a introdução de inovações passa a se constituir em uma atividade cotidiana das empresas, o que leva a que a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, assumam a forma de programação pelas subsidiárias dos padrões de consumo a serem adotados. A obsolescência tecnológica se torna mais veloz. Então, o transplante de unidades dessas empresas para a economia brasileira impede a sua difusão para as demais empresas. A menor dimensão dos capitais privados nacionais, sua menor capacidade financeira e tecnológica, os custos para desenvolvimento de tecnologia restringem a atuação dessas empresas para setores de tecnologia acessível. Invadir a área de atuação dos grandes oligopólios internacionais exigiria mais do que tecnologia, exigiria capacidade financeira entre outros recursos que as empresas de capital privado nacional em geral não possuem. Desenvolver uma determinada tecnologia exige capacidade de fazer valorizar os capitais investidos, o que implica vencer a concorrência em determinadas áreas. Para tal, o entorno institucional é importante, pois empresas não são ilhas de competência, se nutrem e se afirmam nos ambientes (sistema nacional de inovação).

Silveira (2001) assinala que o progresso técnico no período 1950-70 foi incorporado principalmente a partir da aquisição de bens de capital, e o esforço tecnológico deteve-se nos aspectos mais simples, como as engenharias de processo e de produto, a adaptação dos equipamentos às características locais e a realização de alguns poucos serviços de tecnologia industrial básica. Então, empresas transnacionais transferiram *know-how* e equipamentos para o território nacional, reproduzindo na filial o que fora desenvolvido na matriz. Por sua vez, a empresa nacional, em especial os grandes conglomerados privados, não procuraram desenvolver tecnologia. Em parte pela facilidade de se adquirir no período máquinas e tecnologias externas via licenciamento, que não encontrava maiores impedimentos comerciais. Katz (2000 apud Silveira, 2001, p.161) aponta que, na América Latina de modo

geral, apenas as empresas públicas se preocuparam com a criação de uma cultura tecnológica que levasse à inovação *lato sensu* a galgar as escalas de complexidade da inovação.

Uma acumulação progressiva com incorporação crescente de tecnologia implica uma diminuição da propensão marginal a importar e crescimento das exportações⁴⁰.

Destarte, uma das causas apontadas para o baixo dinamismo e mesmo da falta de articulação entre os diversos setores da economia brasileira decorre da fragilidade e de características da indústria de bens de capital. O êxito da implantação desta indústria residiria na aquisição de autonomia tecnológica. Supondo, para tal, mercados amplos, internos ou conseguidos via exportações, que fossem capazes de viabilizar escalas mínimas de produção. Mas, a questão da tecnologia vincula-se ao controle do capital. Carneiro (2002, p.70) se refere a trabalho da UNCTAD (1985) que compara os setores de bens de capital da Coreia e do Brasil. O confronto mostra que em 1980 o Brasil teria uma indústria muito mais complexa e estruturada. O único item no qual a indústria coreana era superior referia-se à magnitude do pessoal técnico-científico empregado pelas empresas, que refletia a menor presença das empresas estrangeiras na economia e nas indústrias de bens de capital em particular. Então, como sugere o referido documento, o fator decisivo seria o grau de compromisso com sua base local, ou seja, a presença de empresas nacionais. O II PND não conseguiu equacionar o desenvolvimento do setor de bens de capital satisfatoriamente. Seu objetivo era reservar os setores de bens de encomenda para a iniciativa privada nacional, mas a inclusão de um grande número de produtores levou a uma alta ociosidade e à baixa especialização. Além disso, a dependência dos financiamentos externos dirigiu a demanda para o exterior.

Carneiro (2002) assinala que no período 1977-1980 ocorreu uma rápida desaceleração da produção de bens de capital, sugerindo a sua desarticulação inter e intrasetorial e, por consequência, uma perda de importância dos mercados internos à indústria, como elemento dinamizador da indústria. Ou seja, o ajuste estrutural do II PND não foi capaz de constituir um novo padrão de crescimento para a economia brasileira, que viabilizasse deslocar o seu eixo dinâmico para a indústria de bens de capital.

Ao que parece, a crise da dívida e do estado brasileiro que a acompanha não permitiram que a evolução desse setor apresentasse uma evolução mais favorável, integrando-se aos demais setores. Então, a possibilidade de reprodução e ampliação da economia

⁴⁰ Importante distinguir o papel da taxa de crescimento das exportações como resultado da acumulação, como componente da demanda efetiva que acompanha a acumulação no longo prazo, e sua função no equacionamento do financiamento externo do desenvolvimento econômico.

brasileira por esse entendimento ficou prejudicado pela própria consistência, e integração da estrutura produtiva, em que o papel da tecnologia seria fundamental. Observando que o desenvolvimento da tecnologia está vinculado às possibilidades de desenvolvimento local (capitais nacionais, estado e desenvolvimento da acumulação).

Todavia, como anteriormente se expôs, a própria internacionalização do controle do capital já abre a possibilidade de que a ampliação da produção seja modulada por fatores externos a essa economia, independente da plena constituição dos setores e da tecnologia. Se se considerar o período que se estende até 1980 como um todo, embora as diferenças existentes no período posterior aos anos 50⁴¹, os resultados alcançados nessa etapa foram no sentido da interiorização dos esquemas de reprodução pela redução cada vez maior da necessidade de importação e pela endogenização do mecanismo dinâmico através do deslocamento da demanda em direção ao mercado interno. Na verdade, a imagem de um esquema de reprodução ampliada em território nacional surge em grande parte ao se considerar exclusivamente o fluxo de mercadorias. Ao se considerar a circulação do capital, o crescente caráter extrovertido da economia brasileira, em especial após anos 1950, se mostra evidente pelos argumentos anteriormente elencados, ou seja, a circulação do capital não está adstrita ao território nacional, em decorrência da grande participação estrangeira na propriedade do capital.

A tese do capitalismo tardio pressupõe a autonomia da economia doméstica. Essa tese parecia ser consistente com os fatos e a realidade do período em que as características da nova fase do capitalismo ainda não se faziam sentir. Estava-se em um período de grande liquidez internacional, e a capacidade do estado e da economia nacional de viabilizar ou induzir o investimento das empresas nacionais e estrangeiras parecia ser uma condição permanente. Durante praticamente todo o período que vai de 1955 até 1980, a economia brasileira cresceu ancorada no forte ingresso de capitais.

Um aspecto relacionado, que será retomado no capítulo 6, refere-se ao fato de que as condições para vencer o subdesenvolvimento ou ascender para níveis de renda dos países desenvolvidos mudaram acentuadamente a partir dos anos 1970, pela gradativa integração dos mercados financeiros às finanças internacionais (globalização). O crescimento da economia brasileira verificou-se, a partir daí, com endividamento externo, sendo que essa evolução

⁴¹ Pela dimensão ou importância do transplante do aparelho produtivo dos países centrais se pode conceber que gradativamente a acumulação autocrada (ou o desenvolvimento endógeno dessa economia) estaria sendo minada por dentro, a partir do capital externo.

decorreu em parte pelas deficiências e características do sistema financeiro nacional. Ou seja, o estado brasileiro – ao não realizar a constituição efetiva do capital financeiro privado e nacional, dado o fracasso da reforma do mercado de capitais e o caráter familiar e rentista dos grandes grupos bancários - tampouco intervinha, como agente ativo do processo de centralização do capital. Como assinala Tavares:

É fácil olhar da perspectiva de hoje o que significou a falta de um núcleo endógeno de financiamento público e privado nacional capaz de se articular sem passar pelo endividamento externo. Sem um verdadeiro capitalismo financeiro endógeno os bancos brasileiros foram se convertendo em parasitas do estado e beneficiários da inflação, o que valeu uma década de superinflação, e crises cambiais recorrentes, e converteu o banco central no papel de bancador e jogador principal do cassino da ciranda financeira interna acoplada a ciranda financeira internacional. (TAVARES, 1999, p.475).

A reforma do sistema financeiro em 1964/65 procurou desenvolver o segmento privado de longo prazo para sustentar o processo de industrialização, tendo nos bancos de investimento e nas instituições do mercado de capitais as principais fontes de financiamento de longo prazo. Estes, todavia, não chegaram a realizar o papel que lhe foi concebido e passaram a realizar operações de curto e médio prazo. Ou seja, o modelo não se estabeleceu e, ao longo dos anos 70, os pilares do financiamento de acumulação foram o endividamento externo e as instituições financeiras públicas; sendo que gradativamente o setor passa a mostrar a sua situação fragilizada.

Tavares, analisando as reformas de 64/68 e a consolidação patrimonial dos grupos nacionais, expõe que o capital bancário nacional tornou-se indiretamente associado ao capital financeiro internacional pela via de captação de recursos externos que repassava como empréstimo aos empresários produtivos (sendo o risco cambial garantido pelo Banco do Brasil e BACEN). Não havia a articulação definida entre a ação dos principais grupos financeiros majoritariamente nacionais e a ação de “nossas maiores empresas ou grupos industriais”. Assinala que a desarticulação entre os grupos industriais e financeiros levou a um crescimento significativo dos conglomerados financeiros, cujo endividamento externo teve como contrapartida o crescimento da dívida pública interna, fonte de lucros bancários da “ciranda financeira” do *open market*.

Em retrospectiva, observa-se que com a internacionalização da economia nos anos JK, a partir do fortalecimento da aliança com o capital internacional, os recursos para financiar o

parque industrial, em grande medida, passaram a depender da montagem de arranjos financeiros voltados para a captação de capitais externos.

Nos anos 1970, o estado procurou, frente aos dois choques do petróleo e o aumento dos juros, evitar a quebra das empresas (financeiras e produtivas). Boa parte da dívida pública (interna e externa) decorreu da forma adotada para evitar a quebra, que foi a absorção da dívida privada pelo estado. Implicou a deterioração financeira do setor público. Além disso, nos anos 80, com o crescimento da inflação, as operações de longo prazo foram evitadas. Nesse ambiente, ocorreu o aumento da participação de títulos públicos no ativo dos bancos e a redução das operações de crédito.

O recurso ao capital estrangeiro intensificou o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, aumentando a remessa de lucros e juros. Gradativamente, as relações financeiras com o sistema internacional é que passam a comandar as contas externas e não as vicissitudes das exportações (especialmente a partir dos anos 90).

Ao se comparar as diversas etapas da economia brasileira, ao longo das décadas posteriores aos anos 1950 essa vinculação fica exposta. Nos anos 50/60 o endividamento externo foi consequência da acumulação e da forma de financiamento. No início dos anos 70 existiu uma demanda por capitais externos superior ao hiato de recursos. Ou seja, o acesso aos mercados internacionais passou a representar uma opção a mais de financiamento não relacionada ao hiato de recursos. Com o choque do petróleo passou a existir um crescimento do hiato de recursos, mas esta expansão decorreu mais do aumento dos preços e menos como decorrência da magnitude da acumulação. Mas, nesse momento, com o nível de endividamento externo crescente, a parcela referente a juros ampliou-se. Posteriormente, às necessidades de financiamento desse desequilíbrio agregam-se as captações para financiar o II PND (hiato real de recursos). Existe um interregno a partir de 1984 em que o país tornou-se um exportador líquido de capitais, o que irá se modificar somente ao final dos anos 80. Na década de 80, o colapso do financiamento externo fez com que as exportações fossem absorvidas com aumento das transferências e não ampliou a capacidade de importar. Com o retorno dos fluxos de capital privado para o país a partir de 1992, o Brasil passou a acumular reservas e tornou-se novamente importador líquido de capital. Como assinala Studart (2005), antes dos anos 90 o endividamento externo decorreu do hiato de recursos, a partir de então os fluxos de capital é que determinam o hiato de recursos.

A partir de então esse hiato não se vinculou de forma mais estreita à acumulação produtiva interna. Ou seja, não leva ao crescimento da capacidade produtiva (excedente) da

economia. Na verdade, como se examina em mais detalhe no capítulo 5, o ingresso de capitais irá afetar o câmbio, que junto com a abertura comercial, irá aumentar as importações de mercadorias acabando por impactar os investimentos. Além disso, implicará aumento do passivo externo, incrementado as transferências internacionais em proporção ao produto.

A questão essencial para o desenvolvimento, embora a dificuldade empírica para se quantificar, é se a contribuição do capital externo produz um crescimento do excedente dessa economia que implique que a participação estrangeira na apropriação da mais-valia não se torne crescente. Ou seja, que a inserção desses capitais promova um crescimento dos capitais privados nacionais pelo menos proporcional a expansão do capital e da produção estrangeira, de forma a manter a participação do capital nativo no excedente (se possível amplie essa participação).

O suposto é que o crescente dreno da mais-valia para o exterior não impossibilite necessariamente o desenvolvimento, pois parte desse capital externo pode ser investido no país, ampliando a produção. Mas o fim a que se destinam é importante, pois podem visar a um movimento que objetiva a centralização do controle do capital, sem incremento da produção. Outro aspecto é que o ingresso de capitais externos, mesmo para fins produtivos, fica condicionado ao interesse desse capital frente às opções em escala global, o que fragiliza a capacidade do estado nacional de induzir o desenvolvimento econômico.

Em retrospectiva, observa-se que a acumulação que se desenvolveu em um país retardatário como o Brasil recorreu ao capital estrangeiro intensificando essa acumulação, mas, simultaneamente, bloqueando e subordinando o crescimento dos capitais nativos, vinculando o desenvolvimento desses ao dinamismo advindo do grande capital externo. Uma análise do momento atual, especialmente após as transformações da década de 80, parece mostrar que a capacidade do estado para favorecer seus capitais nativos perdeu gradativamente consistência, em decorrência dos interesses internos associados aos das grandes empresas e capitais e a dimensão desses capitais e sua capacidade técnica (como se procurará demonstrar adiante).

Cardoso e Falletto trouxeram uma importante contribuição ao assinalarem que a dependência encontra seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: Ou seja, “um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior” Entendiam que o desenvolvimento associado como ocorreu até a década de 1980 era possível.

Entretanto, na nova fase do capitalismo, a vinculação virtuosa deixou de se estabelecer. Na verdade, o caráter monopolista levou a que a internacionalização do mercado não incentivasse a iniciativa privada de forma mais vigorosa a partir de determinado momento. Na década de 1990, o forte ingresso de capitais não é acompanhado de um crescimento significativo. E o entendimento de que a inserção do Brasil na globalização com o retorno dos capitais iria trazer o avanço da estrutura produtiva e o desenvolvimento, tal como se esperaria pela tese do desenvolvimento associado, perde força (como procura evidenciar no capítulo 5).

Nessas circunstâncias, o questionamento sobre a necessidade de autonomia para o desenvolvimento sustentado volta a ser perquirido.

Furtado entendeu que a incapacidade de endogenizar o crescimento e tornar o seu desenvolvimento autônomo implicou a estagnação que, como se viu, não se verificou. A posição de Cardoso e Faletto (1984), por sua vez, mostraram que era possível desenvolvimento com dependência. Os fatos, mais uma vez, mostraram que um desenvolvimento que garanta uma ascensão para níveis de renda mais elevados é bloqueado pelo aumento persistente da dependência⁴².

Então, desenvolvimento é possível com dependência, mas a ascensão para níveis de renda mais elevados de forma permanente exige um desenvolvimento com maior grau de autonomia⁴³.

A questão essencial para a autonomia parece ser a de que maneira os capitais nativos se desenvolvem concomitantemente à acumulação. Sabe-se, pelo exame da história do capitalismo nas regiões centrais, que as exportações de capitais produtivos (a internacionalização produtiva) só ocorreram a partir do momento em que a dimensão dos capitais, com o correr da acumulação, adquiriu expressiva magnitude (na etapa do capitalismo monopólico). Assim, como se viu, nos países centrais as empresas passam a crescer através da expansão para a periferia somente a partir de uma determinada dimensão. Até esse ponto investem e crescem dentro de um determinado território (favorecendo o desenvolvimento e acumulação nesse espaço). Ao crescerem nas regiões periféricas, transferem recursos (parcelas

⁴² Em especial em um país de maior dimensão onde a participação nas cadeias comerciais, exclusivamente através da exploração de riquezas naturais, não permite a elevação da renda *per capita* para níveis mais elevados.

⁴³ Maior grau de autonomia porque autonomia e dependência, em especial no capitalismo contemporâneo, como se viu, é uma questão de grau. Entre a autonomia completa e a total dependência deve variar a situação de cada país.

do lucro) dessas regiões, o que favorece a acumulação e o desenvolvimento nas áreas centrais. Além disso, com o desenvolvimento da acumulação e do excedente, tem-se a ampliação da dimensão do estado. Por sua vez, o estado cria externalidades para o prosseguimento da acumulação. Assim, tem-se uma relação simbiótica entre os capitais das regiões centrais e o estado. Esse estado adquire um grau de autonomia por sua capacidade financeira, militar e política. Em resumo, a extensão a que a acumulação se estendeu e a dimensão do excedente dessa economia permite a expansão do seu poder.

Nos países periféricos a situação é diversa. O fato é que a escala de produção e as condições técnicas requeridas barram a ascensão dos capitais nativos. Se esse entendimento é correto, a intensificação do desenvolvimento para níveis elevados pode não ser sempre a melhor opção. Florestan Fernandes, por exemplo, assinalou que a burguesia, ao procurar viabilizar a expansão do capitalismo monopolista forçou os segmentos mais atrasados a compor com os mais modernos em vez de procurar fazer justamente o contrário, ou seja, forçar os segmentos mais modernos (estrangeiros) a compor com os mais atrasados (nacionais). Assim, conforme o autor: “O Brasil entrava definitivamente na era do [...] desenvolvimentismo extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista da periferia” (FERNANDES, 1981, p.346).

Por outro lado, o extremo que entende que o capital externo ou o imperialismo é o maior obstáculo à industrialização do terceiro mundo, mais do que as contradições internas deste estão desacreditadas, pois a ascensão de diversos países ocorreu com o auxílio desses capitais. No entanto, podem vir a se constituir em um entrave para um desenvolvimento mais importante no longo prazo.

A própria dinâmica de longo prazo do fluxo de investimentos do capital estrangeiro/refluxo dos lucros exportados é muito diferente segundo se trata das relações entre o centro e a periferia ou daquele entre o centro antigo e um centro novo em formação, por exemplo. Nas relações centro-periferia, a periferia passa de um estado em que o fluxo de capital importado ultrapassa o da renda exportada a um estado onde o refluxo dos lucros é superior ao fluxo de entrada de capitais novos e tende a estabilizar-se neste estágio. Nas relações centro antigo-centro novo em formação a evolução é diferente.

Então, Furtado assinalou que a experiência na AL mostrou que o desenvolvimento é menos um problema de investimento de que de criação de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se, enquanto Cardoso e Falleto defendem que a associação com o capital estrangeiro pode incrementar o desenvolvimento. É possível um desenvolvimento

dependente-associado. Mas, esse ponto significa, bem entendido, que é possível desenvolvimento com dependência, mas aumentar sempre a dependência não é a melhor estratégia para o desenvolvimento.

A experiência dos países que ascenderam, como se viu, com destaque para a China e países asiáticos no período atual parece fornecer fortes indicativos da pertinência desse entendimento. A China aumentou a sua dependência econômica em relação à economia dos EUA após suas reformas, mas sua evolução parece mostrar uma trajetória de associação virtuosa em que aproveita os impulsos dinâmicos da economia central de forma a que gradativamente passa a centralizar a economia dos países da Ásia em torno de si. A região asiática, ao que parece, passa a gravitar em torno da economia chinesa, assumindo essa gradativamente a liderança regional. Essa capacidade por certo decorre do vigor de sua acumulação, mas essencialmente do grau de coesão social que vem permitindo bloquear e dirigir os impulsos da economia mundial de uma forma favorável.

Na verdade, a falta de uma coesão social em um país capitalista parece relacionar-se à existência de uma burguesia fraca, incapaz de modular os dinamismos (no caso os interesses das empresas internacionais) para objetivos definidos politicamente no espaço nacional. Ou seja, o grau de inserção dessas empresas parece afetar a coesão social de forma que esses objetivos não são definidos e perseguidos. O desenvolvimento em uma acepção mais abrangente fica comprometido, sendo viáveis surtos de crescimento, pois a manutenção do investimento em nível elevado, por um período mais longo, de forma a produzir um crescimento sustentado, parece exigir uma atuação mais ativa do estado com esse objetivo. O que, sem uma coesão social e política, aliado a condições materiais desenvolvidas ao longo da história do país em questão, não parece ser viável. Portanto, embora o desenvolvimento dependente seja possível (como entende Cardoso e Faletto), a manutenção do desenvolvimento em uma trajetória que leve à ascensão significativa de rendimento, ou à erradicação do subdesenvolvimento, exige um bom grau de autonomia e coesão de objetivos entre os politicamente estabelecidos e as possibilidades de valorização da riqueza capitalista (como entende Celso Furtado). A questão é que a própria autonomia deve ser construída. No Brasil, como assinalou Florestan, apesar do aprofundamento da industrialização pesada, o desenvolvimento capitalista continuou sendo um processo induzido de fora para dentro, incompatível com a produção de mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais.

A trajetória da economia brasileira no período 1930-1980 reforça esse entendimento, pois mostra a importância da política e do estado para intensificar a acumulação. O crescimento após a estagnação da década de 1960, por exemplo, foi possível, mas a pequena autonomia, decorrente das condições materiais e políticas e a forma que assumiu a acumulação de capital, impediram que este desenvolvimento prosseguisse após a década de 1980. A economia brasileira no período posterior a 1980 reduziu seu dinamismo em relação aos outros países e a si mesma o que implicou uma perda gradativa de condições para superar o subdesenvolvimento ou para ascender para níveis de renda *per capita* de países desenvolvidos.

Na verdade, quando tudo parecia indicar que não havia incompatibilidade entre dependência e desenvolvimento nacional, os processos desestruturantes começaram a aparecer. A interrupção dos fluxos externos de empréstimo provocou um estrangulamento cambial e impôs o ajustamento externo. A necessidade de promover transferências reais ao exterior tornou necessária a diminuição da absorção doméstica para que parte significativa da produção interna fosse exportada. A partir da crise da dívida, ocorrem o colapso das finanças públicas, a estagnação do crescimento, o enfraquecimento do estado nacional; bem como a vulnerabilidade do parque industrial ao novo padrão de concorrência começa a ficar evidente. A geração de excedentes comerciais pelo setor privado envolvia, além disso, a compra dessas divisas pelo setor público, o grande devedor em moeda estrangeira. Na ausência de um ajuste fiscal de porte suficiente para esterilizar os efeitos monetários expansionistas dessa operação, o governo era obrigado a emitir dívida pública dolarizada, ou papéis denominados em cruzeiros com taxas de juros nominais elevadas. Então, as políticas perpetradas durante os anos 1980 culminaram no enfraquecimento do estado e de suas políticas.

A transferência de recursos para o exterior está no centro da deterioração das finanças públicas. Frente à crise da dívida, o setor público atuou para gerar um superávit comercial e viabilizar a transferência de recursos, o que implicou a ampliação da renúncia fiscal e do volume dos subsídios. Como o estado brasileiro passou a ser o principal devedor em moeda estrangeira (pois assumiu a dívida externa de responsabilidade do setor privado) precisa, além de viabilizar a geração de divisas pelo setor privado, adquirir internamente do setor privado essas divisas.

O incentivo às exportações leva a uma redução dos impostos indiretos e implica aumento das transferências ao setor privado exportador. Além disso, o governo subsidiou o ajustamento das empresas privadas à crise através de suas empresas estatais, com a

deterioração dos preços das tarifas públicas. A combinação de defasagem de preços e endividamento externo prévio debilitou as empresas estatais, exigindo transferências do tesouro. Após 1985 as transferências de recursos fiscais são crescentes para a capitalização das empresas estatais. O corte das despesas do governo afetou os investimentos de forma importante.

Embora tenha ocorrido a redução dos gastos, junto se estabeleceu uma redução da carga tributária pela nova orientação do crescimento (simultaneamente ocorreu um aumento da carga de juros). O ajustamento ocorreu também com forte corte nos investimentos das empresas estatais. A transferência da dívida do setor privado para o público ampliou as necessidades de financiamento. Então, nesse período, verificou-se um crescimento da dívida pública interna em razão do pagamento da dívida externa. Assim, a combinação de corte nos gastos com a manutenção dos incentivos e subsídios e aumento da carga de juros criou um desequilíbrio no financiamento público. Neste contexto, a capacidade de o estado induzir o crescimento ficou debilitada.

A redução do crescimento, a estagnação do produto *per capita*, a redução do investimento, a redução do PIB *per capita* industrial e a significativa transferência de recursos para o exterior são as características da década de 1980. A crise desses anos fez com que parte da produção que deveria ser produtivamente trocada por importações, através do mercado internacional, fosse desviada para compensar as remessas de renda e os déficits em serviços, fruto da ação do capital estrangeiro e para cumprir os compromissos da dívida externa.

Nessa década, a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) visou socorrer os distúrbios dos balanços de pagamentos dos países que se endividaram nas décadas anteriores. A missão era impedir o colapso dos sistemas bancários que tinham em suas carteiras uma proporção elevada de empréstimos à periferia. Essa ação contou com uma importante colaboração no desempenho da economia americana. Com a recuperação iniciada no final de 1982, estimulada pela queda da taxa de juros e por um déficit público elevado, a economia dos EUA (com o dólar sobrevalorizado) gerou demanda abundante para o resto do mundo.

Dessa forma, as políticas foram concebidas para maximizar os excedentes comerciais e minimizar o aporte de recursos novos pelos bancos credores, implicando uma forte transferência de recursos para o exterior e do setor público para o privado, precipitando a fragilização financeira dos governos. No Brasil as reiteradas tentativas de desvalorização do câmbio e as medidas de sustentação do ganho real pelas minidesvalorizações diárias ao

mesmo tempo em que estimulavam a inflação - provocaram o crescimento, em termos reais, do estoque da dívida externa, na maior parte de responsabilidade pública.

A compatibilidade entre crescimento e a transferência de recursos para o exterior exigiria que a dimensão dessa transferência não inviabilizasse o crescimento das importações necessárias para viabilizar o crescimento, ao afetar o saldo comercial. Um saldo comercial favorável está associado ao crescimento das exportações, mas a geração e sustentação de superávit exigem um melhor desempenho das exportações de forma permanente, através de ganhos de competitividade em mercadorias com demanda dinâmica no mercado internacional. Portanto, as exportações dependem da renovação do parque produtivo, em um contexto internacional de aceleração do progresso técnico, dependendo, portanto, do investimento.

Aqui um aspecto importante, muitas vezes confundido pelos adeptos de exportação a qualquer preço. Um saldo comercial positivo pode ser induzido por uma política recessiva. Nessa situação, conforme evidências empíricas mostram, o investimento se retrai, as importações se reduzem e ocorre uma aceleração das exportações. Mas, como no longo prazo, a capacidade de competição externa depende do investimento, a política recessiva e o estímulo à exportação afetam o crescimento de forma negativa. No longo prazo podem desfavorecer até mesmo as exportações.

Então, uma política de viabilização de transferências ao exterior pode prejudicar e até mesmo inviabilizar o desenvolvimento (afetando o crescimento de longo prazo da economia brasileira). A questão essencial, portanto, é que parcela acrescida do excedente, ou da poupança doméstica, passa a ser transferida ao exterior. Até a plena utilização da capacidade, um incremento da transferência pode ser viabilizado com incremento do investimento e da produção⁴⁴.

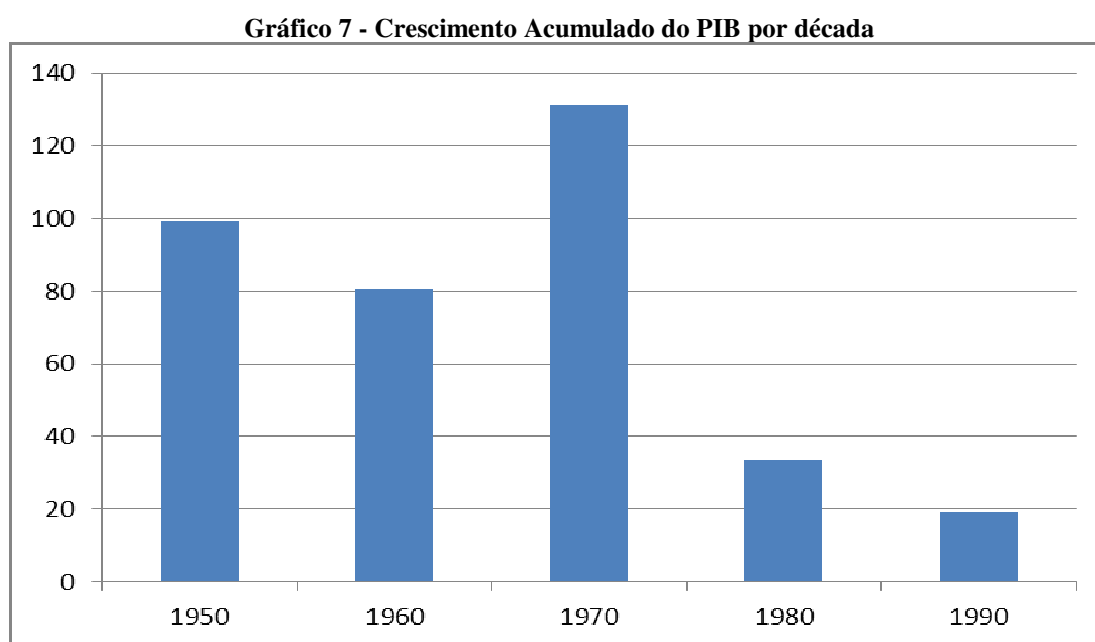
A grande participação do capital internacional na economia brasileira, como antes se assinalou, implica que o investimento passa a encontrar importante restrição, pois seu incremento e simultâneo aumento do crescimento econômico aumentam as importações e afetam as exportações, inviabilizando a transferência de recursos exigida pela participação estrangeira. Esse condicionamento ao crescimento será ampliado a partir das transformações dos anos 1990, motivo porque se retorna a esse ponto no capítulo 6. Mas, antes se torna

⁴⁴ Na verdade, antes desse ponto teórico, a inflação deve se manifestar pelo desenvolvimento desigual dos setores.

necessário contextualizar as transformações do período e expor o cenário que se apresentava à época.

Por razões independentes da evolução da economia brasileira, o longo período de escassez de financiamento externo privado chegou ao fim no início dos anos 1990. Os capitais procuravam oportunidades de valorização em praças de maior risco.

Como se viu nos capítulos 3 e 4, o retorno de capitais privados para o Brasil, e outros países emergentes, decorreu das transformações nos países centrais. Nessa nova etapa a característica é que a absorção financeira é bem maior do que a real. Ou seja, os ingressos de recursos não visam sempre viabilizar o desenvolvimento econômico⁴⁵. Nesse momento, um ambiente de menor restrição externa não levou ao crescimento econômico. Na verdade, a taxa de crescimento da economia brasileira foi menor nos anos 90 de que nos anos 1980 como se pode visualizar no gráfico 7 abaixo.



Fonte: IBGE, Sistema de Contas nacionais. Elaboração própria.

A reinserção da economia brasileira ampliou a dependência sem trazer a retomada do desenvolvimento. Tanto nos anos 1970 como nos 1990, o Brasil recebeu um intenso fluxo de capitais, sendo que no primeiro período houve altas taxas de crescimento econômico e, no segundo, baixas, em decorrência das novas características da acumulação da riqueza.

⁴⁵ Como se viu, esse período se caracteriza pelo fato de que a “riqueza” (a propriedade) cresce fora da produção (conforme exposto no capítulo 3).

Por outro lado, os fluxos de capitais e a reinserção da economia brasileira propiciaram o controle da inflação e uma maior estabilidade. No período do sucesso do Plano Real, as críticas à industrialização brasileira concentravam-se na denúncia de uma suposta autarquia⁴⁶, na ineficiência, na falta de competitividade externa e na estatização. Eram entendidos como males congênitos do processo de substituição de importações.

A estratégia do desenvolvimento do real apoiou-se em quatro pressupostos: 1- a estabilidade de preços, que cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; 2 - a abertura comercial (e a valorização cambial) que impõe disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; 3 - as privatizações e o investimento estrangeiro, os quais removeriam gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo os custos e melhorando a eficiência; e 4 - a liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa de câmbio, atrairia poupança externa em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente.

Mas os resultados foram diversos. O uso abusivo da âncora cambial e dos juros elevados desestimulou os projetos voltados para as exportações, promoveu um “encolhimento” das cadeias produtivas - afetadas por importações predatórias - aumentou a participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico, levando ao agravamento do desequilíbrio externo. Além do efeito negativo sobre a indústria, induziu a um crescimento rápido do passivo interno e externo.

A excessiva valorização cambial e as demais políticas vêm afetando a indústria e mesmo a exportação dos manufaturados. Mesmo no período posterior a 2003, como ver-se-á no capítulo 6, onde parece não existir uma relação inversa entre a taxa de câmbio e as exportações, pode se constatar que esse fenômeno decorreu da grande expansão da demanda por *commodities* (em especial pela demanda da China). Ao se observar exclusivamente o desempenho das exportações de manufaturados, verifica-se que a relação inversa entre câmbio e exportações mostra o impacto de tal política. Ocorre também um importante aumento das

⁴⁶ Mas, a rigor, aqui existe uma falácia como assinalam Medeiros e Serrano (2001), pois a lógica da substituição das importações não conduz a uma política contra o comércio internacional, nem contra as importações. A lógica implícita era usar a capacidade de importar e, portanto, importar tanto quanto se importaria sem a substituição, viabilizando, entretanto, maior crescimento.

importações de manufaturados. O impacto sobre a indústria desses dois movimentos (exportações e importações) é importante. O aumento do coeficiente importado, por exemplo, substitui produção interna por importações. Tem-se uma perda de capacidade de retroalimentação dos gastos correntes e de investimento por insuficiência dos efeitos de encadeamento. Ocorre uma redução do encadeamento intrassetorial na indústria em razão do aumento da participação das máquinas e equipamentos importados. As importações irão estimular os investimentos nos países de origem da importação.

A forma assumida pela industrialização (com grande participação do capital estrangeiro e os interesses internos associados) junto com a crise e transformações no capitalismo implicou a realização de mudanças e reformas visando inserir a economia brasileira nos novos impulsos oriundos da economia mundial. A associação dos interesses internos e externos permitiu apoio às modificações, em especial à modificação da ação do estado. Acompanhando o fluxo de capitais ocorreu um conjunto de alterações, tais como: abertura comercial; liberalização das contas de capital; desregulamentação e descompressão dos sistemas financeiros domésticos; reforma do estado, incluindo a privatização da seguridade social e o abandono das políticas de fomento a indústria e a agricultura.

Essas reformas foram uma constante para significativo conjunto de países. Cruz (2007) analisa a situação da implementação de reformas em um conjunto importante de países assinalando como característica: a liberalização comercial, Financeira, do regime de investimentos estrangeiros, da liberalização da conta capital, a liberalização do sistema de preços e salários. Acompanha a reforma tributária, da previdenciária, do mercado de trabalho, além das privatizações. Constituindo-se, portanto, em um fenômeno que não se cingiu a economia brasileira.

Na economia brasileira, como em outros países, essas modificações tiveram impactos em diversas áreas. Os principais reflexos normalmente citados são os seguintes (BRUNO, 2004; CYSNE, 1999; CRUZ, 2007; BAUMANN, 1999):

Quadro 1- principais reflexos das reformas realizadas após os anos 1980

Estado	-Redução do papel direto do setor público na economia. -O Estado torna-se mais "regulador" e menos "produtor". -O investimento público se reduz fortemente. -Endividamento público muito elevado e perda de autonomia da política econômica.
Finanças	-O sistema bancário-financeiro se abre ao capital estrangeiro num processo de fusões e aquisições. -Uma lógica usurária como suporte de um processo de financeirização (taxas reais de juros extremamente elevadas bloqueiam a acumulação de capital, apesar da recuperação das taxas de lucro). -O sistema bancário-financeiro privado não financia os investimentos de longo prazo e o mercado de capitais é pouco desenvolvido.
Inserção internacional	A vulnerabilidade externa se eleva. Existe grande dependência dos fluxos de capitais internacionais.
Concorrência	-A indústria foi exposta à concorrência internacional sem uma política industrial consistente. -Uma economia fortemente oligopolizada onde o capital bancário-financeiro é o setor de mais elevada rentabilidade. -A presença dos grandes grupos multinacionais foi incrementada e predominam no setor oligopolista.
Indústria	-Especialização regressiva. -Concentração dos investimentos nos setores intensivos em recursos naturais. -Perda de densidade da cadeia produtiva.

Fonte: Elaboração própria

Esse conjunto de transformações decorreu da inserção da economia brasileira no espaço de valorização financeira global, dinamizados a partir da economia hegemônica e que gradativamente tomou forma a partir da consolidação do padrão dólar (fiduciário). Essas transformações pressupõem que o estado periférico brasileiro efetuou reformas para fazê-las mais receptíveis ao processo de acumulação do capital mundial que, como se viu nos capítulos 3 e 4, passou por um importante movimento de centralização de capital. A dependência da economia brasileira ampliou-se no período com baixo crescimento econômico.

Então, a crise dos anos 1980 e a abertura de novas oportunidades de valorização, associadas à modernização das formas de consumo (via importações), e o aprofundamento da associação externa decorrentes das reformas viabilizaram as transformações. Ou seja, a situação de domínio, que resulta da relação entre classes e grupos, e que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior, encontra nos novos dinamismos da economia mundial as oportunidades de valorização e de sustentação. Essa inserção exige a reestruturação das instituições e do estado. A desarticulação do projeto nacional-desenvolvimentista está intimamente relacionada com a própria desestruturação do estado

interventor que foi fundamental para a implementação da estratégia desenvolvimentista em uma economia periférica como a brasileira. Mas a desestruturação do estado interventor significou, sobretudo, que esse modificou seu papel. Não significou o fim do estado como resultado de uma globalização homogeneizadora, e sim que esse passa a atuar como um instrumento para a difusão da financeirização e para a valorização do capital financeiro. A política fiscal, por exemplo, deixa de ser utilizada em prol do crescimento, tendo em vista a sua vinculação às responsabilidades financeiras. A internacionalização do capital, resultado da monopolização da economia capitalista, culmina com a internacionalização do próprio circuito de valorização fictícia. No Brasil, a internacionalização do circuito de valorização fictícia foi precedida pela internacionalização do seu setor produtivo.

Nessa nova etapa, o ingresso de capitais externos produz um resultado tão diverso em relação à época em que estimulou e viabilizou a industrialização (do desenvolvimento associado), que Paulani questiona sobre o sentido da industrialização anteriormente ocorrida:

Eis, pois, nosso palpite inicial sobre o sentido da industrialização: diversamente da mera aparência fenomênica contida no diagnóstico dependentista sobre a internacionalização dos mercados internos – que jogava com a idéia de homogeneização do capital e, portanto, do espraiamento das possibilidades de desenvolvimento, desde que se soubesse jogar as regras do jogo –, a internacionalização da produção foi apenas o substrato necessário ao desenvolvimento ulterior da verdadeira cabine de comando do capitalismo contemporâneo; a esfera financeira, agora realmente mundializada. (PAULANI, 2008, p.89).

Com a financeirização existe a possibilidade de acumulação estritamente financeira do capital. Estes dois movimentos, como se viu na seção 3.4, conduzem à internacionalização do controle do capital.

A abertura financeira e comercial e a inserção ao capitalismo globalizado encontraram justificativa na hipótese de que iria promover o desenvolvimento dependente associado. No entanto, os acontecimentos dessa etapa irão mostrar que a proposição de Cardoso de que a dependência e o desenvolvimento são possíveis pela associação de interesses internos e externos perde poder explicativo.

Teixeira (2007) assinala que a versão otimista do desenvolvimento dependente-associado de Cardoso, aliado ao ideário neoliberal, justificou a inserção do Brasil na “globalização”, pressupondo que a reinserção externa fosse trazer o avanço da estrutura produtiva, a modernização e o desenvolvimento do Brasil, tal como na sua versão do

desenvolvimento dependente-associado, não percebendo a mudança histórica, as características da nova fase.

As transformações do capitalismo mundial, na vigência de um regime de acumulação com dominância financeira, afetaram as relações entre o centro e a periferia de forma a configurar-se um novo caráter da dependência. No atual período, a partir dos anos 1990, no Brasil os capitais externos, mesmo os investimentos diretos externos, mais que propiciar o desenvolvimento econômico viabilizam a transferência de recursos.

Corazza (2004) descreve os acontecimentos singulares da economia brasileira que se desdobram desde os anos 1950 vinculando-os com as características essenciais do capitalismo em suas diversas fases. O capitalismo apresentou várias configurações. Na primeira, de pleno funcionamento do Sistema de Bretton Woods, o fenômeno econômico dominante foi a circulação de mercadorias entre as economias nacionais fechadas em suas fronteiras territoriais. É neste contexto financeiro internacional que se insere de forma positiva o Plano de Metas do governo JK. Posteriormente, na vigência da configuração “multinacional (1960 até meados 1980), domina a lógica da circulação internacional do capital industrial, na forma de IDEs, efetuados pelas empresas multinacionais (EMNs) e se está em um período de transição entre o Consenso de Bretton Woods, do pós-Guerra, e o Consenso de Washington, da década de 1980. O II PND se insere nesse período. Por fim, a configuração global só se torna dominante a partir de meados da década de 1980. No Brasil, o Plano Real se inserirá nesse período.

Corazza (2004) assinala ainda que, antes da atual etapa, as políticas de substituição de importações dos países latino-americanos proporcionaram às empresas multinacionais um negócio lucrativo. Os investimentos, na época, estavam protegidos por barreiras tarifárias elevadas, e o crédito era obtido em condições favoráveis. As companhias multinacionais esquivaram-se das barreiras tarifárias desses países estabelecendo ou comprando empresas na América Latina. Assinala que esse sistema vai desabar a partir do momento em que as trocas comerciais vão ser liberalizadas e em que os produtos fabricados localmente serão confrontados com os produtos importados. A liberação das trocas comerciais vai permitir confrontar os produtos locais com os importados, e esse confronto constitui a passagem da economia multinacional para a economia global. O objetivo agora não é mais “conquistar o mercado interno” de um país, e sim de reforçar a competitividade das empresas nacionais e multinacionais para conquistar o mercado mundial.

O exposto em *Structural change in the world economy: main features and trends* pela organização vinculada à ONU, destinada a acompanhar o desenvolvimento industrial, evidencia essa nova configuração ao assinalar que as mudanças estruturais na economia global estão cada vez mais relacionados com a fragmentação espacial e funcional de produção e consumo e a sua reintegração através do comércio (UNIDO, 2009). Esse processo pode afetar o investimento, levando, nesse contexto, a que o ingresso de capitais não implique necessariamente desenvolvimento, pois podem significar tanto investimento como induzir à reestruturação produtiva e até mesmo ao fechamento de plantas.

Por outro lado, a hipótese de que a restrição externa seria minimizada como pressupõe a tese do capitalismo tardio, pois aumentaria o aporte de recursos externos em razão da dinâmica da economia interna, deixa de considerar que a própria dinâmica interna da acumulação tende a ser restringida, no longo prazo, pela remoção de parte do excedente da economia para o exterior. O hiato de recursos, ou a restrição externa, considera que esses sejam utilizados para financiar o desenvolvimento, mas na nova etapa (mais do que nas anteriores) o capital externo não flui necessariamente para financiar o investimento produtivo.

Na verdade, na nova etapa se intensificam as tendências que iniciaram a se manifestar já nos anos 1950 e que agora alcançam nova dimensão, mostrando que o aumento da dependência pode resultar em desenvolvimento em determinados períodos, mas que uma trajetória sustentável exige que o grau dessa dependência não seja continuamente crescente. O balanço de pagamentos, por exemplo, impõe limites ao crescimento. A remessa de lucros e dividendos, a maior despesa com juros e a maior elasticidade das importações (decorrente em parte da preferência das multinacionais pelas compras em seus mercados de origem) devem impor limites mais estreitos à expansão da economia. Isso significa, em termos clássicos e de Marx, que uma parcela significativa do excedente (do seu valor) está, sobre a forma de lucros e juros, ou mesmo de importações, sendo dirigida para o exterior. Significando, como se viu, que o incremento da acumulação, mesmo produtiva, pode ocorrer a partir da intensificação do investimento externo produtivo, mas que no longo prazo essas condições ficam dificultadas.

As transformações da economia brasileira e as modificações oriundas no capitalismo em sua nova etapa implicam a procura de uma valorização patrimonial dos capitais. A compra de empresas no Brasil decorre dessa lógica. Assim, a constatação de que o atrativo principal da economia brasileira seja a expansão de sua fronteira industrial perde sentido, e, portanto, a defesa de que o ingresso de capital externo implicara desenvolvimento econômico, havendo uma associação de interesses internos e externos, deve sofrer uma nova qualificação. A

associação de interesses entre os proprietários de capital pode mesmo existir, mas a forma que esses assumem vem significando o que Furtado (1992) denominou como interrupção do processo de construção da nação.

Na nova etapa, o crescimento da riqueza e o desenvolvimento de mercados sofisticados, destinados à avaliação diária da massa da riqueza mobiliária, foram características que afetaram o comportamento do consumo, do investimento e do gasto público. A queda das taxas de acumulação e a mudança da composição do investimento foi um padrão em quase todos os países, com exceção da Ásia, como se viu. No Brasil, a integração implicou e foi viabilizada pela desarticulação do estado desenvolvimentista, levando à forte redução dos investimentos, como irá se expor no próximo capítulo.

Uma característica importante, que vale reafirmar, é que a partir da década de 1990, como decorrência das modificações na economia global e das ocorridas na economia brasileira, parcela crescente do lucro global dessa economia é destinada a rendimentos que não são transformados em capital produtivo, ou que são transferidos para valorização em escala global. O crescimento do fluxo de capitais externos corresponde, como antes assinalado, na centralização do controle do capital que ocorreu em nível global não implicando crescimento da produção industrial na economia brasileira, como se pode visualizar pelo modesto crescimento da indústria dos anos 1990 que acompanha o tênue crescimento da década anterior:

Período	1970-79	1980-1989	1990-99
Variação %	116,0	8,17	9,20

Fonte: CEPAL, 2012. Elaboração própria.

Nota: fonte dos dados primários. Milhões de dólares a preços constantes de 2000.

No período anterior, a industrialização transformou o Brasil em uma das economias industriais mais importantes do terceiro mundo. Na nova etapa do capitalismo, a densidade da indústria brasileira não tem uma evolução positiva, inclusive com redução do PIB *per capita* industrial nas décadas de 1980 e 90.

O poder de negociação dos trabalhadores no Brasil, como no mundo em geral, foi reduzido nesse período pela perda de poder de regulação do estado. O exposto por Furtado evidencia aspecto essencial:

A integração política em curso avançado de realização está reduzindo o alcance da ação reguladora dos estados nacionais em que se apoiavam as organizações sindicais. Em consequência a organização das atividades produtivas tende a ser planejada em escala multinacional e mesmo planetária, em prejuízo do poder de negociação das massas trabalhadoras. (FURTADO, 1998, p.22).

A perda de capacidade reguladora do estado e a perda de poder das massas trabalhadoras (na expressão de Furtado) são consentâneas na atual etapa. No Brasil essas conduzem à desarticulação do estado interventor e à perda de dinamismo. Concomitantemente, as classes proprietárias e demais extratos superiores podem expandir sua riqueza na forma financeira.

Como assinala Milton Santos (1997, p.35), “as tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos, porque se tem buscado unificar e não unir”. Afirma que uma coisa é um sistema de relações em benefício do maior número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa, é um sistema hierárquico, construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns. Afirma: “É esta coisa o que existe”.

Entende que hoje o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação, mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói (SANTOS, 1997).

O anúncio da morte do estado ocorre nos anos 1990 junto com a pressão das grandes potências e do capital financeiro a favor da abertura das economias e da desregulamentação dos mercados periféricos.

A globalização hegemônica, como assinala Bresser-Pereira (2006, p.212), afirma a irrelevância das demais nações, mas essa é apenas uma estratégia competitiva de neutralização dos concorrentes em um quadro mundial civilizado no qual o poder ideológico é tão ou mais importante que o uso da força militar ou da pressão econômica. Se se perceber as mudanças operadas no capitalismo (globalização, dominância financeira), que se retratou nos capítulos anteriores como um conjunto de mudanças e políticas que decorrem da lógica do capital, mas que foram viabilizados pela iniciativa da potência dominante (viabilizado pelo apoio em maior ou menor grau dos demais países centrais), então esse movimento implica uma perda relativa de autonomia da maioria dos estados nacionais. No entanto, isso não tem a ver com o

ocaso do estado nação⁴⁷. Na verdade, a lógica de especulação e de concorrência só pode ser regulada pela renovação dos mecanismos de intervenção dos estados nacionais enquanto o espaço nacional não for ultrapassado por formas superiores de organização social e política, de alcance supranacional, sendo que essas possibilidades distintas definem a capacidade de defender os interesses de forma mais ampla da “nação” em detrimento da riqueza de grupos particulares. Como se viu no capítulo 4, as experiências de ascensão e sucesso, em especial na fase do capitalismo monopolístico, apresentam um traço comum: a intencionalidade e a coordenação pública. A experiência mostrou que os países que ascenderam utilizaram, em confronto com a ideologia liberal, a ideia de nação como fundamento de um projeto de desenvolvimento econômico. A dificuldade é que o estado não tem, por si mesmo, um poder e uma vocação inflexível para o nacionalismo. Ele reflete, historicamente, os interesses sociais e as orientações econômicas ou políticas das classes que o constituem e o controlam.

No próximo capítulo, procura-se verificar, através do exame da informação estatística selecionada, por que a acumulação que segue a partir da década de 1990 perde consistência, não viabilizando, embora o notável crescimento da economia brasileira até anos 1980, na superação da condição de país subdesenvolvido, posteriormente denominado como em desenvolvimento, emergente, NIC. Então, se procura aprofundar a análise desenvolvida de forma preliminar até aqui, de como se deu a inserção internacional do Brasil nessa nova fase do capitalismo, e quais são os limites que ela criou ao desenvolvimento e à autonomia. Para tal, procura-se verificar de que forma os acontecimentos políticos, institucionais e estruturais selecionados afetaram a acumulação e o dinamismo da economia brasileira.

⁴⁷ Como assinala Ricupero (2001, p.50): “Mais do que o declínio irremediável da soberania o que se vê é o fortalecimento desmesurado do poder de alguns Estados. Inclusive o poder de pressionar ou obrigar outras soberanias a agir de certo modo ou a deixar de fazê-lo.”

6 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA ECONOMIA BRASILEIRA APÓS OS ANOS 1990

No capítulo 3 examinaram-se as características da atual etapa do capitalismo, que encontra na forte expansão de sua dimensão financeira como um aspecto marcado de sua nova configuração. Essas características do sistema ganharam forma a partir dos países centrais abarcando o conjunto da economia capitalista. No entanto, a inserção externa das diversas economias periféricas (em desenvolvimento) a esse capitalismo (o todo) apresenta características particulares.

Em alguns países, como o Brasil, a ênfase foi na integração financeira e na maior liberdade da flutuação do câmbio como mecanismo central da inserção internacional; em outros, como os asiáticos, a integração ocorreu com maior restrição e controle sobre os fluxos financeiros.

Na nova etapa do capitalismo dominam os capitais altamente líquidos e de curto prazo preocupados com o retorno do acionista. As empresas, em geral, ampliaram a posse de ativos financeiros e não apenas como reserva de capital para efetuar ganhos em ativos fixos. Nessa nova configuração, a acumulação de ativos financeiros ganhou *status* permanente na gestão da riqueza capitalista. Ou seja, a progressiva liberalização dos fluxos de capitais foi produzindo um mercado unificado de dinheiro e ativos financeiros em escala global, sob o comando do sistema financeiro americano. Um aspecto essencial é que a mudança da composição da riqueza, com a inclusão de ativos financeiros, provocou efeitos sobre as decisões de gasto. O Brasil irá se inserir nesse contexto de forma mais importante a partir dos anos 1990.

Na verdade, como assinala Paulani, o Brasil foi personagem da história da financeirização desde seu começo.

Inicialmente o país constituiu parte expressiva da demanda por crédito que ensejou a primeira bolha global de ativos do capitalismo financeirizado, consubstanciada na crise das dívidas latino-americanas da primeira metade dos anos 1980. Mais à frente, a partir da segunda metade dos anos 1990, tornou-se potência financeira emergente, tendo, para tanto, realizado todas as reformas estruturais necessárias [...]. Posicionou-se assim como plataforma internacional de valorização financeira [...] (PAULANI, 2009, p.34).

As características do processo de desenvolvimento brasileiro até os anos 1980, com altas taxas de crescimento da economia, levaram a uma avaliação incorreta de sua dinâmica, atribuindo-lhe autonomia. Em geral era suposto um alto grau de autonomia do estado brasileiro.

A crise financeira do estado, como se viu, está no cerne das transformações que se instauraram a partir da década de 1990. Como em todos os ciclos anteriores de ingresso de capitais no Brasil, o declínio da taxa de juros americana ocorrida no início dos anos 90 e as inovações financeiras iniciaram um novo ciclo de ingresso de capitais. Conjuntamente, a desmontagem dos controles de capitais que predominavam nos anos 80 foi um aspecto dominante para a construção de uma estratégia pró-financeiras. Na verdade, o Brasil e a América Latina, a partir da crise da dívida, mudaram sua política econômica afastando-se da política de substituição de importações liderada pelo estado em direção a um intenso processo de liberalização econômica e desregulamentação.

No entanto, como assinala Diniz (2005), a liberalização e a desregulamentação não foram a causa essencial do retorno dos fluxos de capitais, embora possam ter reforçado ou viabilizado a tendência que se manifestava no período. Os fluxos de capitais retornaram em 1992 quando os planos de estabilização do governo Collor se mostraram fracassados e quando se instalou uma crise política, sendo que, nesse momento, o Brasil havia apenas iniciado a implementação das recomendações do consenso de Washington e ainda não tinha empreendido a renegociação da dívida externa (que ocorreu em 1994), evidenciando a primazia dos fatores externos no retorno dos capitais.

A inserção do Brasil na nova etapa propiciava o retorno dos capitais externos ao país após a crise da dívida dos anos 1980. Esse ingresso, em princípio, iria viabilizar o crescimento, pois havia uma necessidade de capitais (endividamento).

O argumento sobre a necessidade de endividamento decorre da existência de motivos estruturais, em especial dois: a especialização em *commodities* e o fechamento ao comércio. Como consequência, o nível de endividamento externo (estoque da dívida e ativos) foi historicamente alto, visto a vulnerabilidade decorrente dessas características que levava à necessidade de recursos externos. Esses dois argumentos (especialização em *commodities* e economia voltada para dentro) supõem que o endividamento externo é sempre economicamente necessário em decorrência dessas características. Mas, como assinala Medeiros (2008a), muitas vezes predominou um endividamento excessivo. O excesso de acúmulo de dívida externa teve por base o excesso de liquidez, bem como a pressão dos intermediários financeiros, que exercem, com apoio de seus governos, um conjunto de iniciativas visando à expansão do crédito e do financiamento direto aos países periféricos.

Ou seja, a carência não decorre exclusivamente de uma característica da economia (especialização, economia voltada para dentro) que inviabiliza o financiamento da

acumulação, mas também pela utilização de recursos para fim que não visava ao acréscimo do investimento e do crescimento. Na verdade, historicamente, ao se analisar o ingresso de capitais na América Latina, e no Brasil em particular (DINIZ, 2005; MEDEIROS, 2008), observa-se que as razões para a contratação de um empréstimo externo (ou do aumento do passivo externo) não estão necessariamente conectadas com a necessidade de financiar uma oferta de bens e serviços requeridos pelo crescimento econômico, como na hipótese do hiato de divisas se supõe, mas derivam do diferencial da taxa de juros, do atraso do sistema financeiro e da preferência pela liquidez (por moedas fortes) pelos proprietários ricos desses países.

Entre as causas do endividamento externo, as características relativas às estruturas de mercado e à propriedade do capital, parecem ser essenciais para explicar o seu crescimento. Assim, as empresas privadas que lideraram o crescimento industrial contaram com duas fontes básicas para a expansão de suas inversões, a saber, o autofinanciamento e o acesso a capitais do exterior. Especialmente as estrangeiras, tiveram no autofinanciamento e no acesso a recursos do exterior a base financeira para a ampliação de sua capacidade produtiva. Aqui, cabe adiantar, tem-se uma importante causa para o tênue desenvolvimento do financiamento interno à acumulação, pelas características e condições do sistema financeiro nacional, como se procura expor na sequência.

Como assinalou Marx no volume III de *O Capital*, o crescimento do capital monetário emprestável aumenta com o transcurso da acumulação. Então, em princípio, com o desenvolvimento da acumulação, o sistema financeiro e o crédito se ampliam *pari passu*. Mas, em uma economia periférica como a brasileira, um dos motivos do menor desenvolvimento do sistema financeiro nacional (em relação ao desenvolvimento da acumulação) em conceder crédito para expansão da capacidade parece decorrer do fato de que parcela expressiva da demanda de crédito (e dos recursos) se desviou para o exterior, afastando do sistema esses recursos.

Além disso, existem áreas da esfera produtiva vedadas para as empresas nacionais, visto o grande poder das grandes corporações internacionais, sendo que, em grande parte, essas empresas atuam nos setores mais dinâmicos da economia brasileira. A demanda de parcela significativa do crédito decorre do crescimento dessas empresas, sendo que essas se autofinanciam (demandando no mercado financeiro local somente recursos complementares).

Mesmo as empresas nacionais, em especial as de maior porte, tendem a captar recursos externos em nível importante, visto o diferencial das taxas de juros. Deste modo, parte importante da demanda de crédito dirige-se a instituições externas. A propalada deficiência do sistema financeiro brasileiro em ofertar crédito de longo prazo, ou seja, de apoiar o investimento produtivo, em parte também pode ser imputada às oportunidades de lucro que lhe são oferecidas viabilizando retornos significativos com baixíssimo risco, derivados da aplicação de recursos em títulos públicos e a impossibilidade de ampliar lucros no financiamento de longo prazo às indústrias dinâmicas, como antes se mencionou.

Após modificações implementadas no sistema financeiro nos anos 1960, com a instituição da correção monetária, se tem que, quanto maior a taxa de inflação, maior a participação do sistema financeiro no produto total da economia brasileira. Assim, no período 1970-1993 existiu uma importante relação entre inflação e valor adicionado apropriado pelo sistema financeiro. No período subsequente, de liberalização comercial e financeira, a acumulação rentista prossegue em um ambiente de baixo crescimento, mas agora com baixa inflação e taxas de juros elevadas. Os ganhos inflacionários foram substituídos pelos ganhos provenientes dos ativos de renda fixa conectados à dívida pública.

Como se depreende de Davidoff Cruz (1994), a atrofia do sistema privado de financiamento de longo prazo tem como consequência imediata jogar para o estado a responsabilidade de assumir o financiamento do capital fixo das empresas. Entretanto, o comprometimento do estado com o financiamento do investimento de longo prazo - como forma de compensar a atrofia do sistema de financiamento privado - deu-se em meio a limitados recursos fiscais. Ou seja, os escassos recursos fiscais são fruto de um pacto conservador de elites que, ao tentar preservar a intocabilidade de vários interesses, acabaram por vetar qualquer forma de reforma fiscal, a qual dotasse o estado de condições de exercer - ou ao menos contrabalançar - satisfatoriamente o financiamento de um projeto de industrialização menos dependente do grande capital internacional.

Assim, ter-se-ia uma falta de um núcleo endógeno de financiamento público e privado nacional capaz de articular o sistema produtivo e financeiro e viabilizar crescimento sem passar pelo endividamento externo (ou pelo aumento do passivo externo). A essa falta se

acresceria a falta de um núcleo endógeno de inovação. Duas facetas de um mesmo processo de acumulação dependente do exterior⁴⁸.

Essas seriam características da economia brasileira que permanecem ao final do processo de industrialização e desenvolvimento findado nos anos 1980, que seriam estruturais. A nova etapa do capitalismo acentuaria essas características e a dependência. Ou seja, o crescimento dos estoques de haveres financeiros - e dentre estes da dívida pública-, a internacionalização e interconexão dos mercados financeiros, a invenção de novas modalidades de operações nesses mercados, o crescimento da parcela do PIB apropriada como juros e rendimentos de inversões mudaram a fisionomia do capitalismo na virada de século, sendo que esse modelo, após reformas, encontra um ambiente favorável no Brasil.

A liberalização financeira associada à comercial em uma economia com elevada internacionalização patrimonial e endividamento levou a uma forte pressão por taxas reais de juros extremamente elevadas pelos padrões internacionais. Um dos resultados foi a rápida expansão do rendimento financeiro real acumulado, elevando o peso político do capital financeiro e dos rentistas frente às decisões do estado brasileiro em matéria de política econômica e das prioridades nacionais. Junto à elevação da taxa de juro acompanha uma restrição monetária que pode ser evidenciada pela restrição ao crédito, como se pode visualizar abaixo⁴⁹:

Tabela 15 - Evolução do crédito - % PIB

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
53,51	33,82	29,92	27,65	28,27	27,09	27,71	25,83	26,01
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
24,60	25,69	28,27	30,92	35,17	40,48	44,4	46,4	

Fonte: Banco Central. Boletim anual, anos 1994-2010.

As evidências empíricas sugerem que a renda de juros substituiu os ganhos inflacionários enquanto base da acumulação patrimonial e do processo de financeirização da economia brasileira. Um padrão de financeirização sob alta inflação seria deslocado por outro, agora, sob alta taxa reais de juros e liberalização da conta de capital.

⁴⁸ O desenvolvimento dos centros nacionais de decisão está relacionado com esses dois elementos materiais, desenvolvimento de um núcleo endógeno de financiamento e de inovação. Além desses elementos materiais de um elemento político, que se consubstancia na capacidade do estado de modular a acumulação para os interesses de um grupo significativo de sua população (o nacional), parece essencial. Em outros termos, a sua elite deve ser capaz de promover um projeto aceito e que tenha o apoio necessário para promover o desenvolvimento e a ascensão.

⁴⁹ Somente a partir de 2004 se pode observar uma tendência ao aumento do crédito.

No período pós-liberalização, as taxas reais de juros permanecem em patamares muito elevados, comparativamente ao período 1974-1988, provocando uma forte transferência de renda da sociedade para os segmentos rentistas e detentores dos títulos da dívida pública e privada brasileiras.

A dívida pública está no centro das transformações do período. A maior parte da dívida é interna. Sustenta e alimenta os circuitos especulativos. Ou seja, o estado apropria-se de uma parte da mais-valia convertendo em juros pagos sobre a dívida.

A intervenção do estado, na esfera financeira, tornou-se fundamental para a valorização rentista, em especial pelo seu volume e a garantia do seu retorno. Ou seja, o estado viabiliza principalmente o acesso à mais-valia pelos bancos, pelas grandes empresas do setor produtivo e do comércio e pelas famílias mais ricas, propiciando a valorização da riqueza financeira. Mas não exclusivamente. Os títulos federais, em parte, são lastro de aplicações financeiras nos fundos de investimentos. Incluem-se não apenas a riqueza financeira dos rentistas e do grande capital, mas o capital de giro das empresas, a poupança dos assalariados mais afortunados, as reservas das empresas etc. Como antes se mencionou, os bancos no Brasil possuem como parte importante dos seus ativos os títulos públicos. Então, a gestão da dívida interna favorece as atividades financeiras.

Na economia brasileira, a partir do ano de 1994, a dívida interna cresce de forma importante como se pode visualizar abaixo:

Tabela 16 - Dívida interna líquida

Ano	Valor	Participação PIB %
1994	108.806	20,0
1995	170.328	24,4
1996	237.600	29,4
1997	269.846	30,2
1998	328.693	35,5
1999	407.810	39,0
2000	451.841	39,7
2001	530.022	42,8
2002	654.312	41,2
2003	726.688	46,7
2004	818.062	44,3
2005	952.185	44,1
2006	1.130.902	47,6
2007	1.393.139	51,1
2008	1.500.678	49,9
2009	1.655.242	52,0
2010	1.835.512	49,9

Fonte: Banco Central, relatórios anuais (1994-2010).

O aspecto essencial é que o crescimento desses gastos não está diretamente relacionado com o crescimento do déficit público. O setor público teve superávit (resultado

primário) expressivo em vários anos do período e poucos anos com déficit (pequeno), como se pode visualizar na tabela 17.

Tabela 17 - Dívida líquida e resultado primário - em % PIB

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida Líquida Total	28,1	29,9	33,3	34,5	41,7	49,4	49,4	53,3	55,5	58,7	51,8	46,5	44,9	43,9	38,8
Dívida Líquida Interna	20,0	24,4	29,4	30,2	35,5	39,0	39,7	42,7	41,2	46,7	44,3	44,1	47,6	51,1	49,9
Dívida Líquida Externa	8,1	5,5	4,0	4,3	6,2	10,4	9,8	10,5	14,3	12,0	7,5	2,3	-2,7	-7,2	-11,1
Necessidade de Financiamento do setor Público (+) positivo é déficit. (-) negativo é superávit															
Resultado primário	-5,1	-0,4	0,1	1,0	0,0	-3,3	-3,51	-3,68	-3,89	-4,37	-4,6	-4,3	-3,8	-3,3	-3,6

Fonte: Banco Central. Boletim anual, 1994-2008. Elaboração própria.

A dívida externa líquida se reduz gradativamente se transformando em um superávit (2,7 % do PIB) a partir do ano de 2006 pelo crescimento das reservas⁵⁰ (conforme tabela 17).

A crescente importância da dimensão financeira na economia brasileira também pode ser inferida pela evolução dos meios de pagamento, como mostra a tabela 18.

Tabela 18 - Meios de pagamento - % PIB

Ano	M1	M2	M3	M4
1994	4,17	13,30	21,54	32,12
1995	4,09	15,39	24,53	35,99
1996	3,68	23,34	35,33	41,52
1997	5,27	26,70	37,91	45,21
1998	5,48	27,57	40,66	49,67
1999	6,00	26,29	44,86	52,74
2000	6,40	24,60	48,20	56,50
2001	6,70	25,60	49,80	60,20
2002	6,80	25,00	43,40	50,90
2003	6,90	25,90	52,50	60,00
2004	6,90	26,6	53,40	59,90
2005	6,71	26,99	54,06	60,83
2006	7,19	27,28	56,82	64,28
2007	8,45	28,54	59,10	68,86
2008	7,52	36,11	64,14	75,38
2009	7,71	36,18	68,45	80,83
2010	7,24	34,84	65,58	79,01

Fonte: Banco Central. Boletim anual, 1994-2010. Elaboração própria.

Da mesma forma, a evolução dos ativos negociados na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) foi expressiva, como mostra sua participação no PIB, tabela 19:

⁵⁰ A acumulação de reservas ocorre com danos fiscais, pois requer taxas de juros elevadas. Ou seja, não decorre de uma estrutura do comércio exterior favorável, como se examinará na sequência.

Tabela 19 - Bolsa de valores de São Paulo - Mercado secundário (em % PIB)

Anos	Valor acionário	Derivativos	Ações	Derivativos +ações
1995	20,34	28,92	9,00	37,93
1996	27,44	56,39	11,7	68,08
1997	31,29	35,01	25,3	60,34
1998	20,5	36,59	20,6	57,19
1999	39,74	34,18	15,6	49,73
2000	39,05	37,56	16,2	53,77
2001	34,66	35,96	11,6	47,54
2002	31,21	29,43	9,4	38,85
2003	41,49	47,41	12	59,46
2004	48,34	56,41	15,7	72,12
2005	52,56	72,72	18,7	91,4
2006	66,22	73,2	25,7	98,87
2007	96,82	59	46,9	105,87

Fonte: Nakatani e Sabadini, 2010.

Essas modificações se inserem no contexto mundial. Ou seja, com a interconexão dos mercados financeiros, a mobilização de recursos líquidos se transforma em capital monetário à disposição de uma minoria de empresas capitalistas (em grande parte bancos e sociedade por ações). Como consequência, parcela importante desses capitais fica à disposição de instituições de origem estrangeira, ou seja, esse movimento favorece a internacionalização produtiva, a centralização do capital, como se viu.

A liberalização financeira foi acompanhada pelo processo de abertura de forma praticamente simultânea. Junto com a inserção que tomou força através das finanças tem-se a ruptura com o modelo de crescimento com proteção tarifária e participação do estado a partir do governo Collor. Esse processo se aprofundou no 1º governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-98).

Essa transformação decorreu da crise financeira do estado que foi agravada pelos sucessivos fracassos no combate à inflação no período 1986-91 (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II). Nesse período, como assinala Castro, (2011), ocorreu uma importante redução da produção física do setor de bens capital. No governo Collor, simultaneamente à adição do câmbio livre, intensificou-se o programa de liberalização de importações que havia tido início no final dos anos 80. Foram extintas as listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa e os regimes especiais de importação (exceto zona franca de Manaus, *drawback* e bens de informática). As tarifas médias sofrem significativas reduções de 32% em 1990 para 14% em 1994 (CASTRO, 2011, p.138).

O período de 1990 até 1994 (Plano Real) foi marcado pela abertura econômica e pela privatização. Anteriormente, nos anos 1980, ocorreu o primeiro conjunto de privatizações de empresas que haviam sido estatizadas por estarem em situação falimentar, sendo que essas empresas no geral eram muito pequenas. Nos anos 90, o programa de privatização foi direcionado às empresas estatais produtoras de bens, setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Por sua vez, as privatizações na gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC) caracterizaram-se pela venda de empresas prestadoras de serviços públicos, com ênfase nas áreas de telecomunicações e energia.

As privatizações, conforme o programa nacional de desestatização, visavam contribuir para a redução da dívida pública, permitir a retomada de investimentos nas empresas que viessem a ser transferidas à iniciativa privada e transferir à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas.

No governo FHC tem-se a flexibilização do mercado de trabalho, reformas econômicas e do estado, privatizações, desnacionalização de parte do sistema bancário, dentre outras medidas que, boa parte das vezes, foram executadas de forma acelerada. Essa estratégia levava ao extremo o processo de desenvolvimento dependente associado. A ideia predominante é que somente o aprofundamento da associação do Brasil com os mercados agora globalizados e desregulamentados poderia promover o crescimento econômico.

Os investimentos externos diretos (IDE) começaram a crescer em 1994. Foram consequência do contexto externo favorável, mas as características internas favoreceram, em especial, as privatizações de empresas estatais e a compra de empresas privadas. Assim, valorização patrimonial através de fusões e aquisições motivaram o crescimento de IDE.

A liberalização comercial e financeira, acrescida das privatizações, leva a uma crescente internacionalização produtiva da economia brasileira, como se pode visualizar na tabela 20. A internacionalização produtiva assumiu várias dimensões. Como assinala Laplane (2003), no Brasil a mais visível foi a patrimonial, ou seja, do sistema empresarial. A outra dimensão da internacionalização da produção ocorreu com forte assimetria entre a parcela da produção exportada (fraca) e a ampliação do conteúdo importado da produção. Países da Ásia, como se viu, internacionalizaram sua produção com grande incremento de suas exportações.

Tabela 20 - Participação das empresas estrangeiras e nacionais por tipo de tecnologia - em percentagem do VTI total e de cada tipo de indústria

Nacionalidade	Estrangeiro		Nacional	
	1985	2002	1985	2002
Indústrias segundo o tipo de Tecnologia				
Total	31	40	69	60
Intensivas em Recursos Naturais	16	24	84	76
Intensivas em Trabalho	16	17	84	83
Intensivas em Escala	46	57	54	43
Produção Diferenciada	47	58	54	42
Baseadas em Ciência	55	73	45	27

Fonte: Garcia, 2008.

Na atual fase, as grandes empresas e bancos conseguem estabelecer a primazia de sua estratégia e interesses sobre os principais fluxos de acumulação. A totalidade dos encadeamentos (fornecimento de partes, peças, componentes, matérias-primas) de forma crescente fica sob o estrito controle das grandes empresas que comandam os principais mercados. Tem-se a constituição de um mercado mundial, onde o Brasil se insere levantando restrições a esse movimento. Em 1985 as empresas estrangeiras eram responsáveis por 31% do valor de transformação da indústria, sendo que, no ano de 2002, esse percentual foi de 40%. Um reduzido número de empresas estrangeiras foi responsável por essa participação, 1.507 em 1985 e 2.276 em 2002, dentre o universo de 92.687 e 134.869 empresas existentes nos referidos anos (GARCIA, 2008).

Outro aspecto essencial, que se deve assinalar desde já para evitar possível insuficiência ou imprecisão, é de que não se trata apenas da constituição de um mercado mundial, mas da própria internacionalização dos circuitos produtivos e financeiros de valorização. Assim, a liberalização comercial e financeira que ganha força nos anos 1990 viabilizaria e favoreceria essa valorização.

A nova configuração institucional permite às finanças imporem a sua lógica. As margens de rentabilidade dos setores diretamente produtivos são pressionados para cima de forma a responder a punção rentista de mercados financeiros com consequências diretas sobre as decisões de investimento e do ritmo de acumulação. Por esse olhar, a economia e o estado brasileiro estariam funcionando para sustentar a valorização financeira. Assim, as modificações na órbita financeira resultarão em modificações na composição do fluxo de mercadorias e na própria estrutura produtiva brasileira como se procurará evidenciar.

Marquetti (2004) assinala que, a partir dos anos 1990, a taxa de lucro que vinha em queda estabilizou-se passando a apresentar crescimento a partir de 1994. Dois motivos seriam

a causa: efeitos tecnológicos associados à terceira revolução industrial e adoção da estrutura institucional neoliberal que alterou a distribuição funcional da renda.

Bruno (2008), por sua vez, constata que altas taxas de crescimento no período entre 1950-1980 estão vinculadas a altas taxas de lucros. A partir de 1980 ocorreu uma tendência à queda da taxa de lucro que se mantém até 1993, com declínio da taxa de crescimento. Após, no período neoliberal, se tem um aumento da taxa de lucro. No período examinado mais detidamente no referido trabalho, 1996-2006, a parcela do salário apresenta-se em queda com crescimento da taxa de lucro. Então, ocorre certa recuperação na taxa de lucro como se pode visualizar na tabela 21.

No entanto, a acumulação de capital fixo não se ampliou na mesma proporção. A novidade agora é que esse crescimento da taxa de lucro não é acompanhado pelo crescimento da taxa de acumulação (variação do estoque de capital fixo). Ou seja, o aumento da produtividade não implicou crescimento, por certa desconexão entre lucro e acumulação⁵¹.

Tabela 21 - Evolução da taxa de lucro

Período	Taxa de lucro
1952-1962	42
1966-1980	31
1984-1993	14
1996-2006	19

Fonte: Bruno, 2008.

A queda da taxa de lucro na economia mundial a partir dos anos 1960/70 foi apontada por diversos economistas, Mandel (1990), Brenner (2003), Dumenil; Levy (2003), entre outros, como decorrente ou sintoma de uma crise estrutural. Entre as causas da crise e para a queda da taxa de lucro existem vários entendimentos (SHAIKH, 1983). Uma das explicações para a crise e a queda da taxa de lucro estaria na tendência à queda da referida taxa, como proposta por Marx, tese objeto de longo debate no pensamento econômico. Então, a queda da taxa de lucro, a partir de um determinado momento, implicaria suspensão de investimento e crise (estrutural).

No capitalismo como um todo, a crise seria manifestação dessa tendência que, ao fazer as taxas de lucro alcançarem determinado nível, levou à suspensão dos investimentos e à crise. A reestruturação global com ataque à posição do trabalho, como se viu na seção 3.2, foi resultado da tentativa de restaurar a lucratividade.

⁵¹ Como se viu na seção 2.1, essa possibilidade existe, pois se está na fase do capitalismo monopolista.

Outro conjunto de explicação para a queda da taxa de lucro em um determinado momento decorre dos esquemas de reprodução de Marx, de Kalecki e de Keynes. Como assinalou Kalecki, o lucro irá depender do consumo capitalista e do investimento, dado o fator de distribuição. Joan Robinson, em sua obra mais madura, reflete a influência desses autores ao expor:

Quando a taxa de crescimento é dada, a razão de exploração correspondente é determinada, mas não é verdade que a razão de exploração determine por si mesma a taxa de crescimento. A razão de exploração determina o excedente potencial do sistema, mas serão necessárias decisões de investimento tomadas por capitalistas ativos para que esse excedente seja transformado em lucros. (ROBINSON, 1988, p. 97).

Ou seja, a acumulação de capital máxima está relacionada à mais-valia gerada ou ao excedente potencial, sendo esse máximo móvel, pois a própria acumulação (investimento) aumenta a capacidade de produção. A dimensão do lucro dependerá então dos gastos capitalistas (consumo e investimento), da dimensão dos gastos e de sua composição. Ou seja, dado o excedente potencial (visto distribuição salário/lucro), a acumulação irá depender da dimensão dos gastos (capitalistas) e de sua composição que definirá que parcela da mais-valia será destinada a renda ou a capital (produtivo). A queda da taxa de lucro e a crise dos anos 1980 parecem estar fortemente relacionadas às restrições sofridas pela economia brasileira, afetando a demanda efetiva e a reprodução ampliada do capital (realização do valor e da mais-valia nos termos de Marx), pois o fordismo (periférico) foi alterado pelas políticas locais antes de alcançar o seu limite.

Nos anos 1990 as reformas estruturais (o ajuste neoliberal), como assinalam Marquetti e Bruno, ocorrem com perda para os salários e sem um incremento da acumulação. Nos termos expostos por Bruno, ocorre uma diminuição da propensão a investir do lucro macroeconômico.

Carvalho e Feijó (2000), por outro ângulo, analisam o mesmo fenômeno. Assinalam que nos anos 1990, ao contrário dos anos 70 e 80, passa a existir uma relação inversa entre o crescimento da produção e o emprego. Os ganhos de produtividade ocorreram com queda do emprego:

Tabela 22 - Taxa de crescimento do PIB das indústrias de transformação e extrativas. Pessoal ocupado, produtividade e participação da formação bruta de capital fixo no PIB (%)

Ano	PIB Industrial	Pessoal ocupado	Produtividade	FBCF/PIB
1990	-8,9	-5,4	-3,7	20,66
1991	-8,9	-10,1	1,3	18,11
1992	-3,7	-7,7	4,2	18,42
1993	7,5	-1,9	9,5	19,28
1994	7,6	-2,2	10,1	20,75
1995	1,8	-1,9	3,8	18,30
1996	1,7	-11,2	14,5	16,90
1997	3,9	-5,8	10,2	17,40
1998	-2,0	-9,1	7,8	17,00
1999	-0,7	-7,3	7,2	15,70

Fonte: Feijó, 2008. A partir dos dados do IBGE.

A tabela 22 mostra que a partir de 1991 até 1999 ocorre crescimento da produtividade média do trabalho com expressiva queda no emprego industrial. No período de 1990 a 1992 ocorreu queda da produção em decorrência, em grande medida, do ajuste à redução das tarifas e à liberalização comercial.

Tavares e Miranda (1999) assinalam que a abertura comercial iniciada em 1991 constituiu novo contexto para a reestruturação patrimonial dos grupos econômicos brasileiros. Devido à concorrência das importações no mercado interno e ao menor dinamismo das exportações de manufaturas a partir de 1994, decorrente da sobrevalorização do real, os principais grupos brasileiros tenderam a restringir o âmbito de suas operações, encaminhando-se para a especialização produtiva, mantendo, porém, seus ramos de *commodities* agrícolas ou industriais.

O período posterior ao Plano Real até 1999 foi caracterizado pelo forte aumento da produtividade e por um baixo crescimento do PIB industrial. O nível de investimento também foi baixo no período, e a redução do pessoal ocupado foi intensa como se pode visualizar na tabela 22. As informações constantes da referida tabela sobre o período 1990-1999, mostram que o crescimento da produtividade a partir de 1991 e da produção industrial a partir de 1993 não foram acompanhadas pelo crescimento do pessoal ocupado na indústria.

A partir de 1999, introduz-se o câmbio flutuante e, em alguns anos, o emprego industrial voltou a crescer, sendo que a partir de 2004 a economia passa a apresentar taxas mais significativas de crescimento viabilizadas pelo *boom* de exportações. Mesmo nesse período, as taxas de investimento permanecem relativamente baixas.

O exposto pelos autores anteriormente mencionados (MARQUETI, 2004; CARVALHO; FEIJÓ, 2000; BRUNO, 2008) evidencia que o aumento da lucratividade, derivada do aumento da produtividade, não implicou um acréscimo do investimento, que

demandasse os serviços dos trabalhadores dispensados na indústria. Ou seja, o aumento da lucratividade não se consubstanciou em um aumento correspondente do investimento, que gerasse uma demanda importante dos trabalhadores (lembrando que o investimento no período foi relativamente baixo e o capital acrescido pouco absorvedor de mão de obra)⁵².

Ao se refletir sobre acumulação e lucros, a acepção clássica e de Marx, e desenvolvimentos posteriores sobre a realização da produção (demanda efetiva), traz luz à análise. O excedente potencial da economia em determinado momento se amplia, mas o crescimento desse e da produção irá depender dos gastos dos capitalistas (demanda efetiva) e de como se distribui a mais-valia entre capital e renda no curto prazo. Então, a proposição é que do excedente gerado (ou do lucro macroeconômico) uma parcela maior passa a ser transformada em renda em vez de capital. O crescimento da parcela da renda se viabilizaria pela esfera financeira, onde a propriedade de ativos propiciaria o acesso ao excedente da economia. Em uma economia periférica como a brasileira, o crescimento da parcela transformada em renda seria acompanhado pela crescente internacionalização ao acesso desse excedente (por proprietários estrangeiros dos ativos nacionais).

Ou seja, acompanhando a ampliação do caráter rentista da economia brasileira, ter-se-ia que a apropriação do excedente periférico se intensificaria pela via das empresas transnacionais acrescido ainda pela ampliação da extração via sistema financeiro especulativo. A modificação do papel do estado estaria no centro desse processo. Esse rentismo seria acompanhado pelo aumento da produtividade e com crescimento de longo prazo mais modesto.

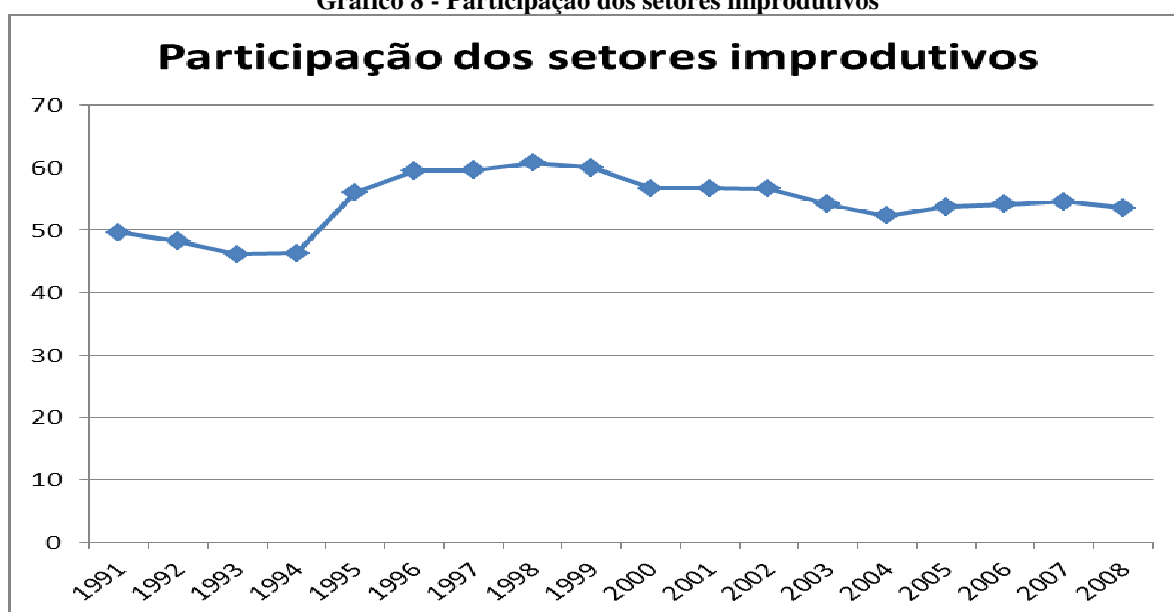
Entretanto, para se evitar confusão, se deve mencionar que o crescimento da parcela do excedente destinado à renda está relacionado ao crescimento dos ativos financeiros, mas não exclusivamente. Os ativos financeiros constituem-se em riqueza (financeira) que dão acesso a uma parcela da renda. Para evitar a crise, parcela do poder de compra deve permanecer em suspenso a cada ano. Então, o caráter rentista de uma economia pode ser inferido pela dimensão da valorização dos ativos financeiros, mas - fundamental para o entendimento de rentista para os clássicos e para Marx - seria atentar para a parcela a ser destinada a atividades produtivas e improdutivas. Assim, por exemplo, não somente faria parte do excedente (mais-

⁵² Favorecendo a manutenção da insuficiência dinâmica nos termos de Prebisch (ou mesmo do subdesenvolvimento, pelo entendimento de Furtado) pela fraca absorção do trabalho (conforme capítulo 5).

valia) os lucros do sistema bancário e do comércio, como a parcela destinada aos salários dos trabalhadores desses setores.

Pinto (2007), utilizando a contabilidade nacional, procura aproximar o registrado na contabilidade tradicional com os conceitos clássico/marxiano, definindo os setores produtivos e improdutivos⁵³. A partir dessa definição e com base no valor agregado de cada setor, se pode aquilatar de forma aproximada a participação dos setores improdutivos no PIB⁵⁴.

Gráfico 8 - Participação dos setores improdutivos



Fonte: IBGE, Sistema de contas nacionais. Tabelas de recursos e usos, 1991-2008. Elaboração própria.

A partir do Plano Real, as atividades definidas como improdutivas ampliam sua participação passando de aproximadamente 46 % em 1991 para aproximadamente 61% em 1998/1999. A partir desse momento, as participações dessas atividades se reduzem sem atingir o nível anterior ao Plano Real. O crescimento das atividades produtivas a partir de então parecem decorrer da desvalorização do câmbio em 1999 e pelas condições favoráveis da economia mundial. Mas essa retomada produtiva (parcial) da economia brasileira ocorre com importante mudança estrutural (como se verá adiante) e com crescimento da integração na economia mundial.

⁵³ Os setores produtivos são agropecuária, indústria extrativa, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, transportes, comunicações e serviços produtivos. A participação está referida em relação ao valor agregado bruto da economia.

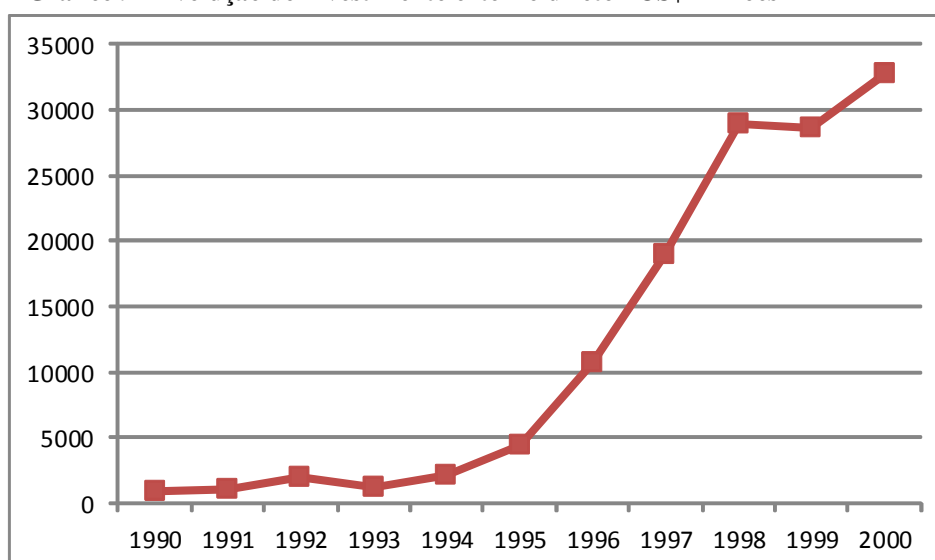
⁵⁴ Aproximar porque, mesmo nos setores considerados produtivos, pode existir salário decorrente de atividade improdutiva na concepção de Marx. As atividades que na fase do capitalismo concorrencial eram realizadas pelo capitalista e que passaram a ser exercidas por trabalhadores/administradores são um exemplo típico (que implicam, portanto, em diferenciação salarial e salários improdutivos).

A partir de 2004 a taxa de lucro mantém a tendência ao crescimento, mas a novidade, conforme Bruno (2009), é que a taxa de acumulação de capital fixo produtivo volta a crescer de modo mais rápido.

Visto esse movimento geral em que a interação na economia mundial e as transformações amplas da economia brasileira foram contextualizadas, torna-se necessário retomar mais de perto sua evolução após o Plano Real.

A partir do Plano Real, estimulado pelas privatizações e as reformas que incentivavam o ingresso de capitais, ocorreu o incremento do investimento direto externo, como se pode visualizar pelo gráfico 9:

Gráfico 9 - Evolução do investimento externo direto - US\$ milhões



Fonte: Banco Central, 2012.

Mas o *boom* de IED que ocorreu a partir de 1995 não parece ter contribuído significativamente para o aumento das taxas de investimento e crescimento, como se pode verificar pela simples inspeção visual da tabela 23. Na verdade, aprofundou significativamente o grau de internacionalização produtiva da economia brasileira, tanto no plano patrimonial como no comercial.

Tabela 23 - Evolução da formação bruta de capital fixo e do investimento externo direto - % PIB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
FBKF- % PIB	20,66	18,11	18,42	19,28	20,75	20,54	19,26	19,86	19,69	19,1	19,44
IED - % PIB	0,21	0,27	0,53	0,30	0,39	0,57	1,28	2,17	3,41	4,87	5,08

Fonte: Banco Central, IBGE. Elaboração própria.

Como demonstra Gonçalves (2011, p.15), no período 1999 a 2002 ocorreu forte incremento na relação IED/FBKF em decorrência das privatizações, mas que não foi acompanhado pela taxa de investimento (preços correntes).

Ou seja, o significativo incremento do IED não se manifestou em crescimento significativo da FBKF. A visão otimista pressupunha que, em uma economia aberta, as empresas estrangeiras substituiriam com vantagens as empresas nacionais, se engajariam mais ativamente no mercado internacional; promoveriam o aumento da competitividade e o acesso a seus mercados de origem e a outros mercados. Na verdade, a mobilidade do capital financeiro, e do IED em particular, implicou ou decorreu de um movimento de centralização de capital em nível mundial mais do que em incremento de capacidade produtiva.

O (neo) liberalismo propõe uma redução do papel do estado e de sua intervenção na economia. No entanto, as modificações realizadas pressupõem a modificação do papel do estado, mas, cada vez mais, exigindo a sua presença para garantir a valorização dos capitais privados. Como se viu nos capítulos 3 e 4, na economia monopolista não se dispõe de formas de autorregulação. As funções de regulação passam a ser exercidas no âmbito do próprio estado, ou seja, na época do capitalismo monopolista em que se vive há uma politização da economia já que nenhum conflito pode ser subtraído à presença do estado. No Brasil, como nos EUA, o refinanciamento continuado da dívida passada e as inovações financeiras apoiadas numa dívida pública crescente, líquida e garantida conduziram ao encurtamento dos horizontes dos agentes capitalistas favorecendo mais a especulação do curto prazo do que o comprometimento de longa duração com o capital produtivo⁵⁵.

A abertura para os capitais externos conjugada à abertura financeira interna acentuou o funcionamento do acelerador financeiro, que tende a aumentar o crédito, a inflação de ativos e o gasto privado durante os auge somente para experimentar os efeitos opostos durante a crise. Como anteriormente mencionado, os ativos financeiros viabilizam o acesso ao produto (renda) anual, embora a evolução da dimensão desses seja relativamente descolada do crescimento da produção.

Historicamente na economia brasileira, os momentos de ampla liquidez significaram momentos de interrupção da restrição externa favorecendo o crescimento (Fonseca, 1985; Medeiros 2008). No entanto, nesse novo momento, ao contrário das outras vezes, o auge foi

⁵⁵ As características do sistema financeiro nacional e sua incapacidade genética de viabilizar financiamento de longo prazo tornam esse sistema e a economia nacional mais dependente e vinculado à ação do estado.

acompanhado pela abertura comercial. Essa incrementou as importações que favoreceu o consumo dos bens importados em detrimento da produção interna; sendo essa uma das razões porque a taxa de investimento não se elevou significativamente. Retorna-se a esse ponto adiante.

A âncora cambial funcionou no combate à inflação no período 1995-1998, mas os problemas decorrentes começaram a se manifestar com o passar do tempo. A necessidade de compensar esse déficit externo mediante a entrada de capitais passou a incrementar a despesa financeira. A deterioração da conta corrente gerou um aumento do passivo externo líquido.

De forma diversa em relação a outros períodos de auge do ciclo de capital externo, como nos anos 1970, a sobrevalorização da moeda nacional está aliada à abertura da economia incentivando um aumento das importações e refletindo sobre as exportações. Mas, independentemente, o aumento do passivo externo líquido, decorrente da interconexão aos mercados financeiros globalizados e da internacionalização patrimonial, já fornece uma restrição permanente ao crescimento econômico, ao restringir o *quantum* potencial de importações (capacidade para importar) para a acumulação (dada a dimensão da exportação)⁵⁶.

O custo do passivo externo líquido, como se pode visualizar pela Tabela 24, representou 39,55% das exportações, 3,23% do PIB e 8,45% do lucro macroeconômico no ano de 1999 evidenciando a magnitude da restrição externa.

⁵⁶ Isso independente da finalidade ou destino das importações, ou seja, se estas irão se destinar a competir com produtos acabados produzidos internamente ou se ingressarão no processo produtivo deslocando produtores locais ou não.

Tabela 24 - Evolução do custo do passivo externo líquido

Composição do custo do passivo externo - Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Lucros e dividendos (líquido)	-574	-1.830	-2.483	-2.568	-2.299	-5.292	-6.732	-4.115	-3.316
Juros (líquido)	-7.253	-8.279	-6.338	-7.946	-8.778	-9.484	-11.437	-14.876	-14.649
Custo do passivo externo líquido	-7.827	-10.109	-8.821	-10.514	-11.077	-14.776	-18.169	-18.991	-17.965
Representatividade do custo do passivo externo Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Custo do passivo externo líquido: (%) exportação	21,86	26,21	20,25	22,60	23,19	27,88	35,54	39,55	32,59
Custo do passivo externo líquido: (%) PIB	2,02	2,35	1,62	1,36	1,31	1,69	2,15	3,23	2,78
Custo do passivo externo líquido: (%) lucro macroeconômico	4,61	5,45	4,11	3,14	3,68	4,63	5,54	8,45	7,21

Fonte: Banco Central, IBGE. Elaboração própria.

O custo do passivo externo líquido irá se ampliar de forma vigorosa no período posterior a 2000, alcançando a cifra de 40.065 milhões de dólares em 2010. A partir de 2002, a participação nas exportações passa a se reduzir pelo forte incremento das exportações (reflexo da mudança de câmbio) e, a partir de 2003, a participação no PIB declina em decorrência da excepcional condição do Brasil e da América Latina frente ao *boom* de *Commodities*. Mas, mesmo no período posterior a 2003, o custo do passivo será em torno de 20 % das exportações.

O capital externo deve ser avaliado também pelo reflexo que produzirá na capacidade de importar do país receptor, no curto prazo, e o modo como esse afetará a futura posição do seu balanço de pagamentos em função do serviço da dívida e do pagamento do principal. No caso brasileiro, em que a internacionalização produtiva ampliou o capital de propriedade estrangeira, a capacidade de importar de longo prazo fica restringida de forma significativa para dado nível de exportações independente da evolução do saldo da balança comercial⁵⁷.

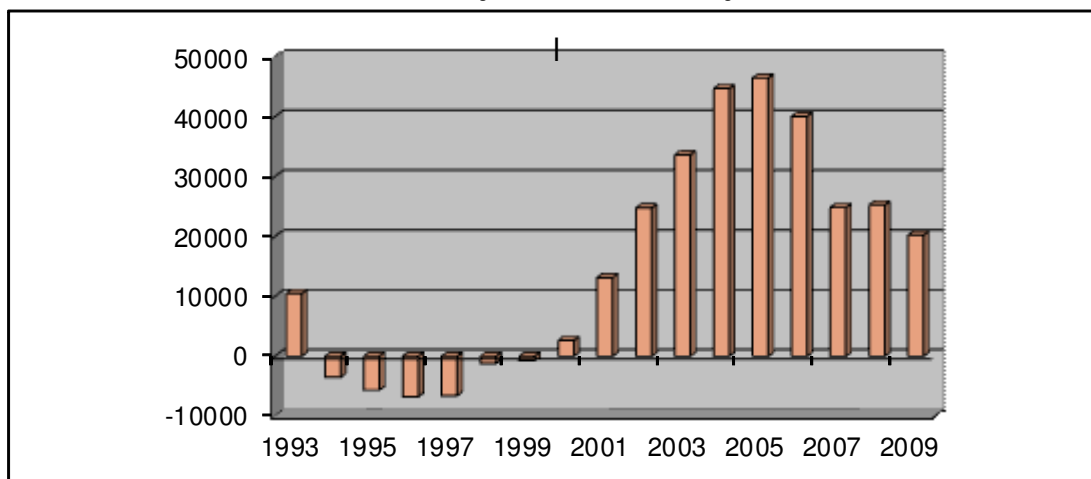
A política econômica, baseada na combinação de déficits em conta corrente e taxas de juros reais elevadas, pôde ser sustentada enquanto houve capitais externos para financiar o endividamento.

No ano de 1998, o quadro econômico internacional tornou-se adverso pela impossibilidade de continuar a financiar o déficit de conta corrente. Assim, no início de 1999, o governo FHC deixou o câmbio flutuar passando a definir metas de inflação. Ocorreu a

⁵⁷ A capacidade de importação, no período posterior a 2003, ficou restrita a 80 % da exportação (pois as remessas, embora o declínio do percentual no período, representam ainda 20% das exportações, como se viu).

redução do déficit em conta corrente e, no ano de 2001, a balança comercial passou a ser superavitária, conforme gráfico 10.

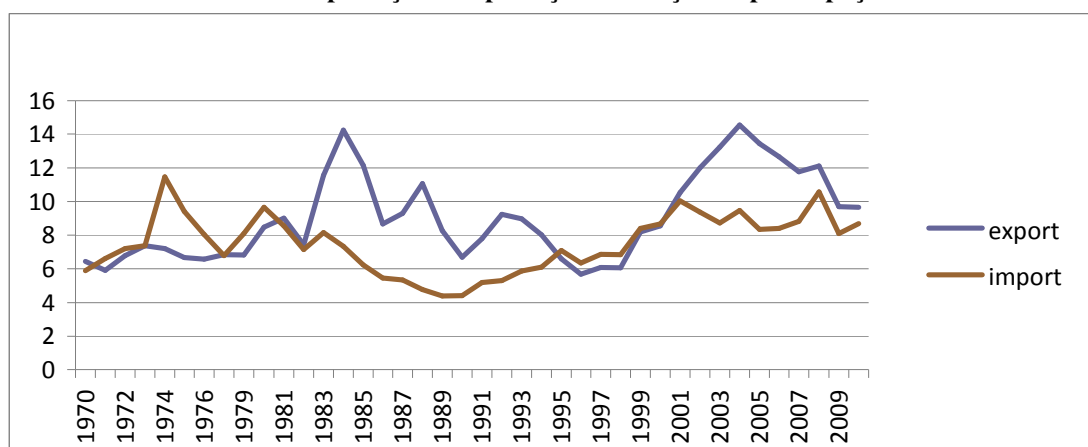
Gráfico 10 - Evolução do saldo da balança comercial



Fonte: Banco Central, 2012.

Entre os anos 1990 e 1994, a proteção tarifária foi reduzida e a partir de 1994 o real se apreciou. A abertura comercial acrescida da valorização cambial irá impactar a dimensão das exportações e importações, sendo que somente em 1999 o real irá sofrer uma desvalorização relativa, como se mencionou. O incremento relativo das importações e concomitante declínio da participação das exportações podem ser visualizados no gráfico 11 e será acompanhado de baixo crescimento (ao contrário dos anos 70). A balança comercial deficitária a partir do Plano real será acompanhada de estagnação (indicando que esse déficit não decorre do vigor da acumulação).

Gráfico 11 - Exportação e Importação - evolução da participação no PIB



Fonte: MDIC-SECEX-DEPLA.

As exportações ampliam-se a partir da desvalorização do real em 1999 aumentando sua participação no PIB. A participação das importações, a despeito das oscilações, não apresenta uma trajetória declinante com a modificação do câmbio, como se pôde visualizar no gráfico 11. Posteriormente, de forma gradativa, o crescimento das exportações vai se arrefecendo de forma que, a partir de 2004 (2005 e anos posteriores), a participação no PIB começa a declinar. Como consequência, o saldo da balança comercial começa a declinar, mas se mantendo sempre o saldo positivo que se iniciou a partir de 2001 (conforme gráfico 11). Assim, a partir de 2004, a economia brasileira entra em uma nova fase, passando a apresentar maiores taxas de crescimento, resultando em declínio da participação das exportações no PIB⁵⁸.

Em geral, como assinala Bonelli (2008, p. 90), a correlação no tempo e entre países entre os coeficientes de penetração das importações e a propensão a exportar é muito elevada levando algumas vezes a controvérsias sobre se o crescimento mais acelerado dos países com elevada integração à economia mundial resultou de sua orientação exportadora ou de serem mais abertos à importação.

No Brasil, após anos 1990, com a abertura comercial e financeira, e particularmente após Plano Real, ocorreu um incremento da abertura comercial, ampliando tanto a participação das exportações como das importações no PIB, mas não implicando em maiores taxas de crescimento. Como antes se mencionou, a partir de 2001 a balança comercial brasileira passa a ser superavitária e, a partir de 2004, as taxas de crescimento da economia brasileira aumentam de patamar.

Essa trajetória da economia nacional foi acompanhada por transformações da economia global, sendo necessário para se dimensionar o sentido das mudanças não se ater somente ao resultado financeiro (seus valores nominais) expresso pelo volume do ingresso de capitais e pelo resultado da balança de pagamentos. Torna-se necessário examinar como a estrutura produtiva evoluiu no período, em especial como a indústria evoluiu. Para tal, procura-se, na seqüência, acompanhar a evolução do referido setor; primeiro pela evolução dos fluxos de comércio (e sua composição) e, posteriormente, pela evolução dos setores da indústria.

⁵⁸ Como se pode visualizar no gráfico 11, a diferença entre as exportações e importações tendeu a se estreitar nos últimos anos da série à medida que o crescimento econômico se acelerou. Em consequência, o saldo da balança comercial não será suficiente para financiar o saldo líquido da balança de serviços e de rendas.

O incremento das importações na economia brasileira terá um impacto importante na indústria, como pode ser visualizado na Tabela 25 pela evolução do coeficiente de penetração que passa de 4,1 % para 13,28 %⁵⁹ entre os anos de 1996 e 2001. O coeficiente de exportação da indústria também cresceu na década de 1990, mas em menor dimensão do que o coeficiente de penetração, como pode ser visualizado na referida tabela.

Tabela 25 - Coeficiente de penetração e de exportação 1991-2001

Coeficiente de penetração - Participação das importações na produção da indústria											
Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Indústria Transformação	0,0411	0,0438	0,0617	0,0765	0,1087	0,1106	0,1290	0,1353	0,1191	0,1304	0,1328
Coeficiente de exportação.											
Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Indústria Transformação	0,0819	0,0971	0,1073	0,1028	0,0936	0,0947	0,0968	0,1012	0,1128	0,1237	0,1248

Fonte: LEVY, P.M.; SERRA, M.I. F, 2002.

Observação: em percentual multiplicar por 100.

Posteriormente, entre 2001 e 2008, conforme dados da Funcex, o coeficiente de penetração se reduz até 2003 (de 12,4% para 10,9%) e, a partir de então, retoma sua trajetória de crescimento (18,6% em 2008).

O saldo da balança comercial por categoria de uso (Tabela 26) mostra que a indústria de bens de capital e a de bens de consumo duráveis tiveram seu saldos de comércio afetados pelo Plano Real e a conseqüente valorização da moeda nacional. A partir da desvalorização do real em 1999, começa uma lenta modificação no saldo da balança comercial nessas categorias. Posteriormente, a partir de 2008, devido, em boa parte, à nova valorização do real, os saldos desses setores voltam a se tornar deficitários.

⁵⁹ Coeficiente de penetração = O coeficiente de penetração das importações refere-se à parcela do consumo aparente — isto é, da oferta interna - atendida pelas importações.
Coeficiente de exportação = representa a participação das exportações no valor da produção.

Tabela 26 - Saldo da Balança Comercial segundo a categoria de uso- valores em US\$ Milhões

Período	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo Não Duráveis	Combustíveis	Total
1985	246,00	10676,00	1172,00	4433,00	-4044,00	12483,00
1986	-95,00	6571,00	1073,00	3067,00	-2313,00	8303,00
1987	-219,00	8331,00	1979,00	4278,00	-3195,00	11174,00
1988	199,00	13906,00	2016,00	5620,00	-2608,00	19133,00
1989	359,00	12711,00	1836,00	3605,00	-2939,00	15572,00
1990	-772,00	10819,00	1234,00	3781,00	-4309,00	10753,00
1991	-914,00	10908,00	1014,00	3485,00	-3918,00	10575,00
1992	-493,00	12380,00	1769,00	5231,00	-3611,00	15276,00
1993	-544,00	11174,00	942,00	5601,00	-3808,00	13365,00
1994	-1431,00	11080,00	-225,00	4690,00	-3558,00	10556,00
1995	-5193,00	6693,00	-2695,00	2569,00	-4701,00	-3327,00
1996	-6486,90	4660,10	-763,90	2953,60	-5962,00	-5599,10
1997	-7562,80	4795,80	-1057,00	2812,50	-5843,20	-6854,70
1998	-6676,50	2370,50	-1005,50	2653,40	-3936,40	-6594,50
1999	-4463,70	2855,90	506,50	4171,60	-4359,00	-1288,70
2000	-1469,10	941,50	1479,60	5028,90	-6712,70	-731,80
2001	-2806,40	2032,30	1502,70	6830,70	-4874,40	2684,90
2002	-1396,50	8094,70	2240,60	7318,40	-3061,40	13195,80
2003	558,20	14191,50	3389,40	9281,50	-2543,10	24877,50
2004	4887,70	17244,30	4436,80	12358,90	-5085,40	33842,30
2005	5616,80	22801,60	5192,70	15270,40	-3952,90	44928,60
2006	4027,90	25372,20	3976,10	16256,20	-3167,60	46464,80
2007	2722,20	21634,80	2492,20	18868,80	-5689,90	40028,10
2008	-2089,60	13659,70	-69,70	22748,30	-9502,90	24745,80
2009	-8366,10	21697,80	-2397,50	15921,00	-1507,70	25347,50
2010	-13640,40	26634,40	-4911,20	17371,80	-5188,00	20266,60

Fonte: FUNCEX, FuncexData.

Como se viu no capítulo 4 (seção 4.4), uma acumulação progressiva com incorporação crescente de tecnologia tende a diminuir a propensão marginal a importar (mas não necessariamente as importações) e a aumentar a competitividade das exportações. Na economia brasileira, o saldo entre as exportações e importações da indústria a partir do Plano Real é negativo até o ano 2000 (Tabela 26).

As importações são em geral induzidas pelo nível de renda e de produto da economia. As exportações, por sua vez, são uma função do nível de renda do resto do mundo. Essas condições são alteradas pela modificação da propensão a importar e a exportar (a competitividade e fatores relacionados). A questão, então, é examinar as transformações que induziram às modificações dos coeficientes. No caso das importações, a liberalização comercial e a financeira (IDE)⁶⁰, em menor grau, elevaram a propensão a importar, dado o

⁶⁰ A valorização cambial favoreceu as importações. Acontece que a acentuada valorização cambial não teria sido possível com abertura às importações sem a grande disponibilidade de capitais externos (decorrentes da grande liquidez externa e da abertura financeira). Os capitais financeiros financiaram os déficits. Então, a abertura financeira e incremento das importações, e conseqüente impacto sobre a produção nacional, só se tornam possíveis a partir da situação internacional.

nível de renda, como mostram os coeficientes de penetração da indústria e a participação das importações do PIB, existindo forte indicativo ainda que a propensão marginal a importar tende a se elevar com o incremento da taxa de crescimento da economia. Independente da evolução da propensão marginal a importar, que dependerá da capacidade competitiva das forças produtivas nacionais, o crescimento econômico tende a diminuir as exportações pelo crescimento da absorção doméstica (pelo menos no curto prazo). O sucesso da acumulação depende da produção e da realização do valor produzido, portanto, tanto de compras e vendas internas como de externas.

As importações necessitam ser pagas com exportações, pois é bem provável que no longo prazo não possam sê-las com fluxos de capitais permanentes, como mostram as reversões dos ciclos que têm sido recorrentes no Brasil e na América Latina.

Prebisch já havia assinalado que as exportações de produtos agrícolas de baixa elasticidade-renda e a importação de produtos de alta elasticidade-renda implicavam que, para adequar o montante de importação à capacidade de importar dada pelas exportações, era necessário a redução do ritmo de crescimento da economia. Entendia que era necessário reduzir o coeficiente de importações, suprimindo-se a importação de artigos não essenciais para dar lugar a maiores importações de bens de capital. Assinala:

É preciso compreender claramente que isso significa uma mera adaptação das importações a capacidade de desembolso permitida pelas exportações. Se essas crescessem suficientemente, não seria necessário pensar em restrições salvo se com essas restrições se quisesse intensificar o processo de industrialização. Porém as exportações da América latina dependem, principalmente, das variáveis da renda dos EUA e da Europa, e dos seus respectivos coeficientes de importação de produtos latino-americanos. Por conseguinte, escapam à determinação direta da América Latina: trata-se de uma condição de fato, que só poderia modificada por decisão da outra parte. (PREBISCH, 2011, p.134).

A capacidade de importar decorre da capacidade de ampliar as exportações. Tavares (1982, p.67) assinala que a perda de dinamismo do setor exportador, em particular a partir da grande depressão, foi acompanhada por um esforço na substituição de importações por produção nacional. Mas o processo de substituição de importações não é contrário ao comércio internacional.

Em síntese, as economias precisam ter capacidade de exportar para importar. Mas se a intenção for ampliar o crescimento, essa capacidade de importar deve ser utilizada para favorecer a acumulação. A capacidade de ampliar as exportações depende, além de fatores relacionados à produtividade e à competitividade das empresas, da geopolítica dos países

dominantes, como se viu nos capítulos precedentes. Os países que se encontravam na fronteira capitalismo/socialismo puderam contar com o acesso ao mercado americano e uma complacência maior para o desenvolvimento a partir de empresas nacionais, visto a necessidade de conter o comunismo, num contexto de guerra fria.

Outro aspecto essencial é que a existência da capacidade de produção doméstica de meios de produção é fundamental para aliviar a restrição externa ao crescimento, na medida em que permite o controle da propensão marginal a importar, mesmo com crescimento da taxa de investimento. Além disso, a diminuição da propensão marginal a importar, pressupõe o desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas locais. O desenvolvimento dos setores de bens de capital é essencial, pois, em uma economia que importa proporção grande dos seus meios de produção, o grosso do efeito acelerador e suas repercussões estimulam as importações e não a produção doméstica.

As modificações ocorridas na economia brasileira com o incremento de sua internacionalização foram defendidas pela hipótese de que essa permitiria uma maior inserção nos circuitos internacionais de mercadorias e de capitais favorecendo o crescimento. Mas essa integração parece não ter produzido o efeito esperado, como se pode concluir pela análise do impacto sobre os fluxos de comércio (exportação e importação) e sua composição.

O resultado da balança comercial dos produtos da indústria, geral ou de manufaturados, é deficitário ou extremamente reduzido, tendo uma pequena capacidade de sustentar as transferências de juros e lucros (rendas) ao exterior, como se pode visualizar pela Tabela 27.

Tabela 27 - Comparativo entre a Balança Comercial da indústria e do saldo da conta Rendas, em milhões de US\$

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
A – Saldo da conta rendas	-11.668	-14.876	-18.189	-18.848	-17.886	-19.743	-18.191
B - Balança Comercial Indústria	-4.754	-9.679	-10.176	-4.838	-3.535	-2.169	7.242
B 1 - Semimanufaturados	5.441	4.579	3.975	5.337	3.561	6.471	9.311
B 2 - Manufaturados	-10.195	-14.258	-14.151	-10.175	-7.096	-8.640	-2.069
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	-
A - Saldo da conta rendas	-18.552	-20.520	-25.967	-27.480	-29.291	-40.562	-
B - Balança Comercial da Indústria	16.949	24.589	30.897	29.325	18.481	-5.923	-
B 1 - Semimanufaturados	13.225	16.492	20.444	23.649	22.839	18.059	-
B - Manufaturados	3.724	8.097	10.453	5.675	-4.357	-23.982	-

Fonte: Banco Central, 2012 e Funcex (Funcex Data), 2012. Elaboração Própria.

Somente nos anos de 2004 a 2006, o saldo da balança comercial da indústria supera, em pequena monta, a transferência de renda (comparativo entre A e B na Tabela 27).

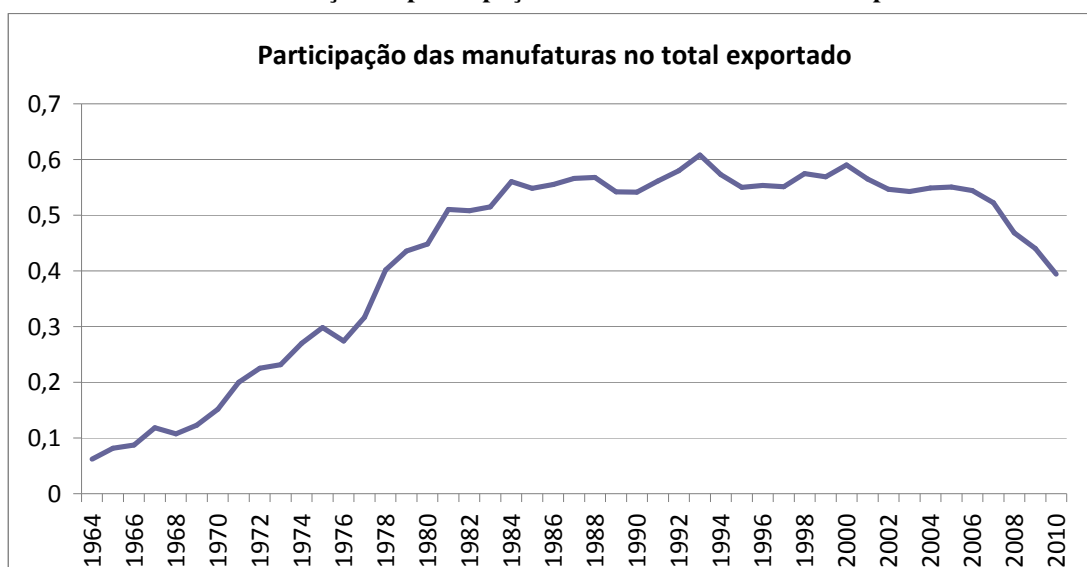
Essa situação implica a necessidade de se ter um superávit de produtos não industrializados para que a balança comercial seja positiva⁶¹. O financiamento de uma maior capacidade de importação ficou na dependência dos produtos não industrializados e em maior grau de produtos não manufaturados. Situação que, no longo prazo, dificulta a manutenção de taxa de crescimento mais elevadas na economia brasileira. Além disso, sugere que o Brasil não vem agregando valor nos produtos exportados.

Como se pode visualizar na Tabela 27, o saldo da balança comercial dos produtos manufaturados da indústria somente em 2003 passa a ser positiva (linha B 2 no gráfico). E, a partir de 2007, em decorrência das maiores taxas de crescimento (efeito absorção e aumento das importações), retorna a ser negativa (a indústria como um todo a partir de 2008).

Ao se observar o gráfico 11, p.221, constata-se que o crescimento a partir de 2004 é acompanhado por um superávit da conta comercial ao contrário do crescimento dos anos 1970, mas se pode observar também o gradativo declínio da participação das exportações, o que vem reduzindo o superávit comercial implicando déficit na conta corrente a partir de 2008. O maior crescimento não implicou um déficit na balança comercial até o momento, mas tende a produzir a deterioração desse saldo. O saldo comercial positivo vem se mantendo pelo *boom* das *commodities*. Então, o crescimento econômico brasileiro não foi detido até o momento mais por essa situação favorável do mercado de *commodities* do que por uma inserção de sua indústria no mercado internacional, que viabilizasse uma maior agregação de valor, como fica evidente pela evolução (declínio) da participação das manufaturas no total exportado, exposto no gráfico 12).

⁶¹ Condição fundamental para remunerar os capitais estrangeiros, ou seja, para viabilizar as transferências de rendas no longo prazo.

Gráfico 12 - Evolução da participação das manufaturas no total exportado - %

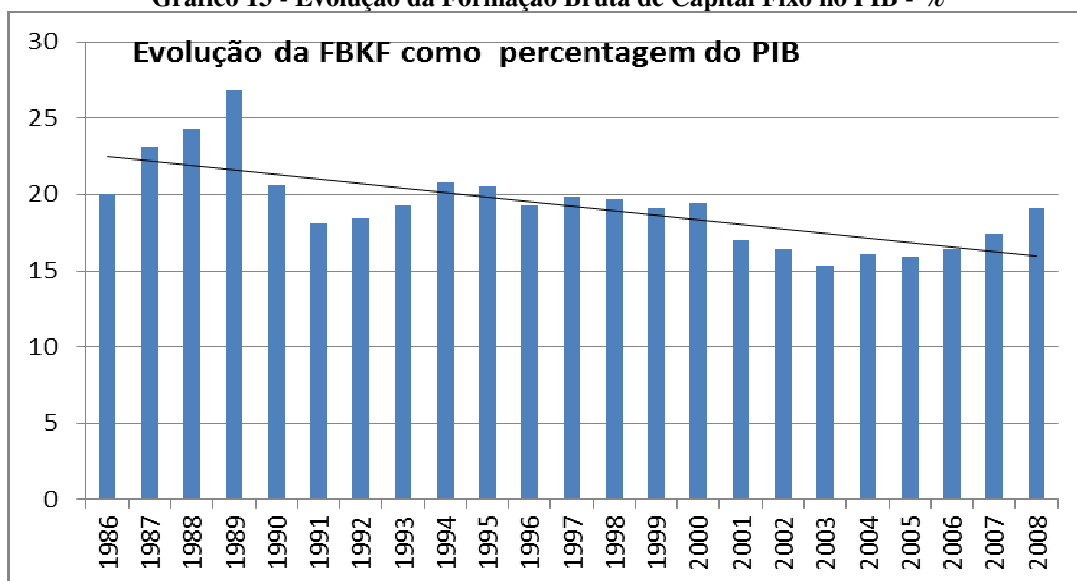


Fonte: elaboração própria a partir dos dados FUNCEX (Funcex Data).

Necessário ainda se examinar a composição tecnológica das exportações e importações da indústria para se ter uma imagem mais nítida da evolução dos fluxos de comércio. Mas antes, por questão de exposição, procura-se examinar a evolução do investimento e da estrutura produtiva.

A partir dos anos 1990, com a entrada de capitais que caracterizou o período, ocorreu um declínio da formação bruta de capital fixo que somente irá apresentar alguma recuperação a partir do ano de 2004, a partir do *boom* do comércio internacional, como se pode visualizar no gráfico 13:

Gráfico 13 - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo no PIB - %



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais.

A queda da formação bruta de capital é acompanhada pela queda do investimento público. O declínio do investimento público adquire uma dimensão particular pois, na época do capitalismo monopolista, a possibilidade de acelerar o crescimento depende fortemente da ação governamental. De forma mais intensa, essa dependência se manifesta em um país industrializado periférico como o Brasil onde existe grande participação das empresas oligopolizadas internacionais nos setores mais dinâmicos e, portanto, a presença do estado se torna fundamental para a expansão da demanda. Com o controle crescente do sistema econômico nacional pelas grandes unidades produtivas monopolistas internacionais, tanto os fluxos de capitais quanto o controle das decisões econômicas passam pelo exterior, ou seja, as decisões das matrizes apenas parcialmente levam em conta o mercado interno, influenciando sobre a reinversão dos lucros gerados no sistema nacional. A evolução do investimento dessas empresas está vinculado às perspectivas de valorização que, por sua vez, estão condicionadas, como se viu na seção 4.4, ao crescimento da demanda efetiva. Portanto, mais essencial ainda se torna o papel do estado. Mas a possibilidade de acelerar o crescimento através da intervenção direta do estado no incremento da produção e da demanda fica restringida pela alienação das empresas estatais e seu impacto sobre o investimento público no setor produtivo.

Miranda e Tavares (1999, p.339) assinalaram que, nos anos anteriores às privatizações, as empresas estatais tinham feito avanços tecnológicos e de capacidade produtiva significativos, integrando física e operacionalmente os sistemas nacionais de energia elétrica e telecomunicações. Essa expansão tinha por objetivo criar externalidades importantes para as áreas privadas de entretenimento e automação bancária e representava a garantia de demanda para as indústrias de eletrônica profissional e bens de capital sob encomenda. Nesse contexto, conforme defendem, a decisão de privatizar para grupos independentes e sem compromisso com a articulação territorial dos sistemas nacionais de energia elétrica e telecomunicações desestrutura as sinergias existentes e potenciais que permitiriam um novo ciclo de crescimento acoplado a um patamar tecnológico mais avançado. Expõem que:

Teoricamente, podendo estabelecer as regras de conduta e as normas de funcionamento para esses sistemas, intermediando e dando aval aos financiamentos externos para a compra de estatais, atraindo sócios estrangeiros, influenciando o posicionamento dos fundos estatais de pensão, o estado brasileiro poderia ter orientado uma operação de reestruturação e centralização do capital que fortalecesse alguns grandes grupos privados nacionais operado sua articulação com o capital bancário nacional e internacional, capaz de fazer avançar o capitalismo brasileiro para uma nova etapa. [...] Essa operação de “escolher os vencedores” pela ação direta do estado, em flagrante contraste com a ideologia liberal reinante, não resultou a contento. (MIRANDA E TAVARES, 1999, p.340).

Como se viu, concomitantemente, o estado brasileiro modificou a sua atuação ao viabilizar a acumulação financeira, em especial por seu papel, nos termos de Marx, na criação de capital fictício através da expansão da dívida interna. Lembrando que o capital fictício abre a possibilidade de a valorização prosseguir, mesmo ficticiamente, sem respaldo na produção e na realização da mais-valia, ou no lado real da economia.

O investimento público teve historicamente um papel essencial na acumulação desenvolvida na economia brasileira. O investimento das empresas estatais cresceu de forma acelerada nos governos militares, sobretudo na década de 1970. Além de substituir importações, as empresas estatais aumentaram a lucratividade dos investimentos do setor privado por meio dos subsídios implícitos nas suas políticas de preços, compras.

Na fase de substituição de importações, as taxas de investimento da economia cresceram de níveis abaixo de 10% do PIB, no início da década de 1930, para valores acima de 25%, no final da década de 1970. Nesse período, o governo utilizou, de forma intensa, instrumentos cambiais, comerciais e de controle burocrático para proteger a indústria doméstica, dessa forma estimulando os investimentos na substituição de importações e transferindo os recursos necessários para financiá-los. Taxas de câmbio múltiplas, tarifas, quotas e tributos aumentaram a lucratividade da produção industrial para o mercado doméstico.

Até os primeiros anos da década de 1960, o investimento público foi orientado para a infraestrutura de transportes, energia e indústrias de base. O processo de proliferação das empresas estatais iniciou-se nesse período, mas os investimentos diretos da união ainda predominavam em relação aos das estatais federais.

Após o golpe militar de 1964, a intervenção estatal foi ganhando mais complexidade e a atividade empresarial do governo foi se aprofundando. O investimento das empresas estatais federais passou a ser o principal componente da taxa de investimento público. Os investimentos públicos federais, sustentados pelas empresas estatais, alcançaram os níveis mais elevados da história do país na segunda metade da década de 1970.

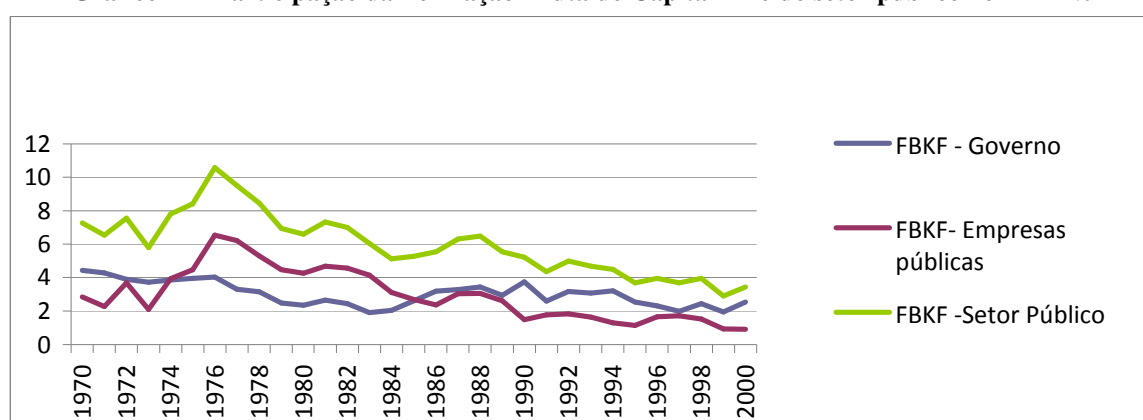
A grande ruptura no padrão do crescimento deu-se em paralelo com a transformação do papel do estado. O regime macroeconômico fundamentado no receituário neoliberal progressivamente eliminou os mecanismos de intervenção na economia e diminuiu o investimento público. Esta evolução não se restringiu à economia brasileira, mas adquiriu

importância diferenciada por se tratar de uma economia periférica industrializada onde o estado teve historicamente um papel importante no investimento da economia.

Além disso, uma economia industrializada periférica como a economia brasileira, com parte importante de setores oligopolizados, apresenta dificuldades relacionadas à insuficiência de demanda efetiva, em especial de investimentos, de modo que a intervenção do estado é fundamental para complementar e animar o investimento necessário.

Conforme exposto em *Estatísticas do século XX* publicadas pelo IBGE (2006), a evolução do investimento foi descrita da seguinte maneira: “A participação do governo na FBKF, muito baixa nos anos de 1920 e 1930, cresceu substancialmente na Segunda Guerra Mundial, quando excedeu 15% e alcançou picos entre 20 e 30% nos anos de 1960 e 1980. Depois de 1970, a queda foi rápida: a partir do final dos anos de 1970 até 2000 manteve-se, grosso modo, entre 10% e 15%”. A participação do investimento público no PIB declina de 10,6 % em 1976 para 2,6% em 1999, com forte declínio do investimento das empresas estatais que passa de 6,5% para 0,95% entre esses mesmos anos.

Gráfico 14 - Participação da Formação Bruta do Capital Fixo do setor público no PIB - %



Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX, 2006.

A partir de 1990, com as privatizações, houve grande declínio da participação do investimento das empresas estatais em relação ao PIB, principalmente pela venda dessas empresas, embora a retração do investimento já apresentasse trajetória descendente a partir do final dos anos 70. No entanto, a venda de empresas estatais representou uma perda de capacidade do estado de intervir diretamente na produção, ao contrário dos anos 1980, onde ocorreu uma redução do investimento das empresas por questões da conjuntura do período. A venda das empresas estatais gradativamente foi reduzindo a dimensão do investimento público, como se depreende da evolução dos gastos das empresas estatais entre os anos de

1998 e 1999 exposta no relatório do Tribunal de Contas do exercício de 1999: “Registra-se a substancial redução dos investimentos no exercício como decorrência, principalmente, da privatização do grupo TELEBRÁS, que, no exercício de 1998, atingiu 35,4% do investimento global das empresas estatais” (BRASIL, 2000).

A partir de então, os investimentos das empresas estatais federais (77% do investimento das empresas estatais das três esferas de governo no ano de 2003) se restringiram praticamente aos gastos das empresas dos grupos Petrobrás e Eletrobrás (empresas remanescentes das privatizações).

O declínio do investimento persistiu até o início dos anos 2000. A partir de 2004 /2005 o investimento público se ampliou, como se pode visualizar pela tabela a seguir:

Tabela 28 - Investimento público - % PIB

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	2,7	3,4	2,6	2,6	2,7	3,0	2,9	3,7	4,3	4,8
Administração Pública	1,9	2,3	1,5	1,6	1,7	2,0	1,8	2,3	2,4	2,9
Empresas estatais	0,9	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,4	1,9	2,0

Fonte: BRASIL, 2011. Ministério da Fazenda, elaborado a partir dos dados do IPEA.

Nota: Administração Pública: inclui união, estados e municípios.

Enquanto a variação anual do investimento público no período 1995-2003 (em valores reais) foi de -2,1%, no período 2004 a 2010 foi de 16,2% (Comunicado IPEA 126, 2011). Por sua vez, a taxa de investimento do Governo Federal em proporção ao PIB atingiu, ao final de 2010, a marca de 3,3%, expansão de quase 2 pontos percentuais do PIB desde 2003. Nesse período o investimento da união triplicou em relação ao PIB (de 0,4% em 2003 para 1,4 % em 2010), enquanto as estatais duplicaram a participação, de 1% para 2% (Ministério da Fazenda, 2010). O investimento público é o maior da era pós-Real, mas situa-se abaixo do nível dos anos 1980.

A deterioração dos investimentos públicos, que irá apresentar certa recuperação a partir de 2004, como se mencionou, redundou em menor competitividade e dinamismo do setor produtivo nacional. Interessante ressaltar que o setor que apresentou um maior incremento na participação no PIB industrial (como evidenciam as análises das pesquisas industriais anuais (PIA) do IBGE como se verá adiante), onde ocorreu elevado aumento da produtividade com diminuição do coeficiente importado, foi o relacionado ao petróleo e gás,

onde a atuação da Petrobrás foi essencial⁶². Os investimentos do Grupo Petrobrás, após terem permanecido relativamente estabilizados em proporção ao PIB de 2002 a 2006, dobraram de 0,8% do PIB no início de 2007 para 1,6% em dezembro de 2009, representando aproximadamente 50% do investimento público federal.

A saída do estado da produção direta em diversos setores decorreu, como se viu, da crise do estado desenvolvimentista a partir dos anos 1980. Além disso, fatores ideológicos atuaram fortemente no sentido de responsabilizar o estado pela crise. Como assinalou kalecki (1977b), ao analisar os “aspectos políticos” no capitalismo, “o mundo dos negócios impõem seus termos”. Ou seja, os princípios econômicos da intervenção governamental requerem que o investimento público seja limitado a objetos que não concorram com o equipamento de capital dos negócios privados: por exemplo, hospitais, escolas, rodovias etc. A implementação dessa máxima na economia brasileira, país periférico industrializado, não implicará uma abertura ou reserva de área de valorização para a empresa ou empresariado nacional, e sim (em boa parte das vezes) para o grande oligopólio internacional.

A crise do setor público (das finanças públicas) desordenou a capacidade estatal de ser um elemento ativo na dinâmica econômica, impondo uma reorientação dos objetivos da política econômica, que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, se voltaram à busca da estabilidade monetária e das condições de solvência do setor público. As empresas estatais tiveram papel decisivo na operacionalização destas políticas econômicas, por meio do endividamento externo para captar recursos necessários ao financiamento do balanço de pagamentos (na década de 1970), contenção de preços e tarifas como instrumento das políticas anti-inflacionárias (principalmente na década de 1980) e ainda na geração de superávits primários expressivos para o ajuste fiscal do setor público (com destaque nas décadas de 1990 e 2000).

A partir de 2004, ocorreu o incremento das taxas de crescimento da economia brasileira com ampliação dos investimentos das estatais representando o investimento dessas empresas mais de 70% do investimento público em todos os anos do período. A retomada do investimento das estatais ocorre em um momento em que a restrição externa foi flexibilizada (pelo *boom* das *commodities* e pelo ingresso de capitais). Mas, a capacidade de aproveitar o

⁶² Bonelli e Pinheiro assinalam o desempenho favorável do setor: “[...] extração de petróleo e gás foi um setor de sucesso no qual o coeficiente importado decresceu ao longo da década e a empresa monopolista, a principal produtora nesse setor, contribuiu para aumentar a produtividade do setor como um todo a uma taxa relativamente elevada durante a década.” (BONELLI; PINHEIRO, 2008, p.112).

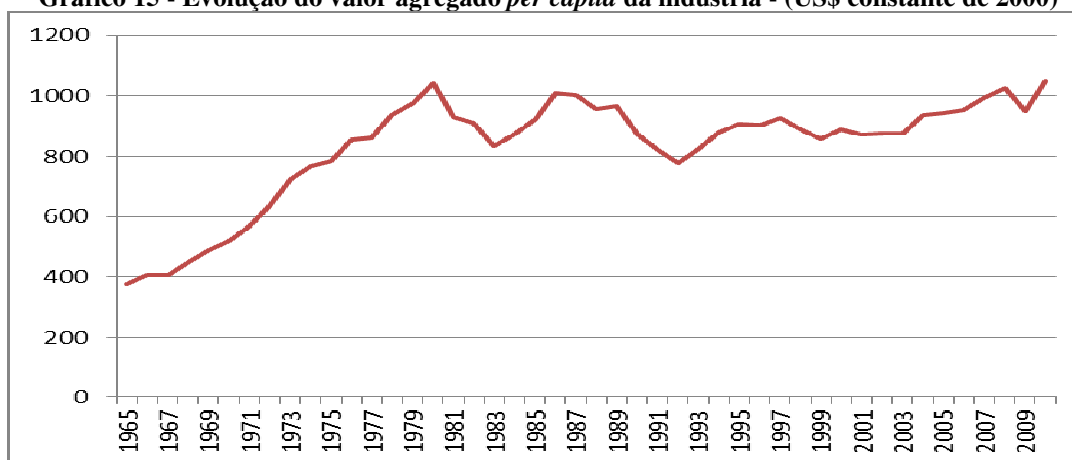
ciclo favorável e intervir diretamente na estrutura produtiva ficou modificada, como sugerem a composição dos investimentos, pela privatização. Assim, os gastos do grupo Petrobrás representaram entre 46,8 e 55,7% do total investido entre os anos de 2005 e 2009. O grupo Eletrobrás representou entre 5,6 e 10% do total, enquanto os investimentos em transportes variaram entre 11,3% e 15,1 % no referido período (somente os investimentos dos grupos Petrobrás e Eletrobrás representaram mais de 92 % do investimento total das estatais durante todos os anos do período referido).

A intervenção direta do estado, a partir das melhores condições externas, ocorre de forma significativa nos setores onde manteve a propriedade e controle das empresas, particularmente no grupo Petrobrás e nas empresas remanescentes do grupo Eletrobrás. Os gastos com transportes ajudam a manter a lucratividade das construtoras. Esse setor, como ressalta Maria Conceição Tavares (1999, p.464), junto com os bancos brasileiros foram os pilares clássicos da verdadeira “burguesia nacional” (que, como ressalta, até recentemente não estava associada ao capital estrangeiro), cuja expansão, como assinalou a autora, ocorreu historicamente a partir da expansão e apropriação privada do espaço continental. Aos gastos com transportes, acresce-se o realizado com o programa *Minha Casa Minha Vida*, favorecendo a expansão do setor de construção e sua lucratividade.

A composição desses gastos sugere que o estado brasileiro perdeu capacidade de intervir de forma a favorecer o incremento da densidade industrial. No setor onde nitidamente manteve essa capacidade, setor do petróleo, foi onde a agregação de valor na economia brasileira mostrou-se mais favorável, como ver-se-á na sequência ao se examinar a evolução da estrutura da indústria.

As transformações na economia, liberalização comercial e financeira, e a transformação da atuação do estado viabilizando a acumulação financeira em detrimento da produtiva foram acompanhadas por um crescimento muito tênue do valor agregado industrial *per capita*, levando praticamente a sua estagnação desde a década de 1980, como se pode visualizar no gráfico 15:

Gráfico 15 - Evolução do valor agregado *per capita* da indústria - (US\$ constante de 2000)



Fonte: Banco Mundial e IBGE. Elaboração própria.

Afirma-se que a maturidade de uma economia, com elevação da renda, é acompanhada pela perda de participação da indústria, fenômeno normal no desenvolvimento das nações. Conforme assinala Rebelo (2010, p.176), à medida que “a produtividade industrial cresce e o aumento da demanda por seus produtos começa a desacelerar, este setor começa a liberar mão de obra para o setor serviços. Esse processo de transferência de empregos do setor industrial para o de serviços é chamado desindustrialização ou pós-industrialização”. Na economia brasileira se manifesta essa evolução?

Na análise dessa proposição observa-se o seguinte. As estatísticas sobre a evolução do crescimento da indústria entre os anos 1990 até 2003 mostram um baixo crescimento médio e forte volatilidade na sua taxa. Assim, a perda de participação não ocorre com um crescimento robusto do setor. Por outro lado, tem-se um baixo valor agregado *per capita* no momento em que a indústria começa a perder participação, o que parece indicar que essa queda não ocorreu pela maturidade da economia brasileira. Ou, se ocorreu, essa foi precoce. A comparação com outros países e o momento em que passa a ocorrer a perda de participação da indústria reforça essa hipótese. No Brasil a perda de participação da indústria na economia ocorre a baixos níveis do PIB, como se pode visualizar pela comparação com outros países (Tabela 29). A comparação com a Coreia e os EUA mostra que essa perda de participação ocorre com baixa densidade industrial.

Tabela 29 - Evolução do PIB Industrial *per capita* e da participação da indústria - países selecionados -1970-2008, US\$ constante de 2000

	EUA		Coreia		Brasil	
	Indústria - valor per capita	Participa- ção da indústria no PIB.	Indústria - valor per capita	Participa- ção da indústria no PIB.	Indústria - valor per capita	Participação da indústria no PIB.
1970	5533,84	35	323,032	26	519,43	38
1971	5470,50	35	339,91	25	566,98	38
1972	5735,32	34	355,81	26	632,96	38
1973	6101,41	34	447,69	29	724,06	39
1974	5811,35	34	500,06	28	766,25	40
1975	5382,46	33	545,508	29	784,17	40
1976	5686,39	34	627,50	31	855,62	40
1977	5938,62	34	732,09	32	861,69	39
1978	6078,16	34	882,53	35	936,20	40
1979	5972,83	34	928,03	36	976,65	41
1980	5622,74	34	900,76	37	1042,43	44
1981	5565,65	34	928,41	36	928,26	44
1982	5241,41	33	991,10	37	907,16	46
1983	5307,35	32	1145,68	38	834,86	44
1984	5750,67	32	1276,82	40	870,48	46
1985	5937,55	31	1339,74	39	922,63	45
1986	5886,26	29	1520,78	40	1010,38	45
1987	6179,75	29	1748,40	41	1001,26	46
1988	6553,38	30	1918,56	42	957,29	44
1989	6467,82	29	2017,57	41	967,29	43
1990	6363,70	28	2261,54	42	872,77	39
1991	6024,55	27	2469,75	43	822,03	36
1992	5991,50	26	2511,04	41	776,64	39
1993	6094,25	26	2652,69	42	824,72	42
1994	6425,27	26	2878,83	42	877,61	40
1995	6677,81	26	3117,18	42	905,29	28
1996	6786,80	26	3311,37	41	901,67	26
1997	6977,77	25	3426,73	41	925,00	26
1998	7178,72	24	3124,57	41	888,39	26
1999	7552,54	24	3480,20	40	858,37	26
2000	7672,62	23	3855,44	38	887,85	28
2001	7291,35	22	3954,65	37	870,16	27
2002	7332,35	22	4224,04	36	876,70	27
2003	7380,62	22	4456,55	37	876,76	28
2004	7748,28	22	4791,35	38	934,06	30
2005	7707,40	22	5013,38	38	942,65	29
2006	7777,16	22	5325,64	37	952,98	29
2007	7870,17	22	5626,48	37	993,89	28
2008	7572,91	21	5723,06	36	1025,04	28

Fonte: World Bank, 2012. World dataBank Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

Os anos 1980 foram de crise da dívida, como se viu, e a partir dos anos 1990, especialmente a partir do Plano Real, se implantou uma lógica das finanças que ampliou o período desfavorável à expansão da indústria. Embora os estudos realizados visando verificar se estaria ocorrendo desindustrialização no Brasil não tenham confirmado a

desindustrialização de forma definitiva e consensual, o próprio objeto desses estudos por si só já evidenciam que o período não foi favorável ao crescimento da indústria⁶³.

A situação da economia em geral favoreceu essa evolução. A partir das modificações na economia mundial, sua grande liquidez, e a estabilização a partir do Plano Real, com a liberalização comercial, financeira e as reformas que a acompanharam, registrou-se um significativo ingresso de capitais que contribuiu para a valorização do real e para uma inflação de ativos com repercussões sobre os gastos e o crescimento da indústria. Então, a abertura após os anos 1990 implicou a redução do peso da indústria de transformação no valor adicionado da economia, que nos anos de 1991, 1993, 1995, 1996 e 2007 foram de 24,86%, 29,06%, 18,62%, 16,80% e 17,03%, respectivamente. Ou seja, desde 1995/96, esse setor passou a ter um peso equiparável ao das economias desenvolvidas, sugerindo uma maturidade precoce como antes mencionado. Junto com essa diminuição do peso da indústria ocorreu um aumento da produtividade (ver Tabela 22), que, todavia não implicou aumento do investimento em nível sistêmico (somente a partir de 2004 se observa um aumento do nível, mas a partir de baixo patamar).

Castro (2001), ao examinar a evolução da indústria nos anos 1990, assinala a existência de duas fases: uma de “cirurgia e reorganização” (1990-1994) e outra de “*catchup* produtivo”. Entre essas duas fases existiriam grandes diferenças. A indústria na primeira fase encontra-se em uma situação adversa que se agrava com a abertura. Nesse período, que se caracteriza como de “cirurgia e reorganização” ocorre o fechamento de fábricas, o redimensionamento de quadros, bem como a adoção de novas práticas gerenciais associadas à qualidade total e ao “*Just time*”. Na segunda fase, o mercado “puxa” na direção da renovação, e as facilidades de financiamento/compra de produtos importados “empurram” na direção de atualização/reafirmiação e, concomitantemente, rumo ao esvaziamento das empresas e cadeias produtivas. Tratou-se, como afirma, de “um jogo perigoso” (CASTRO, 2001, p.19).

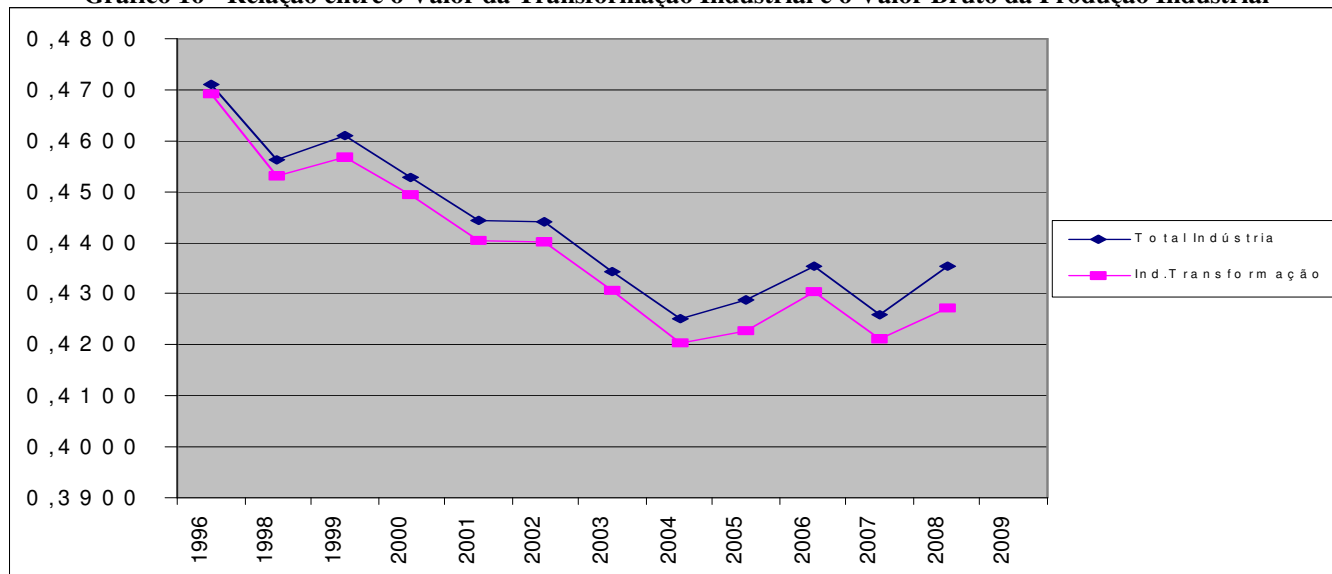
Através da análise das informações das pesquisas industriais anuais (PIA de vários anos) realizadas pelo IBGE pode-se constatar que a relação valor da transformação industrial/valor bruto da produção (VTI/VBPI) foi declinante a partir de 1996⁶⁴. A partir de

⁶³ Conforme documento publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial a participação brasileira no valor adicionado pela indústria de transformação mundial que chegou a superar 3% no início dos anos 1980 caiu para 2,2% em 2007 (IEDI, 2011, p.10).

⁶⁴ A relação VTI/VBP, quando decrescente, implica que existe um maior uso de insumos importados, representando transferência de produção e de seu respectivo valor agregado para o exterior (IEDI, 2007).

2004, ocorreu uma tímida recuperação da relação, conforme pode ser visualizado pelo gráfico 16, todavia importante, pois modifica a tendência até então observada.

Gráfico 16 - Relação entre o Valor da Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção Industrial



Fonte: IBGE, Pesquisa industrial anual (PIA), 1996-2009. Elaboração própria.

No período entre 1996 e 2004, somente os setores 18 (confeção de artigos e vestuários) 23 (fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool) e 27 (metalúrgica básica) apresentaram crescimento da relação ao VTI/VBPI. A partir de 2004, um maior número de setores apresenta crescimento da relação, mas se se considerar um período mais longo, 1996 /2008, somente dois setores da indústria extrativa apresentam crescimento da relação: extração de petróleo e serviços correlatos e extração de minerais metálicos; e um na indústria de transformação: o setor fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool.

Junto com a perda de participação da indústria no PIB da economia ocorreu um declínio da participação da indústria de transformação no total da indústria que passou de 97,77% para 94,44% entre 1996 e 2008.

A indústria extrativa ampliou sua participação entre 1996 e 2008 de 2,23% para 5,06% do PIB. A maior participação ao longo de toda série é do setor de extração de minerais metálicos, onde a extração de minério de ferro é preponderante.

Tabela 30 - Participação dos setores no Valor da Transformação Industrial - setores selecionados

Setores:	1996	PRS	2008	PRS
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	17,21	1°	15,25	2°
Fabricação de produtos químicos	12,65	2°	7,60	5°
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	8,12	3°	9,01	3°
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	6,98	4°	16,29	1°
Fabricação de máquinas e equipamentos	6,80	5°	5,57	6°
Metalurgia básica	5,40	6°	7,95	4°
% setores sobre o total da indústria de transformação	57,16		61,68	

Fonte: IBGE. PIA 2006, 2008.

PRS: Posição relativa dos setores

Na análise dos seis principais setores, responsáveis por 57,16% e 61,68% do Valor da Transformação industrial (VTI) nos anos de 1996 e 2008, observou-se que esses não são setores nitidamente intensivos em tecnologia (ver classificação da Funcex na Tabela 34). Entre esses, os setores de fabricação de produtos químicos, de montagem de veículos e de fabricação de máquinas e equipamentos são considerados setores de maior teor tecnológico (média alta tecnologia), sendo que o setor de veículos manteve sua posição, enquanto os de fabricação de máquinas e equipamentos e de fabricação de produtos químicos perdem posição, de 5° para 6° e de 2° para 5°, respectivamente, entre os anos de 1996 e 2008.

O setor que apresenta maior crescimento, como se pode visualizar pela tabela 30, é o setor de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, onde o refino de petróleo é preponderante seguido pela produção de álcool (a economia se tornou mais petroleira). O setor apresentou uma participação de 16,29 %, sendo que o subsetor fabricação de produtos derivados do petróleo, o de maior representatividade, aproximadamente 92 % do total do setor no ano de 2008 (conforme estatística para empresas acima de 5 pessoas).

Os setores de média e alta tecnologia após Plano Real não apresentaram uma trajetória de expansão que permitisse o aumento de sua participação no valor de transformação industrial, propiciando maiores taxas de crescimento. Como se pode verificar na Tabela 31, ao se considerar oito setores classificados de alta e média tecnologia, ocorreu entre os anos de 1996 a 2006 uma tendência de declínio da participação desses setores.

Tabela 31 - Setores de alta e média alta tecnologia – participação no VTI (em%) – Brasil, 1996-2007

Setor/ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
24 Fabricação de produtos químicos	12,66	12,85	12,69	13,97	11,93	11,57	11,15	11,14	10,99	10,14	9,84	10,26
29 Fabricação de máquinas e equipamentos	6,81	5,75	6,40	5,75	5,28	55,92	6,07	5,65	5,88	5,22	5,41	5,84
30 Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos.	0,49	0,76	0,56	0,76	1,11	1,34	0,72	0,61	0,47	0,53	0,57	0,63
31 Fabricação de máquinas aparelhos e materiais elétricos	2,63	2,47	3,15	2,47	2,43	2,59	2,27	2,09	1,86	2,26	2,24	2,44
32 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	3,55	2,88	2,78	2,88	3,37	3,28	2,73	1,73	2,27	2,00	2,12	1,83
33 Equipamentos médico hospitalares instrumentos de precisão e ópticos, cronômetros e relógios	0,85	0,83	0,87	0,83	0,87	0,79	0,79	0,68	0,72	0,77	0,79	0,84
34 Fabricação e montagem de veículos automotores	8,12	6,01	8,00	6,01	6,84	6,49	6,96	7,57	7,80	7,86	7,98	8,60
35 Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,84	1,47	1,16	1,47	1,54	2,03	2,05	1,71	1,97	1,59	1,88	2,02
Total	35,94	33,02	35,60	34,14	33,36	34,01	32,74	31,18	31,98	30,36	30,82	32,45

Fonte: Pesquisa industrial anual, PIA 1996-2007. Elaboração própria.

A reversão do declínio da participação dos setores de maior intensidade tecnológica no ano de 2007 aponta para um desempenho conjuntural positivo (conforme exposto na Tabela 31), mas que parece derivar das condições externas excepcionais de *boom* de mercadorias e ingresso de fluxos de capitais, observando que a recuperação da participação desses setores foi tímida. A partir de 2008, a classificação adotada se modifica e, portanto, inviabiliza a utilização das informações a partir de 2008 para comparar com a série anterior. No entanto, utilizando as pesquisas industriais com a nova classificação do CNAE 2.0, observa-se que os oito setores⁶⁵ mais intensivos em capital mantiveram uma trajetória da participação estagnada (pequeno declínio), entre 2007 e 2009, apresentando o conjunto desses setores 32,33%, 32,08% e 31,78% do valor de transformação industrial da economia nos respectivos anos (o ano de 2007 é reapresentado na nova classificação para permitir comparação).

O investimento condiciona como cresce o mercado interno no longo prazo, pois determina a expansão da capacidade produtiva geral da economia e dos seus diversos setores, implicando uma maior ou menor diversificação ou especialização. Observou-se que o impulso para o crescimento da demanda e da oferta derivado da formação bruta de capital fixo foi

⁶⁵ Os setores são os seguintes: 20 - Fabricação de produtos químicos, 21 - Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, 26 - Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, 27 - Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 28 - Fabricação de máquinas e equipamentos, 29 - Fabricação de veículos automotores, reboque e carrocerias, 30 - Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, 33 - Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

entre o ano de 1989 e 2002 desviado de forma importante para o exterior, como mostra a evolução do componente nacional e importado:

Tabela 32 - Formação Bruta de Capital Fixo - evolução do componente nacional e importado 1989-2002

Ano	% Nacional	% Importado
1989	91,0	9,0
1990	88,2	11,8
1992	74,9	25,1
1994	74,7	25,3
1996	65,1	34,9
1998	59,4	40,6
2000	61,44	38,56
2002	59,28	40,72

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais; 1989 - 2002.

Na análise dos investimentos do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) constantes das pesquisas industriais anuais, verificam-se algumas modificações ao longo do período 1996-2008, como se pode visualizar na tabela 33:

Tabela 33 - Investimento em ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) - % participação no total

	1996	1997	1998	1999	2005	2006	2007	2008
Indústria extrativa	3,18	2,29	1,83	2,81	7,36	12,60	10,58	6,39
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	12,95	14,02	8,15	7,23	9,90	11,36	13,581	13,95
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10,65	8,37	3,61	5,23	4,46	4,19	4,72	7,14
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de Álcool	13,05	12,05	12,83	13,68	19,21	31,165	21,65	34,45
Fabricação de produtos químicos	9,88	12,36	10,01	10,79	8,31	8,50	9,17	7,52
Metalurgia básica	5,47	12,44	10,00	14,52	13,19	5,44	15,85	3,47
Fabricação de máquinas e equipamentos	3,58	2,93	12,70	4,81	3,59	3,15	2,85	2,38
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	14,58	9,34	11,74	14,32	14,57	6,37	6,67	6,68
% Total investimento em máquinas e equipamentos	73,34	73,81	70,88	73,38	80,59	82,78	85,078	81,98

Fonte: IBGE, PIA 1996-1999, 2005-2008.

Registra-se um importante incremento no investimento no setor extrativo, que passa de uma média de 2,53% nos anos de 96-99 (lado esquerdo da tabela) para uma média de 9,23 % nos anos 2005-2008 (lado direito da tabela). Esse incremento decorreu primordialmente pelo incremento do setor de metais metálicos, no subsetor extração de minério de ferro.

O investimento da indústria extrativa, basicamente na extração de minério e ferro, juntamente com o investimento no setor de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração produtos nucleares, basicamente refino de petróleo, representaram (conjuntamente) aproximadamente de 31% a 43% do investimento no período 2006 a 2008, enquanto no período 1996-99 variaram entre 15% a 17% do total, evidenciando a direção do crescimento da capacidade produtiva. A partir de 2006 três setores, entre os setores com maior participação no investimento (Tabela 33), perdem participação no investimento (em máquinas e equipamentos): metalurgia básica, fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação e montagem de veículos automotores.

Se se considerar, por sua vez, a evolução da participação dos setores no valor da transformação industrial (não no investimento) entre os anos de 1996 e 2008, verifica-se que poucos setores aumentaram sua participação no total da indústria de transformação, entre eles: fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de produtos nucleares; setor de metalúrgica básica; setor de fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (que passa de 7,8 % para aproximadamente 9 % a partir de 2007); e o setor de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, sendo que esse apresenta reduzida participação no valor de transformação industrial.

Nassif (2007) assinala que indústria de bens de capital foi uma das mais afetadas com a redução das barreiras a importação na primeira metade dos anos 1990 em virtude de sua desvantagem competitiva. O aumento da pressão competitiva externa desencadeou uma modificação da estrutura produtiva do setor, o que forçou as firmas estabelecidas a implementar um rápido processo de reestruturação industrial. Os principais impactos imediatos da liberalização comercial sobre a indústria de bens de capital foram os seguintes: a) um intenso movimento de saída de empresas ineficientes da indústria; b) o aumento da participação de empresas estrangeiras no setor; c) a redução expressiva do número de bens produzidos por firma e a desverticalização dos processos de produção preexistentes. Conforme expressa o referido autor o forte processo de ajustamento produtivo e tecnológico ocorrido após a liberalização comercial - não acarretou o desaparecimento da indústria

brasileira de bens de capital. Em 2005, o setor como um todo respondia por cerca de 12% do valor agregado pela indústria de transformação, enquanto em 1996 respondia por 14%.

No entanto, essa perda de participação não ocorre a partir de um elevado percentual de participação do setor de bens de capital. Como assinala Alem e Pessoa (2005, p. 78): “A indústria brasileira apresenta características distintas das observadas nos países industrializados, com destaque para a pequena participação do setor de bens de capital no total da economia, em forte contraste com o que ocorre no mundo mais desenvolvido”. Outra característica é que a indústria de bens de capital concentrou-se na produção de bens de menor conteúdo tecnológico, ao mesmo tempo em que os mais sofisticados eram importados com benefícios fiscais. Até o final da década de 1980, havia forte complementaridade entre a produção doméstica e a importação desses bens: o incremento da importação de bens de capital ocorria a partir da elevação conjunta do *quantum* importado e do *quantum* produzido. A partir de 1990, o grau e o padrão de complementaridade produtiva e comercial foram significativamente modificados, deslocando-se, em grande parte para o exterior, o fornecimento de peças e componentes necessários para a produção interna. Então, os componentes com maior tecnologia não são produzidos no país e as etapas de produção mais sofisticadas - intensivas em mão de obra altamente qualificada - permanecem localizadas nos países desenvolvidos, justamente aquelas etapas que adicionam maior valor agregado aos produtos. As características do setor e sua evolução não permitiram que esse atuasse no “vértice de um sistema nacional de inovações” (Resende; Anderson, 1999 apud Alem e Pessoa, 2005, p.77).

Por sua vez, as evidências apresentadas pela composição das exportações e importações não indicam que a indústria conseguiu se inserir no fluxo de mercadorias de maior conteúdo tecnológico, produzindo resultados positivos no saldo do comércio, como se pode visualizar pela Tabela 34.

Tabela 34 - Saldo da Balança Comercial por conteúdo tecnológico

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total (A+B)	-5.599	-6.753	-6.624	-1.290	-765	24.758	13.119	24.758	33.640	44.708	46.120	40.028
A- Produtos industriais (I+II+III+IV)	-5.089	-9.782	-10.421	-4.554	-3.168	17.968	8.000	17.968	25.511	33.235	32.251	21.958
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	-18.107	-21.552	-21.207	-17.638	-16.038	-8.588	-11.460	-8.588	-9.995	-7.884	-12.747	-25.169
Indústria de alta tecnologia (I)	-8.380	-9.570	-8.838	-7.656	-7.342	-5.296	-4.525	-5.296	-7.548	-8.377	-11.839	-15.044
Aeronáutica e aeroespacial	-61	-310	-34	438	1.840	990	1.608	990	1.755	1.745	1.326	1.784
Farmacêutica	-1.522	-1.672	-1.825	-2.080	-1.979	-1.781	-1.888	-1.781	-2.093	-2.281	-2.718	-3.764
Material de escritório e informática	-1.347	-1.376	-1.380	-1.071	-1.473	-1.050	-1.169	-1.050	-1.232	-1.550	-2.222	-2.383
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	-3.728	-4.417	-3.795	-3.557	-4.168	-1.910	-1.454	-1.910	-3.968	-3.884	-5.295	-6.629
Instrumentos médicos de ótica e precisão	-1.722	-1.795	-1.804	-1.386	-1.563	-1.928	-1.621	-1.545	-2.009	-2.408	-2.930	-4.052
Indústria de média-alta tecnologia (II)	-9.727	-11.982	-12.369	-9.982	-8.695	-10.719	-6.935	-3.292	-2.447	494	-908	-10.126
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	-1.219	-1.822	-1.966	-1.861	-1.814	-2.822	-2.162	-1.544	-1.239	-945	-907	-1.266
Veículos automotores, reboques e semirreboques	-708	-642	-534	295	972	992	2.300	4.126	5.695	7.825	7.836	5.736
Produtos químicos, excl. farmacêuticos.	-4.005	-4.360	-4.795	-4.417	-4.858	-5.223	-4.487	-4.694	-6.824	-6.165	-6.795	-10.852
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	-120	-216	-209	-310	-136	-103	-76	49	0	131	-27	-66
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	-3.674	-4.943	-4.865	-3.689	-2.858	-3.562	-2.509	-1.229	-78	-351	-1.014	-3.679
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	2.887	1.853	1.350	1.912	1.434	1.725	3.979	6.594	10.182	12.257	12.914	11.950
Construção e reparação naval	171	168	111	-1	-6	2	-47	-107	1.251	172	5	669
Borracha e produtos plásticos	-327	-426	-497	-294	-342	-346	-297	-98	-176	-220	-169	-318
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	-1.901	-2.052	-1.670	-1.615	-2.749	-1.346	-569	200	1	1.227	845	-118
Outros produtos minerais não metálicos	209	219	250	385	433	393	568	716	989	1.194	1.464	1.414
Produtos metálicos	4.735	3.945	3.156	3.437	4.098	3.022	4.323	5.884	8.118	9.884	10.768	10.303
Indústria de baixa tecnologia (IV)	10.130	9.916	9.436	11.171	11.435	14.365	15.481	19.962	25.324	28.862	32.084	35.178
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	86	100	123	337	470	514	578	747	1.029	1.049	933	777
Madeira e seus produtos, papel e celulose	1.505	1.610	1.518	2.423	2.759	2.658	2.969	4.233	5.061	5.415	5.836	6.488
Alimentos, bebidas e tabaco	6.472	6.281	6.018	6.456	5.735	8.530	9.225	11.699	15.474	18.677	21.687	24.647
Têxteis, couro e calçados	2.067	1.925	1.778	1.956	2.471	2.663	2.709	3.283	3.759	3.722	3.629	3.266
B- Produtos não industriais	-510	3.029	3.797	3.264	2.403	4.091	5.119	6.791	8.129	11.473	13.869	18.070

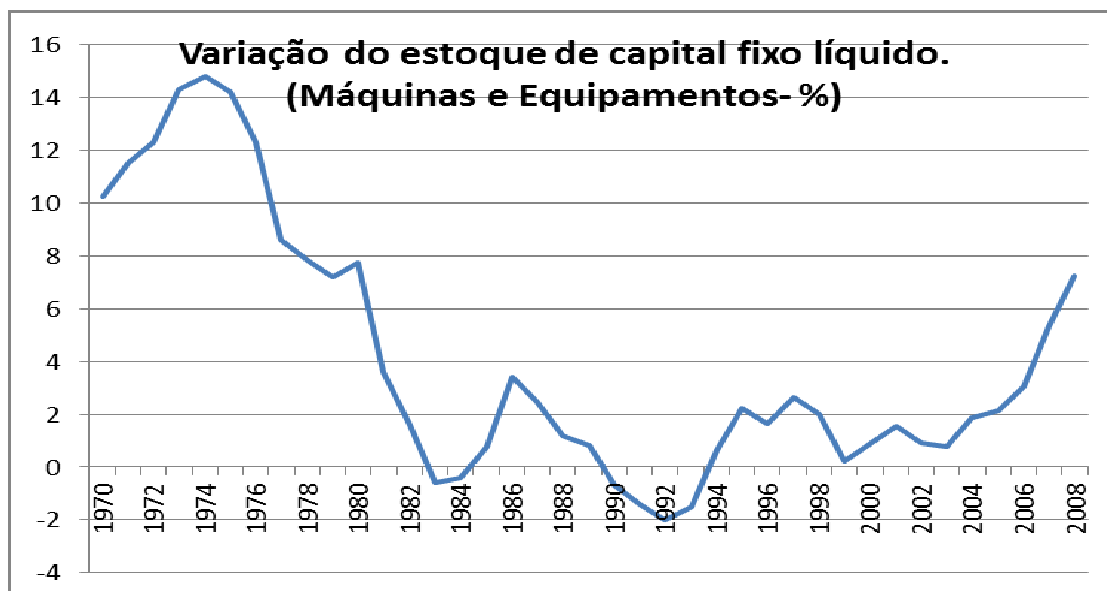
Fonte: SECEX/MDIC.

A indústria de alta e média tecnologia apresentou saldo negativo durante o período 1996-2007, sendo que o saldo da balança comercial da indústria passou a ser positivo somente a partir de 2002 em decorrência do resultado da balança comercial da indústria de baixa e média baixa tecnologia (grupo I e II na tabela 34).

Junto com o saldo negativo da Balança comercial da indústria de alta e média tecnologia verificou-se que a participação dos setores de maior conteúdo tecnológico no valor de transformação da indústria apresentou-se praticamente estagnada (conforme se expôs anteriormente na Tabela 31).

O crescimento ocorrido a partir de 2004 implicou no aumento da relação VTI/VBP em diversos setores. Implicou, também, incremento do estoque de capital fixo líquido (máquinas e equipamentos) como se pode visualizar no gráfico 17.

Gráfico 17 - Variação do estoque de capital fixo líquido (máquinas e equipamentos - %)

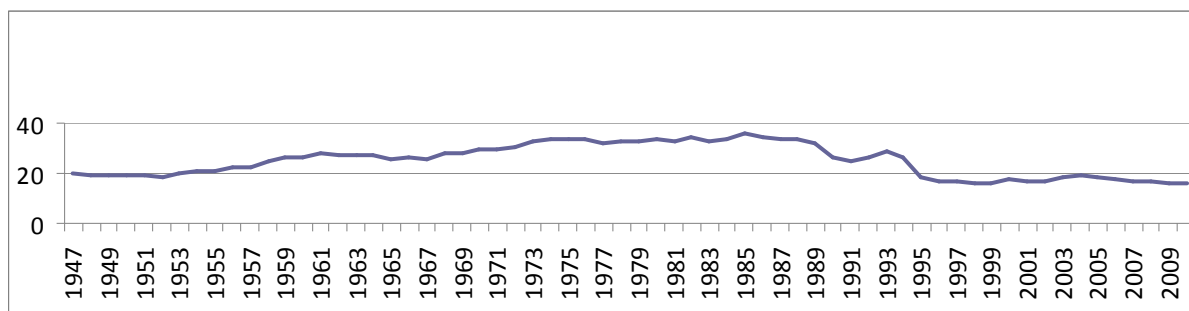


Fonte: IPEA (Ipeadata), 2012.

Nota: Dados brutos em R\$ 2000.

Em síntese, os indicadores sobre crescimento e investimento mostram a evolução positiva da economia a partir de 2004. No entanto, os indicadores da evolução da estrutura da indústria, da composição da exportação e importação evidenciam que esse crescimento não ocorreu no sentido de aumentar a participação das indústrias de maior conteúdo tecnológico; nem mesmo implicou aumento do valor agregado da indústria no total da economia (essa se manteve praticamente estagnada).

Gráfico 18 - Evolução do PIB da indústria de transformação - % PIB

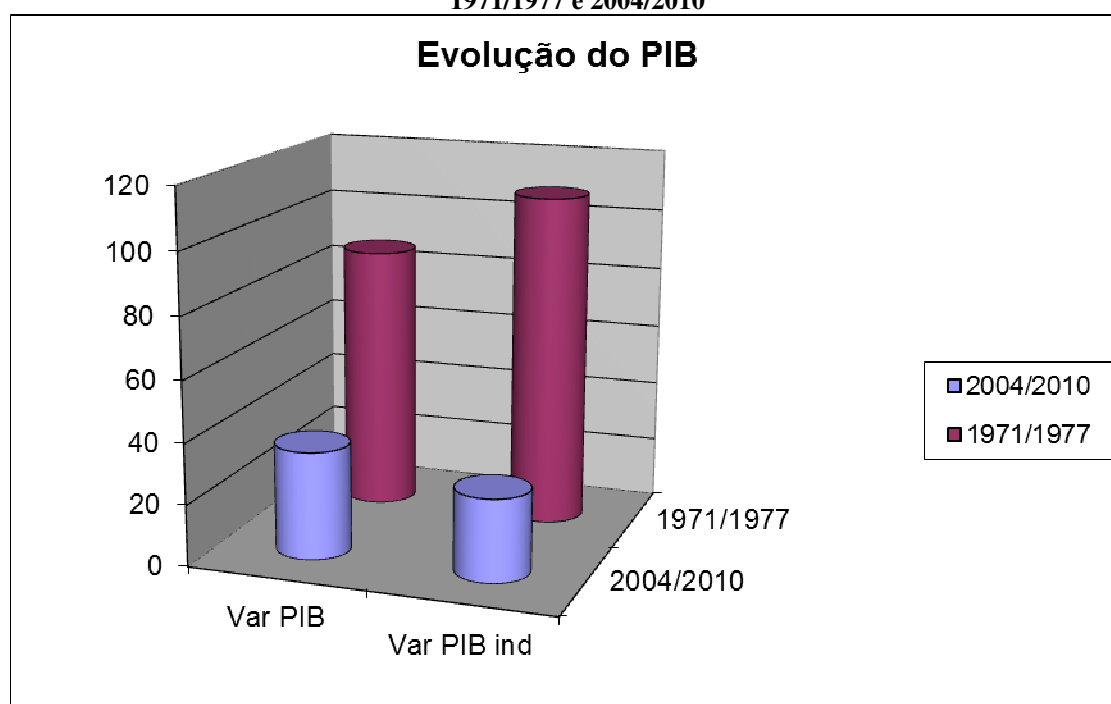


Fonte: IBGE, Sistema de Contas nacionais referencia 2000

Nota: PIB da Indústria Transformação a preços básicos- % PIB.

Na verdade, ao se considerar que se está em um ponto do ciclo de grande ingresso de capitais e onde a restrição externa em parte está reduzida, o crescimento da indústria e da economia e sua evolução apresentam uma trajetória aquém da desejável principalmente se comparada aos períodos anteriores do ciclo de ingressos de capitais externos. Em especial para a indústria, como se pode visualizar pelo gráfico 19.

Gráfico 19 - Crescimento do PIB industrial e total em percentual - comparação entre os períodos 1971/1977 e 2004/2010



Fonte: IBGE e IPEA. Elaboração própria.

No atual período (2004-2010), a produção industrial cresceu menos que o PIB total, 27% foi a variação da indústria e 35% a variação do PIB total (gráfico 19, coluna em azul). Então, embora sua importância visto o contexto atual, o crescimento não se apresenta pró-indústria⁶⁶.

Pode-se observar, ainda no gráfico 19, que esse comportamento diverge do ocorrido em outro ciclo de crescimento da economia brasileira em que o crescimento da indústria pareceu “puxar” o do PIB total. Ao contrário do atual ciclo de crescimento (2004-2010), no período 1971-77, o crescimento da indústria superou o crescimento do PIB, liderando o

⁶⁶ Como se pode verificar ainda pelo crescimento da indústria manufatureira que cresce menos ainda, 21,7% (IBGE e IPEA).

crescimento. Enquanto a indústria cresceu 108%, o PIB total aumentou 87 % (conforme se pode visualizar no gráfico 19 na coluna bordô).

No entanto, como o incremento da população tem declinado, a manutenção de taxas de crescimento positivas nos níveis ocorridos a partir de 2004 representaria uma situação favorável em termos *per capita*. A partir de 2004, a economia brasileira ingressa em um novo ciclo de crescimento, mais expressivo. Ainda que esta fase expansiva resulte fundamentalmente das condições mais favoráveis da economia mundial, e também pelo impulso oriundo dos demais países emergentes da periferia, ele destoa bastante da mediocridade vigente no período imediatamente anterior. Em síntese, o crescimento nesse período ocorre em um contexto de baixo crescimento da população, no período 2004-2008 foi de 1,04, enquanto no período 1970-74, por exemplo, o crescimento anual da população foi de 2,6% (IBGE).

No período 2004 a 2008, a população economicamente ativa representava aproximadamente 62% da população em idade ativa, que alcançou no ano de 2009 162.807.000 pessoas. A população em idade ativa veio crescendo ao longo do período, conforme se pode visualizar na tabela abaixo. Além disso, pode-se visualizar que a participação da população economicamente ativa e do número de ocupados vem crescendo.

Tabela 35 - Dados sobre a população

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIA	137.686.979	140.353.001	142.980.324	149.759.797	152.740.402	156.284.000	159.361.000	160.561.000	162.807.000
PEA	83.243.239	86.055.645	87.787.660	92.860.128	96.031.971	97.528.000	98.846.000	99.500.000	101.110.000
Ocupados	75.458.172	78.179.622	79.250.627	84.596.294	87.089.976	89.318.000	90.786.000	92.395.000	92.689.000
Desocupados	7.785.067	7.876.023	8.537.033	8.263.834	8.941.995	8.210	8.060	7.106	8.421
PEA/PIA	0,60	0,61	0,61	0,62	0,63	0,62	0,62	0,62	0,629
Ocupados/PIA	0,5480	0,5570	0,5543	0,5649	0,5702	0,5715	0,5697	0,5755	0,5693
Ocupados/PEA	0,9065	0,9085	0,9028	0,9110	0,9069	0,9158	0,9185	0,9286	0,9167

Fonte: IBGE. PNAD, 2001-2009. Elaboração própria.

Notas: PIA: População em idade ativa

PEA: População Economicamente Ativa

Conforme mostra a pesquisa nacional de amostra de domicílios, a população de até 24 anos vem declinando entre os anos de 2007 e 2008. Houve redução de 642 mil pessoas, entre aquelas nessa faixa etária, o que implica que o número de nascidos vivos está em declínio há vários anos.

A estatística sobre os nascidos vivos confirma essa tendência:

Tabela 36 - Total de nascidos vivos

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
3.206.761	3.115.474	3.059.402	3.038.251	3.026.548	3.035.096	2.944.928

Fonte: IBGE, 2009.

Em decorrência, a população em idade ativa, e a economicamente ativa, deverá gradativamente reduzir o seu crescimento e, em período posterior, deverá declinar. Antes, mantida a tendência, e sem entrada de contingentes de outros países, o ingresso de novos trabalhadores disponíveis para o trabalho deverá diminuir.

Esse fato pode vir a se constituir em uma oportunidade para que uma acumulação mais intensa como, por exemplo, a observada nos anos 1970, viabilize uma condição mais favorável para a classe trabalhadora e as categorias que têm sua principal fonte de renda no salário.

O declínio do crescimento da população em idade ativa constitui-se em um aspecto positivo, mas, na verdade, o fator determinante (a variável independente) no dinamismo da economia no capitalismo não é a oferta de trabalho, e sim a acumulação e a consequente procura pela valorização do capital. A demanda por trabalho é resultado da acumulação (MARX 1983; ROBINSON, 1980). Esse movimento da população, portanto, não garante que o vigor da acumulação será intenso e, principalmente, que se possa manter, visto as condições estruturais da economia.

Está-se considerando uma distribuição da propriedade como dada. Uma melhora ao acesso à riqueza e à renda historicamente tem sido bloqueada pela restrição ao acesso à terra para um maior contingente da população. Uma melhor distribuição da propriedade poderia viabilizar outro fator de distribuição (nas palavras de Kalecki), favorecendo a valorização do trabalho, inclusive na cidade. Ao mesmo tempo, como assinala Faria (2007), junto com o problema da terra existe outro que se desenvolve no meio urbano das grandes cidades, pois parcela importante da população das regiões metropolitanas vive em favelas, numa situação precária e irregular, sem título de propriedade de suas habitações e, em consequência, sem dispor de infraestrutura e serviços públicos urbanos.

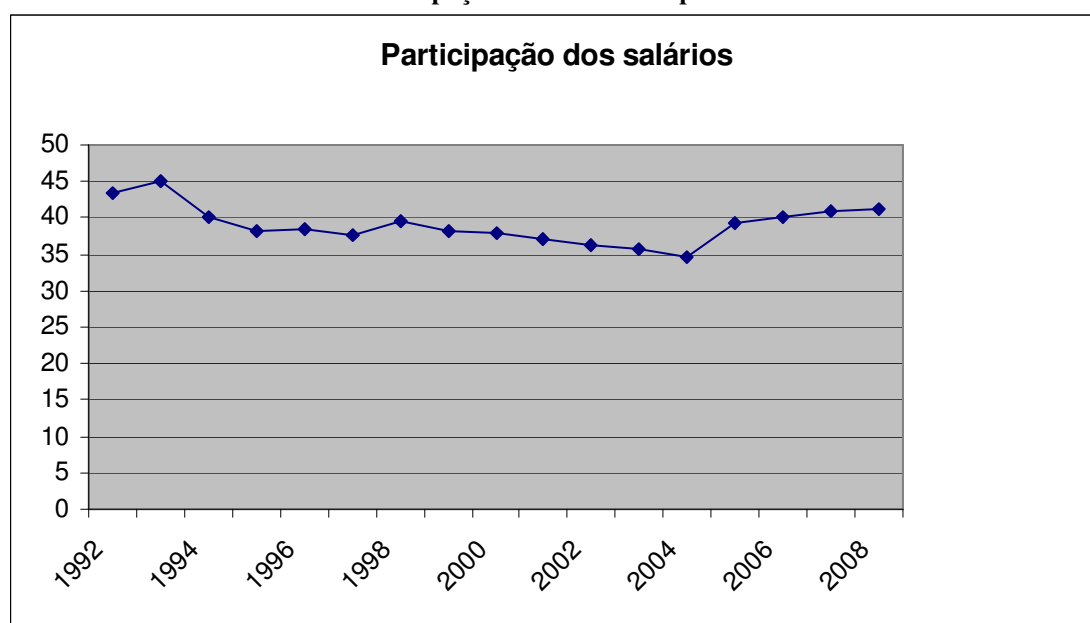
Mas, independente da evolução do crescimento da população em idade ativa, o dinamismo da economia brasileira se intensificou a partir de 2004, como se pode visualizar pela queda da taxa de desemprego em cinco regiões metropolitanas e distrito federal:

Tabela 37 - Taxa de desemprego - regiões metropolitanas e Distrito Federal

	São Paulo	Porto alegre	Belo Horizonte	Distrito Federal	Recife	Salvador
1990	10,3					
1991	11,7					
1992	15,2			15,4		
1993	14,6	12,2		14,7		
1994	14,2	11,3		14,1		
1995	13,2	10,7		15,4		
1996	15,1	13,1	12,7	16,7		
1997	16	13,4	13,4	18,4		21,6
1998	18,2	15,9	15,9	19,7	21,6	24,9
1999	19,3	19,0	17,9	22,1	22,1	27,7
2000	17,6	16,6	17,8	20,2	20,7	26,6
2001	17,6	14,9	18,3	20,5	21,1	27,5
2002	19	15,3	18,1	20,7	20,3	27,3
2003	19,9	16,7	20,0	22,9	23,2	28
2004	18,7	15,9	19,3	20,9	23,1	25,5
2005	16,9	14,5	16,7	19,0	22,3	24,4
2006	15,8	14,3	13,8	18,8	21,3	23,6
2007	14,8	12,9	12,2	17,7	19,7	21,7
2008	13,4	11,2	9,8	16,6	19,6	20,3
2009	13,8	11,1	10,3	15,8	19,2	19,4
2010	11,9	8,7	8,4	12,4	16,2	21,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. DIEESE, 2009

Esse maior vigor da acumulação, a partir de 2004, fez-se sentir na evolução da participação dos salários no produto interno bruto como se depreende da informação exposta no gráfico 20.

Gráfico 20 - Participação dos salários no produto interno bruto

Fonte: MARQUETTI, A.; FOLEY, D. , 2011. Extended Penn World Tables. Versão 4.0.

Com taxas maiores de crescimento, verifica-se que a participação dos salários no PIB passa de 34,6 % em 2004 para 41,3 % em 2008, representando importante expansão. Além disso, a desigualdade de renda no Brasil, medida pelo índice de Gini, diminuiu por conta dos gastos sociais.

Quanto à proteção social, a previdência apresenta cobertura de 65% da população em idade ativa e de aproximadamente 93,2% da população com mais de 65 anos. Ocorreu, ainda, a distribuição de benefícios com perfil não contributivo, com valor em torno do salário mínimo, que beneficiou um amplo conjunto de trabalhadores que se encontravam na base da pirâmide (trabalhadores sem inserção formal, pequenos produtores agropecuários e pescadores artesanais). Conforme Castro assinala:

Como resultado, pode-se dizer que caso fossem retiradas as rendas da previdência, os números da indigência e pobreza (renda domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e de $\frac{1}{2}$ salário), em 2007, seriam maiores em 17,6 milhões e 20,6 milhões. Da mesma maneira, por conta desse pagamento, a desigualdade de renda no país (medida pelo índice de Gini) diminuiu 7,4% evidenciando o caráter distributivo da política distributiva. (CASTRO, 2011, p. 85).

Além disso, a disponibilidade de benefício à população idosa e portadora de deficiência (Benefício de Prestação Continuada - BPC), vivendo em indigência, bem como a transferência direta de renda à população em situação de pobreza, como o bolsa família, ajudaram a uma diminuição da taxa de indigência e de pobreza (comunicado IPEA n° 63).

O programa de transferência de renda no Brasil foi iniciado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (programas Bolsa Escola, Cartão-alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio-gás).

Como assinala Boyadjian (2010), embora o programa de Lula pareça ser simplesmente uma continuidade daqueles implantados no governo FHC, e estar de acordo com as recomendações do Banco Mundial, apresenta características diferentes dos programas anteriores e se destaca por sua abrangência e seu impacto.

O programa Bolsa Família foi criado no primeiro governo Lula, atingindo nos anos de 2010 e 2011 12,7 e 13,3 milhões de famílias respectivamente (BRASIL, 2012).

Esse programa se diferencia dos direitos sociais que integram a cidadania prevista na constituição como previdência, saúde e educação. O benefício tem caráter temporário (embora tenda a se tornar permanente às pessoas usuárias, enquanto existir o benefício).

Pochmann (2007) assinala que 87% da queda de 6,5% no índice de Gini verificada entre 1995 e 2004 pode ser explicada pela contribuição conjunta do aumento do gasto social e do salário mínimo. E aqui não se pode esquecer que parte do ganho do salário mínimo se deve à valorização cambial.

Posteriormente, como se viu, o produto cresce e o nível de emprego da mesma forma, afetando de forma mais positiva o coeficiente de Gini que se modifica de 0,569 em 2004 para 0,538 em 2009, revelando uma melhor distribuição de renda.

Assim, tem-se um aumento na participação dos salários na renda nacional a partir de 2004, como exposto no gráfico 20, e uma diminuição do índice de Gini há mais tempo (desde 2001), indicando uma melhora na distribuição; observando, no entanto, que a participação dos salários na renda não retornou aos níveis de 1993, embora a distribuição tenha melhorado. Importante assinalar ainda, conforme nota Pochmann, o seguinte: o índice de Gini mede fundamentalmente a realidade da desigualdade no interior da renda do trabalho, deixando de fora, portanto, as outras formas de renda que mais têm crescido no Brasil, como juros, lucros, renda da terra e aluguéis. E, portanto, como o rendimento dos ocupados declinou e o piso do ingresso no mercado do trabalho (salário mínimo) aumentou, tais fatores impactaram favoravelmente a distribuição medida pelo coeficiente de Gini (POCHMANN, 2007, p.75-77). Mas, indubitavelmente, a partir de 2004 a economia brasileira entrou em uma fase mais favorável, reforçado pela melhora desses indicadores.

De maneira geral, a cada aceleração da taxa de atividade quase invariavelmente há uma reação positiva do emprego. Esse, considerando constantes os demais fatores que não a mão de obra, tende a reagir no mesmo sentido da produção. Outro importante motivo no longo prazo para a variação do emprego é a tecnologia.

Com o crescimento da produtividade em nível global, tem-se dois movimentos: primeiro, a máquina expulsa o homem do aparelho produtivo e, segundo, aumenta a mais-valia (excedente) produzida. Enquanto aumenta o excedente dessa economia, aumenta a parcela que pode ser apropriada pelas classes abastadas (entre os quais os ociosos com renda), a parcela destinada à diferenciação salarial e, conjuntamente, aumenta a parcela da população sem emprego (ociosos sem renda). Marx assinalou que com a redução da parte da jornada de trabalho necessária para a produção material da sociedade pode ser mais longa a parte de tempo conquistada para a livre atividade espiritual e social dos indivíduos (em decorrência do aumento da produtividade). Para tal, bastaria haver uma distribuição do trabalho, de forma a

evitar que o ócio de um decorra do suplício de outro. Então, a diminuição do emprego, que na sociedade capitalista se constitui em uma tragédia, pois o acesso à renda depende para maior parte da população desse emprego, pode vir a se constituir no estabelecimento das condições materiais para uma sociedade mais opulenta e justa.

Como se viu, no período neoliberal houve no mundo um restabelecimento da lucratividade do sistema, em parte através do ataque às posições do trabalho e, em parte, pelo aumento da produtividade (modificações na organização do trabalho e progresso técnico). A ideia é desmontar a proteção social que aumenta o custo de mão de obra, desregular o mercado de trabalho, deixar que o salário seja estabelecido pelo livre jogo da oferta e da demanda. Foi nesse contexto de questionamento de políticas sociais de *Welfare-State* e do avançar de suas contra-reformas, que cresceu no mundo o número de pobres e de excluídos de proteção social, e também quando surgiram as políticas de transferência de renda.

Ao se refletir, vale lembrar Polanyi (2000), para quem a instituição do mercado autorregulável inevitavelmente irá exigir a autoproteção. Podem-se conceber os programas de transferência de renda como uma necessidade de legitimação do estado capitalista, que, por um lado, incita à acumulação da riqueza e, por outro, procura manter certa legitimidade.

Na verdade, as justificativas teóricas para um programa de renda mínima são variadas. Em geral, são defendidas na necessidade de corrigir um sistema social injusto. Pode-se, inclusive, defender o acesso a produtos e serviços pelo fato de se pertencer à condição humana; em especial, na época em que a produtividade alcançou dimensões nunca imaginadas e o problema da demanda efetiva se constitui em uma realidade, como demonstra a proliferação de reservas (monetárias) em número significativo de países⁶⁷.

O debate sobre a renda mínima geralmente aventa se essa deve ser reservada aos mais desfavorecidos e subordinada ao fornecimento de uma contraprestação. Os minimalistas (expressão utilizada por Passet, 2002) frisam a necessidade de um abono suficientemente baixo para não estimular uma ociosidade, que poderia provocar uma ruptura em que uns participariam do esforço social, enquanto outros se contentariam com a renda garantida (aqui

⁶⁷ Kregel (2004, p.35), por exemplo, assinala que “[...] a incapacidade das taxas flutuantes para produzir uma distribuição de demanda agregada global mais racional, e a resultante especulação com ativos denominados em dólar iniciada em 1987” ajudou a tornar mais grave a quebra dos mercados financeiros globais em 1987. Amin, por sua vez, expõe que a insegurança provocada pela volatilidade cambial força todos os agentes que operam nos mercados externos a constituir significativas reservas privadas para precaver flutuações imprevisíveis. Assinala: “La preocupación por el equilibrio de la balanza de pagos, que está permanentemente amenazado por los movimientos del capital especulativo, comporta la ascendencia de una lógica que prioriza sistemáticamente las políticas antiinflacionarias y las exportaciones, aun cuando tal cosa requiere una contracción de la demanda interna.” (AMIN, 1999, p.54).

uma condenação moral). Outros entendem que a renda deve ser suficiente para preservar a liberdade dos trabalhadores de aceitar ou recusar as condições de trabalho que lhe são propostas. Na verdade, uma renda suficiente introduz novos conceitos e possibilidades de escolha entre trabalho, lazer, estudo e atividades sociais, ou combinações dessas. Possibilitaria a cada um organizar o seu ciclo de vida conforme seu interesse. Uma renda garantida para todas as pessoas, independente de sua condição econômica (pessoas mais privilegiadas ou não), justificada pelo fato de se pertencer a espécie humana, pela cidadania, apresenta uma grande vantagem para a sua operacionalização, pois não seria necessário o controle para verificar se o beneficiário preenche as condições. Nesse caso, a tributação para financiar o programa deveria recair sobre os mais favorecidos.

No entanto, a situação real no mundo parece estar longe dessas proposições que visam a uma situação ideal. Os programas de renda mínima são positivos, mas visam atender a uma situação de precarização do emprego com aumento da produtividade e, portanto, atendem ao duplo papel de favorecer a acumulação (pela expansão da demanda) e de fornecer certa legitimidade ao estado. São, embora limitações, positivas. Para uma transformação realmente significativa na economia capitalista, seria necessário uma posição de força das classes menos favorecidas de forma que a renda mínima fosse universalizada a um patamar de renda elevada de forma a afetar o caráter de mercadoria da força de trabalho. Nesse momento, o capitalismo teria sofrido uma modificação essencial.

O crescimento da economia brasileira a partir de 2004 mostra importante dinamismo e parece resultar dos impulsos da economia global, onde um importante fluxo de capital e a demanda de *commodities* estão presentes. Mas a ascensão da economia brasileira a níveis de renda *per capita* mais elevados e a uma posição mais avançada entre as nações exige que esse dinamismo se sustente por prazo mais extenso, o que implica capacidade de manter um crescimento mínimo, mesmo na reversão dos ciclos⁶⁸.

Então, ao se verificar a modificação das condições para a acumulação a partir dos anos 1990, observa-se que os fatores estruturais, como se viu, levam a um aumento da remessa de rendas, implicando o aumento da dependência. Desde os anos 1990 ocorre um importante ingresso de capitais, estimulados, em grande parte, pelo diferencial de juros. Somente em dois anos, 2004 e 2005, a conta de capital e financeira é deficitária.

⁶⁸ No sentido de que esse crescimento associado com o crescimento da fase de maior ascensão permita que a economia brasileira ascenda a níveis de renda *per capita* dos países mais desenvolvidos.

O forte ingresso de capitais não resultou em aumento do investimento e mesmo quando esse se associou à excepcional condição do mercado internacional nos anos 2000 foi acompanhado por um tímido aumento do investimento, ao contrário dos anos 1970. Após vários anos de superávit na conta corrente (2003 a 2007), decorrente, em grande parte, das condições excepcionais do comércio internacional, retorna o déficit em conta corrente a partir do ano de 2008. Esse déficit torna a economia brasileira mais dependente do ingresso de capitais.

Entretanto, durante três anos, 2003, 2006 e 2007, o Brasil conviveu com uma condição financeira excepcional, saldo positivo na conta corrente e na conta de capital e financeira. O superávit na conta corrente não implica necessariamente, da mesma forma que uma conta de capitais superavitária, uma condição favorável para a acumulação produtiva, pois um superávit, e, até mesmo o equilíbrio, significa na economia brasileira uma grande transferência de recursos reais. A necessidade de remunerar os capitais externos, haja vista sua grande participação na economia brasileira, torna imperativo a formação de importantes saldos comerciais positivos mesmo com o saldo da conta corrente equilibrada. Portanto, a existência de superávits pode significar ou evidenciar uma grande transferência de recursos reais e uma forte restrição ao desenvolvimento⁶⁹.

O grande ingresso de capitais, com a esterilização correspondente, conduz ao aumento das reservas⁷⁰. Outra opção seria instituir controles de capitais, mas tal opção exige contrariar interesses e, provavelmente, seja esse o motivo de se preferir o aumento das reservas. Em consequência, a dívida externa líquida brasileira (DEL) transformou-se em superávit visto que as reservas superam a dívida externa bruta, tendo o Brasil passado de devedor a credor. Esse entendimento merece qualificação. Como assinala Cysne (2008), um país que troca dívida externa para com não residentes por investimentos de não residentes em ações negociadas em bolsa terá ao final do período uma dívida externa reduzida do mesmo valor da operação em questão. Mas o seu passivo externo permanecerá inalterado. A concentração no conceito (mais restrito de dívida) pode levar a um otimismo infundado, posto que o total de remessas ao

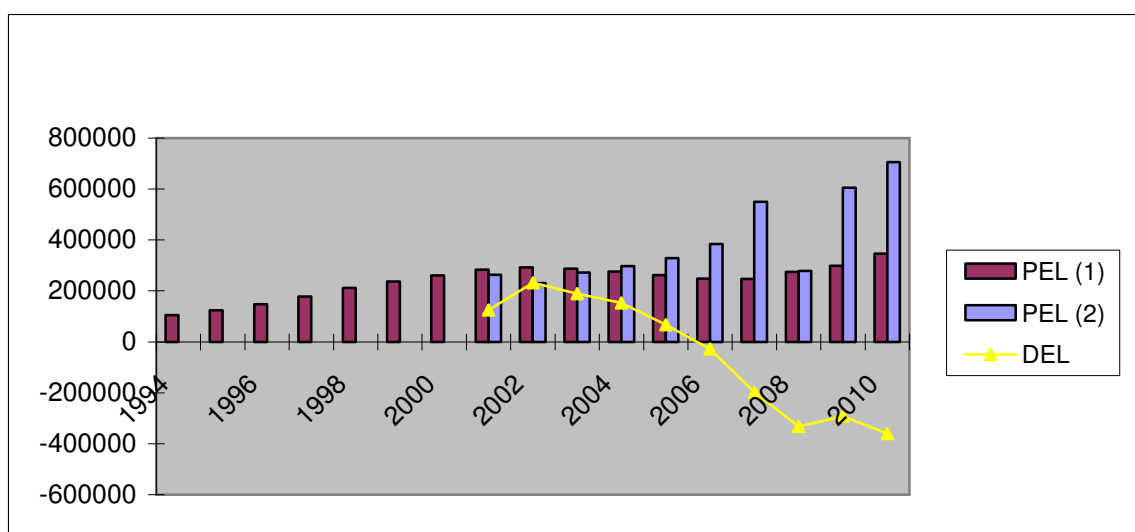
⁶⁹ O superávit conjuntamente com a grande transferência de renda necessária para remunerar os capitais externos indica que a acumulação produtiva está em uma trajetória que não é a mais favorável. A intensificação da acumulação irá implicar na redução do saldo comercial como se pode observar a partir do incremento do crescimento da economia brasileira após 2004.

⁷⁰ Com a esterilização as firmas em condições de aumentar seus gastos usando os recursos tomados (recebidos) do exterior são contrabalançadas pelas que serão obrigadas a reduzir seus gastos em consequência da referida esterilização (pela diminuição do crédito interno). Sem essa esterilização ocorreria o aumento dos gastos e das importações transferindo pelo menos parte dos ingressos de capitais (com impacto sobre o montante das reservas).

exterior pode não cair da forma como faria supor a queda do total da dívida e a queda do total de juros a serem pagos no futuro.

Assim, se se considerar a evolução do passivo externo líquido, constatar-se-á que a evolução do endividamento apresenta uma trajetória diversa, conforme se pode visualizar pelo gráfico 21:

Gráfico 21 - Indicadores de endividamento



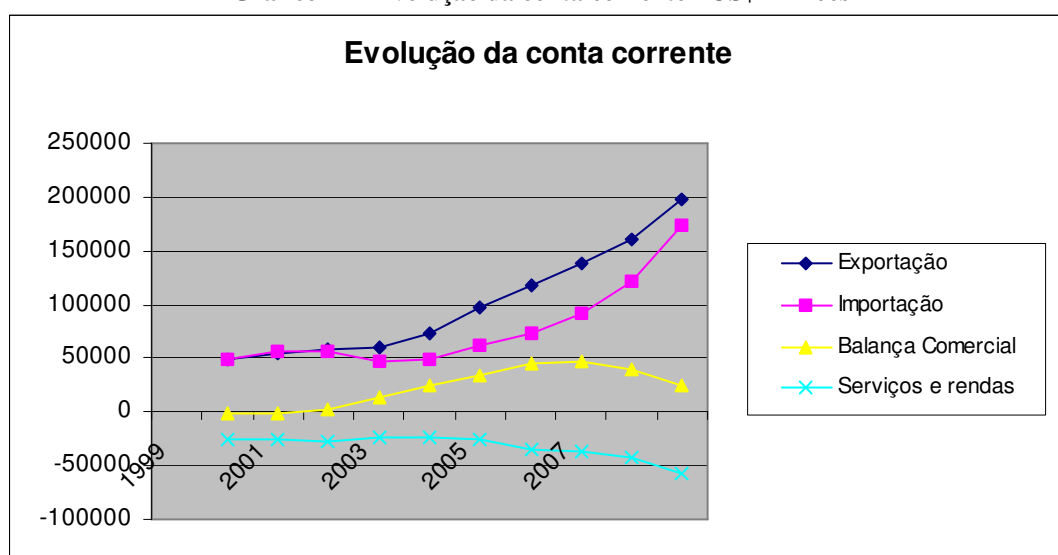
Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

A Dívida Externa Líquida (DEL) declinou passando a ser negativa (implicando em superávit -linha amarela no gráfico). Por sua vez, o passivo externo apresentou outra trajetória. O passivo externo, se calculado como igual ao déficit acumulado na conta corrente do balanço de pagamentos desde 1947 (PEL 1 no gráfico), aumentou entre 1994 e 2002, declinando no período 2003 a 2007. A partir de 2008 passou a crescer em decorrência do déficit da balança de transações correntes. Se considerado o passivo externo líquido medido a partir dos dados da Posição Internacional de Investimentos (PEL 2 no gráfico), calculado e divulgado pelo Banco Central, esse tem subido continuamente, tendo passado de U\$ 230 bilhões em 2002 a U\$ 705 bilhões ao final de 2010.

A economia brasileira em um curto período com taxas significativas de crescimento já passou a ter déficit na conta corrente, embora tenha havido condições favoráveis no mercado mundial para suas exportações (*commodities*). A taxa de crescimento mais elevada por um curto período refletiu na balança de pagamentos, demonstrando a restrição material ao

crescimento. O saldo da balança comercial decrescente⁷¹, mesmo em uma situação favorável do mercado internacional para *commodities*, associado à transferência permanente de renda e que cresce com a elevação das taxas de crescimento do PIB, tende a tornar o saldo de conta corrente deficitário e se ampliar, como se pode visualizar pelo gráfico 22. Então, a manutenção do crescimento por um período mais longo passa a depender do ingresso de capitais. A essas dificuldades materiais devem-se acrescentar as decorrentes da nova fase e os interesses associados que levam a que a capacidade para importar nem sempre seja utilizada para promover a acumulação, da mesma forma que o ingresso de recursos ao invés de favorecer a acumulação se destine primordialmente a viabilizar a transferência de recursos da economia brasileira.

Gráfico 22 - Evolução da conta corrente - US\$ milhões



Fonte: Banco Central, 2012. Séries temporais: Balanço de pagamentos.

Ao se procurar sintetizar os acontecimentos - institucionais, estruturais e políticos - que afetaram a acumulação e o dinamismo da economia brasileira e as possibilidades de ascensão examinados até aqui, alguns pontos devem ser ressaltados, cabendo desenvolvimento adicional.

No período que se estende desde metade dos anos 1980 até o atual ciclo de crescimento, verificou-se que o crescimento da economia foi modesto e que somente no ano de 2010 o PIB industrial *per capita* superou o PIB industrial *per capita* do ano de 1986 (em

⁷¹ Em decorrência do aumento das importações e declínio das exportações que resulta do crescimento e conseqüente aumento da absorção doméstica.

dólares constantes de 2010), conforme se depreende dos dados do banco mundial (ver também gráfico 15).

A evolução da acumulação de capital, que foi acompanhada por mudanças estruturais na economia brasileira após anos 1980, e mesmo na economia mundial, não implicou uma significativa elevação dos níveis de renda *per capita* como ocorreu em outras experiências históricas, como a Coreia, por exemplo. E mesmo a possibilidade de ascensão da economia brasileira para níveis de renda mais elevados ficou restringida, como se evidenciou, pela evolução de vários indicadores e variáveis (composição da exportação e da importação, remessa de rendas, FBKF, participação do estado, estrutura produtiva). O ciclo virtuoso da economia brasileira após 2003 decorreu principalmente das condições da economia mundial, apesar dos percalços e do restrito dinamismo das economias centrais.

Como se observou pelo exposto na tabela 22, p.214, ocorreu um incremento da produtividade a partir da liberalização comercial nos anos 1990, mas esse não levou a uma melhor inserção na economia global. Na verdade, o aumento da produtividade decorrente do progresso técnico ocorreu conjuntamente com uma perda de capacidade de reter os frutos do progresso técnico no espaço nacional (aumento de remessa de lucros e baixo investimento).

Em retrospectiva histórica, verifica-se que uma dinâmica endógena relativamente autônoma em relação ao sistema mundial não se constituiu na economia brasileira. A mudança do seu centro dinâmico deslocou-se a partir dos anos 1930 para o mercado interno, tornando-se o investimento a variável chave. Contudo, a desnacionalização e a redução do papel da indústria diminuíram o potencial do núcleo dinâmico da economia brasileira. Ou seja, a dinâmica que se produziu não foi capaz nem de reduzir significativamente a distância em relação aos níveis de renda e bem-estar dos países centrais, nem chegou a consolidar um sistema econômico com uma dinâmica endógena relativamente autônoma em relação ao sistema mundial (FARIA, 2007).

Como se viu, o progresso técnico não foi endogeneizado e ocorreu a internacionalização do capital do sistema produtivo. A oligopolização da economia associada a sua internacionalização e as características do sistema financeiro nacional, que se desenvolvem em uma economia periférica, implicam também a não constituição de um núcleo endógeno de financiamento de longo prazo. Ou seja, falta um núcleo endógeno de financiamento público e privado nacional capaz de articular o sistema produtivo e financeiro e viabilizar crescimento sem passar pelo endividamento externo. A associação entre os bancos e as empresas de forma a produzir um movimento mais vigoroso não ocorreu.

Ou seja, o destino da mais-valia gerada na economia e sua transformação em capital e renda são profundamente condicionados pela forma pela qual a acumulação de capital ocorreu no Brasil, implicando grande transferência ao capital financeiro nacional e internacional e resultando, em especial a partir de 1980, na impossibilidade de uma ampliação sustentada e vigorosa do capital no espaço territorial brasileiro. Tavares, em seus termos, produz argumento a favor desse entendimento ao afirmar:

Não se tratava então, como não se trata até hoje, de absorver “poupança externa” ou de obter, através de restrições ao consumo, uma poupança interna capaz de financiar o desenvolvimento. Tratava-se, então como hoje, de realizar o que foi o maior fracasso público de nossa história financeira: a falta de instituições públicas e privadas capazes de garantir endogenamente a intermediação financeira adequada ao nosso próprio potencial de poupança. O poder público deveria pois ser capaz de impedir a esterilização de nossa poupança interna (das famílias e dos trabalhadores) pelo “moinho satânico” da especulação patrimonial e financeira dos dois maiores poderes privados associados na história da República: o capital financeiro privado nacional e o internacional. (TAVARES, 1999, p. 476).

Em determinados momentos do desenvolvimento da economia brasileira, como entre os anos 1950 e 1970, a acumulação foi intensa e a proposição do desenvolvimento associado parecia que iria viabilizar uma trajetória virtuosa. No entanto, o incremento da associação no novo momento (após anos 1990) irá implicar o crescimento da transferência de renda (excedente) da economia sem resultar em crescimento da sua capacidade produtiva na mesma dimensão. Esse movimento associou de forma mais importante o crescimento da economia brasileira aos dinamismos provenientes da economia mundial, dificultando sua ascensão⁷².

Como se viu, a versão da dependência associada afirmava que a teoria do imperialismo equivocava-se ao afirmar que o centro seria contrário à industrialização, tendo em vista que as multinacionais vinham investindo em fábricas na região desde os anos 1950. Argumentava que a causa do atraso econômico dos países subdesenvolvidos estava não apenas na exploração feita pelo centro imperial, mas também, se não principalmente, na incapacidade de as elites locais serem nacionais, pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais.

A partir dos anos 1950, a industrialização no Brasil apoiou-se intensamente no capital externo e, a partir de 1964, ocorreu outra modificação significativa: a classe trabalhadora foi excluída do pacto político e seus interesses passaram a perder espaço. Mas as elites empresariais e a alta burocracia pública continuaram a ser desenvolvimentistas sob o regime militar, com uma estratégia de manter o modelo dependente associado, sem excluir da base de

⁷² Contudo, não inviabilizando o seu crescimento, e nem ciclos virtuosos de crescimento.

sustentação do regime os setores que se perfilavam a uma ideologia nacionalista, principalmente nas forças armadas. Como consequência, tem-se um nacionalismo que promoverá o autoritarismo e a exclusão dos interesses das classes trabalhadoras. Esse desenvolvimento é associado, mas o estado nacional, através das empresas estatais e de seus gastos, mantém uma posição ativa na coordenação do crescimento.

A trajetória de desenvolvimento baseada no estado desenvolvimentista e apoiada fortemente no capital externo entra em crise nos anos 1980. Com a crise da década de 1980 e as transformações da década de 1990, a política sofre mutação: de um estado desenvolvimentista passa a adotar uma política favorável ao crescimento das finanças e de integração à economia mundial.

Os fluxos de capitais - que têm por fundamento a crescente importância das finanças de mercado traduzida na desregulamentação ou liberalização dos sistemas financeiros - passam a caracterizar-se por uma autonomia frente às necessidades de transações correntes. Ou seja, esses fluxos já não se orientam pelas necessidades reais das economias. Mas implicam valorização do câmbio, afetando a capacidade de competição das empresas (o mercado externo). Bresser-Pereira (2010) assinala que a vantagem comparativa das *commodities* brasileiras permite que o equilíbrio da conta corrente, e a cotação dólar/real correspondente, ocorra com significativo prejuízo para a indústria. Assim, o ciclo financeiro aprofunda o ciclo dos preços das *commodities* e sobrevaloriza a taxa de câmbio sustentando níveis de atividade e uma propensão a importar incompatível com a base exportadora. Ou seja, a abundância de recursos financeiros viabiliza uma taxa de câmbio real que torna o setor exportador dependente dos setores de grandes vantagens absolutas de custos. A exportação de *commodities*, ao mesmo tempo em que possibilita a aquisição de reservas internacionais e auxilia a “blindagem” da economia brasileira contra a crise, leva a uma valorização da moeda local, corroendo a competitividade de importantes setores da indústria nacional.

Esse incremento do ingresso de capitais externos pode viabilizar, no curto prazo, condições favoráveis para a população em geral. Uma taxa de câmbio apreciada, compatível com a utilização da poupança externa estimula o consumo e a importação, aumenta artificialmente salários, consumo, importações e passivo externo. No curto prazo promove o crescimento, contudo pode afetar as possibilidades de crescimento da economia no longo prazo.

Como se procurou evidenciar no presente capítulo, ver tabelas 12 e 19 e gráfico 5, a estrutura do comércio exterior é desfavorável a uma inserção comercial dinâmica. Essa

estrutura desfavorável, por sua vez, é decorrente da estrutura produtiva da economia que se constituiu a partir da acumulação dependente. Como resultado, a competitividade sistêmica da economia brasileira, no sentido exposto por Fajnzylber (sistêmica), não se amplia. A maior competitividade em setores de menor valor agregado, ou mesmo a maior competitividade em eventuais setores com produtos de maior valor agregado, ocorre em detrimento da expansão do mercado interno⁷³. Lembrando o assinalado por Prebisch, anteriormente mencionado no presente capítulo, que a capacidade de produzir ao menor custo não garante o maior crescimento da renda⁷⁴.

Uma maior autonomia do crescimento do mercado em relação ao exterior exige que o incremento da demanda de uma determinada empresa/setor seja atendido pelo aumento da produção de outra empresa/setor. A maior competitividade de empresas ou setores com produtos de baixo valor agregado ou que demande insumos não produzidos no espaço nacional implica um menor dinamismo da economia. Uma maior diversidade da produção implica uma menor propensão a importar, ou maior capacidade de atender ao incremento da produção sem ampliar a procura por mercadorias importadas⁷⁵. Mas o dinamismo não depende somente da complementaridade dos setores, depende do progresso técnico e mesmo da distribuição de renda que a acompanha.

O crescimento acelerado depende de uma taxa de investimento elevada que, por sua vez, está vinculada à existência de oportunidades de investimento lucrativo para as empresas. Essas oportunidades, por sua vez, dependem da existência de demanda interna e demanda externa. Essas duas demandas tenderam a ser insuficientes devido a duas condicionantes estruturais: a demanda interna, em decorrência da tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade (que deprime a demanda interna), a qual, na etapa monopolista do capitalismo, em sua fase neoliberal, implicará menores taxas de crescimento, particularmente na indústria (em especial pelo baixo investimento público). A demanda externa por ser uma função do nível de atividade e renda do resto do mundo (como assinalado por Keynes e

⁷³ Na economia brasileira, a maior competitividade de alguns setores de maior conteúdo tecnológico, haja vista sua pequena participação no valor da transformação industrial, não produziu ao longo do período um impacto mais significativo na ampliação do mercado interno.

⁷⁴ O papel das exportações no crescimento do PIB de um país depende das características dos produtos exportados e do grau de enraizamento à economia doméstica, ou seja, da integração em uma cadeia de produção doméstica mais ou menos ampla.

⁷⁵ A liberalização comercial pode levar à diminuição da diversidade da produção pela eliminação do produtor local. A competitividade de determinados setores no mercado internacional, em especial de maior conteúdo tecnológico, independente de sua capacidade de estimular a demanda interna, pode viabilizar uma capacidade de importação que permita a manutenção de taxas de crescimento mais elevadas.

Prebisch), e, portanto, resultando que o incremento da participação das exportações depende em grande parte da capacidade de deslocar os produtores de outras regiões, ou seja, da competitividade.

Destarte, como anteriormente se expôs, o preço mais baixo da força de trabalho implica uma taxa de lucro mais alta, atraindo capitais externos. Mas os baixos salários agem como uma barreira na continuidade da acumulação de capital, porque a expansão do mercado é conservada dentro de limites extremamente estreitos pelo baixo nível dos salários reais (embora, dentro de limites, como exposto na seção 4.4, a produção possa ser realizada de forma mais indireta). Em uma estrutura oligopolista, é essencial que as expectativas da demanda sejam favoráveis, não dependendo somente dos lucros, como se expôs no capítulo 4, e, portanto, é fundamental a participação do estado, em especial em uma “economia em desenvolvimento”.

Enquanto perdurou o regime de Bretton Woods, existia junto com o primado do capital produtivo sobre as finanças a subordinação das finanças internacionais a controles domésticos. Com o fim do sistema, a associação assinalada por Cardoso e Falleto (1984) se modifica. Os fluxos de capitais agora procuram sua valorização financeira e irão representar um direito sobre o excedente produzido nessa economia, tendo pequeno impacto na ampliação da capacidade produtiva da economia.

O estado brasileiro, como se procurou demonstrar neste capítulo, passou a atuar favorecendo o incremento da lógica financeira e, portanto, da expansão da riqueza capitalista, dos proprietários de capital. Em síntese, os interesses capitalistas, como assinala Medeiros (2003), se sobrepõem aos interesses mais abrangentes da nação. As classes proprietárias e rentistas, e em menor grau parte dos trabalhadores assalariados de maior renda, das diversas economias, passam a comungar interesses não adstritos ao território nacional, em detrimento das demais classes. O estado procura apoiar a expansão dessa riqueza financeira e também procura, na medida do possível, conciliá-los com o atendimento dos demais interesses, haja vista a necessidade de manter legitimidade. No Brasil essa contradição ajuda a explicar o apoio à expansão financeira e aos programas sociais. Mas, o sentido geral, como se viu, é de favorecer a acumulação via finanças.

Tavares (1986) e Mello (1991) assinalaram, como se viu, que no seu estágio mais avançado, o da industrialização pesada, a autonomia do crescimento doméstico perante os mercados domésticos tende a ser completa. Isto porque o grau de diferenciação da estrutura produtiva, com a implantação de um expressivo parque produtor de meios de produção,

converte o investimento e seus encadeamentos em variável crítica da economia. Ou seja, para esses autores, a autonomia ocorre tanto pelo lado dos mercados quanto pelo da independência do processo de reprodução do capital, da importação de meios de produção. Todavia, tudo leva a crer que essa aparente autonomização da reprodução ampliada não garante o dinamismo e nem mesmo a sua capacidade de reprodução em escala mais virtuosa. Este fato prende-se ao controle externo do capital dos setores dinâmicos e à falta de autonomização do progresso técnico, duas características da acumulação dependente que impediriam uma evolução mais virtuosa.

Na verdade, na economia brasileira existe a tendência de as empresas nacionais comprarem a tecnologia já amortizada no exterior e as empresas transnacionais de utilizarem-se dos desenvolvimentos da matriz. Assim, a acumulação e o desenvolvimento tecnológico não andam vinculados, constituindo-se tal característica no motivo que ajuda a explicar por que existe pouco gasto em pesquisa e quando essa é realizada ocorre por iniciativa do estado. Ou seja, o conhecimento científico ao ser apropriado privadamente, para viabilizar a apropriação de lucros, leva a que esse não seja disseminado pelas empresas multinacionais para o sistema produtivo local (através do controle de patentes).

Furtado pressupôs nos anos 1960 que, com a industrialização e diversificação das indústrias de bens de produção, ter-se-ia a transferência dos centros de decisão, os quais passariam a se apoiar nas indústrias ligadas ao mercado interno. Mas, como se viu, para tal não bastava qualquer industrialização. A forma como ocorreu a industrialização brasileira produziu uma assimetria entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as bases técnicas e financeiras da iniciativa privada nacional. Ou seja, os capitais produtivos das empresas privadas adquirem importante dimensão, em especial pela presença da grande empresa oligopolista, sobretudo a estrangeira, enquanto a capacidade de gerar progresso técnico e desenvolver um sistema financeiro articulado com a acumulação produtiva não se estabeleceu.

No Brasil, pela ausência de grupos nacionais fortes e de uma estratégia de integração realmente competitiva, o movimento internacional de fusões e aquisições resultará em importante desnacionalização de seu parque produtivo. A desnacionalização, como assinalou Tavares (1999), não permitiu a ampliação das forças produtivas nem a sua articulação territorial interna, mas sim comprometeu o balanço de pagamentos com fluxos crescentes de remessas de lucros, sem melhorar a inserção internacional do país. Não implicou nenhum dinamismo, seja “para dentro”, seja “para fora”.

A acumulação de capital na economia brasileira, como se viu, e suas características resultaram em importante vulnerabilidade externa estrutural (pauta das exportações/pauta das importações-remessa de lucros e dividendos). A forma da dependência mudou com as transformações do capitalismo (com a mudança do regime de acumulação na expressão dos teóricos da regulação). Há uma nova dependência, agora associada à ampliação das “finanças” no processo de acumulação. Nesse processo, as históricas restrições estruturais ao desenvolvimento são ampliadas, como resultado do aumento da dimensão financeira e dos interesses associados.

A liberalização financeira, acompanhada pela comercial, provocou forte aumento dos passivos externos. Esse aumento não foi induzido primordialmente pelas necessidades de financiamento das importações necessárias ao desenvolvimento, mas, em importante proporção, pelos ganhos de especulação e arbitragem financeira possibilitadas por políticas de sustentação de diferenciais de juros. A internacionalização patrimonial da economia brasileira, que passou a implicar maiores remessas de lucros e dividendos, assumiu caráter eminentemente patrimonialista e rentista. Ou seja, não visou ampliar as escalas de produção, com aumento de competitividade e conquista de novos mercados. Em síntese, a abertura inflou os passivos externos, facilitou a aquisição de empresas locais e, como resultado, fragilizou o balanço de pagamentos, resultando em imobilidade da política fiscal e a subordinação da política monetária ao otimismo e pessimismo do mercado.

Como decorrência, a economia brasileira tornou-se mais dependente, e esse aumento da dependência não implicou crescimento vigoroso. Ou seja, a reinserção da economia brasileira nos anos 1990 ampliou as restrições ao seu crescimento. O aumento do investimento direto, como se viu, não implicou ampliação da formação de capital na economia brasileira. Na verdade, o investimento estrangeiro na atual fase, mais do que em outros períodos, constitui-se em fator de estrangulamento externo. Não aumentou a capacidade produtiva e aumentou as remessas ao exterior. No novo contexto, as inversões estrangeiras, longe de se converterem em instrumento de desenvolvimento, transformar-se-iam em um eficiente conduto para transferir riqueza, ao mesmo tempo em que permitiram expandir o controle sobre a economia e o estado nacional.

Em termos globais, a economia brasileira passou, após liberalização financeira da década de 1990, de área da “fronteira da expansão industrial” para uma área de valorização patrimonial (para os capitais externos). Como se viu, participou de um processo de centralização do capital em nível global e passou a se constituir em uma área de diversificação

do portfólio para os investimentos internacionais, constituindo-se em uma praça de valorização financeira. Como assinalou Paulani (2008), a internacionalização da produção ocorrida no Brasil produz o suporte necessário ao posterior desenvolvimento da esfera financeira.

No capitalismo, o móbil indutor é a apropriação da riqueza abstrata, como exposto no capítulo 2. Então, as modificações se constituíram acima de tudo em um fenômeno financeiro, visando a essa valorização, mas com projeções significativas no sistema de produção, como se viu no presente capítulo. O Brasil, a partir da emergência como praça de valorização financeira, ocuparia a posição na divisão internacional do trabalho de fornecedor de *commodities* e mercadorias de menor valor agregado. Caio Prado (1980) já havia precocemente identificado, antes da atual expansão das finanças, que a participação do capital estrangeiro na economia brasileira iria afetar de forma importante sua evolução. Entendia que a inserção dessas empresas na economia brasileira iria exigir que essa passasse a ser organizada para atender aos interesses externos, pois seria necessário ampliar os saldos comerciais para remunerar esses capitais.

O incremento das exportações da economia brasileira nos anos 2000 foi estimulado, sobretudo, pela situação mundial. O dinamismo asiático, particularmente da China, deslocou o centro de crescimento mundial, afetando os preços das *commodities*. Esse deslocamento do centro de gravidade do crescimento mundial vem provocando reposicionamentos. Como assinala Castro (2010, p.333) existem muitas opiniões, na imprensa, e especialmente no exterior, de que o Brasil estaria fadado a assumir sua condição de superdotado em recursos naturais. A proposição é de que a necessidade dos consumidores modernos, ampliada diretamente e indiretamente pela expansão do consumo na Ásia, estaria produzindo uma gradativa pressão sobre os recursos naturais da terra que estaria levando a uma forte mudança nos preços relativos das *commodities* tornadas escassas. Existiria a necessidade de ampliar o mapa de recursos naturais disponíveis, estando o Brasil em situação avantajada.

Por essa ótica, não parece absurda a ideia de que o Brasil devesse assumir a posição de “fazenda do mundo” em contraposição à “fábrica do mundo” em que a China gradativamente vem se convertendo (para os EUA, pelo menos por um bom período, restaria o papel de principal centro financeiro). Castro entende que uma estratégia de crescimento ligada aos recursos abundantes do Brasil é a mais viável, mas não significa que o Brasil deva se transformar na “fazenda do mundo”. Em especial porque as atividades industriais, no nível de sofisticação que vem sendo praticada a agricultura no país, acompanham a produção agrícola.

A antiga posição de Prebisch, nesse aspecto, parece ser extremamente consistente, embora formulada em outra época e contexto, quando afirma que as exportações periféricas são limitadas pela demanda dos centros. No contexto atual, este limite está sendo ampliado pela ascensão da China. Além desse limite, os preços tenderiam a se deteriorar. Mais ainda: uma vez alcançado o limite, a expansão das atividades de exportação não pode absorver o excesso de mão de obra.

A trajetória de crescimento da China deve continuar, ainda por certo tempo, a produzir uma pressão sobre os recursos naturais, implicando crescimento da demanda desses recursos. Mas, mesmo se se admitir que a China vá prosseguir em sua trajetória rumo à hegemonia é bem possível que o observado por Prebisch em relação aos centros estabelecidos tenha consistência. Em determinado momento ocorrerá a estabilização ou arrefecimento do crescimento da demanda de produtos agrícolas em decorrência das alterações na cesta de consumo por causa do crescimento da renda na China e pela substituição de matérias-primas por produtos sintéticos. Se o dinamismo da economia chinesa perdurar, é bem provável que esse momento esteja mais distante. Pretender centralizar o crescimento e desenvolvimento de uma economia, com as dimensões da brasileira, na exportação de *commodities* ou de produtos de menor valor agregado não parece ser a melhor opção, se se considerar os interesses de uma parcela mais significativa da população. Prebisch assinalou:

A indústria contém um elemento dinâmico que a produção primária não contém em grau comparável. Esta, como o nome indica, corresponde às primeiras etapas do processo produtivo, enquanto a indústria corresponde às etapas subsequentes. Por causa dessa posição relativa de ambas as atividades, o aumento da atividade industrial puxa a atividade primária, mas esta não tem o poder de estimular a atividade industrial. (PREBISCH 1950, apud GURRIERI, p.26).

A história da economia brasileira evidenciou, como se procurou demonstrar no presente capítulo, que não basta qualquer industrialização para viabilizar um crescimento sustentável.

O relatório da *Industrial Development Organization* (vinculada à ONU), denominado *Industrial Development Report 2009*, afirma, ao considerar as informações dos diversos países, que tanto a sofisticação em termos de tecnologia como a diversidade industrial importam para o desenvolvimento. A relação renda e especialização não é apenas produto da mudança estrutural entre produção primária e manufatura. A diversificação dentro do setor manufatureiro acompanha o desenvolvimento. Esse relatório assinala que uma das razões por que a diversificação importa é que as economias mais diversificadas podem ser mais capazes

de tirar partido das oportunidades de exportação nos mercados globais, à medida que surgem. Diversidade industrial parece levar à diversificação das exportações, sendo consistente com a ideia de que economias necessitam construir competência industrial para posteriormente ingressar no mercado global.

Os países dinâmicos da Ásia têm sido capazes de acelerar a industrialização aumentando as exportações de manufaturas em taxas mais elevadas do que as suas importações. Outro aspecto relevante, exposto no referido relatório, que analisa a indústria no mundo, é que o crescimento das exportações da região reflete a transferência da produção industrial para os países da região (deslocalização geográfica da indústria no mundo), desempenhando o crescimento da demanda global pequeno papel no crescimento das exportações.

No Brasil, como se viu, a indústria não vem incrementando sua participação no valor agregado pela indústria na economia mundial nem, tampouco, sua participação no PIB nacional, além disso, o saldo da balança comercial da indústria (manufaturados) geralmente é deficitário ou com pequeno superávit (tabela 27). Além disso, a participação dos manufaturados no total exportado vem declinando (gráfico 12). A contradição em relação à Ásia decorre, em parte, como se viu, por sua condição geopolítica peculiar. Porém, independente da condição geopolítica, o fato relevante, exposto na seção 4.4, é que progresso técnico possui a capacidade de criar novas oportunidades de investimento. Os países que conseguem endogeneizar o progresso técnico podem acelerar o seu dinamismo e manter uma vantagem decisiva. Constitui-se em um importante recurso de poder, como assinalou Furtado (1978). O Brasil, como todas as evidências analisadas no presente capítulo atestam, não conseguiu dinamizar seu crescimento apoiado nesse vetor.

Em adição, não existe correspondência entre o ingresso de capitais externos e o aumento da capacidade do país de efetuar tais pagamentos. Caio Prado assinalou, em análise clássica, que a história financeira do Brasil mostra que as obrigações decorrentes das inversões no Brasil não cessavam de crescer. Observa: “o que o disfarça muitas vezes é o afluxo constante de novos capitais, o que representa apenas alívio momentâneo, mas que na realidade agrava o mal” (1980, p. 282). Para esse autor, o desenvolvimento capitalista no Brasil se vinculava, já em sua época, aos interesses das grandes corporações operando no Brasil. O ritmo e os limites do desenvolvimento dessas empresas estão postos pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar. Esse montante está dado na prática pelo saldo do comércio exterior, pois das exportações que provêm os recursos normais

em moeda internacional. Portanto, assinala Caio Prado Jr. (1980, p. 328), “descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é o saldo restante e somente dele que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes”. Para o referido autor, fica aqui claro a ligação do imperialismo com o velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primários “pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência”.

Esta recorrência a um autor clássico para lembrar que ele já visualizara uma trajetória mais visível atualmente mostra que, embora a situação mais complexa e os avanços da economia brasileira na produção industrial,⁷⁶ o objetivo das exportações passa a ser viabilizar a transferência dos lucros dos capitais externos ao exterior, mantendo-se, portanto, a forma de ser da economia brasileira que é atender ao mercado externo, pois, para tal, é necessário o incremento das exportações. Este comportamento lembra a famosa metáfora de outro intérprete do Brasil: a “viagem redonda” de Raimundo Faoro (1979, p.733-748), segundo a qual o país muda para retornar ao mesmo lugar.

Assim, a acumulação dependente tende a gerar a revitalização da posição estratégica do setor exportador na economia brasileira. A necessidade de transferir parcela importante do excedente, haja vista a grande participação do capital externo na estrutura patrimonial da economia brasileira, tende a gerar esse movimento. Além disso, as características da economia brasileira, expostas nos capítulos 4 e 5, implicaram que essa revitalização do setor exportador ocorreu primordialmente com produtos de baixo conteúdo tecnológico. A revitalização das exportações de produtos de baixo conteúdo tecnológico, nos quais o país possui vantagens comparativas, surgiu como meio de viabilizar a transferência de recursos reais ao exterior e sancionar os compromissos com a comunidade internacional.

Essa expansão do volume das exportações, no longo prazo, não atende ao duplo condicionamento necessário para a expansão. Ou seja, esse volume das exportações tende a não ser compatível com o pagamento dos compromissos externos e o abastecimento de um mercado interno em expansão, pois a expansão do mercado interno aumenta a absorção

⁷⁶ Sobre o impacto da industrialização no Brasil Caio Prado Jr. afirmou: “Em suma, não é com empreendimentos imperialistas que podemos contar para um real desenvolvimento. Ao contrário desse desenvolvimento, o que os empreendimentos imperialistas determinam na atual conjuntura brasileira, é uma deformação e amesquinhação do que deveria ser o nosso processo de industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema.” (CAIO PRADO, 1980, p.330).

doméstica (diminuindo exportações), enquanto a riqueza acumulada nas mãos do capital internacional amplia a necessidade de gerar divisas (aumentar exportações).

O menor vigor da acumulação decorrente (a intensidade possível) implica perda de competitividade sistêmica da economia brasileira, sendo que essa perde a capacidade de enobrecer sua pauta de exportação e, em consequência, perde capacidade de financiar a acumulação, em um movimento que acaba atenuando o vigor dessa e a capacidade da economia brasileira para ascender para padrões ou níveis de renda mais elevados.

7 CONCLUSÃO

O capitalismo constitui-se como um sistema econômico global e nacional a um só tempo. Então, a acumulação e o desenvolvimento capitalista, suas características, restrições bem como sua evolução para serem compreendidos necessitam que se parta da concepção, em especial no caso de uma economia de origem colonial como a brasileira, de que a acumulação nacional se processa inserida na economia internacional. Ou seja, de que a economia nacional é parte integrante do sistema produtivo mundial que influi de forma importante sobre ela.

O crescimento e o desenvolvimento capitalista (a acumulação), ou melhor, a ascensão de uma determinada nação na hierarquia dos países não é um fenômeno decorrente somente da lógica dos mercados. Para tentar compreender por que a economia brasileira não ascendeu, procurou-se neste trabalho entender as razões de haver desenvolvimento desigual entre as nações, ou seja, por que a integração ao capitalismo gerou dinamismo em algumas regiões e em outras não. Conforme se viu, a ampliação do excedente onde se implantou o modo capitalista de produção criou as condições para uma grande expansão do intercâmbio com outras regiões. Ao mesmo tempo em que se intensificava a acumulação produtiva, se incorporavam novas áreas aos seus circuitos comerciais. Esses dois processos ocorreram interligados.

A rápida expansão do intercâmbio tinha seu elemento motor no aumento da produtividade física que estava ocorrendo nas áreas em que penetrava o capitalismo. Os mercados internos das novas áreas que se inseriam na divisão internacional do trabalho passavam a depender indiretamente das atividades de exportação. Com a Revolução Industrial, o centro exporta para a periferia produtos industrializados e essa, produtos primários para o centro. Como resultado dessa vinculação, a demanda externa comanda o nível de renda monetária constituindo o ponto de partida da dependência externa.

Já ao final do século XIX havia sinais que este modelo se esgotara e, com ele, a hegemonia britânica. O encolhimento do mercado internacional decorrente da Grande Depressão e, depois, a II Guerra Mundial viabilizou uma via alternativa a países latino-americanos, como o Brasil, como se expôs na seção 4.3, através do processo de substituição de importações.

No Brasil, nesse período, o desenvolvimento industrial pareceu orientar-se para a consolidação dos grupos produtores nacionais e, fundamentalmente, para a consolidação do estado como instrumento de regulação e formação de núcleos produtivos. Com a ascensão dos

EUA à posição hegemônica, ao final da II Guerra, abre-se espaço para um novo padrão de inserção. A exportação de capital das empresas norte-americanas define a nova hegemonia, com base mais na dominação dos mercados das economias centrais e periféricas do que nos fluxos de comércio.

No capitalismo das grandes corporações, o aspecto essencial deixa de ser somente o lucro. As grandes empresas devem considerar o desenvolvimento da demanda e, em especial, do impacto de suas ações sobre essa própria demanda.

A partir da fase de ouro do capitalismo, fordista, a acumulação não foi condicionada somente por critérios de lucratividade. Como se viu na seção 2.1, a evolução do sistema de poder, consequência dos trabalhadores organizados, impôs políticas protecionistas para defender mercados internos. Nos países da periferia, a partir da hegemonia americana e da nova situação geopolítica, ocorreu o que se denominou de “desenvolvimento consentido”. A partir de meados dos anos 1940, e com mais força a partir dos anos 1950-60, os capitais fluem para a periferia, impulsionando a industrialização dessas regiões.

Nos anos dourados, o IDE teve como alvo prioritário os mercados internos dos países e contribuiu para substituir importações por produção interna; por outro lado, “minava” por “dentro” essa mesma base nacional de produção ao estabelecer progressivamente canais de complementaridade, integração com empresas situadas além-fronteiras. Se, por um lado, o capitalismo se internacionalizava amparado na grande empresa industrial que diversificava a base geográfica de suas unidades produtivas visando nesse momento primordialmente os mercados internos desses países, por outro, o processo de industrialização periférica ocorreria com a participação do capital estrangeiro privado. Nesse momento, o capital estrangeiro passa a se financiar no interior da economia hospedeira (acessando seu excedente). Parte do lucro realizado por esse capital é gerado a partir de investimento financiado por recursos absorvidos internamente nessas economias.

Assim, existe um vínculo entre a internacionalização da produção, as firmas multinacionais e o processo de industrialização da periferia. A deslocalização da produção industrial a partir de então tendeu a induzir gradativamente uma metamorfose para um sistema de economia mundial. Mas a industrialização fora das áreas centrais não acabou com a polarização existente. Crescentemente, a acumulação foi dominada pela grande empresa oligopolista e pela crescente internacionalização dos circuitos de capital. A especialização entre centro e periferia modificou-se. Em vez de bens industriais *versus* bens primários, a especialização de cada um dos mundos se daria entre bens que requeressem conteúdo

tecnológico mais intensivo e os demais. Além dessa reorientação, a periferia capitalista não é capaz de gerar seus próprios circuitos de realização de capital, que passam por relações externas em uma situação de dependência agora não pelo lado das relações comerciais, mas pela circulação do capital.

As modificações na economia americana (e na inglesa) a partir dos anos 1980 constituem um marco das transformações que irão se processar posteriormente nas demais economias centrais e, posteriormente, nas demais, na nova fase do capitalismo monopolista. As modificações na relação de poder entre o capital/trabalho ajudou a viabilizar as transformações posteriores (mundialização, financeirização). O papel do grande capital e sua possibilidade de migração foi fundamental nessas transformações.

Como se viu, a crise da década de 1980 constituiu-se em um golpe na estratégia desenvolvimentista, que se apoiava em elevadas taxas de crescimento como forma de articular diversos interesses. O estado interventor no Brasil era a peça fundamental para a consecução da estratégia desenvolvimentista.

A classe dominante no país hegemônico formou compromisso com as classes (grupos) de diversas áreas e induziu a ação do estado hegemônico e de um conjunto de estados para a defesa e promoção dos seus interesses e para a ampliação da riqueza capitalista na forma financeira. Então, os interesses capitalistas e das classes proprietárias foram favorecidos na nova configuração mundial. A mundialização financeira, como se viu, possui a função de garantir a apropriação, em condições regulares e seguras, das rendas financeiras e dos juros e dividendos em uma escala global. As transformações e a valorização da riqueza permitiram articular os interesses das diferentes burguesias nacionais, embora com contradições, sob comando único. Nesse contexto, a capacidade de reter e transformar excedente em capital no espaço nacional passa de forma mais intensa a ser dada pelas condições e possibilidades de valorização no espaço global.

Marx apresentou a possibilidade lógica de a esfera financeira se autonomizar da esfera produtiva. A dominância financeira exigiu passos posteriores. Então, o processo de globalização financeira não resultou apenas do livre jogo das forças de mercado, mas também da atuação da potência dominante que utilizou seus instrumentos de poder econômico, político e militar para impor um padrão de relações que lhe era favorável.

O desenvolvimento na periferia é possível com o auxílio do capital externo. No entanto, o crescimento sustentado que implique a ascensão para níveis de renda mais elevados exige a contínua e importante transformação do excedente dessa economia em capital. Como

se viu, o exame das experiências de ascensão dos países hoje desenvolvidos e das economias que em determinados momentos ascenderam mostrou que a atuação do estado para viabilizar o crescimento, favorecendo e estimulando a transformação do excedente em capital e a retenção do progresso técnico, foi essencial para tal. Os países que ascenderam geralmente conseguiram bloquear e dirigir os impulsos da economia mundial de uma forma favorável. Para tal, foi necessário importante nível de coesão social (capaz de viabilizar a acumulação, mesmo que em regime autoritário).

As trajetórias dos países hoje centrais e dos periféricos, como se mostrou no capítulo 4, demonstram que não existe um modelo ideal (baseado na substituição de importações ou no incentivo as exportações). Na verdade, as condições sociais e políticas precisam viabilizar políticas, as quais podem mudar ao longo do tempo, mas que favoreçam a acumulação do capital e o desenvolvimento econômico.

Na atual fase do capitalismo, o aumento da riqueza capitalista, em sua forma financeira, permite uma ampla circulação dos capitais que favorecem os interesses do capital em relação ao trabalho. Como se viu, a sua mobilidade resulta em posição de força. Embora a retórica dominante, a característica do capitalismo monopolista exige a participação do estado de forma mais importante do que a simples garantia das condições gerais de acumulação (estado mínimo) e mesmo em sua fase financeira, neoliberal, exige que esse atue para manter as condições da valorização financeira de forma mais permanente (ver capítulo 3).

Neste sentido, constata-se que os interesses capitalistas e das classes proprietárias foram favorecidos na nova configuração mundial. Medeiros (2003), por exemplo, assinala que, com a desregulamentação financeira, a riqueza da nação e a riqueza dos residentes nacionais não mais se exercem no mesmo território monetário, regulado soberanamente pelo estado nacional. Essa associação foi viabilizada e facilitada através do crescimento da riqueza financeira, fictícia, que faz com que o crescimento da riqueza privada se liberte, em determinado grau, do crescimento da riqueza real. Assim, o crescimento da riqueza privada, fictícia é verdade, torna viável uma associação mais estreita entre as elites (dos países hegemônicos e do Brasil)⁷⁷.

⁷⁷ Hilferding assinalou, como se viu no capítulo 2, que, na circulação de títulos, o movimento de propriedade tem lugar sem um movimento simultâneo de bens. A riqueza cresce fora da esfera da produção. Esse crescimento (da riqueza fictícia) possibilita que ocorra associação sem acumulação produtiva e sem desenvolvimento em maior grau.

No Brasil, a transformação do capitalismo mundial abriu uma oportunidade que sua elite (burguesia) percebeu e aproveitou, modificando seus laços de associação com a economia internacional. A acumulação, a partir das “finanças”, passou a ser a estratégia mais funcional de expandir os ganhos das classes proprietárias e dos interesses a elas vinculados. Essa estratégia, como se viu, não foi favorável à acumulação produtiva e ao desenvolvimento e sim à acumulação financeira e fictícia. Ou seja, abertura de novas possibilidades de valorização e a possibilidade de modernizar os padrões de consumo pela integração viabilizaram e propiciaram a adesão das elites, de um conjunto social mais amplo, ao projeto de integrar a economia brasileira aos novos dinamismos da economia global (agora das finanças). A onda neoliberal ganhou força associada a forte presença de propriedade estrangeira.

Na análise da economia brasileira, verificou-se que seu dinamismo a partir de determinado momento não se sustentou por vários motivos: a não endogeneização do progresso técnico, a falta de um núcleo de financiamento, a oligopolização e a desnacionalização da economia, associadas a uma perversa distribuição de renda (como se expôs nos capítulos 5 e 6). Além disso, na fase neoliberal do capitalismo monopolista, a partir dos anos 1990, o estado brasileiro passou a estimular o crescimento da riqueza financeira, sendo que a reinserção da economia brasileira no mercado de capitais, em vez de viabilizar a ampliação da acumulação, por suas características, tornou-se mais em um obstáculo adicional à formação interna de capital e a sua reprodução. Como se assinalou, transformou-se em um conduto para transferir riqueza, ao mesmo tempo em que permitiu expandir o controle sobre a economia e o estado nacional. Então, ocorreu uma perda de capacidade de reter os frutos da acumulação e do progresso técnico na economia brasileira.

O crescimento a partir de 2004 parece resultar dos impulsos da economia global que se consubstanciaram de forma importante em um intenso fluxo de entrada de capitais e na expansão da demanda de *commodities* como suas características destacadas. A ascensão da economia brasileira para níveis de renda mais elevados exigirá a manutenção do crescimento em níveis importantes e sustentados, como os observados no atual momento. No entanto, como se viu, as modificações na estrutura produtiva, na composição do fluxo de seu comércio e de seu investimento, bem como o incremento da transferência de rendas ao exterior parecem indicar que a capacidade da economia ascender para níveis de renda mais elevados encontra-se restringida. Como se viu no capítulo 6, a economia brasileira em um curto período com taxas de crescimento elevadas reduziu o saldo de sua balança comercial, mesmo em um

ambiente favorável às exportações de suas *commodities*, e passou a ter déficit em conta corrente. A manutenção do crescimento tem sido viabilizada pelo forte ingresso de capitais.

Assim, maior capacidade de exportação decorrente dos preços favoráveis das *commodities* a partir de 2003 vem permitindo que o duplo condicionamento (transferência e aumento da absorção doméstica) seja atendido com taxas importantes de crescimento. Contudo a sustentabilidade do crescimento não pode se manter mesmo na atual situação favorável dos fluxos de comércio, sem importante ingresso líquido de capitais externos.

Em retrospectiva, observa-se que, a partir dos anos 1990, os compromissos externos (passivos externos) se ampliaram e o ingresso de capitais permitiu que essa contradição não se manifestasse de forma mais intensa, sendo que, a partir de então, o crescimento econômico foi tênue até o referido período (que se iniciou em 2003/2004). No período ocorre o crescimento da riqueza financeira em detrimento da riqueza produtiva. O importante ingresso de capitais ajuda a disfarçar o crescimento das obrigações decorrentes da internacionalização produtiva, mantendo a pertinência do exposto por Caio Prado Jr. Como se constatou, a revitalização das exportações de produtos de baixo conteúdo tecnológico, nos quais o país possui vantagens comparativas, surge como um meio de viabilizar a transferência de recursos reais ao exterior e sancionar os compromissos com a comunidade internacional. Esse movimento é favorecido pelo crescimento da demanda por *commodities*. Mas, visto mais de perto, esse duplo movimento, ingresso de capitais e exportações de *commodities*, evidencia as características e a forma que a acumulação assume, mostrando um percurso desfavorável à ascensão para níveis de renda e bem-estar mais elevados.

Outro clássico, Florestan Fernandes, já havia exposto que as condições em que ocorreu a transição para o capitalismo monopolista não concorriam para a autonomização do desenvolvimento capitalista, pois: “Ele captura tudo [refere-se ao capitalismo monopolista] - o mercado interno, o vasto sistema de produção capitalista em expansão, o comércio internacional de matérias-primas e utilidades extraídas ou produzidas no Brasil, parcelas do excedente econômico geradas internamente - para os dinamismos e os controles econômicos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial” (Fernandes, 1981, p.273). Por isso, o que se pensa ser o momento de dominação estrangeira não poderá ser eliminada no futuro. Para Florestan, mais do que, sob o capitalismo competitivo, a drenagem agora se faz sobre a estratégia da bola de neve, pois se acelera e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se realiza.

Como se constatou no capítulo 6, as modificações na órbita financeira resultaram em modificações na composição do fluxo de mercadorias e na própria estrutura produtiva brasileira. Historicamente, os momentos de ampla liquidez representaram momentos de interrupção da restrição externa favorecendo o crescimento. Mas, a partir dos anos 1990, ao contrário das outras vezes, o auge foi acompanhado pela abertura comercial. O intenso ingresso de capitais implicou a sobrevalorização da moeda que, aliada à abertura da economia, aumentou as importações e afetou as exportações. Outra consequência, como se expôs, foi que o aumento do passivo externo líquido, decorrente da internacionalização patrimonial e da interconexão aos mercados globalizados, implicou uma importante e permanente restrição ao crescimento econômico.

Ou seja, à medida que aumentou a massa de capital externo, cresceu também seus serviços financeiros que vão representando proporção crescente dos recursos provenientes das exportações e, quanto mais cresce a proporção desses serviços, tanto menor a margem para importações necessárias à acumulação, pois uma expansão sustentada e prolongada tem que ser acompanhada pelo aumento da capacidade de importar. Como o passivo externo líquido já acumulado cresce naturalmente com a taxa de juros, a diferença entre o crescimento das exportações e essa taxa se torna de grande importância para a sustentabilidade do crescimento. Então, a assimetria entre o crescimento dos passivos externos e o das exportações afirma-se como entrave ao crescimento econômico sustentado e prolongado.

A partir do Plano Real, as atividades improdutivas ampliaram-se, sendo que somente a partir de 1999 passa a ocorrer uma retomada produtiva da economia brasileira (no sentido exposto pelos clássicos e por Marx). Essa retomada produtiva, como se procurou evidenciar no capítulo 6, tendeu a ocorrer com o desenvolvimento de atividades de menor intensidade tecnológica. A economia brasileira tendeu a se integrar à economia mundial pelo fornecimento de mercadorias de menor valor agregado (*commodities*, matérias-primas e produtos industriais de menor valor agregado).

Diversas evidências expostas no capítulo 6 ajudam a mostrar o percurso que a evolução da estrutura produtiva apresentou: A propensão a importar da economia brasileira se ampliou, o saldo da balança comercial é negativo até o ano 2000 e o da indústria até 2001 (retornando a ser negativo a partir de 2007). As manufaturas perdem participação no total exportado. Ocorre a diminuição do peso da indústria com aumento da produtividade, mas que não implicou em aumento do investimento. Tem-se o declínio da participação dos setores de média e alta tecnologia.

O indicativo, como se expôs no capítulo 6, é que na formação bruta de capital fixo existe uma participação crescente de produtos importados, havendo pequena participação do setor de bens de capital na indústria. No mesmo sentido, observou-se a pequena participação da empresa nacional na indústria de bens de capital, estando essa concentrada na produção de bens de menor conteúdo tecnológico.

Característico do período foi o grande declínio da participação do investimento das empresas estatais e a conseqüente perda da capacidade do estado de intervir diretamente na produção. Mesmo a partir de 2004, a evolução positiva da economia não se apresenta tão positiva para a indústria. A indústria cresceu menos que o PIB, e o seu crescimento não ocorreu com a participação dos setores de maior conteúdo tecnológico.

A forma que ocorreu a industrialização brasileira resulta que os capitais produtivos das empresas privadas adquiriram importante dimensão, em especial pela presença da grande empresa oligopolista, sobretudo a estrangeira, enquanto a capacidade de gerar progresso técnico e desenvolver um sistema financeiro articulado com a acumulação produtiva não se estabeleceu.

As características e as potencialidades do progresso técnico estão delimitadas pelo processo de acumulação de capital. A geração e a difusão do progresso técnico no espaço nacional aumentam o lucro extraordinário das empresas, ampliando o investimento e o crescimento da economia e, portanto, a dimensão do excedente dessa economia. O menor dinamismo da economia brasileira e a dificuldade em sustentar o desenvolvimento, como se viu, decorrem de fatores estruturais que se ampliaram após o governo JK, a partir da estratégia adotada de priorizar os capitais internacionais, que resultou na fraqueza de gerar progresso técnico e no aumento da restrição externa. Como se constatou, o desenvolvimento da tecnologia está fortemente vinculado às possibilidades de desenvolvimento local.

A partir do examinado na seção 4,4 e nos capítulos 5 e 6 percebe-se que uma melhor distribuição da renda e da riqueza viabilizaria o prosseguimento da acumulação e, nos termos de Prebisch, a suficiência dinâmica. Além disso, poderia ajudar a viabilizar uma maior capacidade política de modular a acumulação em favor dos interesses “nacionais” frente aos interesses de grupos externos.

A expansão econômica e de poder dependem do sucesso da acumulação. Ou seja, da forma como o excedente dessa economia é utilizado, e da capacidade de atrair capitais de outras áreas que, por sua vez, dependem em grande dimensão do uso do excedente referido.

Para tal, é necessário que a progressiva acumulação ocorra com gradativa geração e incorporação de progresso técnico, viabilizando o desenvolvimento dos capitais nativos e a redução relativa da transferência da riqueza, no caso do excedente da economia brasileira. Esse processo não é um resultado natural ou lógico da acumulação de capital, pois a tendência é que esta ocorra com mais vigor nas atividades que inserem a economia brasileira na nova (com características da velha divisão centro-periferia do período da hegemonia inglesa) divisão internacional do trabalho, especializando-se na produção de mercadorias intensivas em recursos naturais e, em decorrência da liberalização, consumindo produtos de maior valor tecnológico de outros países, como se pode visualizar mesmo no período de maior crescimento após 2003/2004.

O prosseguimento da acumulação em determinada área permite a expansão militar e o desenvolvimento tecnológico de forma a modificar a posição hierárquica do país que ascende. A política e o estado podem acelerar a acumulação e o desenvolvimento de uma nação; mas a ação do estado não está predeterminada, a possibilidade de fazê-lo não implica que o fará.

Em um país periférico como o Brasil, um maior dinamismo da economia que propicie a ascensão exigirá a reconstituição da capacidade de intervenção do estado nacional. Como se viu ao se examinar as experiências dos países hoje centrais e de algumas economias da periferia industrializada, capítulo 4, os estados nacionais e suas estratégias de desenvolvimento desempenharam papel crucial no sucesso ou fracasso em diversos países. Esse sucesso não foi resultado da pura lógica maximizadora dos mercados.

Essa reconstituição passa por uma maior proeminência dos interesses de um conjunto bem mais expressivo da população, restringindo interesses privados. No entanto, esse processo é conflitivo, pois os governantes e as forças políticas locais, cujo palco de atuação é o estado nacional, precisam atuar ou influenciar um sistema econômico que é mundial, sendo que essa capacidade está delimitada por sua localização na economia mundial (periferia, ou semiperiferia industrializada), e suas condições presentes de desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto, mais do que nunca os interesses de uma parcela maior da população só podem ser atendidos pela prevalência de critérios políticos. Então, a atuação do estado passa a ser importante para restringir ou condicionar a pura lógica do capital. E, na ausência de um estado global, o estado nacional passa (continua) a ser imprescindível.

Na verdade, a atividade humana modifica o real. A questão relevante é que a ação humana, ao construir a sociedade, cria uma realidade que não é só natural, mas também

artificial, pelos artefatos criados pelo homem (tecnologia). Ou seja, o homem produz e transforma a realidade através de sua ação, transforma o mundo natural e cria o artificial, constrói a sociedade⁷⁸. Ou seja, até mesmo o conteúdo das matérias-primas e recursos naturais que serão demandados estão vinculados à direção dessa construção (heurística). Como assinala DOBB:

Na verdade, hoje se reconhece amplamente que as invenções industriais são produtos sociais, no sentido de que, embora tenham uma linhagem independente que lhes é própria, cada inventor herdando tanto o seu problema quanto alguma ajuda para a solução de seus sucessores, as perguntas apresentadas à sua mente, bem como os materiais para seus planos, são modelados pelas circunstâncias e necessidades econômicas e sociais da época. (DOOB, 1983, p.192).

A valorização constitui o motivo central da acumulação e do crescimento em uma sociedade capitalista, mas a existência de uma realidade que é real e virtual, devido à tecnologia, as instituições e mesmo a política, condiciona o tipo de mudança (tecnológica, institucional, estrutural, política) e mesmo os investimentos (visto os paradigmas). O crescimento econômico passa a ser uma realidade construída onde as mudanças institucionais, tecnológicas e políticas viabilizam, condicionam e afetam o nível, o rumo e o ritmo da acumulação e, portanto, da trajetória de crescimento. Polanyi já havia exposto essa característica e possibilidade, mesmo antes da atual fase, ao assinalar que foi necessário proteger a sociedade das consequências do mercado (da pura lógica do sistema) para a qual a ação humana, através do estado, foi fundamental. Novamente essa ação foi exigida na crise atual (2008) para que a pura lógica dos mercados não levasse a crise e desvalorização dos capitais, agora favorecendo primordialmente os interesses das classes mais favorecidas.

Os interesses de uma parcela mais ampla da população estão atrelados, no atual contexto, à possibilidade de restringir a lógica dominante do sistema financeirizado. Segundo Leclercq, a proposição de que as relações de produção são dependentes face às forças produtivas (como se depreende de Marx) e que estas determinariam a superestrutura (a consciência social ou o estado) é por demais mecanicista e esquemática. Assinala:

⁷⁸ Marx assinalou que nem toda a riqueza é simples produto do trabalho, mas também é fruto da natureza que fornece a matéria e o apoio para o trabalho humano (MARX, 2012). Mas a riqueza, mais hoje do que em sua época é em maior proporção fruto da ação humana, da natureza construída e virtual do real.

E não está de acordo com a dialética do próprio Marx, de acordo com a qual a diferença entre força e relações de produção no interior de uma mesma unidade (o modo de produção) instaura a sua contradição. Da permanência dos dois elementos do modo de produção deduz-se a da contradição, não se situando a iniciativa sempre do mesmo lado (as forças produtivas). A obra do conjunto de Marx não cabe de forma alguma neste esquema: a contradição entre forças e relações de produção a reciprocidade entre esses dois aspectos é aí constante. E isto é especialmente verdadeiro para os seus trabalhos sobre os primeiros estádios do capitalismo. (LECLERCQ, 1981, p. 128).

Se as modificações dos anos 1980 são primordialmente o resultado da evolução das forças produtivas (da acumulação produtiva e da internacionalização produtiva), ou se o sentido é inverso, é questão de difícil comprovação, pois ambos se entrelaçam e a fonte dessas pode ter origem nesses dois aspectos. A proposição de Leclercq parece estar de acordo com o entendimento de Marx, como assinalou, e com a de autores como Polanyi, Hodgson⁷⁹, anteriormente mencionados, para quem as modificações nas relações de produção podem decorrer da ação humana, embora as restrições existentes.

Então, a expansão para níveis de renda dos países desenvolvidos exige que a acumulação de capital seja dirigida para o atendimento dos interesses de um grupo mais amplo de residentes nacionais. A ação humana que não é predeterminada, embora as restrições da lógica do sistema, pode viabilizar tal objetivo, mas exige uma estratégia de desenvolvimento, e, portanto de posicionamento político, que dependerá, para seu sucesso, da capacidade de produzir ao longo do tempo as condições materiais para tal.

A perda de poder do estado nacional é outra faceta da perda ao acesso ao poder de parcela da população menos favorecida, fenômeno que se verificou inclusive no país hegemônico. A perda de poder significa também o enfraquecimento do acesso a esse pelos capitais nacionais (em geral de menor dimensão).

Os acontecimentos da atual etapa evidenciam que a suposição de que, com a industrialização, ter-se-ia a transferência dos centros de decisão e que esses passariam a se apoiar nas indústrias ligadas ao mercado interno, mostrou-se utópica. Pois, para tal, não bastava qualquer industrialização. Ou seja, a forma que ocorreu a industrialização brasileira

⁷⁹ E até mesmo para Piaget onde é através da ação que se conhece o real. Como assinala Santos (1980) para Piaget sendo a atividade a característica mais evidente dos organismos vivos, implica que o conhecimento seja considerado uma generalização da função biológica de adaptação ao meio ambiente. O conhecimento é um processo interativo que envolve o sujeito e o meio. A ação modifica sem cessar os objetos, e essas transformações são igualmente objeto de conhecimento. Assim existiria certa aproximação entre Piaget e Marx. Tanto para Piaget como para Marx, todo o pensamento se liga à ação. Uma análise sobre essa aproximação pode ser encontrada em Goldmann (1984). Para esse autor, o papel da “natureza”, da “matéria”, do objeto, é idêntico na psicologia de Piaget e no materialismo histórico.

implicou que os centros de decisão não foram capazes de viabilizar a preponderância dos interesses “nacionais” e ampliar a autonomia.

A acumulação, nesse contexto, embora possíveis surtos de crescimento expressivos, como os do momento atual, implica que a economia brasileira perde condição de ascender na hierarquia das nações, estando a intensidade do seu desenvolvimento fortemente condicionado pelos estímulos da economia global. O transcorrer normal da acumulação tende a manter a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, com possibilidade de regressão, a atenuar o seu dinamismo e inviabilizar sua ascensão (mas não a existência de surtos expressivos de crescimento como os existentes no atual momento).

Na verdade, uma crescente acumulação produtiva no espaço nacional tende a favorecer a situação das classes trabalhadoras no Brasil e, pelo incremento do excedente, de um conjunto bem mais amplo de trabalhadores e estratos de renda média. Mas não necessariamente. Ou seja, o incremento da acumulação, mesmo produtiva, pode concentrar nos estratos superiores o incremento da renda.

A acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico que a acompanha são precondições para um incremento do excedente social na economia brasileira, sendo que as transformações decorrentes na estrutura física e social são precondições ou o suporte material para uma maior autonomia ou para uma sociedade mais justa. Na verdade, as precondições para viabilizar a ascensão da nação e um real desenvolvimento social são, em significativa parte, as mesmas; no entanto, os fins a que se destinam não atendem necessariamente aos mesmos interesses (como evidenciou o *milagre brasileiro* onde ocorreu por um lado um excepcional crescimento, com a ascensão do país entre as nações, e por outro o aumento da desigualdade social).

Como se viu, é possível, através do posicionamento político, alterar as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, essa ação, pelas características da economia brasileira e da atual etapa do capitalismo, para se firmar exige uma composição extremamente complexa. Por um lado, exigiria a adesão de uma parcela mais significativa da população implicando que, para a obtenção de tal apoio, seria necessária a contenção dos efeitos do capitalismo que, na atual etapa, como se viu, passou a se manifestar em sua forma mais pura (com exclusão social); por outro, exigiria que as possibilidades de valorização do capital, oriundas dos dinamismos do capitalismo internacional, em especial em sua forma fictícia, deixassem de se constituir em uma opção real a valorização produtiva dos capitais. Ou seja, a valorização fictícia passasse a não se constituir em uma alternativa viável, na escala necessá-

ria, para a expansão da riqueza dos capitalistas e estratos de renda mais elevados dos residentes nacionais.

A intensidade da ação dessas duas condicionantes e da luta política irá definir a ação do estado e a capacidade de intensificar a acumulação e o desenvolvimento da economia nacional. Talvez mais do que em qualquer outro período da história, a criação das condições materiais e políticas exigidas para intensificar a acumulação e viabilizar a ascensão da economia brasileira passe pela capacidade de restringir as características inatas do capitalismo e dirigir seus impulsos para objetivos politicamente construídos.

REFERÊNCIAS

ALEM, A. C.; PESSOA, R. M. O setor de bens de capital e o desenvolvimento econômico. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 22, p.71-88, 2007. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 27/02/2012

ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitário, 1976.

AMIN, S. **El Capitalismo en la era de la Globalización**. Barcelona: Paidós, 1999.

AMIN, S. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

AMSDEN, A. H. **A ascensão do resto**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

ARBIX, G. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China**: dialogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005)**: uma análise evolucionária. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) Economia e Finanças. **Boletim do Banco Central do Brasil** - Relatório Anual, 1996-2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>>. Acesso em: 24 fev. 2012

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) Economia e Finanças. **Séries temporais**. Tabelas Especiais, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIESP>>. Acesso em 15 fev. 2012

BAUMANN, R. Brasil: O Brasil nos Anos 90: Uma economia em transição. In: BAUMANN, R. et al. (Org.). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 11-52.

BELL, M. ; PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, n. 1, p. 157-210, 1993.

BENAKOUCHE, R. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis:Vozes, 1980.

BETTELHEIM, C. **Planificação e Crescimento Acelerado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1988. (Biblioteca de Ciências Sociais).

BONELLI, R.; PINHEIRO, A. C. Abertura e Crescimento econômico no Brasil. In: Giambiagi F.; Barros O. (Org.). **Brasil globalizado: O Brasil em um mundo surpreendente**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 89-124.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, 454 p.

BOYADJIAN, A.C. P. B. Os programas de Transferência de renda no Brasil no Período 1992 a 2007. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA M.R.J. (Org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira Contemporânea: uma análise dos governos Collor e Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 287-307.

BOYER, R. **A teoria da Regulação**. Uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAGA, J. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, J.L. (Org.) **Estado e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.191-221.

BRAGA, J. C. S; CINTRA, M. A. M. Finanças dolarizadas e capital Financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, J.L. (Org.) **O poder Americano**. Petrópolis, RJ: vozes, 2007. p.253-307.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em perspectiva**. Edição especial. Ano 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em perspectiva**. 10 ed. Ano 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República**: Exercício de 1999. Brasília. 2000.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Relatórios de Informações Sociais. Síntese de Programas Sociais. Disponível em:
< <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em 28 fev. 2012.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRENNER, R. **O Boom e a Bolha**: Os Estados Unidos na economia Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRUNO, M. Wage-Labor nexus, financeirização e acumulação de capital no Brasil: evolução, configuração atual e interdependências estruturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., Uberlândia, 2004. **Anais...** Uberlândia: SEP, 2004.

BRUNO, M. **Lucro, Acumulação de Capital e Distribuição no Brasil**: uma análise dos determinantes de longo prazo dos regimes de crescimento. Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGE, 2008. (Texto para Discussão, 2008/7)

BRUNO, M. et al. Financed-led growth regime cambial no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e conseqüências macroeconômicas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA KEYNESIANA, 2., Porto Alegre, 2009. **Anais...** 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontro-2009-sessoes2.asp>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estado e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.287-326.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CANUTO, O. **Brasil e Coréia do Sul**: os (des) caminhos da Industrialização tardia. São Paulo: Nobel, 1994.

CANUTO, O. A crise Asiática e seus desdobramentos. **Econômica**, local, v. 2, n. 4, Niterói, p.25-60, 2000.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio da interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1986.

CARVALHO, P. G. M.; FEIJÓ, C. A. Produtividade Industrial no Brasil: O debate recente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 232-255, 2000.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial Brasileira nos anos 90. Uma interpretação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul./set. 2001.

_____. No espelho da China. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.) **Doença Holandesa e Indústria**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 319-339.

CASTRO, J. A. Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. **Revista Brasileira de Monitoramento e avaliação**, Brasília, n.1, p.67-95, jan./Jun., 2011.

CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e desindexação: A primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F. (Org.) **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 131-164.

CHANDLER JR., A. D. **Strategy and structure: chapters in the history of the industrial enterprise**. Cambridge : The MIT Press, 1990.

CHANG, HA-JOON. **Chutando A Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A Teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-44, jan./jun. 2002.

_____. A Mundialização do Capital, Natureza e Papel da Finança e Mecanismos de “Balcanização” dos Países com recursos ambicionados. In: LIMA, M. C. (org.) **Dinâmica do Capitalismo Pós-Guerra Fria**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 17-39.

CHESNAIS, F. et al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CLIFTON, J. A . Competition and Evolution of Modes of Production. **Cambridge Journal of Economics**, London ,v.1, n.2, p.137-151, June 1977.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **América Latina en el umbral de los años 80**. [S.L]: Naciones Unidas, 1979. 203 p.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Anuário Estadístico de América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 1981.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **La transformacion productiva 20 anos despues: Viejos problemas, nuevas oportunidades**. Trigésimo segundo período de sesiones de la Cepal. Santo domingo, republica Dominicana: Nações Unidas, 2008. 346 p.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **América Latina y el Caribe: Séries históricas de estadísticas económicas 1950-2008**. 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/deype/cuaderno37/esp/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **A Hora da Igualdade: Brechas por fechar, caminhos por abrir**. Brasília: Nações Unidas, 2010. 267p.

CORAZZA, G. O Brasil e as Relações Financeiras Internacionais - uma análise comparativa entre o Plano de Metas, o II PND e o Plano Real. In: IX jornadas de Economia Crítica, Madrid, 2004. **Anais...2004**. Disponível em < www.ucm.es/info/ec/index.htm>. Acesso em: 16 fev. 2012.

COUTINHO, L. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J.L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 351-378.

CRUZ, P. D. **Dívida externa e política econômica**: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, S. V. **Trajetórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: editora UNESP, 2007.

CYSNE, R. P. Aspectos Macro e Microeconomicos das Reformas. In: BAUMANN, R. et al. (Org.). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 55-99.

_____. Passivo Externo Líquido Versus Dívida Externa Líquida. 2008. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v.62, n.6, p.26-28, jun. 2008.

DATHEIN, R. Estado e desenvolvimento no Brasil: o novo padrão de ação estatal como determinante da mudança estrutural da economia no último quarto de século. In: Dathein, R. (Org.) **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**: Contribuições sobre o período Pós-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 41-73.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**. Anos 1990-2010. Disponível em: <<http://sistemaped.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em 24 Out.2012.

DESAI, MEGHNAD. **A Vingança de Marx**: A Ressurgência do capitalismo e a Morte do Socialismo Estatal. São Paulo: Códex, 2003.

DINIZ, J. M. **A Inserção Brasileira no circuito internacional de capitais nos anos 70 e 90- Uma análise comparativa**. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

DOBB, M. H. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

DUMENIL, G. ; LEVY, D. Superação da Crise, Ameaças de Crise e Novo Capitalismo. In: CHESNAIS et al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** Seminário marxista, questões contemporâneas. São Paulo: Xamã, 2003. p. 15-41.

_____. Neoliberalismo-Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 , p. 1-19, abr. 2007.

ENGELS, FRIEDRICH. **Anti-Dühring**. Paris : Sociales, 1950.

FAGERBERG, J.; VERSPAGEN, B. Innovation, growth e economic development: Why some countries succeed and others don't. In: GLOBELICS CONFERENCE, 1., Rio de Janeiro, 2003. **Innovation, System and Development Strategies for the Third Milenium**. Rio de Janeiro, 2003.

FAJNZYLBER, F. **La Industrialización trunca de América Latina**. México: Centro de Economía Transnacional, 1983.

FAORO, R. **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. Porto Alegre, Globo, 1984.

FARIA, L.A.E., TAUILE, J.R. A Acumulação Produtiva no Capitalismo Contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 2, abr./jun. 2004.

FARIA, L. A. E. Política externa e Desenvolvimento: O Brasil na (Nova?) Ordem Mundial. Porto Alegre: FEE, 2007. (**Texto para Discussão FEE**, n.23)

FARIA, L. A.E. A Controvérsia sobre Política Econômica e crescimento no Brasil de Lula. In: **IV colóquio Latino americano de economia política y pensamiento crítico**. Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UBA, 2008.

FEIJÓ, C. A. P. O investimento industrial no Brasil- 1990-2005: uma interpretação à luz da teoria de investimento Keynes-Minsky. In: SICSÚ, J.; VIDOTTO, C. (Org.) **Economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 200-216.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores:, 1981.

FIORI, J.L. O capitalismo e suas Vias de Desenvolvimento. In: FIORI, J.L. **Os moedeiros Falsos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 171-190.

_____. Estados, moedas e desenvolvimento in: FIORI, J.L (Org.) **Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 49-85.

_____. De volta a riqueza de algumas Nações in: FIORI, J.L (Org.) **Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 11-46.

_____. **O poder global**: a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A propósito de uma Construção interrompida. In: LIMA, M. C (Org.). **A atualidade do Pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Francis, 2008. p. 73-94.

FLIGENSPAN, F.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. O desempenho da indústria de transformação nos anos 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., Foz do Iguaçu, 2011. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

FONSECA, P.C. D. A Política Econômica Governamental e os Ciclos: Reflexões sobre a Crise atual. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 14, n. 2: 247-258, maio/ago. 1984.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**: 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.23, n.1, jan./mar. 2003.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. O estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 28, n.1, p. 28-46, jan./mar. 2007.

FORTIN, C. Rise and Decline of Industrialization in Latin America. In: GONZALEZ CASANOVA, P. (Ed.). **Eight essays on the crisis of development in Latin America**. Amsterdam : CEDLA, c1991. p.53-86.

FRANK, A. G. **Do subdesenvolvimento capitalista**. Lisboa: Edições 70, 1971.

FRANK, A. G. **Acumulação Dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR. **FuncexData**: Dados e informações de comércio exterior. Disponível em: <<http://www.funcexdata.com.br/br/>>. Acesso em 14 Out.2012.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Um projeto para o Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1978.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1984.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O capitalismo global**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, C. J. Desnacionalização da Indústria Brasileira: Uma avaliação Pós-abertura. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, João Pessoa, 2008. **Anais...** João Pessoa: SEP, 2008.

GERSCHENKRON, A. **El atraso económico en su perspectiva histórica**. Barcelona: Ariel, 1968.

GODARD, JOHN. The new institucionalism, capitalist diversity, and industrial relations. In: KAUFMAN, B. E. **Theoretical perspectives on work and the employment relationship**. Champaign, IL: IIRA, 2004. Cap. 8, p. 229 - 264. (Industrial relations Research Association)

GOLDMANN, L. **Epistemologia e Filosofia Política**. Lisboa: Editorial presença, 1984.

GURRIERI, ADOLFO Introdução: A economia Política de Raul Prebisch. In: PREBISCH, R. **O Manifesto Latino Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.P. 15-92.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEILBRONER, R. L. **Grandes Economistas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1959.

_____. **A Natureza e a Lógica do Capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, J., **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**- São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HODGSON, G. Y M. What are Institutions? **Journal of economic Issues**, Salisbury, v. 40, n.1, p. 1-25, Mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Estatísticas do Século XX**. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. 2009a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsaude.pdf>. Acesso em 14 fev. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) anos 2001-2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa industrial anual (PIA) anos 1996-2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2009/defaulttempresa.shtm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? **Carta IEDI**, São Paulo, n. 183, nov. 2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Mudança estrutural e produtividade industrial. **Carta IEDI**, São Paulo, n. 284, nov. 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países**, maio de 2011. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/industria_e_politica_industrial_no_brasil_e_em_outros_paises.html> Acesso em: 22 fev. 2012

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS (IPEA). **PNAD 2009 - Primeiras análises**: distribuição de Renda entre 1995 e 2009. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicado do IPEA, n. 63)

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS (IPEA). **Como anda o investimento Público no Brasil?** Brasília: IPEA, 2011. (Comunicado do IPEA, n.126)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Ipeadata**: dados macroeconômicos. 2012. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

KALECKI, M. O Problema da Demanda Efetiva em Tugan –Baranovski e Rosa Luxemburgo In: KALECKI, M.. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: HUCITEC, 1977 a. p. 10-18.

_____. Os aspectos políticos do pleno emprego. In: KALECKI, M. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: HUCITEC, 1977b. p. 54-60.

_____. **Economias em Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1988.

KATZ, H. C.; WHEELER, H. N. **International and Comparative employment relations**. Globalização and the developed market economies. 4.ed. London ; Thousand Oaks, Calif. : Sage Publications, 2004.

KAUFMAN, BRUCE E. **The Global evolution of industrial relations**: events, ideas and the Ira. Genebra: International Labour Office, 2004.

KEYNES, J. A. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOCHAN, THOMAS A.; KATZ, HARRY C.; MCKERSIE, ROBERT B. **The transformation of American industrial relations**. Ithaca, NY: ILR Press, 1994.

KRASILSHCHIKOV, V. **The Rise and Decline of Catching up Development**: An Experience of Russia and Latin America with Implications for Asian 'Tigers'. Málaga: Entelequia, 2008, 380 p.

KREGEL, J. A., Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. In: FERRARI, F.; PAULA, L.F. P. (Org.). **Globalização financeira - ensaios de macroeconomia aberta**. Petropolis: Vozes, 2004. p. 31-58.

LABINI, P.S. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).

LAPLANE, F. M.; SARTI, F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: COUTINHO L.; LAPLANE M.; HIRATUKA, C. (Org.) **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 11-57.

LECLERCQ, Y. **Teorias do Estado**. Lisboa: Edições 70, 1981.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

LEVY, P.M.; SERRA, M.I. F Coeficiente de importação e exportação na indústria. Rio de Janeiro, IPEA. **Boletim de Conjuntura**, n. 58, jul./ago. 2002. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_058j.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: Problemas de industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIST, F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Os Economistas).

MADDISON, ANGUS. **The world Economy**. Paris: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 2006.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. Campinas, São Paulo. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARQUETTI, A. (2002). **Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998**. Estudos Econômicos, v. 32, n. 1, p. 103-124, 2002.

MARQUETTI, A.; FOLEY, D. **Extended Penn World Tables: Version 4.0**. Economics Department, New School, August, 2011. Disponível em: <<http://homepage.newschool.edu/~foleyd/epwt/>>. Acesso em: 28 Nov. 2011.

MARX, K. **O Capital: Crítica de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1, v. I, t.1.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1988. Livro 1, v. I, t.2.

_____. **O Capital: Crítica de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro 3, v. 3, t. 1

_____. **O Capital: Crítica de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 3, v. 3, t. 2

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis, 2001.

MAZZUCHELLI, F **A Contradição em processo: O capitalismo e suas crises.** São Paulo: editora Brasiliense, 1985.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Org.) **Polarização mundial e crescimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 105-134.

MEDEIROS, CARLOS A **riqueza das nações e a riqueza dos residentes Nacionais.** Revista reportagem, n. 48, set. 2003. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/medeiros_riqueza_das_nacoes.pdf>. Acesso em 24 fev.2012.

MEDEIROS, C. A. A Economia Política da Internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J.L. (Org.) **O Poder Americano.** Petrópolis: Vozes, 2007. p. 139-177.

MEDEIROS, C. A Dependência financeira e ciclos econômicos na América Latina. In: SICSÚ, J; VIDOTTO, C. (Org.) **Economia do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2008a. p.118-134.

MEDEIROS, C. A. China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. In: LIMA, M. C. (Org.) **Dinâmica do Capitalismo Pós-Guerra Fria.** São Paulo: Editora UNESP, 2008b. p. 83-107.

MEDEIROS, C. A. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico” **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19 n. 3, p.637-45, dez. 2010.

MEEK, R.L. **Economia e Ideologia.** O Desenvolvimento do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MICHALET, C. A. **O Capitalismo Mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MILL, S **Essay on Some Unsettled Questions of Political Economy.** 1844.

Disponível em:< <http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3113/mill/Questions.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2012.

MIRANDA, J. C.; TAVARES, M. C.. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, J. L (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 327-350.

NAKATANI, P.; SABADINI, M. S. Sistema Financeiro e Mercado de Capitais. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA M. R. J. (Org.): **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira Contemporânea: uma análise dos governos Collor e Lula. São Paulo: Saraiva, 2010, p.75-102.

NASSIF, A. **Estrutura e competitividade da indústria de bens de capital**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. (Texto para Discussão, n. 109)

NELSON, Richard R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Monthly Review**, New York, v. 33, p. 48-90, Mar. 1995.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do antigo sistema colonial: 1777-1808**. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, C. A. B. **O processo de industrialização** - do capitalismo originário ao atrasado. 1985. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1985.

OLIVEIRA, F. **A economia Brasileira**: critica a razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1981.

PALMA, G. Gansos Voadores e Patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (org.) **O poder Americano**. RJ: Vozes, 2007. p. 393-454.

PASSET, R. **A ilusão Neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAULANI, L. Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil do ultimo quarto de século. In: PAULANI, L.M. **Brasil Delivery**: Servidão Financeira e estado de emergência econômico. São Paulo, Boitempo, 2008. p. 73-103.

PAULANI, L.M. A Crise do regime de acumulação com dominância da Valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, maio/ago. 2009.

PAUTASSO, D. **A China na transição do sistema Mundial**: suas relações com EUA e Índia. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA-BRESSER, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.26, n.2, p.203-230, abr./jun. 2006.

PEREIRA-BRESSER, L. C. As Três Interpretações da Dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul.- dez. 2010.

PEREIRA-BRESSER, L. C. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L.C. (Org.) **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. p. 207-230.

PINTO, J. P. G. **A contabilidade social na perspectiva clássica** (capital produtivo e não produtivo: traçando um mapa do sistema de contas nacionais brasileiro). 2007. Dissertação

(Mestrado em desenvolvimento econômico). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

POCHMANN, M. Gasto Social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ J. (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**, São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-77.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo : Brasiliense, 1980.

PREBISCH, R. **O Manifesto Latino Americano e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RICUPERO, R. **O Brasil e o dilema da globalização**. São Paulo: Senac, 2001.

ROBINSON, J. **Introdução à Teoria do Emprego**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

SALAMA, P. **O processo de subdesenvolvimento: ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, M. H. V. – **Kant, Marx, Freud, Bachelard e Piaget**. Porto: Porto Editora. 1980.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico - Científico Informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAWAYA, R R. China: Uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n.28, p.5-35, fev. 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERRANO, F; MEDEIROS, C. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. IN: FIORI, J.L. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 105-134.

SHAIKH, A. Uma Introdução à História das Teorias de Crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 5-45, 1983.

SILVEIRA, C. E. F. **Desenvolvimento tecnológico no Brasil: autonomia e dependência num país periférico industrializado**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, v.1,1983.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, v.1,1983.

SRAFFA, P. **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STEINDL, J. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STIGLITZ, JOSEPH E. **A Globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

STUDART, R. O Financiamento do Desenvolvimento. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.; HERMANN, J. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P.335-354.

SWEEZY, PAUL M. The triumph of financial capital. **Monthly Review**, New York v. 46, n. 2, p.1-11, Jun. 1994.

_____. **Capitalismo monopolista**. *Monthly Review*, New York, v. 56, n. 5, June 2004.

TAVARES, M.C. **Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar,1982.

_____. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 2ª Edição Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

_____. A retomada da Hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27-53.

_____. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489.

_____. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J.L. **O poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 111-138.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos a “curta marcha para a hegemonia”. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estado e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 155-190.

TEIXEIRA, R. A. **Dependência, desenvolvimento e dominância financeira**: a economia brasileira e o capitalismo mundial. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2007.

TORRES FILHO, E. T. A crise da economia japonesa nos anos 90 e a retomada da hegemonia americana. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro**: Uma economia Política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 383-411.

TORRES FILHO, E.T. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, J. L.(Org.). **Estado e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 223-249.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **El sector de bienes de capital en los países en desarrollo**. Nueva York: Naciones Unidas, 1985.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **WORLD INVESTMENT REPORT 2008**. Transnational Corporations and the infrastructure Challenge. Génève, 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **UNCTADstat**. 2012. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 20 fev. 2012

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **Industry in a changing World**: special issue of the industrial development survey for the Fourth General conference of unido. United Nations, New York, 1983.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **Industrial Development Report 2004**. Industrialization, Environment and the Millennium Development Goals in Sub-Saharan Africa: The new frontier in the fight against poverty. Vienna, 2004.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **Industrial Development Report 2005**. Capability building for catching-up: Historical, empirical and policy dimensions. Vienna, 2005.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **Industrial Development Report 2009**. Breaking In and Moving Up: New Industrial Challenges for the Bottom Billion and the Middle-Income Countries. Viena, 2009.

VERGAPOULOS, K. O ciclo da mundialização. **Revista Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 10, p.115-130, jun. 2002.

VIZENTINI, P. F. A ascensão da Ásia e sua projeção internacional: Novas Dimensões do Desenvolvimento e Segurança. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n.19, p.109-138, ago.1997.

VIZENTINI, P. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WORLD BANK. **World dataBank**. 2012. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=2&id=4&hActiveDimensionId=WDI_Ti me>. Acesso em: 18 fev. 2012.